

MARIA CLARA SALIM CERQUEIRA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS

ANDANÇAS E TERRITORIALIDADES:

As contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro
Co-orientador: Claudenir Fávero

JUIZ DE FORA

2019

MARIA CLARA SALIM CERQUEIRA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS

ANDANÇAS E TERRITÓRIALIDADES:

As contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro

Co-orientador: Claudenir Fávero

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, na área de concentração Espaço e Ambiente, linha de Pesquisa “Dinâmicas Sócio-Espaciais”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Geografia.

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cerqueira, Maria Clara Salim.

Andanças e territorialidades : As contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos / Maria Clara Salim Cerqueira. -- 2019.

223 p. : il.

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro

Coorientador: Claudenir Fávero

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2019.

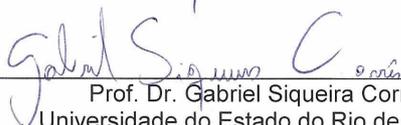
1. ideologia. 2. natureza. 3. conflito. 4. moradia. 5. Estado. I. Carneiro, Leonardo de Oliveira, orient. II. Fávero, Claudenir, coorient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA CLARA SALIM CERQUEIRA

ANDANÇAS E TERRITORIALIDADES: AS CONTRADIÇÕES DA
QUESTÃO DA MORADIA NA COMUNIDADE DA MATA DOS
CRIoulosDissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestra em Geografia.

Dissertação defendida e aprovada em 14 de fevereiro de 2019.

Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro
Universidade Federal de Juiz de ForaProf. Dr. Claudenir Fávero
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e MucuriProf. Dr. Wagner Barbosa Batella
Universidade Federal de Juiz de ForaProf. Dr. Gabriel Siqueira Corrêa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Dedico este trabalho aos povos do Espinhaço,
às comunidades que estão sempre-vivas na luta.*

AGRADECIMENTOS

As famílias quilombolas e apanhadoras de flores da comunidade da Mata dos Crioulos, que me receberam em seus lares por tantos dias, me acolheram e cuidaram, e permanecem na luta pelo território com dureza, mas sem jamais perder a ternura.

Fernanda Monteiro, Claudenir Fávero (Paraná) – e Nina também –, Gabriel, Maria de Fátima (Tatinha) e à toda a Comissão em Defesa dos Direito das Comunidades Extrativistas (CODECEX) pelas estadias em Diamantina, auxílios nos transportes, diálogos construtivos, e pela oportunidade de poder somar à luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas.

Ao professor Leonardo Carneiro (Léo), que mesmo não me orientando desde o início da pesquisa, se fez presente durante todo o processo do mestrado, repleto de altos e baixos, mas sempre fluindo. Pelas orientações e conversas, viagens, debates, aulas, e por todos os momentos que construímos.

Aos meus pais, Regina e Augusto, pelo apoio incondicional, pela confiança, pelos incentivos, pelas companhias, e por me fazerem ver o mundo da forma que vejo hoje.

Aos meus colegas que da turma de 2017 do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFJF, em especial à Bárbara Fernandes, Albert Souza, Daniel Fonseca e Ana Carolina (Carol) Imbelloni, que cumpriram o papel de colegas, orientadores e amigos. Pelos momentos de leituras coletivas, revisões dos textos uns dos outros, debates em aula, muito obrigada. Aos demais colegas, agradeço também a confiança de representá-los no colegiado do programa.

A todos do PPGEO UFJF, em especial os professores que tive o prazer de assistir às aulas: Leonardo Carneiro, Wagner Batella, Carlos Maia, Elias Lima e Maria Lúcia Menezes. Cada um com disciplinas e temas diferentes, nem sempre diretamente ligados à minha pesquisa, mas todos contribuíram de maneira muito significativa em minha jornada geográfica. Da mesma forma, ao Roberto Marques que apesar de não ter lecionado nenhuma disciplina, me auxiliou na caracterização geomorfológica da área estudada. Ao Marcelo, que sempre foi muito prestativo e auxiliou durante todo o processo burocrático.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), pelos amigos feitos e pela possibilidade de construir a geografia brasileira coletivamente.

Todas as pessoas que conheci nos eventos que participei durante o mestrado, em especial no Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) em 2017 em Curitiba/PR, ao Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) em 2018 em João Pessoa/PB, e ao Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) em 2018 em Dourados/MS. Além de fundamentais para a construção do conhecimento pelos debates gerados, todos esses eventos me trouxeram amigos muito especiais que levarei para toda a vida, e que são igualmente fundamentais para as reflexões científicas e geográficas que trago neste texto.

A todos os amigos que fiz em Juiz de Fora, principalmente do curso de Geografia da UFJF, que mesmo não trilhando o mesmo caminho do curso de mestrado, sempre estiveram dispostos a trocar ideias e contribuir na trajetória geográfica de uma arquiteta urbanista.

Aos meus amigos e colegas arquitetos e urbanistas, os que encontrei no movimento estudantil e todos os professores que contribuíram em minha graduação: por me fazerem não ter paciência com a atuação prática e profissional arquitetônica ou com a área acadêmica desta e pela deficiência nos estudos agrários, que me fizeram desviar meu próprio curso e vir para a geografia. Em especial, à Amanda Maciel, que mesmo distante e em outra cidade, compartilhou dessa jornada comigo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa que possibilitou a pesquisa, os trabalhos de campo e a participação em eventos.

Ao Pink Floyd por estimular musicalmente grande parte do que foi escrito aqui.

Por último, mas não menos importantes, gostaria de registrar os nomes de quem foi fundamental para que eu pudesse materializar esse trabalho, principalmente nessa reta final: Bárbara e Albert, pelas cervejas e abraços sempre presentes; Zé, pelas conversas infinitas e debates geográficos ocasionais; Diego (Amiguito), pelos desabafos e agonias compartilhadas; Fê, pelos desenhos maravilhosos e disponibilidade de ajudar; Diego, Flávio, Vítor, Lili, Amanda, Jéssica, Carol, Daniel, Alice, Aline, cada ideia trocada, reflexões políticas, momento de descanso, refeição no R.U., mesmo que breves fizeram parte do processo de constituir este trabalho.

RESUMO

As comunidades tradicionais no Brasil, desde sua formação até seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado, passam por variados conflitos de negação de direitos e de autonomia. Trataremos neste trabalho da questão da moradia da comunidade da Mata dos Crioulos, localizada na porção meridional da Serra do Espinhaço no município de Diamantina, Minas Gerais, que se auto reconhece como quilombola e como apanhadores de flores sempre-vivas. Em meio aos intensos conflitos territoriais nos quais está inserida a comunidade, seus controversos modos de morar se relacionam intimamente com seus modos de vida e com a atividade da “apanha” de flores, que é fundamental em sua identidade coletiva. A implantação de Unidades de Conservação de uso restrito que se sobrepõe ao território da comunidade trouxe mudanças significativas para os modos de vida das famílias. A transumância é característica dos seus modos de vida: na época da “apanha” de flores, moram nas lapas, e na época de cuidar das roças, moram nas casas construídas com técnicas tradicionais em barro cru. A área das lapas e campos de flores foram tomados por uma Unidade de Conservação, o que confirma o não reconhecimento do Estado de seus modos de vida, ao negar que essas famílias poderiam ocupar essa porção do território. Não bastando essa invisibilização das lapas como formas legítimas de moradia, as casas de barro cru também são consideravelmente desvalorizadas perante o Estado e a sociedade de modo geral. A partir de um trabalho de campo estruturado na observação participante e apresentado em forma de relato etnográfico, esta pesquisa tece algumas reflexões a respeito do porquê esses modos de morar não são considerados legítimos pela sociedade ocidental urbana e pelos agentes do Estado. A partir da compreensão da ideologia como forma de consciência social específica e de uma investigação acerca da relação sociedade/natureza, compreendemos que a desvalorização das lapas e das casas de barro que articulam a territorialidade dos apanhadores de flores estão diretamente ligadas às concepções de natureza externa e universal, à depreciação das técnicas construtivas tradicionais e à sua lógica que não segue os princípios da propriedade privada. Conclui-se dessa forma que as moradias que cumprem sua função de abrigo, independentemente das relações de produção e reprodução do capital são autênticas por cumprirem sua função de territorialidade da comunidade.

Palavras-chave: ideologia, natureza, conflito, moradia, Estado

ABSTRACT

Numerous conflicts permeate the context of traditional communities in Brazil, from their formation to their recognition by society and the State. Their rights and autonomy are often denied. In this research, we will deal with the housing issue in the Mata dos Crioulos community, located in the southern portion of Serra do Espinhaço in the municipality of Diamantina in Minas Gerais: they recognize themselves as quilombolas and as “*apanhadores de flores sempre-vivas*”, or evergreen flower catchers. Amid the intense territorial conflicts in which the community is inserted, their dwelling are intimately related to their ways of life and to their traditional activity, which is an important part of their collective identity. The implementation of restricted-use Conservation Units that overlaps the community territory has brought significant changes to the livelihoods of families. Transhumance was characteristic of their ways of living: in the time of flower catching, they lived in *lapas*, and in the time of farming, they lived in houses built with traditional techniques in raw clay. The *lapa* area and flowers fields were taken by a Conservation Unit, which confirms the State's non-recognition of their ways of life, by denying that these families could occupy that part of the territory. Notwithstanding the invisibility of these *lapas* as legitimate forms of housing, the houses of raw clay are also considerably devalued towards the state and society in general. Based on a fieldwork structured in participant observation and ethnographic reporting, this research pursues some reflections on why these ways of living are not considered legitimate by urban western society and the State and its agents. From the understanding of ideology as a specific form of social consciousness and an deepening into the society and nature relation, we understand that the devaluation of the *lapas* and clay houses that articulate the evergreen flowers catchers territoriality are directly linked to the conceptions of external and universal nature, the depreciation of traditional constructive techniques and to its logic that does not follow the principles of private property. It is thus concluded that any housing that fulfills its function of shelter, independently of the relations of production and reproduction of capital, are authentic, for they fulfill their function in the community's territoriality.

Keywords: ideology, nature, conflict, dwelling, State

Sumário

LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE MAPAS	xv
LISTA DE ANEXOS	xvi
LISTA DE SIGLAS	xvii
1. Introdução	19
2. A comunidade da Mata dos Crioulos	26
2.1 Como entender a questão da moradia?	31
2.2 As questões ambientais e quilombolas no Brasil	36
2.3 A territorialidade dos apanhadores de flores sempre-vivas	40
2.4 Investigando os conflitos territoriais ou socioambientais	46
3. Nas lapas	51
3.1 Caminhadas	55
3.2 Lapa do Joaquim	66
3.3 Retorno à cidade	77
4. Nas casas de barro	84
4.1 Casas de Dona Dandara e Michelle	87
4.2 Barreiro e Lapa do Veado	111
4.3 Casa de Elza	129
4.4 Casa de Nelson e dona Marta	136
4.5 Casa de dona Ângela	151
4.6 Casa de Marielle	157
5. As contraditórias concepções de moradia	167
5.1 Os povos tradicionais e a relação com a natureza	174
5.2 As técnicas construtivas tradicionais	180
5.3 A dialética do desenvolvimento e da tradição	184
5.4 As casas e a propriedade	189
5.5 O que a moradia significa, afinal?	192
6. Considerações Finais	198
7. Referências	203
Apêndices	209
Anexos	211

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ponte Acaba Mundo, entrada da comunidade da Mata dos Crioulos.	53
Figura 2: Placa indicativa com o nome da ponte e do território da Mata dos Crioulos.	53
Figura 3: Encontro dos rios Jequitinhonha Branco e Preto sob a Ponte Acaba Mundo.	53
Figura 4: Estrada que leva à porta da Lapa do Joaquim.	56
Figura 5: Palma na área de entrada da lapa.	56
Figura 6: Entrada da Lapa do Joaquim.	56
Figura 7: Campina recém aberta nos campos.	60
Figura 8 :Vedação em madeira com canela-de-ema, e base de pedras justapostas. Detalhe da presença de alimentos frescos.	60
Figura 9: Mureta de pedra construída na lateral da lapa.	60
Figura 10: Alimentos frescos em uma espécie de mesa com base nas rochas.	61
Figura 11: Utilização de entradas das rochas como saboneteira.	61
Figura 12: <i>Hall</i> de entrada da lapa.	61
Figura 13: Vista da externa da entrada e da vedação da lapa.	65
Figura 14: Criação de gado solta nos campos da chapada.	65
Figura 15: Curso d'água na chapada.	65
Figura 16: Vista geral mais próxima da lapa, com vedação de lona e peças de madeira espaçadas. Destaque para as duas fornalhas construídas.	67
Figura 17: Fornalha de uma das casas, com encaixe de madeira para suporte de panos de prato e outros itens.	67
Figura 18: Fornalha de outra das casas, com prateleiras de jirau ao fundo.	67
Figura 19: Esquema da construção das fornalhas na comunidade da Mata dos Crioulos.	69
Figura 20: Quarto de dona Ângela na lapa.	69
Figura 21: Área interna vedada por lona.	71
Figura 22: Vista externa da vedação de lona.	71
Figura 23: Cozinha de uma das casas, com peças de madeira espaçadas de fechamento.	71
Figura 24: Fechamento de outra das casas da lapa, com peças de madeira também espaçadas.	71
Figura 25: Vista geral da cozinha de uma das casas da lapa.	74
Figura 26: Vista externa da área ocupada da lapa, com utilização das reentrâncias para armazenamento das flores apanhadas.	74
Figura 27: Camas palha na área externa onde não havia ocupação, ou “quarto de visitas”.	74

Figura 28: Fachada frontal da casa de Michelle, com as folhagens.	90
Figura 29: Parede de divisão interna da casa, com madeiras de tamanho irregular.	90
Figura 30: Cozinha de casa de Michelle, externa.	93
Figura 31: Esquema da planta baixa da casa de Michelle, sem escala.	93
Figura 32: Vista da casa de dona Dandara a partir da casa de Michelle.	95
Figura 33: Fachada principal da casa, com palmeira que utilizada como ponto de referência.	95
Figura 34: Planta baixa esquemática das construções no terreno de dona Dandara.	96
Figura 35: Fornalha à lenha na cozinha, local de reuniões na casa.	98
figura 36: Utensílios de cozinha organizados em prateleira.	98
Figura 37: Flores sempre-vivas armazenadas onde funcionava o forno de farinha.	98
Figura 38: Forno à lenha após o uso, com cobertura de palha.	101
Figura 39: Forno à lenha após o barreamento.	101
Figura 40: Parede externa da casa, com traços de desenhos ornamentais feitos com barro amarelo.	101
Figura 41: Estrutura do telha com peças de madeira de tamanhos irregulares.	102
Figura 42: Banheiro na área posterior da cozinha.	102
Figura 43: Pomar localizado aos fundos da casa.	105
Figura 44: Fachada frontal da casa de pau-a-pique não finalizada.	105
Figura 45: Detalhe dos encaixes e amarrações das madeiras do pau-a-pique.	106
Figura 46: Parede externa que não está inteiramente revestida com barro vermelho.	106
Figura 47: Curso d'água presente nas proximidades das casas.	106
Figura 48: Área interna da lapa, com fechamento na parte de trás.	109
Figura 49: Presença de fornalha, fechamento com peças de madeira e giraus para armazenamento.	109
Figura 50: Vista externa da lapa, com Pico do Itambé ao fundo (quase inteiramente coberto por nuvens).	110
Figura 51: Presença de espécies de plantas comestíveis na porta da lapa.	110
Figura 52: Campo de sempre-vivas.	113
Figura 53: Momento da apanha das flores.	113
Figura 54: Fazenda Santa Cruz e Gavião.	115
Figura 55: Vestígios de um rancho.	115
Figura 56: Enxada guardada no barreiro.	117
Figura 57: Barreiro utilizado pelas famílias.	117
Figura 58: Barro branco utilizado no revestimento e limpeza das casas.	117

Figura 59: Barro amarelo, utilizado no revestimento para detalhes ornamentais, como desenhos ou barrados das casas.....	119
Figura 60: Barro vermelho como encontrado na terra.....	119
Figura 61: Barro vermelho utilizado na vedação das casas, após apertado nas mãos para verificar o ponto.....	119
Figura 62: Estrutura de telhado de palha, construído para gravações de uma série de televisão.	120
Figura 63: Muro de pedras do antigo cemitério dos escravos.	120
Figura 64: Campo de flores “bem-casados” e lapa do veado ao fundo, no detalhe.	122
Figura 65: Camas de capim na lapa do veado.	122
Figura 66: Vestígios de uma fornalha na lapa do veado.....	122
Figura 67: Desenhos rupestres na lapa do veado.....	125
Figura 68: Brincadeira feita com as flores “bem-casados”.	125
Figura 69: Entrada da cozinha da casa de Elza.	130
Figura 70: Entrada da área onde acontecem o cultos religiosos, anexo da casa, construída recentemente.....	130
Figura 71: Planta-baixa esquemática da casa de Elza.	130
Figura 72: Construção em alvenaria convencional para instalação sanitária.	132
Figura 73: Gerador de energia solar instalado pela CEMIG.	132
Figura 74: Cozinha de Elza.	132
Figura 75: Quarto da casa, onde atualmente armazenam flores sempre-vivas.....	132
Figura 76: Cobertura na área externa, com forno de farinha, engenho e depósito.....	135
Figura 77: Fachada principal da casa de Nelson.	137
Figura 78: Planta esquemática da casa de Nelson e dona Marta.	137
Figura 79: Fachada do cômodo da cozinha.	140
Figura 80: Fornalha com instalação de serpentina. Chão barreado há uma semana.	140
Figura 81: Sala da casa, com barrado azul nas paredes e piso delineado com estrume de boi.	140
Figura 82: Única parede de madeira da casa.	140
Figura 83: Detalhe do encaixe da madeira do esteios.	141
Figura 84: Cobertura de palha da cozinha vista de dentro, com sinais de fuligem do fogo... 141	141
Figura 85: Cômodo onde é a cozinha, com banheiro anexado de paredes de madeira.	143
Figura 86: Paiol de madeira com cobertura de palha.	143
Figura 87: Fogão na área externa, utilizado quando há muitos convidados.....	143

Figura 88: Beiral da cobertura em palha.	146
Figura 89: Área de serviço.....	146
Figura 90: Palmeira grande nas proximidades da casa de Nelson.....	146
Figura 91: Fachada frontal da casa de Ângela.....	152
Figura 92: Vista geral da cozinha de Ângela.....	152
Figura 93: Planta esquemática da casa de dona Ângela.....	153
Figura 94: Fogão sobre jirau e prateleira de utensílios.....	153
Figura 95: Instalações hidráulicas e revestimento em azulejo.	153
Figura 96: Instalação sanitária da casa.	154
Figura 97: “Puxadinho” recente em alvenaria convencional.....	154
Figura 98: Piso da cozinha, barreado com barro branco e camada delineada de estrume de boi.	154
Figura 99: Galpão com cobertura de palha na entrada do terreno.....	156
Figura 100: Instalações sanitária na área externa.	156
Figura 101: Fachada principal da casa.	159
Figura 102: Planta esquemática da casa de Marielle.....	159
Figura 103: Vista da fachada posterior da casa, com anexo em alvenaria convencional.....	161
Figura 104: Casa de farinha em adobe aparente.....	161
Figura 105: Sala da casa, piso de cimento queimado e cobertura em telha cerâmica.	163
Figura 106: Fornalha sobre jirau, na hora do almoço.....	163
Figura 107: Vista do Rio Jequitinhonha Preto ou Soberbo a partir da estrada da comunidade.	166
Figura 108: Vista do Rio Jequitinhonha Preto ou Soberbo a partir da estrada da comunidade.	166
Figura 109: Pôr-do-sol após a reunião.....	166
Figura 110: 1º Festival dos Apanhadores e Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas.	172
Figura 111: Feira do Festival, no largo do Mercado Velho.....	172

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Território da comunidade da Mata dos Crioulos e pontos de referência (sic).	28
Mapa 2: Território da comunidade da Mata dos Crioulos e sobreposições com Unidades de Conservação (sic).	29

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Ata da reunião entre Comunidades e representantes do Governo do Estado de Minas Gerais.....	212
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APAEAV	Área de Proteção Ambiental Estadual Água das Vertentes
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CODECEX	Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
GIAHS	<i>Globally Important Agriculture Heritage System</i>
IEF-MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEPHA-MG	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MP	Ministério Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARNA	Parque Nacional
PEPI	Parque Estadual Pico do Itambé
PERP	Parque Estadual do Rio Preto
PCD	Plano de Conservação Dinâmica
PM-MG	Polícia Militar de Minas Gerais
PPP	Plano Político Pedagógico
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAT	Sistema Agrícola Tradicional
SIPAM	Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UCs	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

*O pai morava no fim de um lugar.
Aqui é lacuna de gente – ele falou:
Só quase que tem bicho andorinha e árvore.
Quem aperta o botão do amanhecer é o arãquã.
Um dia apareceu por lá um doutor formado: cheio de suspensórios e ademanes.
Na beira dos brejos gaviões-caranguejeiros comiam caranguejos.
E era a mesma distância entre as rãs e a relva.
A gente brincava com terra.
O doutor apareceu. Disse: Precisam de tomar anquilostomina.
Perto de nós sempre havia uma espera de rolinhas.
O doutor espantou as rolinhas.
Manoel de Barros*

1. Introdução



Os povos tradicionais da região meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais são muitos, tais como os quilombolas e indígenas, e há muito tempo habitam aquele território. Ao longo do tempo, foram desenvolvidas muitas estratégias de ocupação das terras e de sobrevivência, em que as formas de morar se transformam e se conciliam com atividades econômicas, culturais e com o meio ambiente. Não encontramos registros a respeito dos povos indígenas que iniciaram a ocupação deste território, porém, sabe-se que há gerações eles transmitem uns aos outros seus saberes e respeito pela ancestralidade, enquanto seus modos de vida são transformados de acordo com as mudanças espaço-temporais.

A população negra, numerosa por ali, foi inicialmente levada para a região pelos portugueses colonizadores, que nos séculos XVIII e XIX utilizavam sua mão-de-obra escrava durante o auge da mineração. A presença de diamantes na localidade foi “descoberta” no ano de 1729 (IBGE, 1959, p. 21), o que deu origem a uma acelerada ocupação no local, devida a promessa de rápida conquista de riquezas, processo que conformou uma pequena aristocracia e manteve o restante da população em notável pobreza. Apenas alguns anos depois do início das atividades extrativistas a Coroa Portuguesa realizou a legalização da atividade e iniciou a tributação da mesma. Na época, foi trazida população negra de diversas regiões da África para o Brasil no regime de escravidão, com a finalidade de explorar seu trabalho nas minas e no garimpo. Diferentemente de outras atividades econômicas brasileiras coloniais do regime escravocrata, como, por exemplo, os tão expressivos engenhos de cana-de-açúcar, a extração mineral apresentava uma organização espacial diferente. Ao invés dos senhores e os escravos se concentrarem no mesmo local, como era o caso dos engenhos, a mineração, pela forma como seu trabalho é realizado, exigia a presença de um centro urbano de controle do poder, enquanto a atividade era realizada fora dali. Além da atividade de exploração mineral ser consideravelmente mais perigosa e suja do que a agricultura, a riqueza gerada por ela é desproporcionalmente maior, o que possibilitou a configuração de uma elite poderosa e concentrada, que como em toda colônia de exploração mineral, foi abandonada após o período de fartura (GALEANO, 2015).

Assim como é comum na história oficial do Brasil, há poucas informações a respeito dos vários negros escravizados que tentavam a liberdade e formavam os quilombos da localidade na história registrada da exploração das minas dos diamantes. A presença destes foi fundamental para que a produção das riquezas que consolidaram as elites locais, e o apagamento da relevância histórica da população negra é também um instrumento de controle social. Apesar das poucas informações encontradas sobre os negros em meio as relações sociais que constituíram a região dos diamantes, é indubitável sua relevância.

Um dos nomes que se sobressaiu nos relatos históricos da localidade é Isidoro, principalmente na tradição oral. Conhecido como o mito fundador da comunidade quilombola e de apanhadores de flores sempre-vivas¹ da Mata dos Crioulos, o ex-escravo fugitivo das proximidades de Diamantina/MG se escondia nas distantes grotas para proteger-se, enquanto criava uma rede e auxiliava outras pessoas escravizadas a fugirem em busca de liberdade. Ao longo do tempo, esses povos foram se estabelecendo nessa área e consolidando as comunidades que até hoje lá permanecem.

Nos últimos séculos, muitos conflitos ocorreram neste território, porém a situação foi agravada nas últimas décadas, desde a implantação do Parque Estadual do Rio Preto (PERP) em 1996 no município de São Gonçalo do Rio Preto/MG, e ampliação do mesmo em 2005 na direção sul, em área que se sobrepôs à parte do território da comunidade da Mata dos Crioulos, onde acontece a “apanha” de flores sempre-vivas, uma das principais atividades econômicas da comunidade, que integra a identidade desse grupo social. Essa sobreposição das áreas do PERP e da comunidade significou muitas mudanças em seus modos de vida, e principalmente nas suas maneiras de ocupar, circular, andar e firmar residências sobre o território, o que foi observado nesta pesquisa. Na época da “panha” de flores, todo o povo da comunidade ia para os altos das serras, ou Chapada como eles chamam e por lá ficaram durante todo o tempo em que as espécies de sempre-vivas floresciam, algo em torno de quatro ou cinco meses. Nesse tempo, os apanhadores de flores e quilombolas saem das casas que ficam na parte baixa do território e residem nas *lapas*, que são espécies de cavernas, nas quais são feitas vedações e divisões internas para a acomodação das famílias, com materiais comumente encontrados naquele sítio e técnicas de construção que eles dominam há gerações. Entretanto, o Parque foi implantado como uma Unidade de Conservação (UC) de uso restrito, o que restringe o acesso da comunidade a seu próprio território, onde estavam os campos com mais espécies de flores sempre-vivas e também as lapas consideradas melhores localizadas por eles, bem como um “bairro” de lapas. Ou seja, a comunidade teve sua territorialidade afetada após parte de sua área ser subtraída pelos que chegaram de fora, alegando querer “proteger a natureza”.

A partir do momento que o Parque foi implantado e sua área cercada, as maneiras de andar, permanecer e morar no território do povo da Mata dos Crioulos foram modificadas substancialmente para se adaptar à nova realidade de restrições a que foram obrigados a se moldar. A falta de reconhecimento e descaso desse modo de vida pelo Estado, tanto dos

¹ Sempre-vivas são plantas endêmicas do cerrado, cujas espécies de maior valor comercial pertencem ao gênero *Comanthera*. (MONTEIRO et al., 2019)

campos onde apanhavam flores quanto suas moradas durante a prática, resultou em conflitos que até hoje podem ser percebidos no cotidiano da comunidade e que causaram mudanças significativas em seus modos de vida.

Anteriormente, a comunidade vivia em condições de relativa invisibilidade perante o Estado, pois suas terras não eram alvo de algum tipo de interesse político, econômico ou cultural, salvo recentes investimentos de mineradoras que almejavam ali instalar-se na última década. Mas após sofrerem as ações violentas e truculentas do Estado através dos órgãos ambientais para tirá-los de seu território, a visibilidade se tornou necessária para a sobrevivência. É nesse contexto que uma investigação acerca dos modos de viver e morar do povo da Mata dos Crioulos se faz necessário.

A Mata dos Crioulos e outras comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, em um momento de disputas e conflitos territoriais intensos com os órgãos ambientais, iniciaram uma organização conjunta, que originou a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX). Essa articulação das várias comunidades apanhadoras de flores ocorreu por ocasião da implantação do Parque Nacional das Sempre-Vivas (PARNA Sempre-Vivas) em meados da década de 2000, que também foi fonte de conflitos relacionados à restrição de uso do território de outras comunidades de apanhadores de flores. Deste modo, a CODECEX surge, partindo de uma lógica institucional de necessidade de representação em órgãos estatais, maneira pela qual esses povos poderiam acessar políticas públicas e reconhecimento perante o Estado.

O primeiro contato que tive com a comunidade foi feito com o intuito de pesquisar temas relativos à soberania alimentar, um debate que o povo da Mata dos Crioulos faz há algum tempo e apresenta certa profundidade. Entretanto, em meio a conversas realizadas nos primeiros contatos de aproximação com outros pesquisadores e membros da CODECEX que trabalham em conjunto com as comunidades, a proposta de buscar compreender os *modos de morar* desse povo mostrou-se mais necessária, por ser uma prática culturalmente rica e tão negligenciada pelos poderes públicos e pela sociedade de modo geral. As moradias das famílias da comunidade se relacionam diretamente com seus modos de vida e ao exercício de sua territorialidade, e a busca pelo aprofundamento dessa questão pode auxiliar na compreensão dos conflitos territoriais que permeiam a vida dos apanhadores de flores sempre-vivas, que pode ser notado nas mais diversas escalas.

A questão da moradia, de modo geral na ciência humana brasileira, é um tema bastante estudado nos contextos urbanos, em que as contradições são evidenciadas pelos conflitos existentes devido à desigualdade social que se expressa na produção do espaço das cidades.

Quando essa temática é tratada em espaços rurais, normalmente o foco dos estudos é nas políticas públicas que interferem na dinâmica do campo e reconfiguram os modos de vida camponeses através da ação do Estado. Para compreender a questão da moradia na Mata dos Crioulos, uma comunidade quilombola, ou rural negra, e apanhadora de flores sempre-vivas, que já teve sua existência ignorada ou desvalorizada pelo Estado em diversas ocasiões, não seria possível se apoiar em nenhuma dessas abordagens. Apesar de apresentar inúmeras contradições e conflitos, e de ocorrerem alterações nos modos de vida e de morar da comunidade a partir de ações do Estado, compreender os modos de morar da Mata dos Crioulos é um grande desafio.

As publicações acerca da Mata dos Crioulos são poucas, e apesar de já ter sido realizado o Relatório Antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – documento que registra os modos de vida das comunidades quilombolas realizado por equipe de antropólogos para o processo de demarcação territorial – pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), este ainda não foi publicado e disponibilizado ao público. Assim, as informações oficiais sobre a comunidade são raras, e o trabalho de campo apresentado aqui em formato de relato etnográfico de caráter qualitativo e empírico foi a principal base sobre a qual a pesquisa se constituiu.

Para realizar a pesquisa, levei em consideração qual o papel da ciência e da produção de conhecimento em meio à realidade prática. Para isso, cremos ser fundamental considerar que a ideologia, entendida aqui de acordo com os apontamentos de István Mészáros (2004, p. 65) como “forma específica de consciência social”, não está dissociada e nem é oposta à ciência, que qualquer neutralidade prometida por ela não é possível, e que a busca pelo conhecimento se dá com o propósito de transformar a realidade. O conhecimento produzido não é neutro, e o papel do pesquisador em campo também não é, e com essa consciência foi realizado o trabalho de campo.

A construção desta pesquisa, como já dito anteriormente, foi realizada a partir de um denso trabalho de campo feito utilizando a metodologia da observação participante, e apenas foi possível executá-lo após o exame de qualificação. Portanto, quando foi possível realizar a imersão na comunidade, algumas reflexões acerca do tema ainda pouco conhecido já haviam sido realizadas. Faz sentido então que a exposição do que foi pesquisado se faça da mesma forma que o progresso da própria pesquisa se deu.

Para introduzir, foram apontados alguns dados gerais a respeito do tema da pesquisa e sobre o desenvolvimento da mesma. Uma breve contextualização espaço-temporal da comunidade da Mata dos Crioulos foi posta com a finalidade de demonstrar ao leitor a

respeito da situação dos conflitos e quais elementos já eram conhecidos anteriormente ao campo.

O segundo capítulo apresenta reflexões sobre método e formas de compreensão de mundo, e a partir disso qual metodologia seria apropriada para conhecer e compreender a questão da moradia em uma comunidade tradicional, tema central da pesquisa. Por se tratar de uma região de conflito e diante de uma abordagem específica proposta, os apontamentos acerca do papel da pesquisa científica foram necessários. Em seguida foi feita uma caracterização geral da comunidade, com informações colhidas em campo e em fontes secundárias. O conflito territorial na comunidade da Mata dos Crioulos foi explicitado inicialmente para uma compreensão do contexto geral dentro do qual buscamos explicitar posteriormente a questão da moradia.

Os dois capítulos seguintes, terceiro e quarto, foram escritos com base no *relato etnográfico* elaborado a partir dos trabalhos de campo realizados na comunidade com a metodologia da observação participante, relacionando o que foi observado com reflexões teóricas. Como a própria metodologia da exposição etnográfica propõe, as reflexões como pesquisadora foram apresentadas simultaneamente às observações descritivas feitas em campo. O capítulo três trata do modo de vida das lapas e das andanças das famílias no exercício de sua territorialidade. Além do que foi observado em campo, ou seja, a forma como é o cotidiano dos moradores das lapas, algumas conversas com moradores que relataram como era a vida na lapas anteriormente à implantação das UCs foram necessários para compreender as mudanças ocorridas nesses modos de vida. O capítulo quatro trata das casas da parte “de baixo” da comunidade, no trabalho de campo realizado nas localidades de Algodoeiro, Covão e Bica D’Água. As construções de barro são maioria, e em meio ao relato das observações feitas em campo, são trazidas no texto algumas reflexões a respeito das técnicas de construção, dos conhecimentos tradicionais, da força de trabalho das mulheres, e também das contradições no discurso ambiental.

O último capítulo traz, a partir dos relatos de campo apresentados anteriormente, algumas contradições notadas acerca do tema da moradia na Mata dos Crioulos. Buscou-se explicitar as maneiras com que a ideologia se relaciona com os conflitos territoriais nas mais diversas escalas, como isso se materializa nos modos de morar da comunidade e as contradições notadas acerca da questão da moradia, tanto pelos próprios quilombolas como pelo poder público e a sociedade em geral. Buscamos a partir dessas reflexões levantar questões a respeito do porquê essas formas de morar de uma comunidade tradicional não são consideradas legítimas pela sociedade. O morar não-hegemônico, em uma lógica que não se

adequa aos esquemas pré-estabelecidos de técnicas construtivas aceitas socialmente ou da propriedade privada, pode ser posto em questão a partir de reflexões sobre as relações entre sociedade e natureza, que se dão de maneiras distintas nas comunidades tradicionais e nas sociedades urbanizadas. A forma de reconhecê-las como legítimas perpassa a compreensão de que esses modos de morar estão intrínsecos à territorialidade e aos modos de reprodução de vida desse povo, que foi por tanto tempo relegado à condição de dominado em sua própria história.

2. A comunidade da Mata dos Crioulos

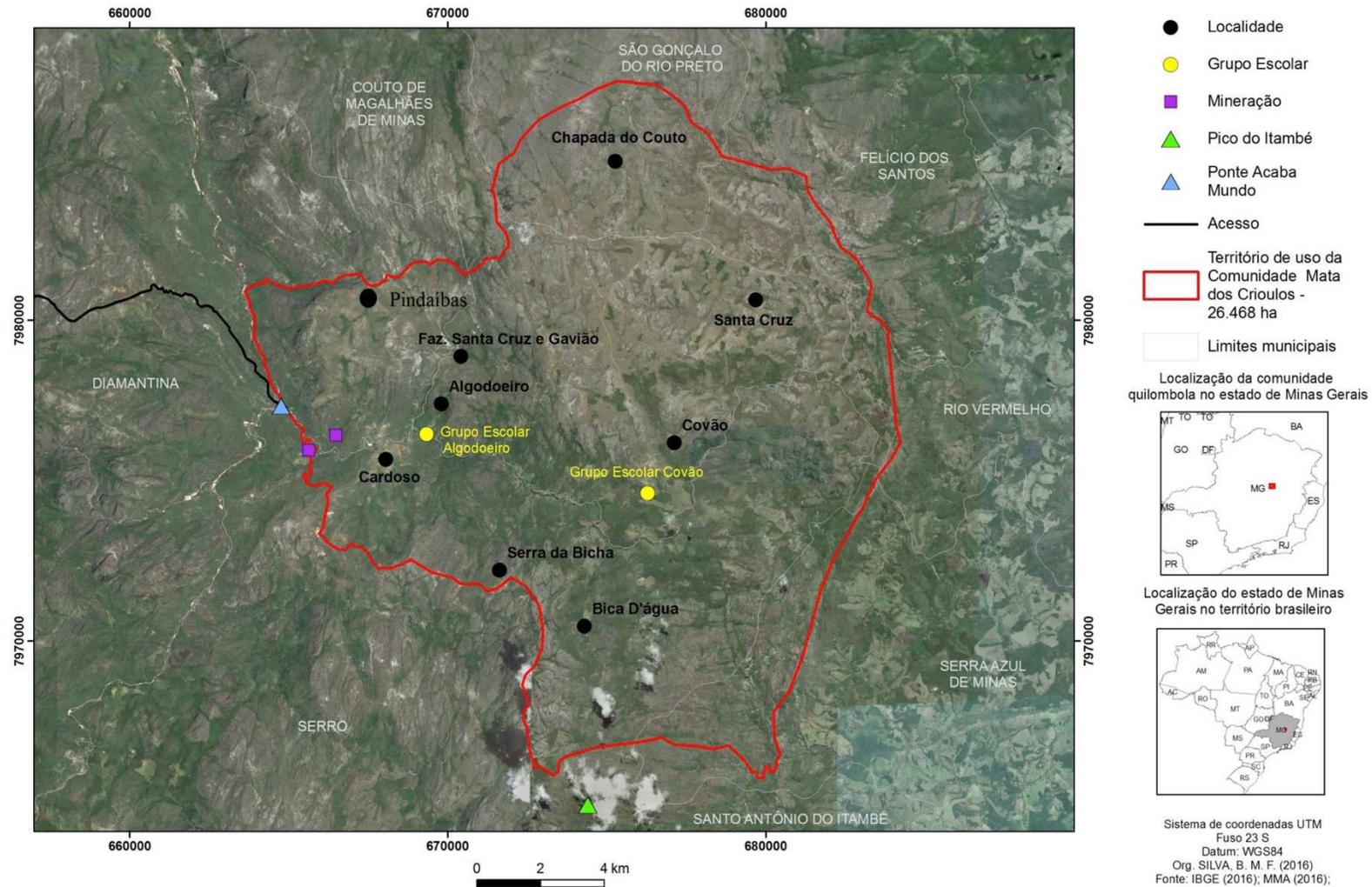


A comunidade da Mata dos Crioulos se autointitula quilombola, identidade ligada à ancestralidade e, normalmente, à negritude, e também se denominam apanhadores de flores sempre-vivas, identidade essa relacionada a suas atividades práticas por gerações, baseada no extrativismo no cerrado dos campos de altitude. Ela está localizada na confluência dos municípios de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Serro, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto no estado de Minas Gerais, na porção meridional da formação da Serra do Espinhaço. Como é possível ver no Mapa 1², além de se encontrar em meio à área limítrofe desses sete municípios, sobreposta à comunidade também se encontra a Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (APAEAV), o Parque Estadual do Rio Preto (PERP) e o Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), Unidades de Conservação (UCs) que se relacionam de forma conflituosa com a comunidade, o que será explicitado posteriormente.

O local é de difícil acesso, e para chegar até lá se deve transitar por estradas de terra em péssimas condições de circulação que partem majoritariamente de Diamantina. Por esse ser o principal acesso da comunidade à cidade, este município é responsável pela maior parte das políticas e serviços públicos da comunidade. No Mapa 2, que mostra as estradas que levam à comunidade, é possível visualizar também as localidades internas da comunidade. Algodoeiro, Cardoso, Pindaibas, Covão, Serra da Bicha e Bica D'Água são as de responsabilidade do município de Diamantina, mesmo que não estejam todas em seu território oficial. A Chapada do Couto e Santa Cruz são atendidas pelos municípios de Serra Azul de Minas e São Gonçalo do Rio Preto, respectivamente. Apenas a localidade de Santa Cruz não foi visitada ou tratada neste trabalho por ser a mais distante do acesso por Diamantina.

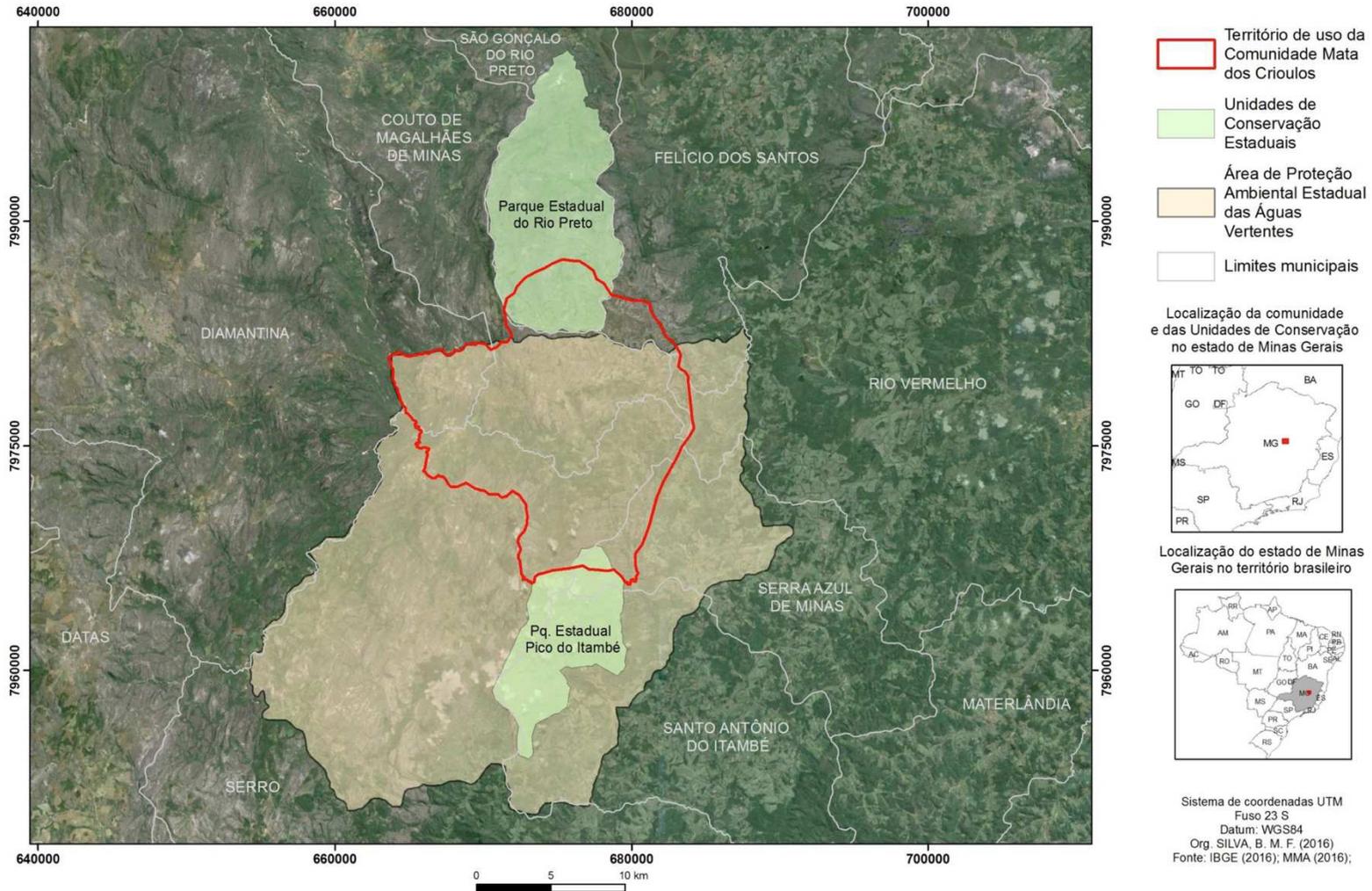
² Os dois mapas aqui apresentados foram confeccionados e expostos no texto de Bulhões (2016), porém, eles foram traçados de acordo com dados empíricos da pesquisadora e não representam a situação real da comunidade. Entretanto, eles foram considerados adequados para demonstrar as informações de sobreposição com as fronteiras municipais, e para demonstrar espacialmente as localidades internas à comunidade. Porém, para visualizar a real sobreposição dos Parques Estaduais (PERP e PEPI) com a Mata dos Crioulos, verificar imagem de satélite apresentada no Anexo A deste trabalho, que foi apresentada às comunidades em uma reunião na Prefeitura Municipal de Diamantina/MG. Esta imagem não foi utilizada no corpo do texto por não conter as informações completas da comunidade.

Território de uso da comunidade quilombola Mata dos Crioulos e seus pontos de referência



Mapa 1: Território da comunidade da Mata dos Crioulos e pontos de referência (sic).
Fonte: Bulhões, 2016.

Localização do território de uso da comunidade quilombola Mata dos Crioulos e Unidades de Conservação



Mapa 2: Território da comunidade da Mata dos Crioulos e sobreposições com Unidades de Conservação (sic).

Fonte: Bulhões, 2016.

Observa-se no entorno uma grande presença de comunidades constituídas por afrodescendentes, embora sejam poucas as que se intitulam como quilombolas nas áreas rurais de Diamantina e dos municípios vizinhos, o que indica a grande quantidade de pessoas que foram escravizadas na atividade de extração mineral. Como Galeano (2015) bem observa a respeito das ocupações provenientes da colonização europeia na América Latina, após o fim do período de lucros fartos e exploração se esgotarem, as ocupações tendiam a ser esquecidas ou até abandonadas, pois não há mais interesse naquela localidade. O caso de Diamantina não é diferente, pois apesar da atividade de extração minerária ainda ocorrer (com menos intensidade), a riqueza e prosperidade foi concentrada principalmente naquele período entre os séculos dezoito e dezenove. Atualmente a atividade turística que ocorre na cidade de Diamantina tem como uma de suas características o apelo à história e à cultura colonial.

Desde o início da ocupação da região do Serro para exploração mineral, a Igreja Católica com o apoio da elite local teve um importante papel na consolidação do Arraial do Tijuco, nome original da aglomeração que originou o núcleo urbano de Diamantina. Um dos motivos que fortificou os laços entre a elite e a Igreja foi a busca pela catequização da comunidade negra que chegava ao local para servir aos senhores do minério. A Igreja, então, era um dos principais instrumentos de regulação tanto da população negra escravizada quanto da aristocracia de origem portuguesa, e sua atuação não diferia expressivamente da Coroa Portuguesa. E assim se formou e consolidou a tríplice aliança que ainda hoje podemos observar que detém o poder no município: uma classe burguesa da atividade mineradora, a Igreja e o Estado. Por estar localizado geograficamente distante de outros centros de poder dos tempos da colônia portuguesa no Brasil, a organização social que se deu ali foi relativamente independente de outros centros que também tinham como elemento central da economia a extração mineral.

A região do entorno do município de Diamantina, que compreende outros municípios e também as comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas, está localizada na porção meridional da Serra do Espinhaço e pode ser chamada também de cordilheira ou cadeia. Ela pode ser definida desde o centro do estado de Minas Gerais, passando pela Bahia e chegando ao sul do estado do Piauí, e forma um grande divisor hidrográfico entre as bacias do centro e do leste do Brasil e a do rio São Francisco. Em Minas Gerais é um conjunto terras altas em forma de bumerangue na direção norte-sul com convexidade orientada para oeste (SAADI, 1995). Entretanto, a realidade fisiográfica desta formação seria melhor denominada por “planalto” do que por “serra” (SAADI, 1995). A comunidade sobre a qual este trabalho se debruça encontra-se na região que se inicia na Serra do Cipó e chega ao norte de

Diamantina/MG. Esta região é de grande importância para a estabilidade hídrica nacional, pois nela encontram-se muitas nascentes de rio e afluentes que abastecem as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. Também é reconhecida sua relevância geológica, ambiental e ecológica, e nela são realizados diversos estudos.

Neste contexto espaço-temporal podemos encontrar, dentre as comunidades quilombolas (ou negras rurais), vários povos tradicionais que se identificam como *apanhadores de flores*. Eles habitam há algumas gerações esta região, e têm como uma das principais atividades socioeconômicas a coleta de espécies de flores Sempre-vivas, do gênero *Syngonanthus*, que é uma das suas mais importantes fontes de renda a partir de sua comercialização: secas, *in natura*, ou em forma de artesanato. (MONTEIRO, 2011). A “panha” dessas espécies, como eles próprios denominam, é também símbolo de sua identidade, além de serem consideradas um dos símbolos do cerrado brasileiro.

2.1 Como entender a questão da moradia?

A Mata dos Crioulos é uma comunidade, como já mencionado, que se autointitula quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas se encontra em meio a um intenso conflito territorial com agentes estatais. Perguntamos então qual a relevância de entender-se a questão da moradia nesse contexto? E igualmente importante, *como* essa questão pode ser compreendida? Os estudos acerca dos povos e comunidades tradicionais, muitas vezes, apresentam fundamentações que privilegiam os aspectos culturais em detrimento das esferas política e econômica. Compreende-se nesta pesquisa que essas esferas não podem ser entendidas separadamente, e que todas são fundamentais para a compreensão do todo no qual se insere a temática pesquisada.

Partimos do pressuposto de que o conhecimento tem uma *fundamentação onto-prática*, em acordo com os escritos de José Chasin (2009), o que significa que

consciência, saber, pensamento, etc., sobre qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais genérica, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social (CHASIN, 2009, p. 106).

Então para refletir sobre os povos e comunidades tradicionais no Brasil no século vinte e um, devemos ter em mente que o conhecimento que produzimos se origina na realidade prática, e que o conhecimento em si é também uma atividade prática que busca captar os movimentos da realidade. No processo de estabelecimento do saber, este se enraíza também na

materialidade das relações. Por exemplo, ao buscar uma definição exata para a identificação dos quilombos a partir de suas acepções históricas, algumas das características pressupostas a essas comunidades, mesmo que não sejam universais a todas, poderão ser reproduzidas na realidade. Esse processo se acentua, pois o fato de o Estado ser o agente que reconhece (e portanto, define) as características dessas comunidades é o que permite a garantia de direitos por esses sujeitos. Isso nos leva ao questionamento dos procedimentos de busca do conhecimento da realidade que utilizamos, e qual a finalidade de fato do *conhecer*. Ao trabalhar junto a uma comunidade em meio a uma situação de conflito iminente, é pertinente que essas preocupações sejam prioritárias, principalmente em relação ao posicionamento da pesquisadora em campo e na forma de exposição das informações coletadas.

Concordamos com Marx e Engels (2007, p. 95) n’*a Ideologia Alemã*, quando afirmam que: “ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens”. Sobre o métodos e procedimentos da obra marxiana e a crítica ontológica, Chasin (2009) disserta:

Essa flexibilidade fundante do mundo sobre a ideação promove a crítica de natureza ontológica, organiza a subjetividade teórica e assim faculta operar respaldado em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade, o *ser* é chamado a parametrar o *conhecer*, ou, dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às coisas reais e ideais da mundaneidade (CHASIN, 2009, p. 58).

O conhecimento só é possível a partir de uma análise que busca sua concretude, a partir do que é observado no empírico, que deve ser analisado e dessa forma será possível conhecer a realidade como ela é, e não como ela parece ser. Este caminho é efetivado pelo que Chasin (2009) chama de *abstrações razoáveis* e são ilustradas por este trecho que atribui a “*força da abstração* como puro atributo do sujeito pensante – isto é, capacidade peculiar de apropriação do real –, que o *método científico* não é mais do que *a maneira de proceder do pensamento*” (CHASIN, 2009, p. 128). O concreto então aparece como síntese do pensamento, das abstrações razoáveis, e não como um ponto de partida do conhecimento, e isso é o que o autor denomina de *teoria das abstrações*, segundo ele, uma das características fundantes do pensamento de Marx, com a qual aderimos.

Neste procedimento, devemos considerar também que no processo de análise de realidade dos povos tradicionais, encontraremos uma diversa gama de elementos, nas mais variadas escalas. Entretanto, alguns destes nexos são mais determinantes do que outros, e isso é o que Chasin (2009) denomina *momentos preponderantes*. Como apontado acima, grande

parte dos estudos das comunidades tradicionais no Brasil toma a esfera cultural como preponderante em detrimento de outras, e buscaremos nessa pesquisa não tomar isso como pressuposto. É fundamental que estes nexos sejam “delimitados” e “articulados” como forma de consolidação da pesquisa.

Como se vê, sobressai também nessa viragem a polarização excludente entre a formação real, o complexo estatal concreto, do qual e reclamada a efetiva *reprodução teórica* – a captura da “lógica da coisa”, e a formação ideal de natureza especulativa, que dissipa e desnatura as “determinações existentes”, em seu reducionismo abstrativamente à “coisa da lógica”. Os dois movimentos aquisitivos são simultâneos e entrelaçados, mas sem que desapareça o *momento predominante* do ontológico sobre o gnosiológico, do “*ser-precisamente-assim*” em relação à representação ideal: retoras no movimento cognitivo, as “determinações existentes” não são passíveis de reprodução intelectual pelos andamentos *a priori* de qualquer configuração da lógica, e não podem conviver com qualquer *démarche* especulativa (CHASIN, 2009, p. 59).

Na busca da compreensão da “lógica da coisa”, podemos afirmar que na verdade o método de pesquisa é dado pelo próprio objeto a ser analisado, e não pelas determinações existentes ou sistemas lógicos idealizados que tendem a ser reproduzidas no intelecto e na ciência. Cabe ao pesquisador, então, buscar no próprio objeto qual a forma de analisá-lo e chegar a uma compreensão da sua concretude. É nessa busca que deve-se ficar atento aos momentos preponderantes dos movimentos da realidade, para compreender o “*ser-precisamente-assim*” que faz do objeto o que ele é.

Nisso, façamos uma breve reflexão sobre a dialética, tão cara ao pensamento crítico mas que é igualmente distorcida pelo marxismo vulgar. Comumente refere-se ao “método dialético” como forma de pensamento para desvelar a realidade, e nota-se que a dialética é buscada em toda e qualquer investigação. Novamente, recorremos à análise de Chasin (2009):

tudo que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade historicamente engendradas e desenvolvidas. Donde a identificação da dialeticidade como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação (CHASIN, 2009, p. 236).

Percebemos então que ao investigar a concretude do real, Marx expôs o movimento dialético da realidade em sua obra, e é importante ressaltar que isso ocorre no momento de exposição, e não foi um pressuposto seguido na investigação de seu objeto. A dialética não é um esquema a ser aplicado, e ela não é encontrada no pensamento por ser, precisamente, o movimento da realidade. Eis uma das problemáticas encontradas nos métodos materialistas mecanicistas, fundamentados em uma lógica positiva.

Concordamos também com Elcemir Paço Cunha (2015, p. 157) que “[a] prudência é do intelecto, mas a dialética é da realidade histórica que não demonstra qualquer subserviência

aos desígnios da consciência.” Devemos ficar atentos para não reproduzir uma busca estéril pela dialética em todo movimento da realidade, pois nem toda realidade mostrará um “momento preponderante” que permita a identificação desse fluxo. O tempo de financiamento de uma pesquisa de mestrado pelas agências de fomento no Brasil, que é bastante breve, não necessariamente permitirá que se desvende todos os movimentos da realidade acerca de um determinado assunto, portanto, de antemão, nos resguardamos da responsabilidade de apresentar na pesquisa a concretude total que permeia a questão da moradia dessa comunidade.

No momento da pesquisa de campo, atentos para a busca da melhor maneira de capturar a referida “lógica da coisa” pela escolha da metodologia de inserção em campo da observação participante, consideramos também que “a objetividade científica é uma complexa resultante de produtivos influxos sócio-históricos, e não, meramente, a virtude de uma forma de discurso pré-moldada” (CHASIN, 2009, p. 117). Por se tratar de um tema tão relacionado ao cotidiano das famílias e à transmissão dos saberes tradicionais, a metodologia utilizada foi escolhida para compreender a forma com que os próprios moradores se relacionavam com suas casas: sejam elas as lapas ou as casas de barro, no tempo da pesquisa ou em época anterior à implantação das UCs. O objetivo das observações feitas em campo é, então, contrapor os modos de vida e a relação com a moradia e como elas se relacionam às concepções de moradia burguesas. O fato de o Estado não considerar essas formas de morar legítimas acentua o conflito territorial, afeta e transforma os modos de vida dos apanhadores de flores.

A observação participante foi a metodologia considerada mais apropriada, por permitir um relacionamento mais estreito entre pesquisador e pesquisado. Quando Foot-Whyte (1980) relata sua experiência de pesquisa, compreende-se a importância do processo de entrada no grupo e a inserção desse sujeito estranho, e a forma com que as práticas sociais da comunidade é alterada pela sua presença. A opção por não realizar entrevistas formais faz com que os elementos pesquisados sejam descobertos de maneira orgânica, e permite uma flexibilidade maior dos diálogos, por não negar a posição de sujeito ativo naquele contexto.

O relato etnográfico foi a forma considerada mais apropriada para a exposição do que foi descoberto em campo, pois permite que ao mesmo tempo que a narrativa se desdobra, as percepções do pesquisador são apontadas. Dessa forma, os capítulos seguintes foram construídos com base no relato etnográfico feito durante os trabalhos de campo, revisado e acrescido de alguns apontamentos teóricos referentes ao que foi observado a cada momento e à cada família visitada. A escassa utilização de referências nesses capítulos não remete à falta de rigor científico, mas condiz com a elaboração do texto etnográfico. Ressaltamos aqui as

diferenças entre a metodologia de pesquisa etnográfica em campo e o relato etnográfico. A pesquisa de campo que leva em consideração a etnografia, primeiramente, é realizada com uma imersão extremamente profunda do pesquisador em campo, algo que seria impossibilidade pelo tempo total da pesquisa. Stephane Beaud e Florece Weber (2007) apresentam um denso manual para guiar a pesquisa etnográfica, o qual não seguimos à risca. Quando estava em campo, a preocupação maior foi a de extrair das famílias que me receberam informações sobre as técnicas de construção das casas, e tentar obter relatos que permitissem estabelecer um paralelo entre as casas de barro cru e as lapas. A forma de relato etnográfico foi escolhida pela possibilidade de expor essas informações com maior precisão e detalhes. É necessário ressaltar que, em campo, surgem novos apontamentos constantemente, e a forma como esse conhecimento é construído transparece de modo mais fluido no relato etnográfico. Além disso, esse formato foi considerado o mais adequado devido à impossibilidade de realizar entrevistas formais com os moradores, pois foi necessária a construção de um relacionamento de confiança.

Porém, antes de apresentar as informações coletadas em campo no formato de relato etnográfico, consideramos necessário apresentar algumas breves caracterizações já feitas da comunidade e de contexto de conflito territorial, bem como apontamentos sobre a questão quilombola no Brasil de maneira geral, mas sem a intenção de descrever um longo histórico acerca da luta pelo território das comunidades negras. É importante ressaltar que durante toda a pesquisa, a relação entre sociedade e natureza foi um tema que se sobressaiu em minha compreensão geográfica de mundo, e portanto todas as reflexões e conclusões chegadas aqui se apoiam de alguma forma nesse tema.

Previamente à visita, algumas informações, que já foram aqui apresentadas, eram sabidas a respeito da comunidade a partir de outras pesquisas que tratam do mesmo tema, bem como outras questões que se relacionam ao tema dos conflitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. As casas de cima, também conhecidas como as lapas, foram as mais atingidas pelas ações de implantação e cercamento da área do PERP, por isso foi decidido tentar vivenciá-las com mais profundidade no trabalho de campo, visitando mais de uma lapa e compreendendo como o cotidiano corre na época do ano em que a comunidade sobe a Serra. Havia sido combinado com mais uma pesquisadora que há alguns anos trabalha com a comunidade e também iria visitar a área na mesma época de conciliarmos as datas dos trabalhos de campo, pois o acesso ao local é difícil, e o povo da comunidade é arredio à aproximação de pesquisadores ou estudantes não conhecidos. Isso se dá principalmente pelo fato de estarem em uma área de grande conflito e pelo fato de que por muitos anos,

permaneceram na invisibilidade para garantir sua sobrevivência, e esse conflito deu uma grande visibilidade à eles. O contato com outros pesquisadores que já os conhecem e trabalham junto com eles foi essencial para conseguir adentrar no território e realizar o trabalho de campo, vivenciando e observando o cotidiano de algumas das famílias. Eu havia visitado uma das famílias da comunidade em data anterior ao trabalho de campo juntamente com o orientador e a pesquisadora, em que fomos recebidos para um almoço para me apresentar e ser apresentada ao povo da Mata dos Crioulos, para explicar à eles as intenções dos estudos que pretendo realizar, ocasião em que eles demonstraram boa vontade em me receber.

2.2 As questões ambientais e quilombolas no Brasil

Para compreender melhor a situação da comunidade da Mata dos Crioulos, deve-se entender antes a situação das comunidades quilombolas no Brasil em um panorama geral, como são reconhecidos perante o Estado e a sociedade, como acontecem seus processos de identificação e a legislação que permeia sua existência. A intenção não é reproduzir na íntegra a história de como se formaram e são reconhecidas as comunidades, mas relacionar alguns pontos relevantes que nos ajudem a compreender posteriormente a questão da moradia em meio ao contexto da sua luta pelo território, com auxílio de algumas reflexões acerca da relação entre sociedade e natureza. A situação da comunidade em questão abrange assim como da questão quilombola, outras problemáticas acerca da definição de povos e comunidades tradicionais pela condição de apanhadores de flores sempre-vivas. Mas a autoidentificação como quilombolas foi uma das primeiras e principais estratégias para garantir o reconhecimento da comunidade e seu território, que está em processo de demarcação no INCRA.

Alfredo Wagner Almeida (2002) faz um longo e interessante histórico acerca da definição de quilombo, e dos problemas em relação ao que seria sua definição exata, após a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). As pesquisas, presumivelmente, levaram às referências encontradas no período colonial do Brasil, e a primeira definição encontrada refere-se aos “calhambolas” pelo Conselho Ultramarino em 1740. Nela, existe uma série de elementos que definem o que é ou pode ser um quilombo: a fuga, pois tratava-se necessariamente de escravos fugitivos. Havia uma quantidade mínima de pessoas para configurar-se um quilombo, que seria de cinco indivíduos; a localização geográfica era sempre isolada, distante da ‘civilização’ (essa

definição pode ser encontrada até hoje em algumas vertentes de pesquisa, que consideram os quilombos como fora dos processos de produção econômicos (o que será um pouco mais explorado a seguir); a presença de ‘ranchos’, ou seja, se existe moradia, ou benfeitorias que sirvam desta maneira; e por último, a presença de um pilão, instrumento necessário para tirar a casca do arroz plantado, significando assim a possibilidade de produção e consumo de alimentos no local.

Essa definição, apesar de ter sido elaborada no século dezoito, ainda deixa muitos resquícios na nossa compreensão atual do que são os quilombos. Um erro comum apontado por Almeida (2002) é cometido por quem defende o fator do isolamento geográfico como garantidor do território: os quilombolas organizam-se em unidades familiares de trabalho (assim como a maioria dos grupos camponeses) e a produção agrícola servia tanto para o autoconsumo como para comercialização, e estas transações econômicas com grupos externos era um dos principais fatores que consolidava as fronteiras de seu território. O reconhecimento territorial, mesmo que não seja formal, acontece quando as comunidades interagem com outros grupos sociais que reconhecem (ou não) suas terras. Além da visão do isolamento da sociedade, outra característica impregnada aos quilombos pelo senso comum é a negação ao trabalho, pois desde suas origens, a organização na forma de *plantation* nunca foi realizada, o que gera um ideal equivocado de “grupo vadio” (ALMEIDA, 2002) que ainda permanece no imaginário da sociedade nos dias de hoje.

Posteriormente, na legislação do período imperial, esses cinco elementos citados acima definidores de quilombo se mantêm, com mudanças apenas em variação e intensidade. Mas no período republicano, após abolição da escravatura, os quilombos deixaram de ser citados ou mencionados, pois foi considerado que não haveria mais razão para a existência destes: sem um regime escravocrata, não haveria fuga de escravos, e os ex-escravos iriam se organizar de outras formas. Entretanto, desde então não foi realizada ou proposta nenhuma medida que possibilitasse a inserção destes na sociedade com igualdade, e as organizações das comunidades continuaram a existir.

Com a abolição da escravatura, por não se ter resolvido o problema da terra para os ex-escravos, por não terem sido feitas reformas na estrutura agrária, não havia instrumentos para contemplar a questão das posses camponesas, o que resultou em conflitos de formas variadas e em marginalização destes grupos sociais (ALMEIDA, 2002, p. 65)

Apesar de não haver mais uma conotação de bandidagem nessas organizações, eles ainda não eram considerados como parte integrante da sociedade de fato. Apenas cem anos depois, na

Constituição de 1988 voltou-se a falar no termo quilombola, e neste contexto ele surge como “remanescente”, como sobrevivência, resistência.

O que persiste ainda hoje é uma definição semelhante à de 1740 com o adendo do “remanescente”. Em análises que pressupõe um isolamento étnico das comunidades, o isolamento geográfico é, hipoteticamente, um dos fatores que mais influencia a definição dos quilombos, o que supostamente leva ao isolamento econômico, e conduz a outras formas de produção e comercialização para sobrevivência³. No caso da Mata dos Crioulos, pode-se dizer que há um isolamento que decorre da dificuldade de acesso ao território da comunidade devido à distância e péssimas condições da estrada. Isso faz com que sua cultura e modos de reprodução da vida sejam vistos, também, como isolados da sociedade.

Neste caso, podemos considerar que a concepção dicotômica positivista entre a sociedade e a natureza influencia diretamente no que é a concepção dos quilombos: a distância da ‘civilização’ faz com que esses grupos sejam mais ‘próximos’ da natureza, o que pode significar em certos casos uma dificuldade em reconhecê-los como sujeitos, ou até em casos mais drásticos, como seres humanos. Entretanto, de forma contraditória, esses povos não são considerados parte da natureza quando o assunto é preservá-la, como o povo da Mata dos Crioulos que se viu expulsa de seu território em prol de um discurso conservacionista.

Jan French (2003) faz também uma análise acerca da legislação que rege a definição das comunidades quilombolas. O autor afirma que os processos de elaboração das leis no Brasil são uma negociação constante, e o Artigo 68 (ADCT) pode ser considerado apenas um passo inicial simbólico, pois apresenta uma definição de quilombo um tanto restrita. Mas ele afirma que se deve considerar a lei em uma forma prismática, que absorve uma concepção única do Estado que se refere às comunidades, e refrata uma multiplicidade de demandas e de identificações dos quilombolas. Portanto, entendemos que os membros das comunidades e os estudiosos do tema ressemantizaram a definição de quilombo, para que fosse possível aceitar os diversos casos de comunidades que reivindicavam seus direitos, então essa concepção não era totalmente engessada, apesar de restrita.

Devemos chamar a atenção para o contexto histórico e político no Brasil de quando foi promulgada a Constituição de 1988. Havia uma grande mobilização nacional de movimentos sociais a respeito da reforma agrária, numa situação de redemocratização da política do país, e havia uma disposição especial para a questão fundiária brasileira, e então foi introduzido o

³ Eliane Cantarino O’Dwyer (2002) sugere que os fatores que diferenciam de fato as comunidades quilombolas são elementos reconhecidos pelos próprios quilombolas, e não por agentes externos que buscam definições para esses povos.

debate sobre as chamadas comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e outras. Então, a respeito das muitas compreensões sobre a definição dessas comunidades, French (2003) acrescenta:

Até certo ponto, essa flexibilidade pode ser ligada à vontade do governo de estabelecer um compromisso com os militantes da reforma agrária, que estavam decepcionados com sua derrota na Assembleia Constituinte em 1987, o que tornou uma reforma agrária abrangente virtualmente impossível. Algumas vezes se fizeram ouvir fazendo menção ao alargamento do Artigo 68 como ‘uma reforma agrária para negros’, uma vez que haviam tão poucas vias disponíveis para a justiça fundiária (FRENCH, 2003, p. 51)

Então consideramos que o reconhecimento dos quilombolas e suas terras ocorreu como uma compensação tanto para a comunidade negra, que tinha seus direitos negados historicamente no Brasil, e para os movimentos sociais de luta pela terra do campesinato tradicional, que após se ver sem perspectivas para uma reforma agrária de fato, vê que existe alguma forma de reconhecimento pela pauta pelo Estado brasileiro através das comunidades tradicionais.

Mas como podemos observar, “a aplicação da lei é apenas o passo inicial de uma negociação múltipla e contínua” (FRENCH, 2003, p. 54). A partir da aplicação dessas leis, as comunidades vão se moldando, modificando a própria “cultura”, para encaixar-se nos parâmetros que as permitem garantir seus direitos. Em um contexto de globalização e de expansão das fronteiras capitalistas no campo, as comunidades se veem numa posição de ocupação de terra isoladas geograficamente e que não são regularmente buscadas como mão-de-obra assalariada, então a conquista desses direitos é o que as mantém nesse contexto. Mas como já apontamos em Cerqueira (2018a), o fato de que essas comunidades mantêm relações econômicas que não podem ser chamadas necessariamente de capitalistas, elas ainda estão inseridas em um sistema-mundo que tem a forma-mercadoria como fundante, portanto, não pode ser pensada fora deste contexto.

A possibilidade da conquista de direitos pelas comunidades quilombolas a partir do reconhecimento do Estado e de instituições leva as comunidades a modificarem alguns aspectos de seus modos de vida, ameaçando assim a “tradição cultural” que tanto é prezada pelo discurso que busca a preservação. Porém, isso não deve ser visto como fator danoso: é um indício de que deve ser feita uma maior investigação acerca da objetividade e da subjetividade dessas questões e como estas se relacionam entre si.

Algumas das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas, organizados através da CODECEX, também se autointitulam como quilombolas, como é o caso da Mata dos Crioulos. Essas comunidades ocupam os territórios do entorno de Diamantina desde quando a

extração de diamantes atraiu os colonizadores portugueses para lá. Portanto, mesmo que as ocupações dos quilombos originais não correspondam às ocupações que existem hoje, isso não é motivo para deslegitimar a identidade de quilombola desses povos. A mistura racial foi uma constante durante todos os anos, então a ancestralidade dos apanhadores de flores sempre-vivas não remetem apenas aos africanos que foram trazidos às minas de diamante para serem escravizados, mas também à populações indígenas nativas. E até o momento em que iniciaram-se os conflitos territoriais devido à implantação de UCs, esses grupos que não tinham acesso aos direitos básicos como cidadãos se viram ainda mais atacados. Dessa forma, o reconhecimento como quilombolas e povos tradicionais são formas de afirmação da territorialidade e da identidade desses grupos, e é a partir delas que eles tem acesso aos direitos previstos por lei como iguais.

2.3 A territorialidade dos apanhadores de flores sempre-vivas

O território e a territorialidade são termos comumente utilizados nos estudos dos povos e comunidades tradicionais, e também podem ser percebidos no cotidiano dessas comunidades, em sua *luta pelo território*. Antes de introduzirmos as territorialidades específicas dos apanhadores de flores, faz-se necessário explicitar a forma com a qual entendemos o território e as territorialidades, e como elas se dão no espaço do campo brasileiro.

Para compreender os modos de vida dos apanhadores de flores sempre-vivas da Mata dos Crioulos, é necessário observar que as famílias dessa comunidade apresentam a prática da *transumância*, um fenômeno que se assemelha a uma migração sazonal, porém com algumas particularidades. Nas palavras de uma moradora retratada no documentário Sempre-Vivas (2014): “[n]o tempo de nós cuidar das nossas roças não é o tempo da campina⁴. E no tempo da campina nós já cuidamos das nossas lavoura”.

Para justificar a utilização do termo transumância, buscamos referências de seu significado histórico. Américo Oliveira e Filomeno Silva (1999) apresentam um histórico da atividade, que usualmente é relacionada à técnicas de pastoreio. Não é certo o primeiro registro dessa atividade, mas de acordo com os autores, ela remete ao período pré-romano, e consiste basicamente no deslocamento periódico das criações entre determinados regimes de clima diferentes, em que o local de origem é abandonado para que eles possam se alimentar em pastos frescos em outro local. Os registros históricos mais antigos da transumância

⁴ Campina é o nome popular da espécie de flor sempre-viva mais comercializada.

remetem ao período pré-romano, e a região onde ele ocorria primordialmente era na Península Ibérica, o que nos leva a pensar na atividade como uma herança cultural da colonização portuguesa. Essa atividade é ligada usualmente às comunidades “primitivas”, e seus percursos são atualmente vistos e visitados até como atração turística. O tratamento dado à atividade é semelhante ao que, como veremos a seguir, são dados às questões das comunidades tradicionais, como um costume em vias de extinção. Escolhemos esse termo para designar a atividade dos apanhadores de flores devido às semelhanças com essa prática histórica e já conhecida por diversos estudos das ciências humanas. O fato de que a comunidade da Mata dos Crioulos realiza esse movimento não apenas para a “apanha” de flores, mas também em função dos cuidados com as roças, faz com que esse termo seja adequado para defini-lo.

Durante parte do ano, as casas ocupadas estão localizadas na parte “de baixo” da comunidade, nas localidades de Algodoeiro, Covão, Cardoso e Pindaibas, que são as casas construídas majoritariamente em barro, com técnicas tradicionais como pau-a-pique e adobe, que utilizam a matéria-prima disponível no território. De baixo custo e mão-de-obra simplificada, a opção do pau-a-pique é a mais utilizada pelas famílias, apesar de serem também encontradas algumas casas de adobe e mais recentemente, algumas construções em alvenaria convencional –casas e igrejas evangélicas.

No tempo da “apanha” de flores sempre-vivas, as famílias sobem a serra, e residem nas lapas, espécies de cavernas conformadas por grutas nas formações rochosas da região da Chapada do Couto, que apresenta características evidentes dos relevos cársticos, conhecidos por sua beleza cenográfica. Quando as flores se abrem nos campos se iniciam as andanças das famílias, que transitam para cima e para baixo em seu território, o que faziam de maneira livre anteriormente à implantação do PERP. Essa sobreposição das áreas da comunidade e dos Parques, representados no Mapa 1, são o que caracteriza o início do conflito territorial entre as famílias da comunidade e os órgãos ambientais do governo do estado de Minas Gerais que administram as unidades: o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG).

Durante a década de 2000, houve algumas tentativas por parte de uma empresa mineradora de avançar sobre o território da Mata dos Crioulos, que intentaram comprar terrenos das famílias e instalar equipamentos para a retirada de minério⁵. Na mesma ocasião, ocorriam nos gabinetes dos órgãos ambientais as negociações para ampliação do PERP. As famílias de todas as localidades da Mata dos Crioulos, que se viam cerceadas de ameaças por

⁵ Na década de 2010, em uma conjuntura de crise global do capital, os avanços das empresas mineradoras sobre essa área se amenizaram, mas isso não significa que o território dos apanhadores de flores esteja protegido dessa ameaça, mas não é deste conflito específico que trataremos aqui.

todos os lados, se juntaram para lutar pelo reconhecimento como quilombolas, para que o Estado reconhecesse seu território. Essa articulação iniciou o processo de autoreconhecimento como povo tradicional não apenas perante o Estado, mas também internamente às famílias, que viram nessa possibilidade a conquista de direitos básicos garantidos pela Constituição brasileira, os quais eles não tinham acesso.

Em meio às tentativas de avanço de mineradores sobre suas terras, e a restrição de uso de grande parte de sua área estabelecido pelos órgãos ambientais, entendemos que a reprodução e existência desse povo está ameaçada, através dos cerceamentos do seu espaço de reprodução de vida, reflexão feita antes mesmo de conhecer o local e realizar os trabalhos de campo. Evocamos aqui as definições de *território* pelo campo geográfico.

O território é considerado por Marco Aurélio Saquet (2015) como resultado do processo de produção do espaço. Quando colocamos o espaço como um elemento que não é abstrato, mas que se encontra presente na materialidade, pressupõe-se que ele seja parte das relações sociais e, portanto, socialmente produzido. Ao nos atentarmos que estamos inseridos em uma ordem social vigente na qual o capital tornou-se uma forma incontrolável de controle sociometabólico em uma sociedade que se divide em classes em relações de dominação (MÉSZÁROS, 2011), é evidente a compreensão do espaço como território. Por ser um elemento de constante disputa, o autor complementa o conceito de território como o

produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício de poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)imaterialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir. (SAQUET, 2015, p. 45)

A porção territorial ocupada pelas comunidades quilombolas e apanhadoras de flores, então, é resultado da reprodução da relação sociedade-natureza, que no caso se dá por relações sociometabólicas distintas da sociedade ocidental urbana na qual estamos inseridos. Quando pensamos a respeito do processo de implantação das UCs, é possível perceber que existe um conflito sobre as formas de compreender aquele território e natureza por parte da comunidade e pelos órgãos ambientais. Para o IEF-MG, a delimitação do uso da área dos Parques foi feita com o intuito de preservar a natureza conforme os decretos que estabelecem a criação dos referidos Parques (MINAS GERAIS, 1994 e MINAS GERAIS, 1998) – ao menos no discurso, pois consideram a presença antrópica como necessariamente danosa a ela. Para a comunidade, a “apanha” de flores, o manejo do fogo e outras práticas são o que mantém e produzem a natureza daquela forma, preservada. Essas visões de mundo

incompatíveis entre si se materializam então em um conflito territorial, no qual as disputas pelo território se fazem centrais para a sobrevivência da comunidade e seus modos de vida.

Buscamos também a compreensão do território “numa perspectiva histórico-crítica, relacional, reticular e pluridimensional” (SAQUET, 2015, p. 98), o que é primordial para compreender a realidade das comunidades tradicionais e camponesas, que estão inseridas nessa realidade de expansão dos processos de acumulação do capital, concordando com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) que o avanço do desenvolvimento capitalista é contraditório, assim como todos os processos de produção e circulação do capital.

A partir das contradições que podem ser percebidas nesse processo de avanço do capital no campo, aprofundar o conceito de território é de primordial importância para compreender os conflitos que concernem ao camponês brasileiro. Concordamos que

o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2001, p. 74).

Apesar do debate do território por vezes se limitar à regulação estatal, essa não é sua única característica mas também não pode ser desconsiderada, e entende-se aqui que o Estado desempenha essa função de regulação apenas em momentos específicos. Mas essa definição faz jus à concepção de território como resultado do processo de produção social do espaço, e compreendemos dessa forma que o Estado assume então sua forma de mediação dos conflitos que acontecem nesse território. Além disso, “[o] processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 2001, p. 74). Dessa forma, em uma sociedade que tem como pressuposto a reprodução do capital, compreendemos que o próprio capital se territorializa, o que é evidente ao observarmos seu processo de expansão no campo.

Em meio à expansão e territorialização do capital no campo brasileiro, o Estado prioriza – por meio de políticas públicas, financiamentos, etc. – o estímulo aos grandes setores econômicos em detrimento de pequenos produtores, e praticamente nega a existência de alguma outra forma de camponato que não seja pautada na produção agrícola, que é o caso de grande parte das comunidades tradicionais, que tem sua atividade principal ligada à terra e ao território mas não necessariamente contribuem de forma direta com o abastecimento dos grandes centros urbanos. Chayanov (2014 [1924]) disserta a respeito da divisão do trabalho camponês entre atividades agrícolas e não agrícolas, e afirma que esta não é regulada pela disponibilidade da terra, mas pelo mercado, então não há sentido em ligar a identidade

campesina à agricultura sendo que não é o próprio sujeito em si que determina sua atividade, e sim as relações nas quais ele está inserido e das quais ele não tem o menor controle. Essa lógica está correlacionada com a economia geral, externa às comunidades do campo. As instituições estatais, dessa forma, afirmam com suas ações a territorialidade do capital no campo. Concluimos então que “o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (OLIVEIRA, 2001, p. 74, grifos originais), o que podemos relacionar com as pautas das lutas dos movimentos dos povos tradicionais. Como grupos sociais específicos, é a partir do território que eles se reconhecem no mundo, não sendo este uma característica pressuposta, mas algo que se constitui em conjunto com as relações sociais que ali se estabelecem.

Faz-se necessário nesse momento a introdução de outro conceito já mencionado aqui: a territorialidade. Ela está relacionada intimamente ao território, e irá nos auxiliar na compreensão dos conflitos inerentes à comunidade da Mata dos Crioulos. Em definição, as territorialidades são compreendidas:

a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações, delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades, e por fim; d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais efetivadas nas relações sociedade natureza, ou seja, relações sociais do homem entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107-8).

As territorialidades, como relações sociais, são evidentes no conflito das comunidades tradicionais frente à implantação das UCs. A diferença que percebemos na relação sociometabólica dos povos tradicionais frente ao Estado e a sociedade urbana cria conflitos que dificultam o reconhecimento de seus territórios assim como seus direitos básicos como cidadãos brasileiros. É possível notar uma diferenciação nas formas de apropriação do espaço geográfico por esses povos, o que está justamente conectado à relação destes com a natureza. Em meio a essas definições, Saquet (2015) acrescenta a definição das temporalidades como sendo os ritmos (lentos e rápidos) que lemos na natureza e na sociedade. Quando buscamos uma compreensão com base na unidade espaço-tempo, é inevitável que as territorialidades sejam acompanhadas das temporalidades.

Outro autor que trás a questão das territorialidades que muito se relaciona à realidade da Mata dos Crioulos é Robert Sack. Ele indica que as “mudanças territoriais ocorrem amplamente por meio de forças internas da sociedade” (SACK, 2013, p. 68), ou seja, as relações territoriais estão diretamente ligadas às relações sociais. Se compreendemos a

sociedade como dividida em classes em uma correlação de poder, essas disputas se materializam no território. No caso da Mata dos Crioulos, os conflitos entre o povo da comunidade e os agentes do estado são evidenciados a partir da forma com que cada um destes se relaciona com o território. A “territorialidade envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações dos outros” (SACK, 2013, p. 76).

É possível ver como os conflitos da comunidade podem ser definidos através das disputas e territorialidades das visões de mundo que se chocam, cujas consequências se materializam naquele espaço. Como Marcelo Lopes de Souza (1995) define:

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a parte de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...). [U]ma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 1995, p. 78-79, grifos originais)

Como, então, entender as relações de poder materializadas no território da comunidade da Mata dos Crioulos e as estratégias utilizadas pelos agentes envolvidos nesse conflito? A questão obviamente passa pelas mais diversas e complexas relações que podem ser percebidas em escalas distintas, mas o que nos interessa compreender na presente pesquisa é como a questão da moradia pode ser entendida como uma territorialidade, ou seja, uma “estratégia para estabelecer níveis de acesso a pessoas, coisas e relações” (SACK, 2013, p. 78).

Como será explicitado a seguir, os modos de morar do povo da Mata dos Crioulos abarcam as mais diversas contradições, tanto para o povo da comunidade como para quem não é de lá. A relação dos moradores com as casas e com o processo construtivo das mesmas é positivado em alguns aspectos e negativado em outros, e se apresenta de maneiras diferentes para os distintos agentes que influem na questão em si. Ao mesmo tempo que as moradas significam uma ligação direta com o território a partir da própria matéria-prima utilizada, a condição das moradas é, em alguns casos, “precária” – seja pela manutenção incorreta ou pela ampla facilidade de construir novas casas quando faz-se necessário. Mas antes de chegar a qualquer conclusão ou apontamento, é necessário colocar algumas características a respeito do conflito territorial da comunidade.

2.4 Investigando os conflitos territoriais ou socioambientais

A comunidade da Mata dos Crioulos, bem como outros povos apanhadores de flores sempre-vivas que não serão abordados neste estudo, enfrentam diversos conflitos territoriais devido a implantação de UCs de proteção integral em territórios que eram anteriormente utilizados por eles para a atividade da “panha”. Essa subtração de seu território se deu de forma violenta e hostil, que ainda assombra grande parte da população da comunidade que vê os órgãos governamentais de meio ambiente como antagonistas à sua existência e permanência ali. Ao propor um debate que abarca questões tão delicadas, que envolvem práticas culturais, comunidades tradicionais e conflitos territoriais, consideramos ser fundamental colocar que compreendemos que a comunidade estudada não se encontra isolada e a análise desta realidade busca compreender os fenômenos em uma totalidade, na relação da sociedade com a natureza. Tainá Bulhões (2016) – em sua pesquisa de mestrado que tratou dos antagonismos de interesses entre os agentes ambientais e as comunidades quilombolas, na mesma comunidade que estudamos aqui – busca compreender com mais detalhes justamente a questão dos conflitos territoriais da comunidade da Mata dos Crioulos, e aponta de que forma essas disputas ocorrem com cada agente envolvido, que serão relatados a seguir.

A implantação do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) foi a primeira iniciativa da criação de áreas de proteção integral que aconteceu em 1998. O decreto nº 39.398/1998 afirma que o PEPI “visa proteger as riquezas naturais em seu domínio, como cachoeiras, cursos d'água e vegetação única. A exploração sustentável do ecoturismo e a realização de pesquisas científicas se enquadram nos objetivos desta Unidade de Conservação” (MINAS GERAIS, 1998). Ou seja, a utilização do território é restrita aos de fora – pesquisadores e turistas – enquanto o povo da comunidade é proibido de utilizar as terras as quais ocupam há gerações. O PEPI foi implantado na área mais próxima à localidade da Bica D'Água, e sua delimitação compreende a área de três municípios: Serro, Serra Azul de Minas e Santo Antônio de Itambé, este com maior área proporcionalmente e onde se localiza a sede administrativa da UC.

O Parque Estadual do Rio Preto (PERP) foi criado a partir do decreto nº 35.611/1994 e tem sua área no município de São Gonçalo do Rio Preto, e a área de sobreposição com a comunidade era pouco significativa. Entretanto, em 2005, com o decreto no 44.175/2005, a área do PERP foi ampliada e passou a abranger grande parte da Chapada do Couto, local de extrema importância econômica, social e cultural para a comunidade da Mata dos Crioulos,

onde estão grande parte das lapas e campos e de flores. A delimitação e restrição de uso desta porção do território é a maior fonte dos conflitos territoriais da comunidade.

Há ainda a Área de Proteção Ambiental Estadual Água das Vertentes (APAEAV) que foi delimitada em quase toda a área da comunidade a partir do decreto nº 39.399 de 21 de janeiro de 1998. Entretanto, essa UC não apresenta Plano de Manejo elaborado e sua gestão é relativamente negligenciada pelos órgãos ambientais, e por esse motivo ela não é fonte de conflitos intensos com a comunidade, apesar de apresentar a maior área de sobreposição com esta.

Como apontado por Karl Marx (2010 [1844]) em suas *Glosas críticas marginais*, o Estado tem como função primordial administrar as mazelas sociais, apesar de ser ele próprio quem provém o acesso à políticas públicas e a garantia de alguns direitos. Apesar de ter sido, através de órgãos estaduais o responsável pela restrição do uso do território da comunidade, também é pelo reconhecimento do Estado que o povo da Mata dos Crioulos busca o acesso a direitos básicos como saúde e educação, que são bastante restritos para eles.

A respeito das políticas ambientais, criou-se no Brasil em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) com diretrizes que se apoiam no preservacionismo estadunidense (BULHÕES, 2016). As UCs criadas no SNUC são divididas em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável (BRASIL, 2000)⁶. O grupo de UCs de Proteção Integral tem como objetivo principal “preservar a natureza”, dentro de uma concepção que separa as ações antrópicas da natureza em si, ou seja, a sociedade seria externa à natureza, independentes entre si. É nessa categoria que se encontram as UCs implantadas na área e no entorno imediato da comunidade. As UCs de Uso Sustentável conseguem abarcar de maneira menos conflituosa o uso e a presença antrópica em sua delimitação. Dessa forma, esse grupo permite uma maior possibilidade de diálogo com povos e comunidades tradicionais que se relacionam com a natureza de forma distinta da sociedade ocidental, fato que por vezes é ignorado pelos órgãos ambientais.

Com a criação de UCs que se sobrepõe ao território da Mata dos Crioulos na década de 1990 – ou seja, anteriormente à lei do SNUC, a comunidade teve de se submeter às normas externas impostas pelos órgãos ambientais para manejo de seu território. Após a implementação da lei do SNUC, em 2005, com a ampliação do PERP, os conflitos se

⁶ As de UCs de Proteção Integral podem encaixar-se nas categorias (I) - Estação Ecológica, (II) Reserva Biológica, (III) Parque Nacional, (IV) Monumento Natural e (V) Refúgio de Vida Silvestre. As UCs de Uso Sustentável podem enquadrar-se nas categorias de (I) Área de Proteção Ambiental, (II) Área de Relevante Interesse Ecológico, (III) Floresta Nacional, (IV) Reserva Extrativista, (V) Reserva de Fauna, (VI) Reserva de Desenvolvimento Sustentável e (VII) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

acentuaram, sendo comuns as ações violentas contra os apanhadores de flores sempre-vivas por parte dos agentes do IEF-MG de acordo com o relato dos moradores da comunidade, que serão expostos em detalhes nos próximos capítulos.

O que Sack (2013, p. 71) nomeia como “fronteiras impostas” caracteriza o conflito de territorialidades que se dá ali. A delimitação do território pelos agentes dos órgãos ambientais, que são externos àquela realidade e julgam conhecê-la e compreendê-la a ponto de serem os responsáveis pela administração completa da área. A comunidade habita o local há muitas gerações, e sua presença ali está intimamente ligada à “preservação” da natureza, o que em outros termos é o fato de que o território é resultado dessa produção social do espaço, como afirma também Saquet (2015). Mas conflitos como esse podem ser encontradas em diversas outras situações de povos e comunidades tradicionais em relação ao poder público.

Sack (2013, p. 78) ainda coloca que o “[t]erritório pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. E os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar dentro do território”. Nesse caso, é possível delimitar com clareza que os agentes dos órgãos ambientais, o IEF-MG, exercem o poder de controle daquele território que há algumas décadas não representava nenhum tipo de disputa. Essa disputa de forças reafirma ainda a separação e dominação que o saber científico – reivindicado como saber absoluto, vindo de acadêmicos e técnicos representados neste caso pelos órgãos ambientais – quer exercer sobre todas as outras formas de conhecimento, que deslegitima os modos de vida dos apanhadores de flores sempre-vivas como “preservador” da natureza.

Isso nos faz questionar também qual o motivo desse interesse sobre essas terras, e qual a legitimidade real esses agentes tem para controlar e gerir esse território. As formas de morar das famílias da comunidade são uma das formas de exercício de territorialidade, pois através das moradias são demarcados alguns limites que deveriam ser garantidos como direitos básicos pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). A falta de respeito pelas famílias e suas casas se dá por vezes apenas pela presença física, apesar de não ser regra e existirem relatos de expulsão de moradores de suas lapas durante o dia, para exemplificar a violência sofrida pela comunidade no processo de cerceamento do território. A situação fundiária das terras da comunidade não é regularizada, pois muitas famílias não possuem documentação apropriada e o processo de demarcação do território quilombola está em andamento no INCRA, e as andanças das famílias pelo seu território, seja na transumância ou nas reconstruções constantes das casas de barro, não segue a mesma lógica da propriedade privada, o que dificulta ainda mais o reconhecimento desses modos de vida por parte de qualquer órgão estatal. O desconhecimento e descaso de outros setores do Estado com a situação da

comunidade são uma das formas com que os órgãos ambientais se aproveitam para tentar deslegitimar os modos de morar, de ocupação e circulação pelo território, que são características intrínsecas aos modos de vida desse povo tradicional.

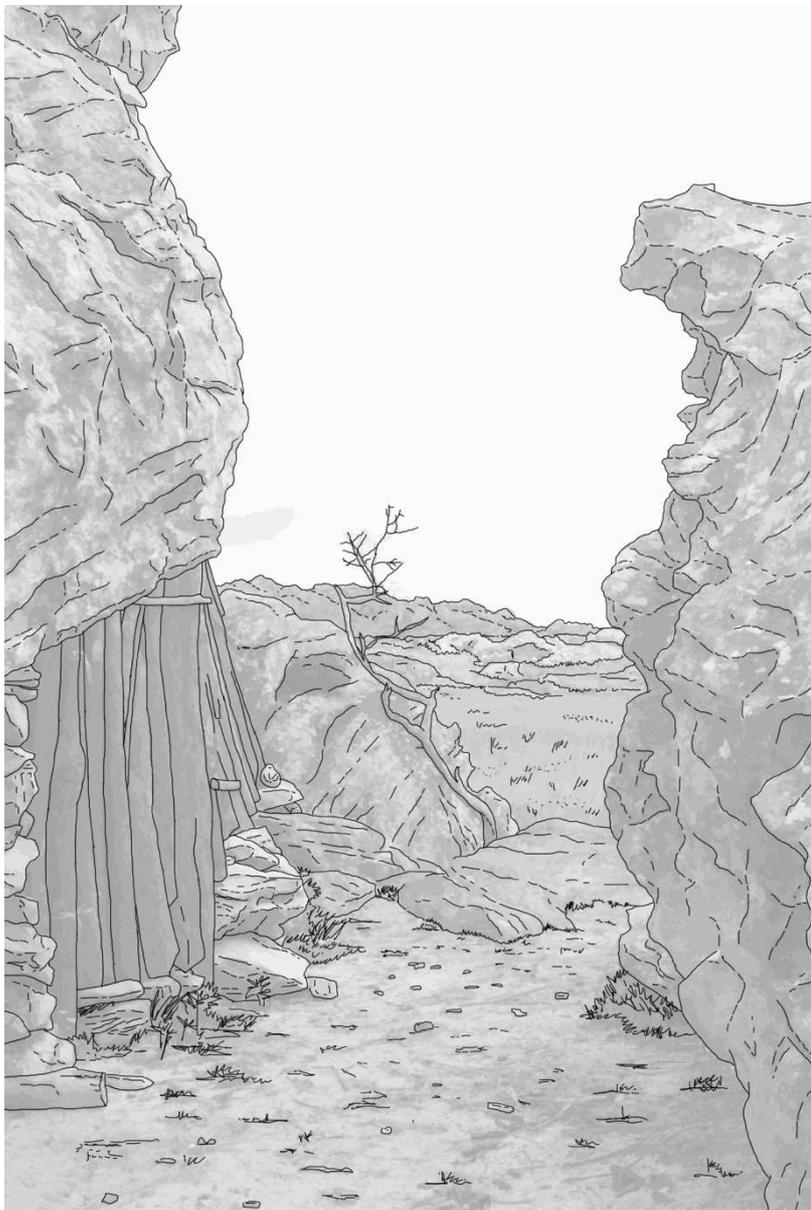
Buscaremos a seguir compreender como acontece essa movimentação pelo território a partir dos relatos etnográficos do trabalho de campo, revisado e acrescido de algumas reflexões teóricas. A partir da observação participante foram colhidas as informações aqui expostas, e as reflexões contidas no texto foram feitas de modo a considerar que todos os fenômenos não podem ser explicados por si só, mas são parte de uma totalidade, em um sistema de produção econômico que tem a forma-mercadoria como cerne de seus problemas. Apenas de não nos aprofundarmos na questão da mercadoria neste texto, temos sempre em mente as reflexões da principal obra de Karl Marx (2017), *O Capital*, que esta forma específica sob o modo de produção capitalista coloca “uma relação social determinada entre os próprios homens” como “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (p. 147). Ou seja, as relações humanas se transvestem da relação entre coisas, e essa relação fetichizada é o que dá um “ar fantasmagórico”, e nos faz enxergar os fenômenos social como relações entre objetos. Assim, esta pesquisa tem como objetivo dar um passo inicial em direção do desvelamento do problema da relação entre as comunidades tradicionais e o Estado a partir da questão da moradia.

Para isso, realizamos trabalhos de campo com visitas à comunidade da Mata dos Crioulos e à sede da CODECEX, e conversamos com algumas famílias que representam a comunidade em espaços institucionais. A escolha das famílias foi feita de acordo com conversas prévias entre nós, outros pesquisadores parceiros da CODECEX e as famílias. A escolha das casas a serem visitadas teve como critério as técnicas de construção, o tempo de permanência da família na comunidade, e a possibilidade de me receber por alguns dias. Após um levantamento prévio acerca dos estudos já realizados a respeito dos conflitos ambientais, foi possível estabelecer as linhas gerais da proposta do que seria estudado: a relação entre as formas de morar e as concepções de natureza da sociedade.

A primeira viagem, realizada em fevereiro de 2018, teve como objetivo principal estabelecer um primeiro contato com as famílias, apresentar a proposta da pesquisa e verificar com os possíveis participantes assuntos relacionados que poderiam ser demandas para a pesquisa. A segunda viagem ocupou inteiramente o mês de abril de 2018, com estadias alternadas entre o núcleo urbano de Diamantina e entre as casas das famílias na Mata dos Crioulos. Nos primeiros dias relatados, foi feita uma breve visita na área da Chapada que não está compreendida na delimitação do PERP, pois não é possível adentrar esta área sem

permissão do IEF-MG, e a relação conflituosa entre as comunidades e este órgão dificulta o diálogo entre eles e pesquisadores da CODECEX. Portanto, foram visitadas lapas fora da área do Parque. Nos dias seguintes, o trânsito na área “de baixo” da comunidade foi feito por uma semana, observando intensamente as casas e colhendo relatos dos moradores sobre as técnicas construtivas. Esse foi o período mais intenso de imersão em campo, o qual resultou no relato extenso dos capítulos 3 e 4 deste texto. Peço desculpas em antecedência pela grande extensão do texto e minúcia de detalhes. À primeira vista, podem até parecer enfadonhos, mas as o conjunto de informações colhidas conformam um rico relatório a respeito da questão da moradia da comunidade, o que torna necessária a exposição dessa forma. Ainda no mês de maio foi realizada mais uma visita na qual surgiram novas questões a serem abordadas no texto, diretamente relacionadas às concepções de natureza. Em junho, a última visita foi realizada o 1º Festival dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, ocorrido no Mercado Velho de Diamantina/MG. Na ocasião vários representantes do Estado e de outras instituições – como ONGs – estiveram presentes. Após o trabalho de campo, foram tecidas as reflexões que englobam os aspectos observados em relação à universalidade da questão da moradia no Brasil, a partir de sua relação com as concepções de natureza. Este movimento do pensamento de exposição retrata uma pesquisa finalizada parcialmente, pois durante o processo de leituras e imersão em campo, surgem inúmeras novas questões que nos movem, mas nem todas foram desdobradas aqui. Tentamos contribuir com nosso olhar sobre as formas de morar de uma comunidade em meio aos conflitos territoriais e socioambientais, e assim apontamos caminhos para seguir construindo um conhecimento que tenha o potencial de transformar o mundo numa direção em que seja possível uma emancipação humana das relações de dominação.

3. Nas lapis



O programado inicialmente era ir para a lapa de uma das moradoras da comunidade em uma sexta-feira bem cedo e retornar à cidade no domingo à tarde ou na segunda-feira de manhã. Para isso, era necessário chegar à Diamantina no mínimo na quinta-feira, para iniciar a viagem na sexta-feira bem cedo e ir para a chapada. A partir disso, programei minha chegada à cidade para quarta-feira, para ter tempo de conversar com outros pesquisadores e membros da CODECEX e planejar bem a logística do campo. A época escolhida para realizar o trabalho foi entre março e abril de 2018, época em que começam a abrir as primeiras flores sempre-vivas da espécie que eles denominam de campina.

No dia combinado, porém, amanheceu com chuvas fortes e trovoadas, o que impediu que fossemos à Chapada naquele dia, pois a estrada não está em boas condições de circulação, o que é agravado pela chuva. Parte do caminho até a lapa onde iríamos encontrar os moradores não é pavimentada com terra, mas é um caminho nas pedras que apenas pode ser trilhado por motos ou carros com tração nas quatro rodas, que foi a opção que conseguimos alugar para realizar o trajeto. Após a impossibilidade de subir a serra no dia combinado, começamos a pensar quais as alternativas que teríamos para ir, se ficaríamos os três dias combinados, ou se iríamos apenas um, a depender também da disponibilidade de sermos recebidas pelas famílias dos apanhadores de flores.

No dia combinado, o tempo amanheceu um pouco nublado, mas sem chuva, e de fato conseguimos transitar pela estrada, mas sempre muito devagar, pois a chuva forte dos dias anteriores havia deixado muitas marcas, poças de água e áreas barreadas na estrada, fazendo com que ela estivesse escorregadia. Saímos bem cedo da cidade, para tentar aproveitar a maior parte do dia em campo, pois nesse ponto ainda não sabíamos se seria possível ficar lá por mais dias ou se voltaríamos naquela tarde. Em aproximadamente duas horas de viagem, chegamos na Ponte Acaba Mundo, que segundo os moradores da comunidade, é o marco inicial do território da Mata dos Crioulos (Figura 1 e Figura 2). A ponte é uma construção antiga de concreto armado com cordas de aço que também servem como estrutura, e foi construída próximo do encontro dos rios Jequitinhonha Branco e Jequitinhonha Preto, também conhecido como Soberbo. Nesse dia, devido às fortes chuvas, os rios estavam bastante cheios (Figura 3).



Figura 1: Ponte Acaba Mundo, entrada da comunidade da Mata dos Crioulos.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 2: Placa indicativa com o nome da ponte e do território da Mata dos Crioulos.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 3: Encontro dos rios Jequitinhonha Branco e Preto sob a Ponte Acaba Mundo.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

A comunidade é composta por várias localidades que podem ser identificadas na figura do Anexo A, e por isso tem um território muito extenso, diverso e com muitos habitantes, e suas origens são incertas, mas muito se fala do seu mito fundador, o Isidoro, que poderia ser considerado como um Zumbi da região, a liderança que organizou o início da ocupação do quilombo. Foi-nos dito que é de boa educação pedir licença a Isidoro após atravessar a ponte, para adentrar o território de seu povo. A respeito desse mito fundador:

Isidoro era um mulato alto, musculoso, dotado de grande força e agilidade. Tendo nascido escravo, serviu muitos anos a seu senhor, tal frei Rangel, que vivia a minerar. Graças a isso Isidoro, desde menino, familiarizou-se com o serviço da mineração, vindo a adquirir tamanha prática desse ofício que depois de homem feito, não houve no Tijuco ninguém que fosse mais entendido do que ele. Tendo seu senhor mandado a Isidoro que fiasse em lavras que pertenciam a Real Fazenda, foi preso como contrabandista e confiscado ao seu senhor, passando então a pertencer ao serviço do rei, sendo obrigado a trabalhar na Real Extração. Isidoro não tinha culpa de haver contrabandeado: se o fizera, fora por ordem de seu senhor. Homem de brio, envergonhando-se de trabalhar de calceta, sendo, como era inocente, - resolveu fugir (...). Libertado, Isidoro fez-se garimpeiro. Como acontecesse fugirem na mesma ocasião muitos outros escravos, foram todos juntar-se a Isidoro, que se tornou assim chefe de uma tropa de 50 garimpeiros, todos quilombolas. (GOÊS, 2001, s/p)

Algumas pesquisas ainda referem-se a Isidoro como quem originou a comunidade da Mata dos Crioulos:

Os dias foram passando e o escravo fugido foi-se cercando de outros companheiros, até construir um verdadeiro Quilombo fortificado. Esse local ainda hoje é conhecido pelo nome de Mata dos Crioulos. Num desvão da serra, em local de difícil acesso, ele construiu seu esconderijo. Seus companheiros garimpavam à noite luz de atoches e o produto da garimpagem era de comum acordo, empregado na manutenção do quilombo e na alforria de outros escravos. (MEDAGLIA e SILVEIRA, 2011, p. 91)

Vemos que desde os primeiros relatos de ocupação da região como refúgio de escravos fugitivos, a territorialidade era já um fator importante para a sobrevivência desses povos e está intimamente interligada com as temporalidades, conforme apontamos com base nos escritos de Marco Aurélio Saquet (2015). No tempo que em aquele território não representava alvo de interesses econômicos, políticos ou culturais aos colonizadores, a população negra ocupou e iniciou uma relação de conhecimento para exercer sua territorialidade. As estratégias de sobrevivência passavam desde saber onde se esconder, os caminhos e trajetos feitos pelos brancos, o conhecimento das espécies comestíveis daquele bioma, pequenas plantações, dentre outros. Mas com o passar do tempo e a expansão territorial do capital no campo brasileiro, essas terras foram visadas por outros, da cidade, que detém o poder do Estado e do conhecimento científico que tentam “impor o controle sobre o acesso à área e às coisas dentro dela” (SACK, 2013, p. 80), o que caracteriza o conflito territorial da implantação de uma UC na área da Chapada.

3.1 Caminhadas

Chegamos na lapa em que combinamos de encontrar a moradora da comunidade por volta das onze horas da manhã, após um trajeto de quatro horas na estrada no jipe que conseguimos que fizesse o transporte. Na viagem fomos eu, outra pesquisadora, o motorista do carro, e um guia que conhece o território da comunidade e trabalha com levantamentos topográficos, por isso conseguia com facilidade nos levar aos locais indicados. As direções haviam sido indicadas pela moradora da Lapa do Joaquim naquela época, esta que segundo o nosso guia, era uma venda nos tempos que a população da Mata dos Crioulos subia em quase sua totalidade para a chapada na época da “apanha” de flores. Foi-nos dito que seria possível chegar com o veículo na porta da lapa em questão, mas durante o caminho perdemos uma pequena virada à esquerda na estrada e paramos um pouco afastados, do outro lado de um córrego bem próximo. O local onde atravessamos a pé o córrego pareceu ter uma espécie de ponte construída a parte de fragmentos de rocha empilhados, formando uma superfície relativamente plana por onde um veículo apropriado passaria sem problemas, mostrada na figura 4. Não conseguimos descobrir de quando data essa intervenção, ou como também podemos chamá-la: construção de ponte e estrada. Não havia ninguém no local indicado quando chegamos, então presumimos que a família estava nos campos apanhando flores. Com isso paramos por algum tempo na lapa para esperar caso alguém retornasse, aproveitando para observar a configuração do local.

A lapa era bastante extensa no sentido longitudinal, porém não era muito profunda. Uma das primeiras observações feitas foi a presença da palma na entrada, uma espécie de planta comestível, apresentada na figura 5: podem ser consumidos tanto seus frutos quanto o próprio cacto, que é preparado de modo complexo e posteriormente refogado. A possibilidade de comer o fruto foi trazida pelo motorista que nos levou até lá, que pegou o fruto, descascou, comeu e nos ofereceu. Ninguém havia comido esse fruto antes, nem mesmo as pessoas da comunidade que convivem com a planta há anos, como descobrimos mais tarde naquele dia.

As vedações externas foram o elemento que mais chamou atenção imediatamente quando chegamos e avistamos a lapa, pois havia uma grande lona amarela estendida protegendo a área interna, como é possível ver na Figura 6.



Figura 4: Estrada que leva à porta da Lapa do Joaquim.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 5: Palma na área de entrada da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018



Figura 6: Entrada da Lapa do Joaquim.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

Ao chegarmos mais perto, foi possível ver alguns vestígios de flores sempre-vivas no chão, e também cascas de alguns alimentos que pareciam ter sido usados recentemente, o que evidenciou que haviam pessoas ali morando naquele momento. Além das grandes lonas utilizadas para vedação, havia uma separação entre a área de dentro da lapa e a área de fora, com algumas madeiras amarradas umas nas outras, mas deixava a área de dentro visível. Por não impossibilitar a visão e nem a entrada de pessoas, entende-se que a finalidade dessa separação era de manter animais de grande porte fora da área interna da lapa, pois era onde estavam armazenados os alimentos e utensílios de cozinha. Era possível ver duas fornalhas revestidas externamente com tabatinga, que é uma espécie de barro branco, e cada uma delas estava localizada em um *cômodo* da lapa. Chamo a atenção para o uso da palavra *cômodo*, pois eram de fato fisicamente separados um do outro, apesar de não haver uma barreira visual como uma parede, e sim as peças de madeira acima descritas.

Outros elementos foram observados nesse primeiro momento, mas acredito que seja melhor ilustrá-los em conjunto com a conversa que tivemos com a moradora da lapa. Enquanto aguardávamos algum morador chegar, vimos algumas partes internas da lapa e fotografamos, eu e a outra pesquisadora, então o motorista do jipe que nos levou também que parecia deslumbrado, fotografou algumas áreas internas da lapa, o que me incomodou. Por ser a primeira vez que eu ia a uma lapa e ser meu primeiro encontro com a moradora desta, estava receosa de fotografar algumas coisas, pois aquele ambiente é extremamente pessoal, é uma casa afinal de contas, e não é comum agir dessa forma em nenhuma outra casa, espera-se. Foi necessário que Clarice (a outra pesquisadora)⁷ chamasse atenção dele sobre o fato de ser uma comunidade tradicional e que nós como pesquisadoras obtivemos permissão dos moradores para fotografar ali, pois entramos em contato antes e combinamos, e fomos até lá com essa finalidade. Ele compreendeu, mas em alguns momentos agiu de forma intrometida e indiscreta, o que me deixou constrangida para conversar com as pessoas, pois era a primeira vez que ia ao local – assim como ele, e pensei que os moradores poderiam se sentir invadidos com duas pessoas que não conheciam fotografando sua morada e fazendo perguntas.

Depois de esperarmos um tempo e não encontrarmos ninguém, resolvemos caminhar um pouco nos arredores. Nos guiamos através de pontos georreferenciados marcados pelo nosso guia que já havia feito esse percurso. Nessa caminhada, vimos alguns dos campos onde começavam a florescer as campinas, como visto na Figura 7. Os caminhos trilhados são sempre marcados no chão, mas as paisagens são muito parecidas, e andar por ali sem alguém

⁷ Todos os nomes apresentados neste relato são fictícios.

que o conheça ou saiba onde está indo pode representar perigo, pois existem alguns animais selvagens e peçonhentos em todo o território da comunidade. A vegetação é bem variada dependendo da localização, sendo que há áreas de campos rupestres, outras com vegetações rasteiras e arbustos, e ainda algumas árvores de pequeno e médio porte, características do cerrado em sua maioria. Além da campina que estava florescendo, observamos outras espécies de sempre-vivas também, como os botões, a campina de janeiro (outra espécie semelhante mas que floresce meses antes e é ligeiramente maior), a bem-casado, dentre outras.

Em alguns trechos por onde caminhamos, era possível avistar a cerca que delimita a área do PERP, onde estão a maioria dos campos em que anteriormente à implantação deste, o povo da Mata dos Crioulos apanhava as flores. Muitas das histórias que eles contam a respeito da época em que tinham pleno acesso ao território é repleta de sentimentos de saudades, pois a restrição afetou essa atividade que além de geradora de renda para eles, representava um saber e uma prática social que movia toda a comunidade, que era um espaço de socialização intenso, e importante parte dos seus rituais anuais. A impossibilidade ao acesso representou muito além da perda de uma atividade econômica, mas também de sua morada, pois se entende que o que esse povo compreende sobre onde moram é o território em sua totalidade, incluindo todos os espaços que as famílias ocupam em qualquer época do ano, sejam as casas de baixo ou as lapas no alto da Serra. Apesar de existirem ainda algumas lapas na área que não foi cercada pelo Parque, em conversas que tive ao longo da semana seguinte a essa visita, foi colocado pelos moradores que as lapas que eles ainda tem acesso não são tão boas quanto as que estão na área restrita pela UC, por questões como facilidade de fechamento e vedação interna e posição em relação aos ventos dominantes, principalmente. Onde eles tem acesso atualmente as lapas são mais distantes umas das outras e distantes também dos campos onde vão para a apanha de flores.

Após a caminhada, chegamos a mais uma lapa que estava fechada e com aparência de estar ocupada durante essa safra de flores, apesar de não haver ninguém nela no momento em que chegamos. Essa lapa não era conhecida por algum nome específico, mas era sabido da família que a ocupava, e isso é respeitado por todas os apanhadores de flores: cada lapa é ocupada por uma família primordialmente. Apesar de eventualmente outras pessoas a utilizarem, mas isso apenas acontece quando a família que a ocupa originalmente não se encontra e por curtos períodos de tempo, normalmente em casos de necessidade maior, como por exemplo se uma pessoa ou família está na chapada e não consegue retornar para a área baixa da comunidade ou em caso de tempestades. Mas não foram relatados casos de famílias

que ocupam a lapa de outra família em caráter definitivo: as famílias respeitam quem a ocupou e arrumou, como uma espécie flexibilidade da propriedade privada.

Esta outra lapa encontrada era vedada apenas com materiais encontrados no local e nas proximidades, sendo troncos da espécie canela-de-ema em sua maioria, mostradas na Figura 8, que fechavam totalmente a única face externa da lapa. A base em que essa vedação se apoia é de pedras⁸ justapostas, o que dá uma segurança maior, apesar de ambos os materiais apresentarem pequenas aberturas que possibilitam a entrada de animais na área interna. As peças de madeiras eram amarradas com materiais diversos, alguns encontrados por ali – cipó, junco – e outros adquiridos ou comprados – arames, plásticos. A porta de entrada é do mesmo material e amarrada da mesma forma, mas é fixada em apenas um lado para poder girar, abrir e possibilitar a passagem para o lado de dentro. Em uma parte lateral da vedação, havia uma espécie de mureta de pedras empilhadas também, evidentemente um trabalho humano, como é possível ver na Figura 9.

A área interna da lapa era visível através das frestas das peças de madeira, mas a vedação era bastante fechada e densa, o que deixava o local bastante escuro e impossibilitou fotografias. Mas foi possível observar que ali havia os mesmos elementos que encontramos na outra lapa visitada: uma fornalha revestida com tabatinga, um espaço para armazenar as flores colhidas, e uma área com duas camas de jirau, configurando um quarto. Encontramos também utensílios de cozinha, alimentos frescos (no detalhe das Figura 8 e Figura 10) e roupa de cama, o que indica a presença de moradores. Externamente também observamos a presença de elementos que indicavam a ocupação daquela lapa no momento, como itens de higiene pessoal, retratados na Figura 11. Um dos fatos mais interessantes da ocupação das lapas é o aproveitamento muito otimizado das reentrâncias e espaços presentes nas rochas, o que possibilita plenamente a configuração e produção daquele espaço como *lar*, como *morada*.

Ainda sobre o aproveitamento dos espaços das rochas, vemos na Figura 12 uma espécie de *hall* de entrada – ou talvez possa ser nomeado de alpendre – formado por um corredor localizado entre a entrada da lapa e uma rocha a sua frente. Esse espaço aparenta ser utilizado pelos moradores, pois encontramos os alimentos arrumados em cima de uma “mesa” em parte plana da rocha, além de guardarem sabonetes e toalhas no local. Como não havia curso d’água tão próximo, talvez naquele canto fosse onde tomavam banho, com água trazida de algum córrego que não fosse muito distante.

⁸Utilizo a palavra *pedra* para me referir aos elementos construtivos, que foram manipulados e trabalhados; e *rochas* em todos os outros casos.



Figura 7: Campina recém aberta nos campos.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 8 :Vedação em madeira com canela-de-ema, e base de pedras justapostas. Detalhe da presença de alimentos frescos.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

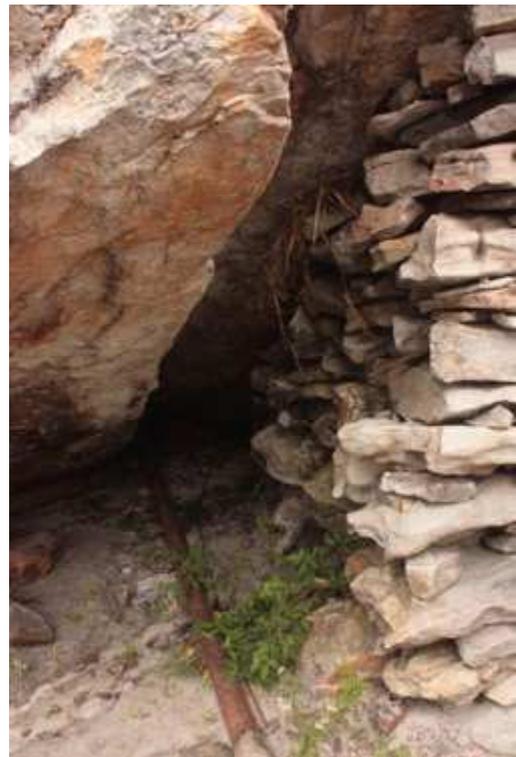


Figura 9: Mureta de pedra construída na lateral da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 10: Alimentos frescos em uma espécie de mesa com base nas rochas.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 11: Utilização de entradas das rochas como saboneteira.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 12: *Hall* de entrada da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

Na Figura 13 é possível observar a localização da lapa em uma visão mais ampla, que mostra como o espaço dela configura uma forma fechada e que aparentemente é bastante protegida de qualquer intempérie. Nas conversas que tive no decorrer das seguintes semanas em campo com outras famílias, foi relatado pela filha da “dona” da casa que essa é uma das únicas lapas que apresenta condições semelhantes às que estão na área do parque atualmente. Segundo ela, as lapas que ainda podem ser acessadas não estão em posição favorável em relação aos ventos e chuvas que ocorrem na chapada, e em alguns casos extremos ocorreram até inundações. A lapa da Figura 13 é uma das únicas, senão a única, da área que não foi tomada pelo PERP que apresenta condições favoráveis em todos os sentidos para ocupação. A lapa de Joaquim, por exemplo, visitada anteriormente que será descrita a seguir, é comprida no sentido longitudinal e está protegida de ventos devido à presença de uma grande rocha em seu lado direito, mas em caso de chuva, o local pode ser atingido. A grande largura também é fator inconveniente, pois é necessária maior quantidade de material para fazer a vedação.

O cercamento do território do PERP é, de fato, o maior conflito territorial da comunidade. A restrição de acesso às lapas com condições favoráveis de ocupação e dos campos da “apanha” de flores foi uma ação que modificou diretamente os modos de vida do povo da comunidade, que teve que buscar outras lapas para se abrigar na época que as flores abrem e uma diminuição considerável da quantidade de flores disponíveis.

O que se relaciona com o que Sack (2013) disserta acerca do significado de territorialidade. Num primeiro ponto, o autor coloca que “uma forma de classificação por área” (SACK, 2013, p. 80) é uma das definições do termo, ou seja, um limite é imposto para definir até onde o povo da comunidade pode ir ou não. O segundo ponto trazido pelo autor é que a “territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira” (SACK, 2013, p. 80), o que no caso do PERP o que impõe o limite é uma cerca, que era utilizada pelos moradores da comunidade apenas para limitar o caminhar dos animais de tração. A cerca como uma imposição física para as famílias foi um grande ato de violência, pois a liberdade de transitar pelo seu território era uma das principais características de sua territorialidade. Num terceiro e último ponto, a “territorialidade deve envolver uma tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e às coisas dentro dela, ou a coisas fora dela através da restrição das coisas de dentro” (SACK, 2013, p. 80-81). Além da cerca, um limite físico obviamente delimitado, a fiscalização da área do PERP foi bastante intensa. As famílias num primeiro momento após o cercamento, não entendiam àquela restrição que lhes fora imposta, e sofreram muitos atos de violência e truculência por parte dos guardas-parque, o que causou grande trauma à grande

parte dos moradores. Era como se fossem privados da própria existência através do não reconhecimento de suas territorialidades por parte dos agentes do IEF-MG.

Nesse ponto, devemos questionar o que fez esse território ser tão visado nesse momento, se há tanto tempo era esquecido e negligenciado pelo poder público e pelos agentes de expansão do capital, e quais as estratégias utilizadas por aqueles externos à comunidade para buscar o domínio desse território de maneira tão incisiva. A delimitação do território do PERP e do PEPI se dão em um contexto em que o protecionismo ambiental estava em voga em escala mundial, com preocupações devido às mudanças climáticas em escala global e outras questões comumente referidas como *problemática ambiental*, através da qual se disfarçam “novas frentes de expansão para os negócios do capital” (MARQUES, 2018, p. 44).

Mas a relação dessa problemática com os agentes de expansão do capital não devem ser simplificados, e faz-se necessária uma compreensão destes em conjunto com o Estado, o qual compreendemos como produto das contradições das relações sociais, que busca administrar os problemas sociais, e não superá-los, como sugere Marx (2010 [1844]). Ao mesmo tempo que os órgãos ambientais buscam resolver a problemática ambiental, também delimitam uma UC em um território histórica e geograficamente utilizado por uma determinada comunidade, criando desse modo uma nova problemática social: a deslegitimação da existência desses povos e comunidades tradicionais com a tentativa de “varre-los” daquele território. A criação das UCs, nomeadas como parques é uma das estratégias utilizadas para validação das medidas de proteção ambiental em detrimento da garantia de existência da comunidade:

[o] apoio dos moradores urbanos à criação de parques também diz respeito ao sentido que essa palavra ocasiona. Parque aciona, no imaginário coletivo, o lúdico, o lazer, a diversão, constituindo inclusive argumento para o definir, em detrimento de outras categorias de UCs, dado o seu apelo turístico. (MONTEIRO, 2011, p. 81)

Em outros termos, para o poder público, é mais relevante o apoio de uma população urbana aparada por uma ideologia burguesa de natureza (QUAINI, 2002) que busca proteger a natureza através de seu isolamento, sendo seu uso permitido apenas para fins contemplativos, em detrimento de um uso para moradia, cultivo, criação de animais, extrativismo e outras características dos modos de vida dessa comunidade que foi historicamente marginalizada.

No caminho de volta para a Lapa do Joaquim, pudemos observar as áreas de entorno, e apesar de não termos ido a todas, soubemos que outras lapas existiam naqueles arredores. A presença de criações de gado soltas nos campos também foi notada, como na Figura 14, prática inerente à transumância desse grupo, que na mesma época da apanha de flor, sobe a serra com os animais. Anteriormente à implantação do PERP, o costume era de todos os membros das famílias irem para a chapada, e todas as criações eram levadas: gado, aves, etc.

Apesar das criações de gado não serem fator determinante para as andanças feitas pelas famílias pelo território da Mata dos Crioulos, em certas ocasiões é possível notar que os animais seguem o trajeto das famílias. Como apontado anteriormente, o pastoreio é uma das características principais utilizadas para definir a prática da transumância, como escreve Brunhes (1962) em uma referência clássica da Geografia Humana. O autor diferencia uma transumância africana de uma transumância europeia, esta que apresenta mais registros históricos. No caso da África, o fenômeno se caracteriza por “acarretar o verdadeiro nomadismo, isto é, o deslocamento de toda a tribo” (BRUNHES, 1962, p. 275). Antes da delimitação do PERP, a mobilidade das famílias entre as localidades baixas da comunidade em direção à chapada poderiam ser compreendidas como um nomadismo, segundo o autor. Entretanto, em ambas referências, o autor define a transumância como prática em vias de desaparecimento, pois era caracterizada como primitiva, visão que se assemelha ao que é imposto aos povos do campo, que entretanto, se reinventam a todo momento na busca de “manter as condições para continuarem camponeses” (OLIVEIRA, 2001, p. 104) ou quilombolas, ou apanhadores de flores, ou qualquer outra classificação dada aos povos do campo.

Como há água em abundância – a Figura 15 mostra apenas um dos córregos e cursos d’água que passamos em uma caminhada de aproximadamente quinze minutos – pensamos que as criações se adaptam ao local sem maiores dificuldades, apesar das baixas temperaturas. Entretanto, também foi apontado durante a semana seguinte por moradores da comunidade que o gado não se adequa tão facilmente a esse clima: quando todo ano, toda a comunidade subia para a chapada, os animais não se desenvolviam tanto quanto de espera em um lugar com tanto capim e água, mas as fatalidades eram ao menos evitadas.



Figura 13: Vista da externa da entrada e da vedação da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 14: Criação de gado solta nos campos da chapada.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 15: Curso d'água na chapada.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

3.2 Lapa do Joaquim

Quando chegamos novamente à lapa de Joaquim, encontramos as atuais ocupantes de lá, dona Ângela e sua filha Tina e seus dois cavalos. Fui apresentada a elas pela outra pesquisadora, e conversamos brevemente. Elas haviam chegado na lapa há pouco tempo, e nos contaram que estavam nos campos apanhando flores, pois sabiam que chegaríamos para almoçar, e aproveitaram a horário da manhã para ir aos campos. Contaram-nos que sua rotina quando estão nas lapas é bastante regular: passam um café pela manhã e fazem comida para comer de manhã ou levar em uma marmita para os campos, saem bem cedo e ficam durante o dia inteiro apanhando flor. Retornam às lapas na parte da tarde, um tempo antes de escurecer, e fazem a janta, “penteiam” as flores e as preparam para a secagem e armazenamento. Nesse dia em especial, como estavam nos aguardando, voltaram mais cedo para a lapa.

Ao vivenciarmos junto com as moradoras, mesmo que brevemente, a rotina da vida nas lapas, foi possível compreender a dinâmica de seu cotidiano através da forma como elas utilizam e produzem aquele espaço. A presença de duas fornalhas mostradas na Figura 16, Figura 17, e Figura 18 foi um dos aspectos mais interessantes de fato que percebi na visita. Os espaços das fornalhas eram separados espacialmente, e cada uma das ocupantes, apesar de serem mãe e filha, formavam um núcleo familiar, pois durante a semana os esposos delas também iriam para a chapada para apanhar flores com elas. Cada uma delas nominava sua própria lapa individualmente. Tina falou: “não vou te chamar pra tomar um café na minha lapa porque não tenho pó de café, mas minha mãe tem e ela vai passar um café pra vocês”. Apesar de estar na mesma abertura de rocha, ali estavam duas moradias, e não uma como pensamos num primeiro momento. Aquela lapa se diferenciava de outras pela grande extensão, tanto que funcionava antes como uma venda, pois o espaço extenso dela era apropriado para armazenar e expor itens a venda. Portanto, não era surpresa que uma lapa daquele tamanho conseguiria abrigar mais de um núcleo familiar.



Figura 16: Vista geral mais próxima da lapa, com vedação de lona e peças de madeira espaçadas. Destaque para as duas fornalhas construídas.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 17: Fornalha de uma das casas, com encaixe de madeira para suporte de panos de prato e outros itens.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 18: Fornalha de outra das casas, com prateleiras de jirau ao fundo

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

A respeito das fornalhas das figuras citadas acima, deve ser ressaltada a forma de construção delas. O processo é o mesmo utilizado nas fornalhas encontradas nas casas de baixo, que serão detalhadas na descrição dos próximos dias do trabalho de campo. A diferença principal entre as fornalhas da lapa e a das casas de baixo é que nas lapas elas podem ser construídas sobre as rochas do local ou em alguns poucos casos, sobre um jirau, e nas casas de baixo o jirau é mais comum. Na área onde se coloca lenha, há pedras empilhadas para criar “paredes” que suportam a chapa de metal com os bocais e para suportar o calor gerado para cozinhar. Às vezes, quando disponíveis, são utilizados tijolinhos maciços para essa finalidade. O restante da fornalha é preenchida com barro, o mesmo utilizado nas construções, podendo ser utilizado o barro vermelho para o preenchimento interno, e necessariamente o barro branco é o revestimento. Em alguns fogões das casas de baixo existem algumas molduras de madeira, mas nas lapas esse elemento não é encontrado.

Outro ritual comum entre as cozinhas das lapas e das casas de baixo é a limpeza. A lavagem do espaço é recorrente, acontece diariamente, e consiste em barrear a fornalha e as paredes ao seu redor. Nas casas de baixo existem diferenças em relação à frequência com que as mulheres barreiam a cozinha, mas em todos os casos vistos foi notada uma rotina de cada família. Nas lapas, a tabatinga é o material comumente utilizado: é uma espécie de barro branco com características arenosas, que não dá muita liga. Para melhorar a eficiência, mistura-se limão no barro, ou cinzas, às vezes os dois.

Além das duas fornalhas e dois espaços de cozinha separados, estavam montados dois quartos, ou seja, cada lapa era composta por uma cozinha e um quarto, que são os cômodos utilizados para fazer as refeições e outro para o descanso. Os quartos eram sempre os espaços mais fechados, com lonas – ou até lençóis – em todas as faces externas, que eram duas ou três. Durante todo o tempo que estávamos lá, os quartos apenas foram acessados para nos mostrar como eram feitas as camas e para fotografar, mas ninguém utiliza o espaço para nada além de descansar ao fim do dia de trabalho. Um dos quartos, o da Figura 20, foi montado por cima de uma grande rocha na área interna da lapa, com um pouco de palha em baixo para com a finalidade de isolante térmico, e roupas de cama por cima, o que dava a aparência de um colchão comum de espuma. No outro quarto a cama era feita com base em um jirau como é o mais convencional nas lapas, e a palha era utilizada com a mesma finalidade da outra cama descrita, e coberta também por roupas de cama. Além da cama, os quartos não tinham muito além de itens pessoais guardados, e um pequeno corredor para chegar até a cama. Como não é frequentado para nada além de descanso, não há necessidade de nada mais que isso.

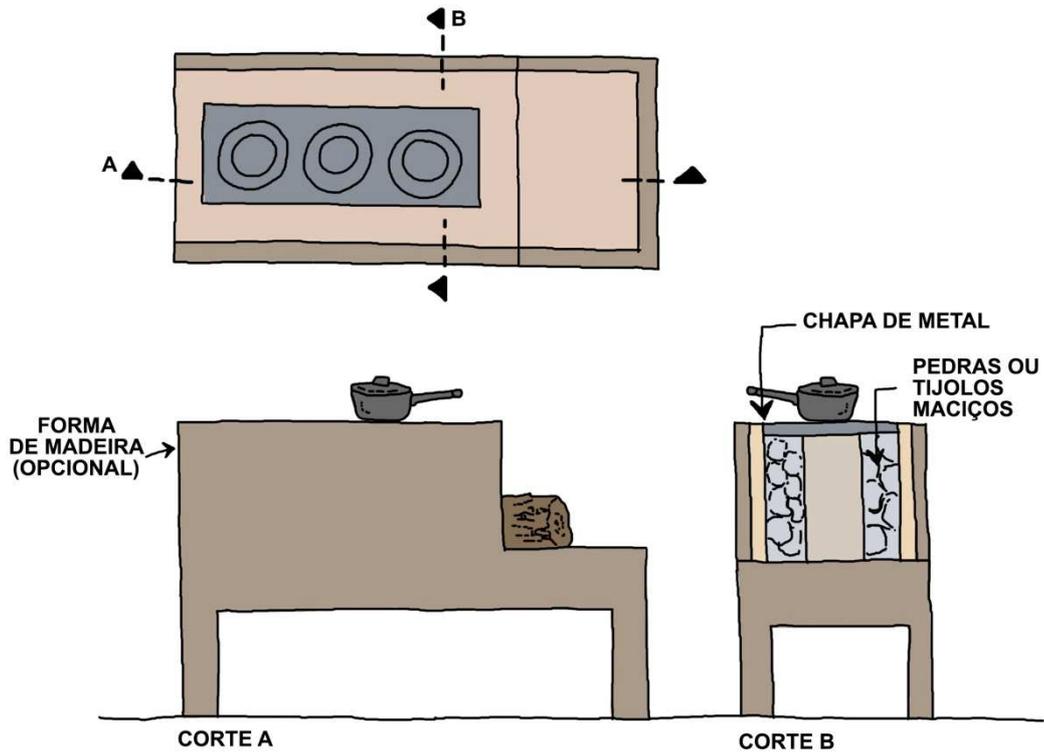


Figura 19: Esquema da construção das fornalhas na comunidade da Mata dos Crioulos.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 21/05/2018.



Figura 20: Quarto de dona Ângela na lapa.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

Em relação aos fechamentos e vedações, já havia apontado anteriormente o fato de o uso de lona foi o que mais chamou atenção em um primeiro momento, pois o contraste do material de plástico com as rochas, madeiras e barro é realmente gritante. Após conversas com as ocupantes da lapa, a utilização das lonas se dá pelo fato de que ela é um melhor “corta-vento” do que outras vedações com materiais encontrados por ali, e por ser um material leve, seu transporte é facilitado.

A Figura 21 e Figura 22 demonstram como é feita a referida vedação. O plástico é preso a peças de madeira por meio de amarração, interna e externamente. Ângela ainda disse que antigamente a vedação mais comum era com madeira, assim como na lapa descrita anteriormente, mas para cobrir os espaços abertos por onde poderia passar vento, havia um preenchimento com palha. Todos esses recursos são facilmente encontrados na área da chapada e no caminho percorrido pela comunidade para chegar até lá. A razão pela qual agora optam pelo uso da lona é a maior rapidez na instalação, e também que as famílias agora têm melhores condições financeiras, segundo a moradora. Apesar de a lona ser um material de baixo custo, ela afirmou de fato que ele é utilizado como se fosse uma melhoria trazida por melhores condições de consumo. Penso que há a possibilidade desse discurso ter como base uma supervalorização de produtos industrializados, de uma visão de que esses itens são melhores, mais desenvolvidos do que os materiais encontrados *in natura* no território da comunidade.

Além da vedação de lona, o restante dos fechamentos da lapa é feito com peças de madeira irregulares que não configuram uma barreira visual, sendo possível enxergar integralmente a área inteira a partir delas. Na Figura 23 vemos a cozinha da lapa de dona Ângela, e na Figura 24 vemos a lapa de sua filha Tina, com suas respectivas fomalhas e cozinhas. Após breve conversa com elas e vendo como elas utilizavam o espaço, foi possível perceber que a finalidade desse fechamento é apenas o de criar uma barreira física para animais de grande porte não entrarem no local onde elas armazenam os alimentos. Essas formas de fechamento, em oposição à outra lapa que encontramos em nossa caminhada, demonstram uma diferença nos modos de morar das lapas. Durante a semana seguinte de conversas com moradores da comunidade, ficou evidente que a outra lapa era uma das únicas fora da área do Parque que apresentava boas condições de ocupação, assim como a maioria das lapas da área que foi tomada deles. Talvez por isso ela fosse vedada de um dos modos mais tradicionais, apenas com uma parede de madeira, mesmo sem o fechamento de palha.



Figura 21: Área interna vedada por lona.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 22: Vista externa da vedação de lona.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 23: Cozinha de uma das casas, com peças de madeira espaçadas de fechamento.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 24: Fechamento de outra das casas da lapa, com peças de madeira também espaçadas.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

De certa forma, o fechamento mais rústico, apenas com materiais encontrados no local parece ser feito com mais esmero e cuidado, o que inclusive dá aparência de maiores cuidados com a lapa. Não foi notada nenhuma falta de zelo por parte das ocupantes da lapa de Joaquim, mas a utilização de lona e madeiras que não vedam a área interna dão um ar de efemeridade. A moradia nas lapas caracterizada pela transumância tem em si um quê de efêmera, mas isso em nada a descaracteriza como morada.

Um fator que se destaca na diferença entre essas duas formas de fechamento são as lonas, que ao final da safra das flores são levadas embora pelos moradores, deixando o espaço da lapa mais aberto e suscetível às intempéries e invasão de animais. Nesse caso, ao início de cada safra, torna-se mais trabalhosa a arrumação feita pelos moradores que nela irão permanecer. Em qualquer lapa que seja, sempre é necessário arrumar a casa quando as famílias chegam, pois o espaço passa por um longo período sem uso, mas a lógica é a mesma de uma casa qualquer que fica por seis meses desocupada: no momento de morar, faxinas são necessárias, isso não é exclusividade das lapas. Porém, quanto mais aberto o espaço durante o tempo em que não há moradores, maior a degradação das camas e das fornalhas, fazendo com o que o trabalho de limpeza e arrumação feito no início da safra seja mais intenso.

Os relatos feitos a respeito da moradia das lapas sempre indicavam a necessidade de faxina após os longos períodos que passavam nas casas de baixo, mas quando de antes da ampliação do PERP, esse trabalho era menor, pois as lapas dessa parte do território apresentam melhores condições, e são mais fechadas fisicamente. Essa questão não foi tratada como uma reclamação, algo que acham ruim de ser feito, mas o trabalho da apanha de flores normalmente ocupa a maior parte do dia das famílias da comunidade, então a arrumação das lapas não é fadigosa, porém é gasto um tempo que poderia ser otimizado com a atividade principal pela qual eles estão ali. É importante ressaltar também que essa forma de arrumação é mais recorrente nas lapas que estão na área externa ao Parque, que quando a comunidade tinha pleno acesso a todo seu território, essa questão não era discutida.

Além do processo de arrumar a lapa, existem alguns itens que todas as famílias levam das casas de baixo para as lapas sempre que realizam a transumância, objetos que não são encontrados no território e são necessários para o dia a dia. Os principais são: roupas de cama, utensílios de cozinha e alguns alimentos, os mesmos que são comprados no dia-a-dia das casas de baixo, como arroz, feijão e macarrão. Das duas lapas que visitamos no dia, encontramos algumas árvores de frutos, como a palma, na lapa de Joaquim, e uma goiabeira na outra lapa, que são indicativos de ocupações humanas de longa data.

Outra característica muito interessante observada nas lapas foi como a ocupação do espaço é otimizada. Todas as reentrâncias são aproveitadas, bem como as intervenções e jiraus construídos são coordenados com as rochas. Na Figura 25 vemos um exemplo desse aproveitamento, com o armazenamento de mandiocas em um buraco localizado na área da cozinha. A Figura 17 também exemplifica bem esse aproveitamento de espaço, com um pedaço de madeira encaixado na rocha utilizado como suporte de pano de prato.

Usualmente as cozinhas são o espaço mais utilizado das lapas, pois é onde se reúnem as famílias após chegarem dos campos no final da tarde diariamente. No caso da lapa de Joaquim, o fechamento em peças de madeira que deixa o espaço aberto e integrado com a área externa é importante nessa forma de organização espacial, pois faz com que toda a área da frente da lapa seja um local de convivência e confraternização.

O aproveitamento do espaço é notável em diferentes situações, como por exemplo, no detalhe da Figura 26, que mostra o armazenamento das flores sempre-vivas colhidas, organizadas em uma parte da lapa que é aberta, porém protegida da luz do sol. Como na época da apanha de flores as chuvas não são frequentes, não há necessidade de protegê-las mais que isso. No mesmo espaço existe também uma sela de animais de carga, indicando que ali são guardados objetos que talvez não são utilizados diariamente, pois as moradoras da lapa não haviam ainda chegado ao local quando a sela foi fotografada.

Em uma área externa, porém coberta da lapa, duas camas de palha estavam preparadas, mas sem indicação de uso recente. As moradoras da lapa disseram que ali poderia ser o quarto de visitas, caso fossemos ficar mais alguns dias por lá, poderíamos montar uma barraca de acampamento nelas. Para moldar as camas, pequenas muretas de pedras estavam erguidas, e a palha era um preenchimento interno que funciona como isolante térmico e para maior conforto do que deitar diretamente no chão. Ângela relatou que não gosta muito de utilizar as camas de palha, principalmente as que tem contato direto com o chão como era o caso dessa, pois a palha e as frestas encontradas nas pedras empilhadas possibilitavam muito facilmente a presença de animais, como cobras e insetos, alguns deles peçonhentos, o que representa um perigo para os moradores. Se fossem utilizá-las, seria necessária uma revisão diária para verificar que não havia animais ali. As moradoras da lapa preferiram arrumar suas camas em outros lugares. Estas camas foram construídas na época que a lapa funcionava ainda como venda, e era onde dormia quem cuidava do comércio. A Figura 27 mostra as duas camas de palha que não eram utilizadas no momento, com pedaços de espuma velhos, que são opcionais aos dormitórios das lapas.



Figura 25: Vista geral da cozinha de uma das casas da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 26: Vista externa da área ocupada da lapa, com utilização das reentrâncias para armazenamento das flores apanhadas.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.



Figura 27: Camas palha na área externa onde não havia ocupação, ou “quarto de visitas”.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 08/04/2018.

Por volta das quatro horas da tarde, a comida que Ângela cozinhava para nós ficava pronta, e nos servimos para comer e irmos embora logo em seguida. Devido ao difícil acesso ao local, é comum a quem vai visitá-los nas lapas levar alguns alimentos para ajudar nas despesas, como arroz, feijão, macarrão e pão sovado. Na comunidade as compras são realizadas normalmente em um bairro da cidade de Diamantina, nomeado de Palha, que é como uma extensão urbana da comunidade, devido à grande quantidade de pessoas da comunidade que se mudou para lá, com isso, o trânsito de pessoas entre o bairro e a comunidade é intenso. No supermercado onde eles fazem as compras, existem alguns itens e marcas de preferência, que me foram indicados pela outra pesquisadora na hora de comprar os alimentos para levar.

A refeição era variada, mas as opções eram principalmente itens adquiridos nos mercados da cidade. Enquanto o almoço era finalizado e enquanto comemos, a conversa continuava. Tina contou que estava há mais tempo na lapa, em companhia do marido, que durante a semana anterior teve que retornar à casa de baixo. Nessa ocasião, Ângela subiu para a lapa um dia antes do que combinado conosco, para fazer companhia à filha, então combinamos de encontrá-la na chapada, ao invés de em sua outra casa. Como atrasamos nossa ida por causa da chuva forte, não foi um problema essa mudança de planos. As duas estavam naquela lapa há algumas semanas já, mas disseram que não a ocuparam durante toda a safra de apanha das sempre-vivas, estavam ali principalmente pela “apanha” da campina. Na colheita das outras espécies que florescem antes, as duas não estavam naquela lapa, indicando que mais de uma família ocupa a mesma lapa durante a mesma safra anual de sempre-vivas. Esse fenômeno tornou-se mais comum após o cercamento do PERP, pois as lapas disponíveis para ocupação estão em menor quantidade.

Nessas conversas foram apontadas alguns dos principais critérios utilizados pelas famílias para a escolha das lapas que vão ocupar. A disponibilidade de água é uma das principais preocupações, pois a tarefa de carregar águas por longas distâncias dificulta as tarefas do cotidiano, como cozinhar. A lapa de Joaquim contava com um córrego d’água a aproximadamente trinta metros de distância, o que nos foi dito que não é comum a água estar tão perto. Outro fator importante é a proteção das intempéries, que é verificado pela direção predominante dos ventos, característica encontrada mais facilmente nas lapas localizadas na área interna do PERP, onde as famílias não podem mais acessar, o que acentua o conflito entre as famílias e os agentes do IEF-MG. Nesse quesito a lapa de Joaquim é menos privilegiada, pois sua largura longitudinal e posição em relação aos ventos fazem com que o interior dela seja mais suscetível ao tempo do que a outra lapa observada no mesmo dia.

Pouco antes de comermos, um dos filhos de Ângela chegou na lapa também, de motocicleta, e nos acompanhou na refeição. Fomos embora depois de um café passado após almoçarmos (Ângela nos disse que na verdade era uma janta, por causa do horário), e saímos de lá por volta das cinco da tarde. Queríamos ter partido mais cedo para não precisar andar na estrada de chão depois que escurecesse, mas não foi possível. Apesar disso, a viagem de volta foi tranquila, e vimos de longe que chovia na cidade. Chegamos em Diamantina entre oito e nove horas da noite, todos cansados, mas satisfeitos com o dia que passamos tão bem na chapada, recebidos e acolhidos pelo povo da Mata dos Crioulos.

Através dessa descrição detalhada da configuração interna de uma lapa e alguns apontamento sobre o cotidiano dos apanhadores de flores durante a safra das sempre-vivas, fica evidente que as territorialidades, compreendidas aqui como estratégias de ocupação e dominação desse determinado território (SACK, 2013), está intimamente relacionado às formas de morar da comunidade. As técnicas de construção tradicionais que utilizam matéria-prima encontrada no local não seriam materializados caso as famílias não trouxessem um conhecimento profundo obtido por gerações consecutivas de seu território. Dessa forma, apesar das constantes disputas e violência sofridas, eles garantem sua sobrevivência através da territorialidade.

3.3 Retorno à cidade

Após a volta da chapada, passei o restante da semana na cidade de Diamantina, abrigada em casa de integrantes da CODECEX, me inteirando a respeito da organização na reunião que aconteceria no final da semana, para elaboração do Plano de Conservação Dinâmico (PCD). Este documento foi entregue em conjunto com um dossiê de candidatura de Sistema Agrícola Tradicional (SAT) dentre os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM)⁹ da *Food and Agriculture Organization* (FAO), da Organização das Nações Unidas (ONU).¹⁰

Nesse meio tempo, foi possível aproveitar para planejar quais aspectos deveriam ser analisados com maior foco na segunda ida a campo, para passar um tempo nas casas de baixo. Como a vivência na chapada e nas lapas não mais ocorre da mesma forma que anteriormente à ampliação do PERP, apenas será possível resgatar esse histórico a partir de relatos dos moradores que lá viveram, cresceram e se formaram na comunidade. A busca por alguns desses relatos aconteceu durante o tempo de visita às casas de baixo, ao mesmo tempo em que eu buscava compreender a dinâmica da transumância, a estadia das famílias tanto na parte baixa da comunidade quanto na chapada, e as mudanças que a atividade (e portanto os modos de morar também) sofreram após os impactos gerados pelo cerceamento do uso de parte de seu território.

Também durante esses dias, foi planejada como seria a próxima ida para a Mata dos Crioulos, tentando coordenar uma possível carona com os membros da comunidade que iriam para a cidade para a reunião de elaboração do PCD do SIPAM, com transporte da CODECEX, que aconteceria nos dias 12 e 13 de abril, quinta e sexta-feira. As caronas são imprescindíveis para as idas à comunidade, dado que o trajeto é longo, em estradas não pavimentadas de asfalto e não existe transporte coletivo. Além da ida de pessoas da comunidade para o evento, estava planejado também um trabalho de campo, que envolvia os representantes dos poderes públicos municipais e estaduais envolvidos no processo, no sábado, dia 14, que seria o momento inicialmente pensado para eu fazer a viagem. Além de

⁹*Globally Important Agricultural Heritage Systems* (GIAHS) em inglês, nome mais conhecido e utilizado deste programa.

¹⁰A participação das comunidades apanhadoras de flores articuladas através da CODECEX nesse processo de candidatura a um selo internacional que reconhece sua relevância sociocultural deu início a um processo que modificou as relações políticas entre esses povos e diversos setores do poder público. As escalas dos conflitos territoriais se transformaram e as políticas internacionais de preservação e conservação de patrimônio agrícola são agora uma das principais pautas na relação política das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas. Cf. FAO-ONU, 2018.

planejar a ida, tentei planejar junto com Clarice, que já conhece a comunidade, os trajetos internos que eu faria durante a semana que passaria lá, em quais casas iria, e tentando avisar os moradores. O plano inicial consistia em ir primeiro à casa de dona Dandara, depois passar um dia na casa de Elza, neta dela, e posteriormente, mais um dia na casa de Marielle, filha de dona Dandara, que moram todas na localidade do Algodoeiro. Depois desse tempo, iria para a casa do Nelson e sua esposa dona Marta na Bica D'Água, próximo do PEPI, e seria necessária uma carona de alguém na comunidade de motocicleta, ajudando nos custos da gasolina. No último dia, tentaria ir à casa de dona Ângela, se ela voltasse da chapada e pudesse nos receber, para então finalizar o campo na ida de meu orientador à comunidade para uma reunião com a Associação de Moradores e as mães a respeito da Educação Quilombola. O assunto, que está sendo discutido em outras comunidades que participam da CODECEX, e o povo da Mata dos Crioulos demonstrou interesse em saber mais sobre, devido à dificuldade enfrentada pelas crianças para frequentarem a escola. O planejamento da viagem com essa reunião como último compromisso também foi proposital para aproveitar a carona que levaria o professor até a comunidade.

No dia anterior ao evento, fui à sede da CODECEX com um de seus membros, e quando chegamos havia uma reunião com membros de algumas das comunidades participantes do processo do SIPAM, conversando e planejando algumas coisas do evento, sobre posicionamentos, reivindicações que teriam perante o poder público, dentre outros assuntos relacionados. Entre a reunião, conversas e planos, fui apresentada à Conceição, que estava ali representando a Mata dos Crioulos, apesar de há algum tempo viver na cidade de Diamantina, para possibilitar que sua filha frequente a escola – situação bastante comum entre moradores da comunidade.

Quando foi me introduzir, o membro da CODECEX me identificou como a pessoa que vai estudar as lapas, o que chamou atenção de Conceição imediatamente. Sua primeira frase para mim foi “você sabia que eu nasci na lapa?”, o que senti como uma demonstração de aprovação e aceitação dos meus estudos, até pelo seu tom de voz que evidenciou animação em falar sobre o assunto. Ela relatou que nasceu no ano de 1988, na época da apanha de flores quando sua família conseguia morar na chapada. Durante a conversa, ela ressaltou muitas vezes que tanto seus familiares quanto outras pessoas da comunidade moravam de fato nas lapas, mas a casa de baixo existia também, o que confirma que as pessoas da comunidade da Mata dos Crioulos compreendem como moradia todo seu território, independente de quantas casas, construções ou abrigos nela existam ou sejam utilizados. Anteriormente à ampliação do PERP e do povo da comunidade ser expulso de seu território, segundo Conceição,

aproximadamente trezentas famílias habitavam aquela área, ocupavam as lapas e apanhavam flores nos campos da chapada, principalmente no interior da cerca que delimita o PERP e restringe o uso da comunidade ao seu próprio território.

Conceição também contou uma história bastante triste a respeito do momento em que ela e seus irmãos foram expulsos da lapa onde moravam pelo gerente do PERP, um fazendeiro local, em época da expulsão dos moradores da área da chapada. Quando Conceição tinha aproximadamente onze anos de idade, ela estava com seus irmãos mais novos na lapa de sua família, enquanto seus pais e irmãos mais velhos apanhavam flores nos campos da chapada. O gerente chegou a cavalo enquanto estavam apenas as crianças, e disse que não podiam mais ficar ali e os obrigou a sair da casa antes dos pais retornarem. As crianças imploraram para que ele ao menos esperasse o retorno dos mais velhos, pois se os filhos não estivessem lá quando eles chegassem, não tinham como se comunicar para avisar onde estavam, e eles poderiam achar que a onça os pegou. Mesmo assim o gerente não aceitou e forçou a saída imediata deles. A comunicação das famílias era feita por apenas recados, e a família apenas conseguiu achar os filhos novamente pois eles foram vistos andando por outras pessoas que estavam na chapada na época, e esses indicaram a direção em que as crianças foram vistas. Mas apesar disso, o paradeiro final delas era desconhecido, e o pai apenas as encontrou quando já era madrugada, abrigados em outra lapa que estava desocupada, sozinhos. A lapa da família e todas as outras que estão dentro da área do Parque foram queimadas, e os vestígios encontrados são apenas do fogo, como se ninguém houvesse habitado aquele local há muitos anos.

Os atos de expulsão e truculência foram causa de muitos problemas psicológicos na quilombola, e em outras pessoas da comunidade também. O fato de serem expulsos de suas moradas, de um território que há gerações é ocupado e apropriado pelo povo da comunidade, além de ter a atividade da apanha de flores criminalizada, foi bastante traumático. Cabe pertinentemente indagarmos: como é possível que alguém de fora, que nunca foi àquela terra, chegue de repente ditando como é maneira certa de preservá-la, e expulsando aqueles que a cuidam há tantos anos?

Conceição ainda contou por muitos anos após o episódio, ela e os irmãos tiveram muito medo de qualquer contato com pessoas desconhecidas, de fora da comunidade, amedrontados pela violência e brutalidade com que foram tratados. Um pouco de sua recuperação foi possível, segundo ela mesma, a partir do conhecimento dos seus direitos, e desde então ela “nunca mais fechou a boca”. Quando participou de reuniões com “gente importante de terno” e contou sua história e de seu povo, causou comoção entre eles, inclusive do promotor do

Ministério Público (MP) que até hoje apoia a comunidade em suas causas e reivindicações territoriais – mas atualmente de forma mais pontual e não recorrente, segundo a apanhadora de flores quilombola. Ela também comentou que isso é uma espécie de padrão de comportamento das pessoas que apoiam as causas da comunidade, que se fazem presentes por um determinado período e depois de um tempo, não aparecem mais e se fazem ausentes. Não conheço o promotor pessoalmente, mas acredito que essa fala pode ter sido uma provocação pessoal a mim, para notificar-me que eles desaprovam esse “abandono” que sofrem em algumas ocasiões.

Em outro tópico, em conversa com o presidente do IEF, ele afirmou a ela que apenas passava ordens ao gerente do PERP, e que as atitudes truculentas dele não eram de ordens recebidas, mas sim pessoais. Ao tentar se isentar da responsabilidade das ações de violência sofridas pela comunidade, Conceição contou que o questionou: “então porque ele foi não tirado do cargo?” e não obteve resposta. Ao não intervir contra as atitudes de abuso contra a comunidade, o presidente da instituição foi conivente, pois ele estava em uma posição de poder que poderia interromper as agressões ao povo da Mata dos Crioulos. Ela contou também que é notável a diferença de tratamento dado pelos funcionários do PERP ao povo da comunidade e aos turistas, que estes são extremamente bem tratados enquanto os apanhadores de flores são quase ignorados – apesar de grande parte dos funcionários serem também da comunidade.

Sobre sua família, Conceição contou sobre sua avó, que viveu até completar os cento e vinte anos de idade, e contava muitas histórias sobre o território em que habitam, como por exemplo a respeito do “rei da fazenda”, senhor das terras de da Fazenda Santa Cruz e Gavião, construção em que atualmente os funcionários do PERP utilizam como ponto de apoio. Essa utilização da construção colonial mantém o histórico de opressão da Casa Grande perante os quilombolas: antigamente por um fazendeiro e atualmente pelo Estado representado pelo parque. Ressalto ainda que a referida fazenda esteja localizada fora do perímetro do PERP, sendo dessa forma uma das estratégias de coibição dos moradores da comunidade a exercerem sua territorialidade até mesmo fora dos limites do PERP. As histórias da avó infelizmente não foram registradas e se perderam após a morte dela, mas alguns fragmentos são ocasionalmente resgatados na memória de seus descendentes. A relação com a ancestralidade se mostrou fundamental na conversa com a apanhadora de flores quilombola, pois ela demonstrou compreender que sua família apenas estava ali por causa de sua avó, e ela estava lá por causa dos pais dela, e avós, e assim se sucede por várias gerações: toda a trajetória de vida deles é fruto de um esforço coletivo.

Após a conversa com Conceição, compreendi um pouco mais a relação do povo da Mata dos Crioulos com a chapada e as lapas, algumas questões que foram elucidadas ao longo da semana seguinte, que passei na comunidade. Diante de seus relatos, ficou evidente que existe uma disputa ideológica e de discursos entre a comunidade e os agentes dos órgãos ambientais. Considerando que esses povos e comunidades tradicionais se relacionam com a natureza de maneira diferente da sociedade urbana ocidental, da qual fazem parte os representantes estatais, os conflitos observados podem ser atrelados às concepções de natureza que cada um dos agentes que disputa aquele território apresenta, que são contraditórias entre si.

De acordo com Massimo Quaini (2002, p. 134), “fica claro que as contradições ecológicas e territoriais devem ser reconduzidas aos mais profundos antagonismos sociais do modo de produção capitalista”. As sociedades urbanas buscam uma suposta harmonia e equilíbrio entre o homem e a natureza, essa que é arrogada às sociedades camponesas, e também às comunidades tradicionais. Para essa sociedade, a natureza se apresenta com características nostálgicas, como algo a ser cultuado a ela, o que o autor nomeia “moderna consciência ecológica burguesa”.

Cabem aqui as definições de natureza *externa* e *universal* de Neil Smith (1988), sintomáticas dessa consciência burguesa. Em uma concepção externa, a natureza se apresenta como separada da sociedade, uma entidade a ser controlada, independente da raça humana. Para os que a concebem como universal, a sociedade não passa de uma “alteração” na natureza, mas em ambos os casos, considera-se um contexto de dominação social sobre a natureza.

David Harvey (2004, p. 282) sugere que não há consenso sobre “onde começa ou termina exatamente um ‘ecossistema’ ou uma ‘comunidade’”, fruto das concepções dicotômicas de sociedade e de natureza. É razoável que aumente-se a prudência diante dos riscos ambientais apresentados pelas formas de exploração do sistema capitalista, mas existem alguns pontos que devem ser levados em consideração no discurso ambientalista. Por exemplo, o fato de que “[...] os impactos ambientais têm com frequência um viés social (discriminações de classe, de raça e de gênero se evidenciam [...])” (HARVEY, 2004, p. 288), o que foi identificado no conflito territorial da Mata dos Crioulos. Questiona-se o porquê de a vida e sobrevivência daquelas famílias é menos importante que uma suposta preservação na natureza, e qual o motivo que especificamente os modos de vida deles devem ser sacrificados.

Quando consideramos que toda a população é responsável ou culpada pelas mazelas ambientais do planeta, não é possível identificar quem tem a verdadeira responsabilidade.

Isso, de acordo com Elias Lima (2015, p. 111), “parte de uma concepção abstrata de igualdade em que todos são supostamente iguais perante o passivo ambiental produzido, como se todos tivessem o mesmo grau de responsabilidade diante dos problemas gerados, esquecendo-se que somos desiguais mediante o ativo econômico produzido”. É possível relacionar essa responsabilização seletiva com a divisão territorial do trabalho, e quem por fim sofre as consequências negativas das ações que visam à preservação da natureza são aquelas das classes mais baixas, que no Brasil historicamente são em maioria a população negra. Assim, observa-se que a ideologia burguesa de natureza é materializada na disputa territorial pelos agentes do IEF-MG, que priorizam o isolamento de um território em detrimento da sobrevivência das várias famílias da comunidade da Mata dos Crioulos.

Vale destacar também que a região da chapada apresenta características típicas de relevo cárstico, uma configuração geomorfológica definida pela dissolução química das rochas. Este tipo de relevo, comumente associado à rochas carbonáticas, também pode ocorrer em outros tipos de solo, como por exemplo calcários (HARDT, PINTO, 2009) Essas feições podem ser consideradas como cársticas, pois os processos de dissolução exercem papel fundamental no desenvolvimento das mesmas. (FABRI *et al.* 2014). A cordilheira do Espinhaço, onde a comunidade está localizada, é um dos poucos exemplares desse relevo no Brasil. A carste se caracteriza pela fragilidade geomorfológica, por encontrar-se em constante estado de dissolução pelo contato com a água que ocorre de maneira constante e contínua. As rochas apresentam grande grau de porosidade terciária, o que significa grande quantidade de grutas, cavernas, rios subterrâneos e abismos, como é possível observar na Chapada. As belezas são inegáveis, e podemos associar a evolução do gênero *homo* diretamente a esses relevos, por apresentarem as mais primórdias formas de abrigo nas cavernas.

As paisagens geradas por esses processos são sempre peculiares, como é o exemplo da península de Iucatan no México, da Capadócia na Turquia dentre outros destinos turísticos conhecidos mundialmente. Essas regiões normalmente são de grande interesse ambiental por suas paisagens cênicas, e não há também como negar a relevância cultural para a espécie humana, o que é evidenciado pela presença de pinturas rupestres e sítios arqueológicos na região¹¹. O potencial turístico apresentado reforça os interesses dos órgãos ambientais na localidade de explorar o parque como local de passeio para uma população urbana em busca do contato com a natureza, buscando invisibilizar ainda mais as comunidades que utilizam

¹¹ Cf. ESTADO DE MINAS, 2018: “Serra do Espinhaço, lar das tribos pré-históricas de Minas”.

essas áreas comuns e com seus modos de vida conseguem a tão almejada preservação da natureza.

As mudanças que aconteceram na vida e cotidiano da chapada com a implantação e cercamento do Parque foram irreversíveis, e não é mais possível observar de fato como as famílias conviviam nesse espaço. Mesmo que o território da comunidade seja demarcado e a área das lapas – e do bairro de lapas – seja retomada, elas deverão ser remontadas, pois a gerência da instituição que administra o parque ateou fogo em todas elas, e segundo relatos dos moradores, não há resquícios da configuração anterior. A única forma de compreender como eram as moradas nas lapas antigamente é observando como é hoje e resgatando algumas histórias com os moradores que tiveram a chance de viver por lá anteriormente à data da ampliação do PERP.

4. Nas casas de barro



Na sexta-feira, dia 13 de abril de 2018, após os últimos momentos de discussão da oficina de elaboração do PCD, combinei com a família de dona Dandara e os responsáveis pelo transporte da CODECEX quando poderia pegar carona para ir à Mata dos Crioulos: logo mais tarde no mesmo dia ou no dia seguinte com o trabalho de campo organizado para os representantes do poder público conhecerem a comunidade. No fim, foi possível ir junto com a família de dona Dandara, que foram para Diamantina participar da oficina, que seria também minha estadia nos primeiros dias na comunidade. O restante da percurso deveria ser decidido por lá mesmo, já que não foi possível conversar com Nelson por telefone, para marcar uma ida até a casa dele: tentaria encontrá-lo na reunião da oficina realizada na sede da associação de moradores da comunidade, para combinar qual dia seria melhor para ele me receber. Dentre as outras casas que deveria visitar estavam a de filha de dona Dandara, Marielle, e também de sua neta, Elza; e caso fosse possível, iria também à casa de dona Ângela, caso ela fosse descer da Chapada durante aquela semana. Essas casas foram indicadas pela pesquisadora Clarice que já convive com as comunidades há alguns anos pelo fato de serem diferentes entre si, construídas em épocas relativamente distintas e apresentarem particularidades que caracterizam as técnicas construtivas, as necessidades e prioridades dadas pelas famílias em cada tempo. A conversa com essas famílias e a observação de suas casas e técnicas construtivas seriam providenciais para compreender um pouco mais sobre as *territorialidades* e *temporalidades* da Mata dos Crioulos. Os seguintes dias relatados no presente capítulo foram de extensiva investigação acerca dos modos de construir e da maneira com que se dá o cotidiano das famílias da comunidade, e por isso o texto é bastante extenso e talvez excessivamente descritivo: na intenção de criar um registro histórico-geográfico sobre os modos de morar da Mata dos Crioulos.

Após o término das atividades da oficina, combinei de encontrar dona Dandara e suas filhas Marielle e Michelle na casa de Conceição na cidade, de onde sairíamos com o transporte provido pela CODECEX para a Mata dos Crioulos, por volta das cinco da tarde. Com meus pertences arrumados, segui para o local combinado para a ida. O transporte deve ser feito por veículo que agente transitar em estradas que apresentam más condições de circulação, como é o caso da estrada de terra em questão. Fomos em um caminhão F4000, dirigido por um conhecido da comunidade, que apesar de não morar lá mais, nasceu no local e tem laços com várias das pessoas de lá, e conhece bem a estrada, por isso não foi problema fazer o trajeto depois do sol se por, o que não é indicado para quem nunca visitou o local, principalmente pelo fato das chuvas recentes na época terem danificado a pavimentação de terra da estrada.

As longas distâncias percorridas para chegar à comunidade também são fator agravante para a manutenção do trecho, que é negligenciado pela Prefeitura Municipal de Diamantina. Além do fato de que o território da comunidade encontra-se em área limítrofe de vários municípios, sendo Diamantina apenas um deles. Entretanto, a prefeitura da cidade administra as escolas que encontram-se na comunidade – exceto a da localidade de Santa Cruz, que é administrada pela Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas – e é responsável pela manutenção das estradas, mesmo grande que parte delas não esteja dentro dos limites municipais. A população da comunidade, em sua maioria, tem os títulos de eleitor cadastrados em Diamantina, por ser o local de mais fácil acesso à eles, e portanto a manutenção dos equipamentos necessários à população é responsabilidade desta Prefeitura.

A relação dos poderes públicos, em qualquer esfera que seja, com o povo da Mata dos Crioulos foi historicamente de invisibilidade e negligência, e suas estratégias de sobrevivência sempre se fizeram independente destes. Porém, no momento em que iniciaram-se os debates em âmbito institucional a respeito dos direitos das comunidades tradicionais, essa relação se transforma. Quando existe a possibilidade do Estado reconhecer a comunidade e de alguma forma prove-la de direitos básicos, este se torna um parceiro, como é o caso dos processos de titulação como comunidades quilombolas. Entretanto, é este mesmo Estado – do modo amplo – que rege a legislação ambiental que permite a implantação de UCs nos territórios dessas comunidades. As formas de exercer sua territorialidade não eram diretamente relacionadas ao acesso à políticas públicas, mas a partir do momento que sua existência se viu ameaçada pela implantação das UCs que interferiram nos seus modos de vida, o reconhecimento do Estado teve de ser acionado. Isso é o que Eduardo Viveiros de Castro (2006) – que trata principalmente de questões indígenas – coloca como mistura entre o ontológico¹² e o jurídico das comunidades tradicionais, estas que a partir da legitimação do Estado, os “distribuidores autorizados de identidade” (VIVEIROS CASTRO, 2006, p. 44), transformam sua realidade com a finalidade de se encaixarem nas atribuições pressupostas à eles por estes agentes externos, e quanto mais profunda essa relação política, mais profundas se tornam as

¹² A definição de ontológico é amplamente utilizada no debate dos estudos dos povos e comunidades tradicionais, mas não será esse nosso foco neste estudo. O termo deve ser tratado com cautela e investigado a partir de suas origens filosóficas, que apresentam contradições. O significado atribuído aqui ao ontológico é o *ser como ele é, e não como parece ser*. Nessa afirmação de Viveiros de Castro, o ontológico e o jurídico aparecem como polos opostos que não se complementam, e não é assim que compreendemos a realidade das comunidades tradicionais em relação à sociedade. Na realidade, uma suposta ontologia das comunidades tradicionais as colocaria como grupos sociais externos à sociedade, e não parte integrante da mesma. Consideramos que as diferenças que aparecem de modo fenomênico entre os povos tradicionais e a sociedade em geral não os distancia como realidade distantes, mas como particularidades inseridas em uma mesma universalidade.

contradições. Buscaremos compreender então como os modos de vida e de morar dos quilombolas apanhadores de flores se modificam a partir das relações com o Estado, sejam essas como ataques à sua existência ou como luta pelos direitos.

4.1 Casas de Dona Dandara e Michelle

Chegamos na comunidade depois que já estava escuro, e como não há energia elétrica, tivemos que nos locomover com auxílio de lanternas. Fomos direto à casa de dona Dandara, onde iriam me receber durante os primeiros dias na comunidade. Sua filha Michelle recentemente construiu uma casa de pau-a-pique bem próxima, onde dormi durante os cinco dias que fiquei lá. Dona Dandara havia ficado durante os últimos três dias em Diamantina por ocasião da oficina, e estava preocupada da casa não estar organizada quando chegasse, pois sabia que seu marido estaria lá, e ela demonstrou insegurança em receber alguém de fora sem ter a chance de organizar a casa antes e ela sentia vergonha, por isso pediu à sua filha que me recebesse. Porém, as duas casas eram muito próximas uma da outra, e durante minha estadia, as refeições eram feitas nas duas casas, de forma revezada.

Quando chegamos, quem estava à nossa espera era Antônio, que apesar de não ser filho de dona Dandara, é tratado como um por ela, em quem ela confia plenamente. Ele havia preparado o jantar, com arroz, feijão, macarrão e uma carne, que foram os alimentos normalmente consumidos nas refeições diárias durante minha estadia, na casa de dona Dandara e nas outras da comunidade também. Curiosamente, esses produtos são os mais comuns de serem comprados nos mercados do bairro da Palha em Diamantina, mesmo a comunidade tendo uma relação bem forte com a soberania alimentar, com grande produção de alimentos interna, a maioria para o consumo próprio e uma menor parte para comercialização principalmente em programas do governo. Mesmo com essa grande produção de alimentos na comunidade, as refeições principais são feitas com itens comprados. Arroz e feijão são plantados por algumas famílias, mas não são grandes produções, como é o caso de outras comunidades apanhadoras de flores da região.

A janta, assim como as outras refeições, são servidas nas panelas à beira do fogão de lenha, e os pratos dispostos na mesa que se encontra no meio da cozinha, junto com os talheres, para que cada pessoa se sirva. Não há cadeiras, e todos se acomodam com os pratos apoiados nas mãos, ou na beira do fogão ou nos bancos de madeira compridos que encostam nas paredes da cozinha. Essa configuração existe em praticamente todas as casas que visitei

na Mata dos Crioulos, e a única diferença dessa para as lapas é que nelas não há os bancos de madeira, e são utilizadas as reentrâncias das rochas.

Depois de comermos, dona Dandara me explicou a situação de sua casa e da estadia do marido por lá, e perguntou se eu não me importava em dormir na casa de Michelle, e eu respondi prontamente que estava tudo bem, para que ela não se preocupasse. Nesse dia não foi preciso esquentar água para banho, pois todos se banharam em Diamantina, antes da viagem, mas as últimas atividades do dia são sempre o banho e a janta, de preferência antes de escurecer, para aproveitar a luz do sol. Normalmente, todos se acomodam para dormir logo que escurece, e antes de deitar ficam reunidos em volta do fogão, conversando e aproveitando o calor do fogo. Mas como estavam todos cansados após a participação na oficina e da viagem de volta, seguimos eu, Michelle e seu filho, para sua casa, com nossas malas para nos ajeitarmos para dormir, e acordamos cedo no dia seguinte, quando os representantes do poder público estadual e municipal iriam para a comunidade para uma reunião com os moradores na sede da associação, quando tentaria levar meu recado à Nelson da possibilidade de visitá-lo durante a semana. Nesse dia, como já chegamos na parte da noite, não foi possível ver com muitos detalhes como era o caminho e nem as duas casas, apenas foi possível ver como elas eram próximas e como os dois núcleos familiares interagiam constantemente, e que apesar de haver duas casas separadas, o cotidiano das duas moradas era compartilhado.

No dia seguinte, apesar de estarmos na casa de Michelle, acordamos cedo e fomos para a casa de dona Dandara tomar café da manhã. A dona da casa saiu logo cedo para participar da reunião na sede da associação de moradores, que estava marcada para as nove da manhã, e até lá seriam quase duas horas de caminhada, nos passos dela, que são mais velozes do que os meus. Ela perguntou se eu gostaria de ir, mas recomendou ficar por lá com Michelle, para não me cansar muito da caminhada: como participei da oficina que aconteceu nos dias anteriores, esse momento seria primordial para a comunidade dialogar com os poderes públicos, e para que esses conhecessem o local e a peleja diária que, por exemplo, as crianças passam para ir à escola na cidade.

Durante o tempo da reunião, fiquei com Michelle enquanto ela varria a casa dela e da mãe e ajeitava as coisas, e conversamos. Antônio chegou algum tempo depois de uma caminhada para buscar lenha, e trouxe consigo um fruto da região, que eles chamam de *panã*, mas é também conhecido como araticum em outras regiões. Eu nunca havia comido, e como estava na época dele, era encontrado em abundância nas redondezas, em pés que “ninguém plantou, são de todo mundo, da comunidade” como foi colocado por ela. O gosto é bastante forte, e lembra um pouco o pequi, também típico da região do cerrado, porém mais adocicado.

Apesar de uma casca grossa, o fruto é macio e suculento, e comê-lo sem se sujar é impossível, e é necessário parar qualquer outra atividade que se está fazendo para se dedicar completamente a ele.

A casa de Michelle é sempre arrumada, mesmo sendo pequena e com uma criança, ela preza muito pela organização e limpeza. Na maior parte dos dias, apenas ela e o filho moram na casa, e seu marido trabalha fora, e volta à casa de quinze em quinze dias. É possível ver o zelo dela pela casa já na sua fachada principal, onde ela dispôs algumas plantas em vasos para ornar a visada principal de quem chega e vê sua casa, mostradas na Figura 28. Na área interna da casa existem muitos pertences, a maioria deles guardados de forma aparente, sem armários, pois ela afirma preferir expor seus utensílios dessa forma, por achar mais bonito e também pela higiene, que dessa forma a limpeza é sempre mais cuidadosa. Em todo o tempo que estive lá, a casa estava impecável, mas a todo momento Michelle dizia que iria arrumar para deixar apresentável.

A casa foi construída no mês de fevereiro, dois meses antes de minha visita, no sistema do pau-a-pique, como a de dona Dandara. Durante a construção, ela e a mãe trabalharam levantando as paredes, após o pai colocar os esteios – peças de madeira que funcionam como estrutura – e montar o telhado, que é de amianto. Este material, apesar de ter sua fabricação proibida no Brasil já há alguns anos, é a principal opção dos moradores da Mata dos Crioulos que não tem condições de comprar telhas de barro, ou querem colocar a cobertura de palha, que exige maior manutenção. Todo o processo levou cerca de dois meses, o que é demorado para esse sistema construtivo, o que foi causado pela pouca mão-de-obra empregada, de apenas duas pessoas: normalmente são construídas em mutirão e não levam mais de uma semana para completarem uma casa inteira de tamanho médio.

O primeiro passo da construção é fincar os esteios no chão, cavando em uma profundidade que dê segurança à peça de madeira. Normalmente são utilizados nove esteios, formando o desenho de um quadrado ou triângulo no chão, com uma peça no meio para sustentação do telhado. As medidas são feitas com linhas ou pedaços de madeira, por proporção simples. Depois de fixados os esteios, são colocadas as “linhas”, madeiras que sustentam o telhado, que no caso do amianto, são necessárias poucas peças. Na casa de dona Dandara, por exemplo, são necessárias muitas peças de madeira para as linhas e a estrutura é mais complexa, pois a cobertura é feita por telhas de cerâmica, que tem mais peças e é mais pesada. Após a instalação completa do telhado, colocam-se com referência nos esteios os badrames, que são também os marcos das portas, e sobre eles começa-se a levantar as paredes de pau-a-pique.



Figura 28: Fachada frontal da casa de Michelle, com as folhagens.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 29: Parede de divisão interna da casa, com madeiras de tamanho irregular.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

Primeiramente são colocadas as peças de madeira verticais, que são mais grossas e cravadas no chão – às vezes aparentes, como na Figura 29, e também as estruturas das portas e janelas, feitas de madeira levada e cortada pelo pai de Michelle. Depois colocam-se as peças horizontais, que são mais finas, amarradas com cipó verde nas peças verticais. Antes que o cipó seque, a parede deve ser barreada, e o barro vermelho é o de uso mais comum para esse fim. Para o preparo desse barro, ele deve ser pisado até quase secar. Depois da secagem, é feito um último barreamento de acabamento, com barro branco, utilizado também nas construções de adobe. Após as paredes levantadas e barreadas, faz-se o piso batido, alguns com terra e outros com cimento cru, como é na casa de Michelle.

Nessa casa excepcionalmente, o fogão localiza-se na área externa, com uma pequena cobertura apenas para ele, mostrado na Figura 30, onde é chamada de cozinha da casa, apesar de ser menor que todas as outras cozinhas que visitei na comunidade. A quilombola disse que escolheu construir dessa forma para que não tenha que lidar com fumaça dentro de casa. A limpeza da casa é feita pela técnica do barreamento, e a cozinha é a área mais frequentemente barreada, sendo que algumas mulheres fazem esse procedimento diariamente. Por estar na área externa da casa de Michelle, ela o faz semanalmente. Os outros cômodos da casa não precisam ser barreado tão frequentemente, por não terem contato direto com a fumaça, e é feito em média a cada quatro ou cinco meses.

O banheiro não é um cômodo que existe em todas as casas da parte de baixo da comunidade, como é o caso da casa em questão. Porém, na casa de sua mãe há um anexo construído de madeira que é utilizado como banheiro, com um vaso sanitário instalado e local para banho, sem chuveiro. Michelle e sua família normalmente utilizam o banheiro da casa de sua mãe, mas ocasionalmente utilizam a área de quintal da casa, mais frequentemente logo antes de dormir ou de acordar. Existe outra peculiaridade na casa, que é a falta de um ponto de água próximo à entrada da casa, o que faz com que a água consumida seja trazida em galões diariamente da casa de sua mãe, em um carrinho de mão, o que também impossibilita qualquer instalação sanitária até que seja possível ter um ponto de água. Por dia, para cozinhar e lavar alguns poucos itens, é utilizado um galão de aproximadamente vinte litros. As louças são levadas para a casa da mãe para serem lavadas na água corrente. As condições de vida não são exatamente confortáveis para os padrões convencionais de moradia, mas os moradores não se queixaram disso em nenhum momento. Os únicos materiais que foram comprados para a construção da casa foram o amianto da cobertura e o cimento do piso. O restante – madeira, barro e cipó – foi obtido no território da comunidade, uma característica comum à maioria das casas, tanto as construídas quanto as lapas. Apesar de existirem algumas

construções feitas com alvenaria convencional, essas são poucas, porém representam de certa forma o “avanço” e “progresso” para algumas pessoas da comunidade, assunto que será mais profundamente debatido posteriormente. A dialética entre tradição e modernidade é notável em todos os aspectos do cotidiano das famílias da comunidade, e os modos de morar não estão isentos. A planta baixa da casa de Michele – representada na Figura 31, e de grande parte das outras da comunidade que utilizam o mesmo sistema construtivo, é bastante simples e similar. Isso ocorre provavelmente devido ao sistema do pau-a-pique utilizar elementos estruturais de pequeno porte, que são também utilizados como referência na divisão interna dos ambientes. O comum é que sejam colocados nove esteios, em que as peças externas configuram uma forma retangular e uma peça central alinhada com todas as outras. As paredes externas são levantadas seguindo os esteios externos, e as paredes internas – normalmente uma ou duas – são alinhadas ao esteio central. Não é comum que as casas tenham mais do que três cômodos internos, principalmente as construções mais recentes. Em alguns casos, as famílias utilizam uma construção para abrigar a cozinha e outra para os quartos.

Essa forma de construção se assemelha ao que o arquiteto Günter Weimer (2005) descreve como herança da arquitetura luso-açoriana das casas brasileiras, muito comumente encontradas nos interiores do país, difundida pelos bandeirantes. Sua definição simplória consiste em uma entrada central, pelo “quarto de entrada” e a partir dele acessa-se os outros quartos. Os poucos registros encontrados historicamente dos modos de morar e construir indígenas ou africanos pouco se assemelham às casas da Mata dos Crioulos. A respeito das técnicas construtivas, existe um preconceito histórico com construções de barro e outros materiais orgânicos, que apesar de serem quase a totalidade das casas encontradas na comunidade, são definidos por estudiosos da arquitetura como técnicas pouco empregadas, “comuns na primeira metade do século passado” (WEIMER, 2005, p. 236), apesar de ser amplamente utilizada por povos e comunidades tradicionais. As formas de morar da comunidade da Mata dos Crioulos se assemelham em todos os aspectos que foram notados: são compostas por quartos, que são ambientes de descanso, e pela cozinha, que é o espaço de convivência e de preparo das refeições, e a área externa é onde se passa a maior parte do dia, seja cuidando das roças quando estão na parte de baixo da comunidade, ou seja nos campos apanhando flores quando estão na chapada. Um destaque que vale a pena ser dado é o fato de que no dia-a-dia, as casas são utilizadas de fato apenas nos horários das refeições e à noite, para o descanso, o que justifica que quartos e cozinhas serem os cômodos presentes em toda forma de moradia das famílias apanhadoras de flores desta comunidade.



Figura 30: Cozinha de casa de Michelle, externa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

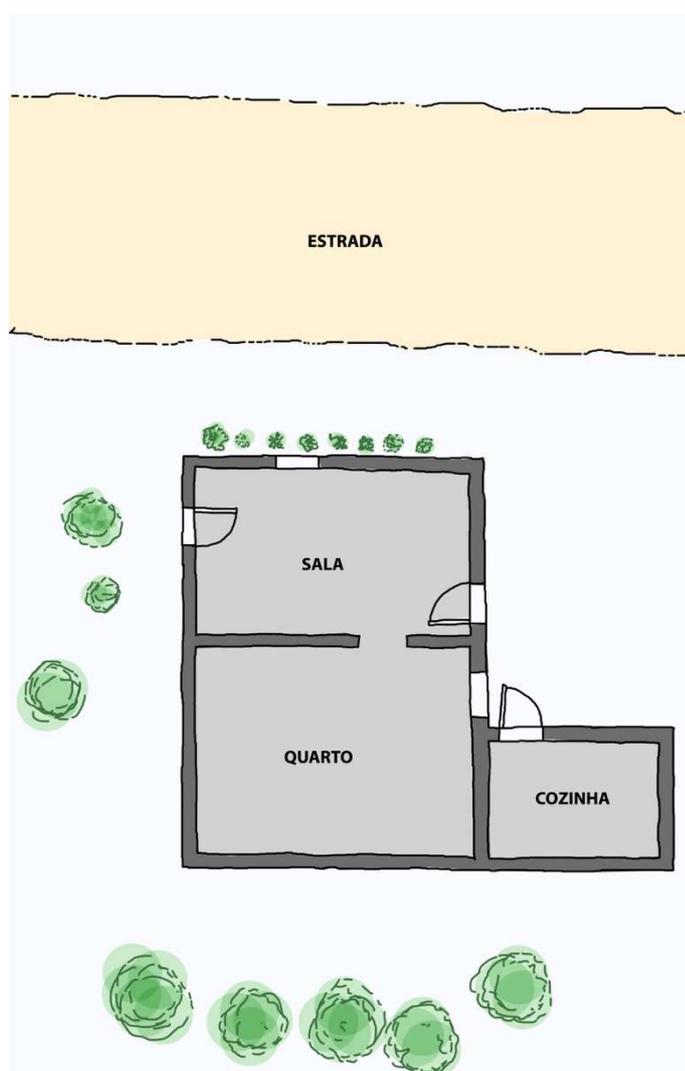


Figura 31: Esquema da planta baixa da casa de Michelle, sem escala.
Fonte: Elaboração da autora, 2018.

O cotidiano das famílias não se cruza com muita frequência, pois a roça demanda um grande tempo de cuidados das mulheres, e os homens muitas vezes trabalham fora em outras atividades, então o tempo de encontro entre eles acontece normalmente nos cultos da igreja, ou em visitas raras entre pais e filhos, que são feitas com algum propósito além do simples convívio. Na época da “apanha” de flores quando estão nas lapas, da mesma forma, o trabalho toma o dia inteiro. Feitos esses apontamentos gerais, voltemos à descrição dos fatos ocorridos e observados no trabalho de campo.

Enquanto arrumava a casa, Michele também trabalhava no almoço, e pouco deixou que eu ajudasse, no máximo pude levar algum item da cozinha para a casa, ou o contrário. A refeição não foi muito diferente da anterior, exceto que, desta vez foi preparada uma carne, pois trouxeram algumas coisas da cidade na volta da viagem. Por não haver instalação de rede de energia elétrica, as famílias não podem contar com uma geladeira para armazenar os alimentos, então quando há o consumo de carnes normalmente são animais abatidos na hora, itens comprados e trazidos de viagens para a cidade consumidos prontamente, carne de lata ou carne seca. Os outros alimentos servidos normalmente podem ser armazenados sem refrigeração ou são colhidos na hora do preparo, das hortas.

Logo que terminamos de comer, dona Dandara chegou da reunião e serviu-se um prato enquanto fizemos companhia a ela, e nos contou como foi a conversa com os representantes do Estado que foram à comunidade. Segundo ela, após todo o debate proporcionado pela oficina que aconteceu nos dias anteriores, a presença deles lá foi importante para que vissem as condições em que eles vivem e a qualidade da estrada de acesso ao local, para que vejam o caminho percorrido por várias crianças diariamente para conseguir frequentar a escola.

Como os dias anteriores haviam sido agitados, todos estávamos cansados após o almoço, e fomos descansar na casa de Michele; dona Dandara disse que iríamos à casa de uma de suas filhas na parte da tarde, que estava em processo de construção no sistema do pau-a-pique, para que eu pudesse ver as paredes em várias etapas do processo construtivo. Quando me levantei e saí da casa de Michelle, ao olhar em volta, todos já estavam de pé preparando mais uma garrafa de café na cozinha de dona Dandara, de onde, pela proximidade notada na Figura 32, me gritaram para ir até e lá e ficamos conversando um pouco antes de ir visitar a casa de sua filha.



Figura 32: Vista da casa de dona Dandara a partir da casa de Michelle.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 33: Fachada principal da casa, com palmeira que utilizada como ponto de referência.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.

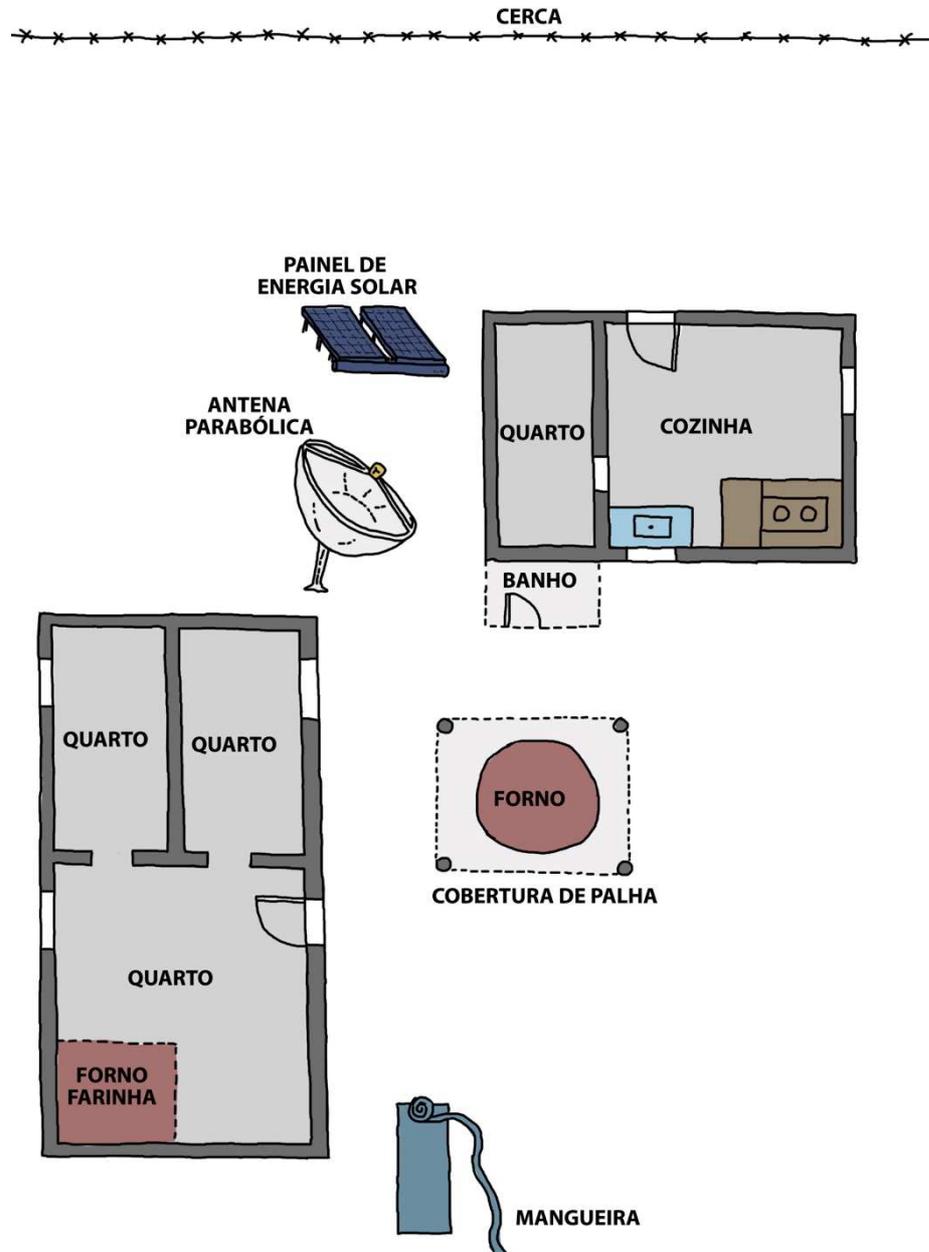


Figura 34: Planta baixa esquemática das construções no terreno de dona Dandara.
Fonte: Elaboração da autora, 2018.

As cercas que encontramos nas casas e caminhos da comunidade existem apenas para delimitar a área em que os animais de criação podem circular, e não estão diretamente relacionadas à noção da propriedade privada. Os cavalos ou burros das famílias normalmente andam soltos pelo território da comunidade, e as áreas próximas das casas, pomares, hortas e roças devem ser protegidas para que esses animais não as danifiquem, e por isso as cercas normalmente estão apenas nas proximidades das construções, e muitas vezes não são visíveis da estrada. É possível compreender assim, que o ato de delimitação da área do PERP com uma cerca não é apenas um limite físico ao povo da comunidade, mas também uma forma de violência simbólica àqueles que nunca viram cercas como fronteiras, e assim reforçando a territorialidade do parque sobre eles.

Uma característica interessante das casas que foram minha estadia nos primeiros dias do trabalho de campo é o fato de que a estrada é visível das casas, porém são difíceis de visualizar por quem está transitando por ela. A casa de dona Dandara, por exemplo, tem o coqueiro alto da Figura 33 como ponto de referência utilizado para indicar sua localização. Todos os veículos que passam são ouvidos, e todos os moradores conseguem facilmente identificar quem está passando por lá, se é algum outro morador, ou os guardas-parque, ou o ônibus da escola, e há poucos desconhecidos dentre esses. Essa é uma das formas de comunicação entre os apanhadores de flores e quilombolas dessa comunidade, e também pode ser considerada uma estratégia territorial de sobrevivência, considerando o fato de que eles conseguem facilmente identificar e observar quem está presente em seu território e suas movimentações enquanto não são notados.

A casa de dona Dandara é configurada por duas construções principais, uma da frente onde localiza-se a cozinha e um pequeno quarto e despensa, e outra dos fundos onde há três quartos. Entre elas, existe uma antena parabólica, as instalações de água onde funciona uma “área de serviço” e o forno a lenha com uma cobertura de palha. Os quartos são utilizados apenas a noite, na hora do descanso, e a cozinha é onde acontece todo o movimento doméstico, antes e depois de cumprirem seus afazeres nas roças. Além do preparo das refeições, é onde se recebe as visitas, onde se reúnem em volta do fogão de lenha para esquentar-se a noite. Na casa de dona Dandara especificamente, existe além dela própria, a filha que também utiliza o espaço, e por vezes cozinha suas refeições no fogão da mãe, retratado na Figura 35.



Figura 35: Fornalha à lenha na cozinha, local de reuniões na casa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



figura 36: Utensílios de cozinha organizados em prateleira.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 37: Flores sempre-vivas armazenadas onde funcionava o forno de farinha.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.

Os costumes de limpeza e higiene da casa são os mesmos também já descritos anteriormente: o barreamento das paredes. As construções da casa de dona Dandara apresenta o chão de terra batida, que em algumas casas também é barreado diariamente, entretanto a dona da casa há algum tempo cansou-se da manutenção do piso dessa forma e o deixou “cru”, o que não implica em nenhuma diferença prática para o cotidiano de fato, e é uma questão de aparência para os moradores, pois o barro branco no chão aparenta estar mais limpo, segundo eles. Como a cozinha é um cômodo a parte, ele é barreado com mais frequência que a construção onde estão os quartos, e a frequência da manutenção é semelhante à da casa de Michelle: a cada quatro meses aproximadamente para os quartos, e três vezes por semana para a cozinha, concentrando-se na área do fogão principalmente. Além do barro, a cozinha é varrida diariamente com vassouras feitas com ramos de plantas rasteiras, chamado simplesmente de “mato” por dona Dandara, que duram cerca de oito dias de uso constante quando é feito com a planta verde, e três dias quando está seco, que coincide com a floração e produção de sementes, esses que começam a soltar-se dos ramos durante a varrição, e se seu uso for prolongado além desses dias, esses materiais podem ser causa de sujeira ao invés de limpar. Os utensílios são lavados sempre após o uso, e uma vez por semana, no mínimo, todas as panelas são ariadas. Elas ficam expostas na cozinha normalmente, como mostrado na figura 36, e essa limpeza semanal é feita devido à poeira acumulada da terra do local.

A Figura 37 mostra a área interna de um dos quartos da residência, onde havia previamente um forno para farinha. O mesmo foi desativado há algum tempo, pois o calor do fogo danificou a parede de pau-a-pique onde ele estava, que hoje está em estado de desmoronamento. Entretanto, o não uso do forno atualmente mantém a construção estável, mas existem planos de construir outra edificação para abrigar os quartos, então esta será desmanchada em breve. Atualmente, a área do forno é utilizada para armazenar as espécies de sempre-vivas colhidas pela família quando vão à chapada.

Na Figura 38 e na Figura 39, está retratado o forno à lenha utilizado por dona Dandara para assar biscoitos de polvilho e outros quitutes. Na primeira imagem ele havia sido utilizado há alguns dias, e apresenta sinais do fogo próximo à abertura, e na segunda imagem ele havia sido barreado algumas horas antes da fotografia, e segundo ela, pronto para assar mais uma fornada. Depois de cada utilização, o forno passa pelo processo de manutenção. A cobertura de palha é feita no mesmo sistema que outras coberturas do mesmo material, que alguns anos atrás era a cobertura de quase todas as casas também. Para construí-lo, é utilizado barro vermelho misturado com cupinzeiro vermelho, ambos são umidificados e amassados com os pés. A base é construída com pedras, sobreposta por um lajeado de barro, e sobre ele a

cúpula é construída, com uma abertura frontal para a comida e uma superior para que a fumaça saia.

Nas paredes externas das casas, o barreamento também é a principal forma de manutenção, e em alguns casos, além do barro branco, é utilizado barro de outras cores para elementos decorativos, por vezes desenhos – exemplificado na Figura 40, que exibe um desenho desbotado – e outras um barrado de aproximadamente um metro de altura. O barro amarelo é o mais facilmente encontrado para ser utilizado dessa forma, mas existe também um barro azulado e um esverdeado, que encontram-se apenas em locais específicos da comunidade, de difícil acesso, e dona Dandara é uma das poucas que sabe onde encontrá-los, o que indica as diferentes territorialidades de cada família, ou seja, as estratégias de utilização do território. Entretanto, não são muito utilizados por serem achados nas proximidades da Chapada, e o transporte do barro até a área de baixo da comunidade é bastante trabalhosa.

O processo de barreamento externo das construções é feito duas ou três vezes por ano, normalmente antes e depois do período das chuvas, e por vezes próximo ao fim de ano, quando as famílias recebem visitas para as festividades. Na Figura 40 também é possível visualizar as peças de madeira utilizadas na vedação do pau-a-pique, que tem dimensões irregulares de altura e diâmetro. Praticamente todas as peças de madeira utilizadas na casa são dessa forma, como também demonstrado na Figura 41, da estrutura do telhado. As peças normalmente são coletadas do território da comunidade, e a forma de tratamento não é muito complexa, e normalmente é apenas padronizar o comprimento, de acordo com o uso. A matéria-prima de grande parte das construções é coletado diretamente no território da comunidade, ressaltando a indissociabilidade deste para reprodução dos seus modos de vida.

Um ponto que deve ser ressaltado no que se trata das instalações sanitárias das casas da comunidade. Como apontado anteriormente, na casa de Michelle, não existe banheiro, e na casa de dona Dandara o banheiro, retratado na Figura 42, é uma espécie de “puxadinho” aos fundos, com peças de madeira ressecadas envoltas por plástico para realizar o fechamento, com uma pequena cobertura de amianto que não abrange todo o cômodo. Existe um vaso sanitário instalado no chão, conectado a uma fossa feita pelos próprios moradores. Apesar de existir um chuveiro portátil de balde, os banhos diários dos moradores são “de caneca”, com um grande galão de aproximadamente dez litros com água esquentada no fogão a lenha. Existe inclusive um fogareiro ao lado de fora da casa, utilizado para aquecer água para banho, e em caso de receber visitas ele é utilizado para preparar refeições maiores. Devido ao fato do banheiro não ser totalmente coberto, nos dias chuvosos o banho se torna uma tarefa mais trabalhosa, e em algumas situações assim é ocasionalmente deixada de lado.



Figura 38: Forno à lenha após o uso, com cobertura de palha.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 39: Forno à lenha após o barreamento.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 40: Parede externa da casa, com traços de desenhos ornamentais feitos com barro amarelo.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 41: Estrutura do telha com peças de madeira de tamanhos irregulares.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 42: Banheiro na área posterior da cozinha.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.

Além das construções, existe também um grande pomar que é encontrado enquanto caminhamos para a parte posterior da casa. A primeira vista há dois pequenos cercados, um para o galinheiro e outro para a horta, onde estão as espécies vegetais que exigem um pouco mais de cuidado, como couve, chuchu, e outras. Mas ao seguir a cerca externamente, passamos por uma plantação de mandioca de várias espécies, e mais ao fundo encontramos um pomar com laranja, mexerica e tangerina, que na época estavam com os pé carregados, e várias frutas no chão por terem amadurecido no pé, como é possível ver na Figura 43. Algumas vezes por dia íamos todos ao pomar e ficávamos revezando entre os pés de laranja e mexerica, aproveitando as frutas.

Durante os dias que fiquei entre a casa de dona Dandara e de Michelle, esses foram os lugares onde passamos a maior parte do tempo. Segundo elas, a maior diferença entre os dias que passei com elas e quando elas estão sozinhas é que elas não passam muito tempo dentro da casa, e sim trabalhando nas roças, e nessa época específica, passam alguns dias na chapada apanhando flor.

No fim da tarde, iniciamos a caminhada até a casa da filha de dona Dandara: o local era bastante próximo e o trajeto até lá não era longo. No caminho, elas me contaram que a casa estava sendo construída recentemente em uma área do terreno que a mãe cedeu para a filha. A construção estava em andamento pois há alguns meses a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) iniciou os trabalhos de marcação das moradias onde seria feita a instalação da rede de energia elétrica, e já há muito a comunidade luta para ser atendida pelas políticas públicas de eletrificação rural. Então, quando os funcionários anunciaram a chegada à comunidade, muitas famílias se apressaram em construir casas para que fossem cadastrados, para receber pontos de distribuição da energia elétrica, e o modo de construção mais rápido e barato é o pau-a-pique, e por isso existem muitas construções recentes nesse sistema construtivo na comunidade. A casa da filha de dona Dandara era uma dessa, e a obra não estava concluída, pois a família reside atualmente na cidade de Diamantina, e iniciaram a construção para ter um lugar como referência dentro da comunidade também.

Como os donos da casa não estavam presentes, não conseguimos ver como a casa é internamente, mas foi possível observar as paredes externas, algumas com o acabamento por terminar ainda, como vemos na Figura 44 da fachada principal. Nela, é possível ver que o barro branco que normalmente é passado como última camada de acabamento nas paredes não foi passado, e o barro vermelho que configura a parede apresenta sinais de ressecamento. Segundo as construtoras de pau-a-pique da comunidade, o barro branco deve ser passado antes que a camada interna se seque. A Figura 45 e a Figura 46 demonstram também partes

das fachadas laterais onde as peças de madeira e os cipós utilizados para amarração delas encontram-se expostas, sem a camada de barro vermelho para protegê-las. O ressecamento das madeiras é mais grave ainda que o da camada inicial de barro de vermelho, pois significa um comprometimento do papel estrutural das peças, que pode fazer com que as paredes se desmantelem em um período de tempo mais curto. Entretanto, como a intenção da construção é apenas de existir uma casa para instalação do ponto de energia elétrica da CEMIG, a família que construiu não se importou muito com isso. Inclusive, isso também foi causado pela construção ser feita em épocas de chuva, em que o secamento parcial do barro é mais difícil e torna o processo construtivo mais demorado, e exige mais cuidados, o que os moradores não conseguiram dar pelo fato de ainda morarem na cidade e trabalharem durante os dias de semana e apenas aos sinais de semana irem à comunidade para trabalhar na construção. Apesar de não haver moradores ainda, alguns dos elementos externos encontrados na casa são semelhantes aos das outras casas, como uma área com uma bancada de madeira que serve como área de serviço, e uma mangueira que leva água do córrego mais próximo até a porta da casa. Um cachorro é mantido acorrentado à parte de trás da casa, para proteção, e dona Dandara é a responsável por levar comida diariamente para ele.

No caminho percorrido até lá, passamos por um curso d'água mostrado na Figura 47 que era o local onde ela lavava suas roupas antes de colocar a mangueira que puxa água até dentro de sua casa. As rochas conformam áreas planas com degraus que tornam ali um local extremamente propício à atividade. Quando ia até o local, levava também os filhos, que aproveitavam o local para brincar, escorregando junto ao curso d'água, o que causava rasgos na parte de trás das calças de todas as crianças da casa. Ainda é bastante comum que as crianças acompanhem as mães na realização das tarefas domésticas.

Quando estávamos atravessando o curso d'água, era necessário pular alguns obstáculos, o que não representou uma dificuldade em si para mim, mas levei mais tempo do que o filho de Michelle, de três anos para completar o trajeto, pois há algum tempo não fazia trilhas desse tipo. Antes disso, estávamos considerando a possibilidade de ir até a chapada a pé no dia seguinte, para eu ver o trajeto e também visitar mais algumas lapas, mas dona Dandara não considerou prudente me levar, pois eu demoraria muito tempo para completar o caminho. Dessa forma, combinamos que iríamos apenas à Lapa do Veado no dia seguinte, que é a mais próxima, e ao barreiro onde elas pegam o barro branco de melhor qualidade para rebocar a casa e limpá-la.



Figura 43: Pomar localizado aos fundos da casa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 44: Fachada frontal da casa de pau-a-pique não finalizada.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 45: Detalhe dos encaixes e amarrações das madeiras do pau-a-pique.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 46: Parede externa que não está inteiramente revestida com barro vermelho.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 47: Curso d'água presente nas proximidades das casas.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.

Além dessa pequena travessia, desviamos o caminho na volta para casa para ir até uma lapa que está vedada externamente, que era utilizada ocasionalmente quando a família recebia alguém que iria trabalhar no garimpo. Entretanto, essa prática não é comum atualmente, pois eles foram alertados da ilegalidade desse tipo de trabalho, e optaram por não exercê-lo mais, pois já enfrentam muitos obstáculos na luta pelo reconhecimento de seu território, e essa atividade é algo que pode prejudicá-los, afirmou dona Dandara. Mas o local, mesmo inutilizado há mais de ano, mantém-se vedado, pois pode receber alguém que precise para alguma outra finalidade. A lapa é uma das únicas que apresenta abertura na parte da frente e de trás, o que torna sua vedação mais complexa do que as outras lapas em geral, que são abertas apenas na parte da frente. Na Figura 48 é possível ver o fechamento posterior da lapa, com peças de madeira em formatos irregulares, e também uma divisão interna de cômodos feita da mesma forma. Apesar de aberta, a vedação ajuda a conter o vento que a atravessa.

A Figura 49 mostra outras partes da vedação, lateral e frontal, os jiraus acoplados a elas e a fornalha que ainda apresenta condições de uso, mesmo estando deixada de lado há algum tempo. Tanto as camas, a fornalha e as prateleiras para guardar os itens pessoais de quem ali estiver hospedado são feitos nos jiraus, pois a presença de ratos é comum em algumas partes da comunidade, principalmente nas lapas, sejam as da chapada ou essas mais próximas à área de baixo. O fogão é construído ao mesmo modo que os outros encontrados nas moradias da comunidade, e é possível notar as marcas de uso, pelas manchas escuras de carvão.

Esta lapa não é conhecida por algum nome específico, pois localiza-se muito próxima à morada da família de dona Dandara, e é utilizada somente por ela. Vemos na Figura 50, a partir da vista externa do local, que ela encontra-se em um local privilegiado em relação à paisagem, sendo possível de lá visar grande parte do caminho que se faz para chegar até lá, que é uma das principais formas de proteção utilizadas pelo povo da comunidade. Além da proteção encontrada no solo, é possível ter uma vista distante do horizonte, o que remete também ao conhecimento das nuances climáticas, dominadas por esse povo.

Outra característica bastante notada por todas as lapas que passei foi a presença de plantas comestíveis em sua entrada ou bem próximos dela. Na Figura 51 é possível ver uma abóbora que encontramos quando chegamos ao local, que mais tarde foi parte de nossa refeição. Quando estão nas lapas, os momentos de cozinhar e preparar os alimentos acontecem ao lado de fora, então as cascas e sementes são jogadas diretamente no solo, pois não há necessidade de separar esse tipo de resíduo. Algumas espécies nascem a partir desse processo, mas existem outras que são plantadas de forma intencional. Essa ação demonstra um pouco como é a relação do povo da comunidade com a natureza e com seu entorno, que

poderia ser definida como uma coexistência com interesses mútuos: a comunidade precisa dela para sobreviver, e ela por sua vez precisa da comunidade para se reproduzir da forma com que vemos atualmente.

No caminho de volta me mostraram algumas das espécies que encontram nas matas que usam para comer ou para fazer chás. O broto de samambaia foi um dos mais recorrentemente encontrados, e é comumente preparado refogado junto com alguma carne, de frango ou porco. Apesar de existir em abundância, o preparo dele é bastante trabalhoso, pois envolve duas fervuras antes do preparo, então não o consomem sempre. Dentre as outras espécies muitos nomes foram citados e nem todos lembrados, mas um fato que chamou bastante atenção foi o fato de o filho de Michelle também conhecer todas as espécies, e sua mãe narrou que sempre que eles estão andando pelas estradas e trilhas da comunidade, ele identifica as plantas corretamente e pede pelo “remédio”, espécie medicinal com cheiro particularmente agradável. Vemos assim como, a partir das práticas cotidianas, o conhecimento popular é transmitido de geração em geração.

Quando chegamos em casa finalmente, o preparo da janta foi iniciado por dona Dandara enquanto Antônio esquentava a água para que todos pudéssemos tomar banho antes que a noite caísse. Michelle banhou o filho primeiro, para arrumá-lo para a janta, e enquanto a comida era preparada, o restante de nós tomamos banho. Apenas dona Dandara foi após a janta, para não precisar mais mexer no fogão e nas lenhas. Ficamos um tempo ao redor do fogo, e algumas velas acesas iluminavam fracamente o ambiente após o sol se por, até que acendemos também as lanternas para auxiliar. Após certo tempo, Michelle, seu filho e eu seguimos para sua casa, para nos aprontarmos para dormir, pois no dia seguinte sairíamos cedo para caminhar por parte do território da comunidade. A rotina noturna é bastante tranquila, sendo que todos dormem cedo, por volta de 20h ou 21h, e acordam as 5h ou 6h, normalmente quase o sol nasce. Segundo dona Dandara, Michelle é uma das que acorda mais tarde, e nunca levanta antes das 6h, o que é incomum por lá, e por vezes é visto como preguiça, inclusive, pois a rotina de trabalho da roça é otimizada dessa forma.



Figura 48: Área interna da lapa, com fechamento na parte de trás.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 49: Presença de fornalha, fechamento com peças de madeira e girus para armazenamento.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 50: Vista externa da lapa, com Pico do Itambé ao fundo (quase inteiramente coberto por nuvens).
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.



Figura 51: Presença de espécies de plantas comestíveis na porta da lapa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 14/04/2018.

4.2 Barreiro e Lapa do Veado

No dia seguinte, nos levantamos por volta das 6h, e saímos para ir tomar café da manhã na casa de dona Dandara, e planejamos como seria a caminhada do dia. Foi decidido que dona Dandara ficaria em casa com a criança, enquanto Michelle e Antônio me guiariam pela caminhada. Enquanto tomávamos café, simultaneamente o almoço era preparado para que pudéssemos comer antes de sair, e também levar uma marmita para comer durante o dia. Por volta das 9h a comida ficou pronta, e nós três nos servimos e comemos, e logo após Michelle providenciou um recipiente grande e arrumou a comida que levaríamos, além de algumas laranjas colhidas no pomar, que comemos enquanto andávamos.

Iniciamos a caminhada por uma trilha localizada aos fundos da casa de Michelle, e subimos na direção da chapada, apesar desse não ser nosso destino naquele dia. A trilha se mesclava com uma estrada, essa que leva até à Fazenda Santa Cruz e Gavião, localizada no território da comunidade, onde atualmente os funcionários do PERP utilizam como ponto de apoio, apesar de ser fora da sua área delimitada. Essa fazenda também é o local onde os moradores da comunidade narram memórias de servidão e medo, de gerações que já passaram, mas o que viveram não foi esquecido. Não bastasse as lembranças de seus ancestrais que sofreram e tiveram ali sua liberdade tomada, o imóvel é utilizado atualmente como pelos funcionários da instituição que tomou parte de seu território, o que significa também uma falta de liberdade e estratégia de reforço da territorialidade do PERP. Inclusive, foi recomendado que durante nossa caminhada, não passássemos muito próximos à fazenda, pois mesmo aos domingos, dia da caminhada, os funcionários e guardas-parque permaneciam ali, e ao me verem poderiam criar algum tipo de problema, mesmo não tendo poder nenhum sobre quem transita nas imediações do parque. Como era a primeira vez que havia a possibilidade de ter contato com eles, o melhor a se fazer seria não criar nenhuma situação desconfortável. Não é o caso de eu como pesquisadora representar alguma ameaça direta à eles ou eles à mim, porém normalmente os pesquisadores que lidam com as pessoas que ocupam aquele território não são bem quistos pelas pessoas envolvidas com o IEF-MG, que administra o referido parque.

No trajeto que fizemos passamos por várias formas de vegetação distintas, entre matas, campos e cerrado, o que permitiu compreender como se dá a transição desses dentro do território, e as formas com que a comunidade se apropria e transforma cada uma delas. Os frutos encontrados também foram muitos na caminhada, muitos panãs foram apanhados serviram como lanche, tantos que inclusive tivemos que jogar alguns de volta na terra.

Um dos primeiros pontos que paramos foi um grande campo onde apanham as flores sempre-vivas, repleto de campinas e bem-casados como é visto na Figura 52, que está localizado entre a casa de dona Dandara e de Marielle, sua outra filha. Michelle e Antônio mal chegaram ao campo e já iniciaram a apanha das flores e foram aos poucos me mostrando como era feita a coleta. Existe uma técnica para apanhar as flores e para todo o processo também: eles conseguem perceber pela quantidade de flores que observam no local se alguém já passou por aquele local as apanhando, e ninguém apanha flor mais de duas vezes em nenhum campo durante a safra. Em nenhuma hipótese todas as flores são colhidas dos campos, sempre algumas são mantidas para que na próxima safra, elas voltem a florescer. Isso, junto ao manejo das espécies ao longo dos caminhos onde elas são transportadas, é a forma com que a comunidade garante que as espécies de sempre-viva se reproduzam. Além disso, o próprio ato de apanhar as flores é feito com cuidado, de modo a otimizar o tempo de trabalho e não danificar as espécies, como está representado com as mãos de Michelle na Figura 53.

A rotina da atividade quando moram nas lapas é como dona Ângela já havia nos explicado na semana anterior: levantam cedo, tomam café enquanto fazem a comida para levar para os campos e saem logo em seguida; permanecem o dia inteiro por lá, e na hora da refeição procuram uma sombra para descansar por alguns minutos, e ao fim da tarde, antes do sol se por, voltam para as lapas para a última refeição do dia e para “pentear” as flores para armazená-las corretamente para o processo de secagem e transporte para a parte baixa da comunidade e posteriormente serem vendidas. O florescimento ocorre entre os meses de dezembro e maio normalmente, e nesse período as famílias realizam um intenso trânsito entre a área de baixo da comunidade e a chapada. Foi notado também que atualmente, com um número escasso de lapas disponíveis para ocupação devido a restrição de uso de território causado pelo parque, as famílias por vezes ocupam a mesma lapa durante a safra anual, mas em meses diferentes. Quando tinham acesso total a seu território, cada lapa encontrada era utilizada por um núcleo familiar, e essas ocupações por outras famílias eram raras, aconteciam apenas em caso de extrema necessidade, caso alguém fosse pego por uma tempestade e não conseguisse retornar para seu destino, por exemplo. Ainda assim, os apanhadores de flores reconhecem as lapas por quem as ocupa prioritariamente, e o que mudou nos últimos anos é a rotatividade mais frequente durante a mesma safra. A espécie de sempre-viva denominada campina é uma das mais comercializadas por eles, e ela floresce ao final da safra anual, de março a maio normalmente, e é durante esse tempo que o movimento na chapada é mais intenso.



Figura 52: Campo de sempre-vivas.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 53: Momento da apanha das flores.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

Segundo o relato dos moradores da comunidade, o campo que passamos no caminho para o barreiro, por ser muito próximo das casas de baixo da comunidade, não tem muitas flores, que os campos onde mais encontram flores é onde hoje é o parque, onde eles não tem mais acesso. É possível observar que a feição deles muda sempre ao tocar no assunto do parque, pois são muitas memórias de repressão e coibição que passaram desde a implantação da UC em seu território, e a forma com que isso modificou seus modos de vida é sempre lembrado com pesar.

Após apanharmos algumas flores no campo, continuamos a trilha em direção ao barreiro, porém com um pequeno desvio para não passarmos na porta da Fazenda.. Mas mesmo assim, a trilha era em local próximo, onde era possível ter uma visão completa da construção, mostrada na Figura 54. Era possível observar que as janelas estavam abertas e os vultos de algumas pessoas que estavam lá também eram visíveis, além do som de um rádio ligado que indicava a presença dos guardas-parque por ali. Passamos rapidamente para não sermos vistos, e continuamos o caminho sem nenhum problema.

Durante a caminhada, encontramos também algumas peças de madeira juntas, os restos de ranchos montados por moradores para permanecerem ali para a atividade do garimpo, ilustrados pela Figura 55, prática essa que não é mais encontrada no território da comunidade. Os ranchos são casas improvisadas, montadas apenas com peças de madeira, com o fechamento semelhante ao das lapas, porém toda a casa é construída e sem aproveitar elementos do relevo, normalmente em áreas mais planas. Outras comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas que também praticam a transumância para realizar suas atividades tem o costume de construir ranchos, pois o relevo não era o mesmo que conforma as lapas nos campos de flores de seus territórios. O rancho na comunidade da Mata dos Crioulos tem sido mais utilizado nos últimos anos devido à restrição de acesso à região mais favorável da ocupação das lapas, e algumas famílias optaram por construí-los para poderem permanecer na chapada durante a safra das flores. Estas novas formas de morar e ocupar a chapada são transformações observadas na forma de exercer sua territorialidade, os moradores ocupam fisicamente determinada área que os agentes do IEF-MG tentam territorializar, numa disputa desigual de poderes. Quando finalmente chegamos ao barreiro, completaram-se três horas de nossa caminhada. Esse trajeto é feito pelas mulheres que vão buscar o barro na metade do tempo, em uma hora e meia, e isso confirmou que tentar me levar à chapada a pé realmente não seria uma boa ideia naquele dia, a não ser que fosse possível passar uma ou duas noites lá, pois eles sozinhos levam cinco horas para chegar até lá comigo, trajeto que seria feito em dez horas provavelmente.



Figura 54: Fazenda Santa Cruz e Gavião.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 55: Vestígios de um rancho.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

O barreiro fica localizado bastante próximo à um curso d'água, em uma clareira. Como vemos na Figura 56, uma enxada permanece no local, pois é a ferramenta utilizada para retirar o barro utilizado no revestimento das casas. De acordo com o relato de Michelle, quando vão até lá buscar o material, normalmente fazem uma viagem com três cavalos, e cada um é capaz de transportar meio saco, que pesa aproximadamente cinquenta quilogramas, totalizando cento e cinquenta. Essa quantidade é suficiente para barrear uma casa pequena por inteiro, como a dela, por exemplo, e quando precisam de barro apenas para limpeza, fazem a viagem com menos animais de tração para carregar o peso. Esse material é diferente da chamada tabatinga, que é mais arenosa e tem menos liga para compor o revestimento, apesar dessa ser mais facilmente encontrada. Nas lapas, por exemplo, a tabatinga é o barro mais comumente utilizado, e para melhorar o grude ela é misturada com cinzas e suco de limão.

Na Figura 57 podemos ver Michelle manejando a enxada para acessar o barro, que não é encontrado na camada superior do solo. Esse barreiro é considerado por dona Dandara e suas filhas como o que tem o melhor barro para revestimento interno e externo das casas e também o mais próximo de casa, e é utilizado atualmente exclusivamente por elas. Isso acontece porque alguns meses antes, o barreiro havia “entupido” com fragmentos de rochas levados pelas chuvas fortes, e desentupi-lo era uma tarefa árdua que poucos queriam ter o esforço de completar. Dona Dandara então resolveu arrumar o que precisava para ter acesso novamente àquele barro branco de boa qualidade e localização, e quando o fez, não avisou para outras famílias da comunidade, então até que eles descubram, o uso é exclusivo dela e de suas filhas. Para coletar o barro, o primeiro passo a ser feito é tirar o excesso de água superficial, para que se torne possível cavar a terra de forma mais profunda e para que menos água se misture com o material, para diminuir o peso a ser carregado até as casas onde ele será utilizado. A Figura 58 mostra o barro branco compactado, da forma como é encontrado no solo, e é possível ver que o barro vermelho se mistura a ele de forma pontual, mas isso não é problema para utilizá-lo. Essa forma encontrada do barro representada na imagem é do modo como ele pode ser diretamente aplicado às paredes de barro vermelho para revestir, e o método utilizado é esfrega-lo fazendo movimentos de vai-e-volta até ele aderir totalmente, e nesse processo as partes de barro vermelho não se misturam devido à diferença de granulometria, e não ficam aparentes na forma final.



Figura 56: Enxada guardada no barreiro.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 57: Barreiro utilizado pelas famílias.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 58: Barro branco utilizado no revestimento e limpeza das casas .
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

Existem outros tipos de barro utilizados no revestimento externo e interno, apesar de o barro branco ser o mais comumente encontrado nas casas. Há um barro vermelho (diferente do que é usado internamente nas paredes, para dar forma à vedação, mais fino que ele) e um barro amarelo, retratado na Figura 59, que são os mais facilmente encontrados, e podem ser utilizados para o revestimento em si ou para inserir elementos decorativos por cima do barro branco. Existe também um barro verde, mas esse localiza-se em área distante e de difícil acesso, e dona Dandara é uma das únicas que sabe onde encontrá-lo, pois no território da comunidade há apenas um barreiro dele, e raramente é utilizado.

Na sequência da Figura 60 e da Figura 61, vemos a forma como o barro vermelho utilizado na vedação das paredes de pau-a-pique e confecção de tijolos de adobe é encontrado na terra, e a forma de verificar se seu ponto de umidade permite o uso é apertando-o, e o ponto correto é quando o barro consegue ser compactado e apresentar uma forma definida. Para o preparo do material a ser utilizado nas paredes ou na feitura dos tijolos, o barro é umidificado já no local de uso e compactado de modo a reduzi-lo ao mínimo, pois o material não apresenta a liga necessária sem esse preparo anterior, principalmente no caso dos tijolos. É importante que o barro esteja, além de compactado, úmido, porém não encharcado, para que ele seja moldado e seque já no formato final que ficará disposto. No caso do pau-a-pique, o revestimento de barro branco deve ser passado antes da secura total, e os tijolos de adobe devem estar totalmente secos ao serem utilizados para levantar as paredes.

A caminhada tinha como objetivo apenas visitar o barreiro, e não foi necessário nos preocuparmos com formas de transportá-lo de volta para as casas pois o estoque que fizeram no início do ano ainda durava. Após as demonstrações de como o barro é retirado da terra para ser transportado, continuamos a caminhada, agora em direção à Lapa do Veado. Em local bastante próximo ao barreiro, passamos por uma estrutura de madeira com cobertura de palha, trançada da mesma forma que outras construções da comunidade, vista na Figura 62, mas aquela parecia não ter uma utilidade específica, e a paisagem ao redor era especialmente vistosa. Perguntei a Michelle e Antônio o que era aquilo, e eles disseram que a estrutura foi feita para a gravação de alguma novela ou série de televisão, mas não souberam indicar a data.



Figura 59: Barro amarelo, utilizado no revestimento para detalhes ornamentais, como desenhos ou barrados das casas.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 60: Barro vermelho como encontrado na terra.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 61: Barro vermelho utilizado na vedação das casas, após apertado nas mãos para verificar o ponto.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 62: Estrutura de telhado de palha, construído para gravações de uma série de televisão.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 63: Muro de pedras do antigo cemitério dos escravos.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

O curioso é que ao lado dessa estrutura coberta está localizado o antigo cemitério dos escravos da Fazenda Santa Cruz e Gavião, cujo muro está retratado na Figura 63. Ao continuar a caminhada, passamos em mais alguns campos de flores sempre-vivas, onde Michelle e Antônio ainda passaram alguns minutos apanhando as flores, e me mostrando a diferença entre algumas das espécies que estavam florescendo ali. Vimos, além da campina, a chamada pé-de-ouro, que foi colocada na lista de espécies em vias de extinção sem que houvessem estudos divulgados a respeito, e foi uma flores que mais causou transtornos à comunidade devido à repressão e criminalização da atividade de apanha, e relatos de situações extremas foram narrados por várias pessoas da comunidade a respeito disso. Foi alegado pelos representantes dos órgãos ambientais que ao apanhar a flor desta espécie, a raiz dela é totalmente arrancado da terra, impossibilitando que outras flores nasçam nas próximas safras pois a raiz é totalmente removida do solo, entretanto, Michelle demonstrou qual o modo correto de apanhar a flor sem causar esse dano, e que o argumento utilizado para fundamentar que a espécie estaria de fato em vias de extinção era falso.

Enfim, depois de um trajeto de subidas tortuosas e pequenas escaladas, por fim chegamos à *Lapa do Veado*. Ela está há muitos anos não sendo utilizado, devido aos conflitos com os guardas-parque e com o gerente do PERP, pois ela é a lapa mais próxima da Fazenda, que é inclusive visível por quem está no imóvel e de rápido acesso, e era o primeiro local a ser perturbado pelos agentes do IEF-MG. Apesar da proximidade com a parte baixa da comunidade e estar localizada a meio caminho da chapada, ao seu redor existem muitos campos de flores, como é possível ver numa visão a distância da lapa da Figura 64.

No percorrer do caminho, percebe-se que mesmo não ocupada há algum tempo, foi possível encontrar alguns resquícios de ocupação humana ali, como por exemplo as camas cobertas com capim da Figura 65. Além da cobertura, a delimitação de várias camas por fragmentos de pedras enfileirados, que formavam um total de três camas. Foi relatado, assim como na lapa de dona Ângela, que a cobertura de capim, apesar de ser um bom isolante térmico que ameniza o frio da noite, é perigoso pois pode abrigar animais peçonhentos, caso a pessoa não tenha o cuidado de verificar a presença desses antes de se acomodar.

Os resquícios da fornalha da Figura 66 encontrada na lapa do veado eram diferentes das outras encontradas, totalmente construída por pedras, e aparentava estar inativa há mais tempo, o que confirma os relatos do povo da comunidade de que aquela lapa há tempos não é ocupada de forma constante. Os sinais de fuligem indicam o uso do fogo e permitem compreender como a fogão era estruturado, e sua localização em local coberto mas de forma a não deixar marcas no teto.



Figura 64: Campo de flores “bem-casados” e lapa do veado ao fundo, no detalhe.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 65: Camas de capim na lapa do veado.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 66: Vestígios de uma fornalha na lapa do veado.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

Essa lapa ainda apresentava uma peculiaridade de ser mais aberta que as outras visitadas, e a área ocupada dela apresenta a forma de L, com os fundos fechados e abertura de dois lados, que não estavam vedados. A vedação não era utilizada ali, pois as formações rochosas ao seu redor já cumpriam o papel de cortar os ventos e proteger quem nela morasse. O nome dado à lapa foi uma das primeiras características que me chamou atenção, pois quando os moradores da comunidade se referiam a outras lapas, normalmente as referências eram das pessoas ou famílias que a ocupavam, e essa foi a única com um nome diferente. Este nome é utilizado devido à presença de pinturas rupestres na parte superior da lapa, como é possível ver na Figura 67. Essas pinturas são parte de um grande patrimônio arqueológico encontrado na porção meridional da Serra do Espinhaço: outras pinturas e elementos que indicam que aquela região também serviu de lar para outros povos há mais de milênios. A proteção desse patrimônio é inclusive uma das pautas utilizadas pelos ambientalistas que desejam uma preservação da natureza intocada, que prioriza manter intacto uma lembrança de um povo que viveu ali há muitos anos e ignora a presença dos povos que exercem ali sua territorialidade atualmente.

Os abrigos utilizados pela espécie humana são escolhidos para suprir as necessidades que temos para sobreviver desde que deixamos de ser nômades, e quando estas são alcançadas, procuramos sempre melhorar e conseguir formas de amenizar nossa existência, de fazer com a luta pela sobrevivência não seja tão hostil. Obviamente, após tantos milênios de ocupações e aprimoramento nos modos de morar, não pretendo de forma alguma romantizar a forma de moradia das lapas a partir puramente de sua relação com o passado, mas busco compreendê-las como uma necessidade que supre as demandas dos modos de vida dos apanhadores de flores sempre-vivas. É necessário considerar que as lapas são primordiais para a atividade tradicional pela qual a comunidade se identifica, e é intrínseca à ela, e estas devem ser compreendidas de modo relacional: as lapas são ocupadas para que o povo da comunidade esteja mais próximo dos campos da chapada, onde há maior quantidade de flores, e a partir do momento que eles estão melhor localizados, podem praticar a atividade cada vez mais distantes da morada de baixo. A mobilidade pelo território é uma das características primordiais para esses modos de vida, que são impossibilitados caso haja uma fixidez rígida da moradia das famílias.

Após fotografar a lapa e ouvir dos moradores esses relatos de como ela era ocupada anteriormente à implantação do PERP, nos sentamos para comer a marmita que levamos. Como havia apenas uma colher e um vasilhame de comida, revezamos para comer utilizando também as mãos. Por termos comido tantas frutas no caminho, levamos bastante tempo para

ter fome, e quando terminamos de comer eram por volta das duas da tarde, e ainda havia algumas laranjas que levamos para servir como sobremesa, e depois descansamos por alguns minutos para iniciar a caminhada de volta para casa.

Para chegar à lapa, foi preciso escalar um pequeno trecho, que é possível imaginar a partir da Figura 64 apresentada anteriormente, e naturalmente para ir embora, foi necessário descer o mesmo trecho, que foi uma das partes que tive mais dificuldade, mesmo não sendo uma longa distância. Quando chegamos à parte mais plana do caminho, um grande campo de flores da espécie “bem-casado” estava à nossa frente, e sem a orientação de Michelle não seria possível identificar qual caminho deveria ser seguido. Essa espécie não é comercializada pelo povo da Mata dos Crioulos, mas recordo-me de ter visto alguns arranjos feitos com ela nas feiras dos sábados de manhã no Mercado Velho em Diamantina, onde os apanhadores de flores de várias comunidades se reúnem para vender as flores e os artesanatos feitos com elas na parte de fora.

Como não apanham essa espécie para a venda, ela é normalmente utilizada pelas crianças que acompanham os pais na atividade para uma brincadeira que tem o mesmo nome da flor, exemplificada na Figura 68. As crianças apanham dois pequenos buquês da flor, o entrelaçam e fazem movimentos de puxar repetidamente, até que os buquês de soltem um do outro, e quem permanecer com a maior quantidade de flores é quem ganha. Como os campos são repletos dessa espécie, a brincadeira pode ser repetida diversas vezes, e o movimento das flores colhidas pelos campos também ajuda no processo de espalhar as sementes para as próximas safras.

Na volta também passamos por um canelau, uma área onde havia concentradas muitas canelas-de-ema, uma das espécies mais comuns no território da Mata dos Crioulos. Ela é encontrada em diversas áreas da comunidade, mas não havia me deparado ainda com uma concentração tão grande delas. Ela é comumente utilizada na vedação das lapas e ocasionalmente de ranchos, mas seu principal uso é como lenha. Ao entrar em combustão, essa madeira exala um cheiro característico, e seu queimar é sempre lento, o que torna-a ideal para cozinhar os alimentos ou mesmo manter a cozinha aquecida.

Chegamos em casa ao fim da tarde, já cansados e com fome novamente, e dona Dandara nos esperava com o neto e seu filho mais velho que havia retornado da chapada naquele dia. Não é novidade que problemas familiares existem, principalmente nas que têm um convívio próximo constante, e nesse momento foi possível perceber algumas desavenças entre os filhos de dona Dandara, mas que em nada interferiram no modo como me trataram e receberam.



Figura 67: Desenhos rupestres na lapa do veado.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.



Figura 68: Brincadeira feita com as flores “bem-casados”.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 15/04/2018.

Nessa noite foi possível também conversar um pouco mais com dona Dandara a respeito da sua rotina de apanhar as flores, pois ela pretendia no dia seguinte subir para os campos, e retornar no dia depois no fim da tarde, quando eu ainda estaria na casa de Michelle¹³. Ela me contou que, desde o último ano, não tem mais o costume de ir à chapada para ficar por longos períodos, principalmente por causa da filha que construiu a casa ao lado da sua. Além de ajudar a cuidar do neto quando necessário, a principal questão que não a deixa ficar longe da casa por muito tempo é a água encanada, que vem de uma nascente um pouco distante por fragmentos de mangueira de plástico que eventualmente se desencaixam, e a filha não consegue ir até a fonte de água para resolver qualquer problema relacionado à isso, então ficaria sem água se não fosse a presença de dona Dandara. Dessa forma, quando ela vai à chapada, não permanece por mais que quatro dias. E o motivo pelo qual Michelle também não sobe para os campos com a mãe é pelo filho, que não se adaptou ainda ao ambiente das lapas, pelo tempo que é mais frio e pelas mudanças cotidianas que acontecem nesse período transumante. Como dona Dandara iria para a chapada no dia seguinte, ficamos até um pouco mais tarde em sua casa após todos se banharem. Seu filho mais velho iria com ela no dia seguinte, e também ficou conosco. Durante todas as conversas, a janta era preparada com um frango ensopado, que foi abatido naquele mesmo dia, especialmente para aquela refeição.

No dia seguinte, eu e Michelle não acordamos tarde, e conseguimos nos despedir mais uma vez de dona Dandara antes dela ir para a chapada. O dia amanheceu bastante nublado, o que não necessariamente significava que o tempo estava semelhante na chapada. O filho já havia começado a caminhada até lá, e a mãe demorou um pouco mais para sair pois iria ainda arrumar o burro que iria acompanhá-los para trazer as flores apanhadas na volta. Como as outras famílias que eu visitaria durante minha estadia na comunidade não poderiam me receber nesse dia, passamos um dia mais tranquilo. Após a saída dela, o tempo esfriou bastante, uma chuva fraca começou, ou como eles dizem: invernou; então não soubemos como foi a apanha de flores na chapada, pois havia possibilidade de ter invernado por lá também.

¹³ Os planos originais do trabalho de campo na verdade não previam tantos dias de estadia na casa delas, mas ao conversar com as outras famílias da comunidade que me receberiam, alguns assuntos cotidianos impossibilitaram que eu fosse antes para as outras localidades. Esses planos foram modificados tantas vezes durante o tempo que estive na comunidade que não cabe relatar todas as mudanças e replanejamentos que foram feitos. Por fim, no final do domingo decidimos que eu ficaria com Michelle até quarta-feira de manhã, quando iríamos para a casa de Elza, que é neta de dona Dandara, e eu tentaria entrar em contato novamente com Nelson, que mora na Bica D'Água, o local mais distante da comunidade que eu pretendia visitar, e tentaria passar ao menos um dia com ele e sua mulher, e retornaria depois para a casa de Elza ou Marielle, sua mãe. Os planos eram de visitar a casa de dona Ângela também, a quem conheci na chapada, mas não havia confirmação de que ela iria voltar para a parte de baixo da comunidade ou não.

Durante a manhã, Antônio e Michelle combinaram de arrumar a estrada que dá acesso à casa a partir da estrada principal da comunidade, que devido às fortes chuvas dos dias anteriores, estava em condições péssimas de circulação, até para quem ia a pé, com muitos buracos e irregularidades. O filho de Michelle e eu fomos os acompanhando, mas eles não deixaram que eu ajudasse, então fiquei por conta de tomar conta do pequeno, e brincar com ele de construir casinhas com varetas que encontrávamos na caminhada. Nos buracos que encontramos pelo caminho, os dois buscavam terra com uma enxada e uma pá das áreas lindeiras na estrada para preenchê-los, e deixar o terreno no mesmo nível para possibilitar a circulação de veículos. Duas horas foi o tempo médio que o conserto desse pequeno trecho da estrada levou, e são normalmente os moradores da comunidade que prestam os serviços de manutenção do local, pois a Prefeitura de Diamantina não cumpre sua função de conservação das condições de circulação das vias. A situação com a referida prefeitura é complicada pois o território da comunidade está localizado em diversos municípios, e são os topos de morro e cursos d'água são as condições de relevo utilizadas para estabelecer esses limites. Dessa forma muitas questões que deveriam ser tratadas pelos poderes públicos municipais acabam por ser negligenciados por todas as prefeituras que poderiam e deveriam estar envolvidas na gestão do território da Mata dos Crioulos. Inclusive, a respeito do calçamento de um pequeno trecho da estrada que leva à comunidade com revestimento asfáltico, a Prefeitura de Diamantina doou o material e a mão-de-obra foi realizada sem qualquer remuneração e em formato de mutirão pelas pessoas da comunidade, segundo relato de dona Ângela na semana anterior.

Não houve muitas mudanças na rotina nesse dia nem no dia seguinte, a não ser por visitas que chegaram na parte da tarde. Devido à ausência de dona Dandara, Antônio dormiu na casa de Michelle também, no chão do quarto onde nós estávamos, para nos fazer companhia. No dia seguinte, terça-feira, a manhã foi tranquila e sem muitos acontecimentos. O sol havia aparecido, e Michelle resolveu então lavar suas roupas que estavam acumuladas da viagem à cidade, e a acompanhei na atividade também. Enquanto isso, conversamos um pouco mais sobre as casas e o processo de construção, e ela relatou que a casa de dona Dandara era há seis anos localizada ao lado de onde hoje é o pomar. A construção da nova sede aconteceu devido à um raio que caiu na antiga casa e criou uma rachadura que não seria possível remediar, então uma nova construção foi feita. O primeiro passo foi o cômodo onde é a cozinha, e todos se abrigaram lá provisoriamente até que as paredes dos quartos fossem levantados também. Outra questão levantada nessa conversa foi a respeito dos painéis de energia solar da CEMIG presentes em seu quintal, os quais não estavam mais em uso. Apesar

de ainda funcionar, a bateria do gerador de energia foi esgotada, e a compra de uma nova custaria em torno de quinhentos reais, e esse seria levado pela empresa que fará a instalação da rede de energia na comunidade, e não compensaria ter esse gasto. O problema é na verdade o atraso ocorrido nessa instalação, que estava marcada para o início do presente ano.

Nesse dia resolvemos também abater mais um frango para o almoço, o qual novamente vi apenas o preparo na panela. A tarde, mais uma visita aconteceu, dessa vez de Marielle e Elza, que voltavam de Diamantina com compras feitas para o mês. Aproveitando a ida delas até lá, combinamos as visitas que eu faria nos próximos dias: na quarta-feira iria de manhã cedo para a casa de Elza, e de lá pegaríamos a moto de seu marido emprestada para Antônio me levar até a Bica D'Água, na casa de Nelson, onde eu ficaria até a sexta-feira de manhã, quando ele retornaria para me buscar, com a gasolina que eu pagaria. Na volta, faríamos uma parada na casa de dona Ângela e seguiríamos para a casa de Marielle, onde eu ficaria até o dia seguinte, quando estava marcada uma reunião com a comunidade na sede da Associação para discutirmos questões relacionadas à educação quilombola, direito que a comunidade buscava conhecimento a respeito para poder lutar por eles.

4.3 Casa de Elza

Quando acordamos cedo na manhã seguinte, minha mochila com todos os pertences já estava arrumada, e pronta para ir à casa de Elza, como havíamos combinado. Nos arrumamos e tomamos café da manhã lentamente, na esperança de que nesse período, dona Dandara retornasse da chapada para que eu pudesse me despedir e agradecer. Porém, não poderíamos demorar muito, pois a caminhada a pé até nosso destino poderia levar mais tempo que o normal, considerando meu ritmo de andar mais lento, e a presença do filho de Michelle. Partimos os quatro, enfim, de mochila nas costas e a criança no colo, pela estrada. Ao invés de caminhar todo o percurso pela estrada de automóveis, atravessamos um atalho por cima de uma *serrinha* ao lado da casa de Michelle. Na beira da estrada, passamos por algumas casas, e em todas as ocasiões, todas as pessoas se cumprimentavam. Paramos rapidamente em uma casa da “vó torta” do filho de Michelle, devido ao relacionamento que ela mantém com seu avô. Ela estava acompanhada de dois filhos, e reclamou da situação das escolas na comunidade, um dos assuntos mais recorrentes entre as famílias da comunidade, que consideram que as condições de transporte como impraticável.

Seguimos o caminho e passamos também por uma construção em andamento de alvenaria convencional, que será futuramente a sede de uma igreja, e os pedreiros que estavam trabalhando eram todos da comunidade, e foi possível perceber a domínio dessa técnica construtiva. Outro fator que chamou atenção no caminho foi um carro que passou por nós da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) do Meio Ambiente, de forma bastante hostil. Diminuíram bastante a velocidade ao passar por nós, baixaram os vidros para nos encarar, não disseram nada e seguiram o rumo da estrada novamente. Segundo os moradores da comunidade, esse setor da PMMG transita ocasionalmente por ali, e não está relacionada diretamente aos agentes do parque, mas vão normalmente à procura de animais silvestres que estejam em porte de alguma família, para incriminá-los por esse crime ambiental.

Após a caminhada, chegamos finalmente à casa de Elza, que fica localizada em lote lindeiro à estrada e em declive acentuado, com um terreno grande e vastamente ocupado por outras construções além da casa, como um engenho e uma casa de farinha, além do quintal aos fundos, e estes elementos estão distribuídos em três platôs. A casa tem duas entradas, uma pela cozinha, utilizada pela família normalmente, demonstrada na Figura 69, e outra entrada de um anexo em madeira da Figura 70 tratada que foi construído na semana anterior, onde acontecem os cultos da igreja que algumas das famílias da comunidade frequentam. A distribuição interna dos cômodos é simples, como vemos no esquema da Figura 71, semelhante às outras casas visitadas, exceto pelo novo anexo construído recentemente.



Figura 69: Entrada da cozinha da casa de Elza.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.

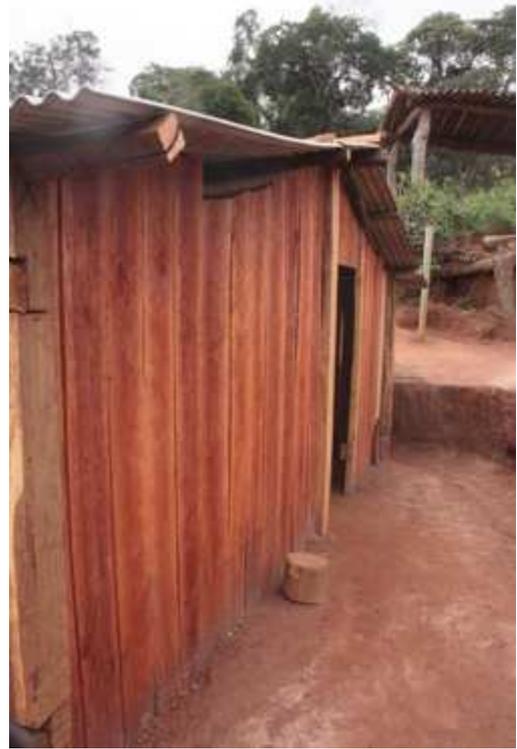


Figura 70: Entrada da área onde acontecem o cultos religiosos, anexo da casa, construída recentemente.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.

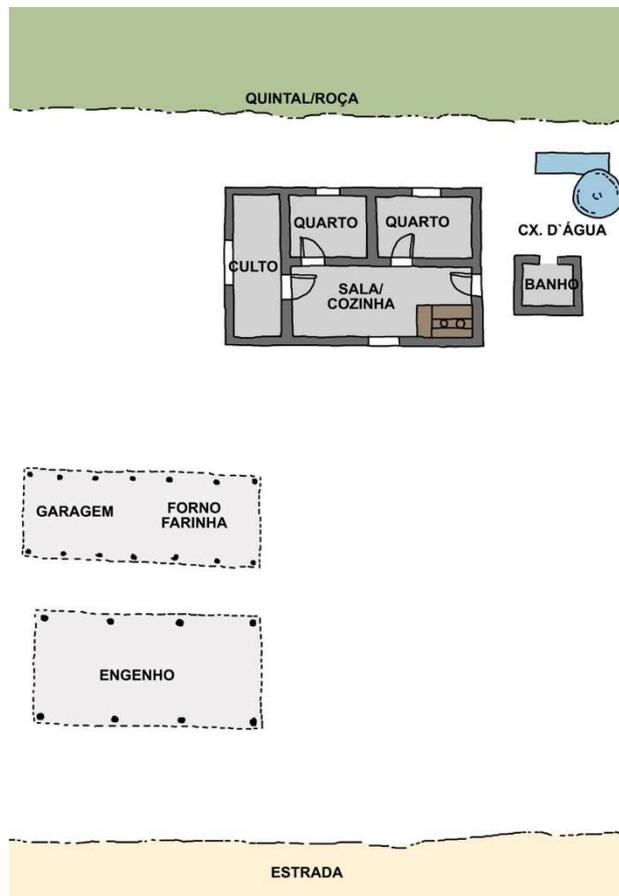


Figura 71: Planta-baixa esquemática da casa de Elza.
 Fonte: Elaboração da autora, ago/2018.

A cozinha e a sala são o mesmo cômodo, sem uma separação física entre eles, apesar de haver ali alguns pilares de madeira improvisados que sustentam a estrutura da cobertura, que há aproximadamente um ano começou a demonstrar instabilidade. A construção foi concluída um ano antes, ou seja, tem idade aproximada de dois anos, e o fato de a cobertura estar cedendo é sinal de que a estrutura não estava forte o suficiente para o material escolhido para cobri-la, que é de telha cerâmica colonial, material pesado, que necessita também de uma certa inclinação para escoar as águas da chuva devidamente, o que aparentava não ter. Além das telhas coloniais, algumas partes da cobertura apresentam remendos de amianto, que é também o material utilizado na área nova construída.

A casa foi construída na ocasião do casamento de Elza e Afonso, e com a ajuda da mãe e alguns irmãos, levou uma semana para estar totalmente finalizada. O modo de construção foi o pau-a-pique tradicional, o mesmo descrito anteriormente por Michelle, com nove esteios que servem para a estrutura e para a delimitação dos espaços interiores. Entretanto, na Figura 69 apresentada anteriormente, conseguimos ver além da entrada da cozinha da casa, alguns elementos estruturais em madeira adicionados após a construção, com a finalidade de construir em breve uma nova extensão da casa ali.

Também é possível visualizar parte dessa estrutura colocada recentemente para construção de anexo da casa na Figura 72. Essa fotografia mostra as instalações sanitárias da casa, que diferentemente das outras visitadas, era em alvenaria convencional e tem o vaso sanitário fixado no chão, com piso cimentado. A intenção de construir o anexo é conectar o restante da casa ao banheiro, que já foi construído em posição favorável a isso. A nova área será utilizada como cozinha, e um novo fogão será construído, segundo os planos de Elza, e a cobertura será feita totalmente com amianto. Ao lado do banheiro está localizada a “área de serviço” da casa, que consiste, assim como na casa de dona Dandara, em uma peça de madeira de superfície regular e uma instalação improvisada com mangueiras para canalizar a água de um curso d’água até o local. Vemos na Figura 73 as instalações do painel gerador de energia solar da CEMIG, presente em várias casas da comunidade, porém poucos estão em funcionamento. Nesta casa o painel está em condições razoáveis e consegue gerar energia suficiente para acender lâmpadas durante a noite e utilizar tomada para carregar aparelhos eletrônicos, lanternas e celulares, principalmente. Michelle, inclusive, visita a sobrinha algumas vezes por semana para utilizar as tomadas.

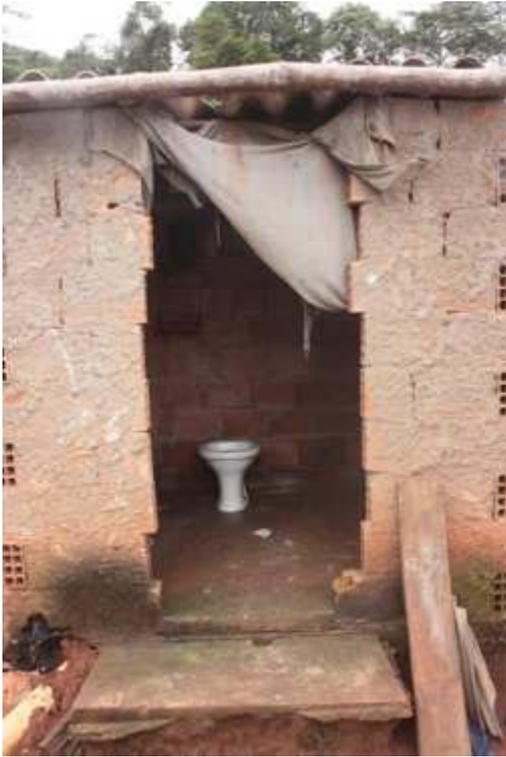


Figura 72: Construção em alvenaria convencional para instalação sanitária.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 73: Gerador de energia solar instalado pela CEMIG.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 74: Cozinha de Elza.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.



Figura 75: Quarto da casa, onde atualmente armazenam flores sempre-vivas.

Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.

Uma das principais diferenças notadas na casa de Elza em relação às duas casas visitadas anteriormente foi a área interna: além das paredes serem barreadas, o chão também era. Ela contou-me que as rotinas de limpeza das paredes são semelhantes, mas o chão precisa diariamente ser barreado, ou lavado, que na comunidade são duas ações sinônimas. O trânsito de pessoas do lado de fora para o lado de dentro, e vice-versa é bastante comum, o que faz com que o barro do chão se desgaste com rapidez. Uma técnica comumente utilizada é misturar o barro branco com estrume de boi para aumentar a fixidez e manter o chão limpo por mais dias, além de ser mais escuro, mas a dona da casa não tinha acesso fácil ao material, então optava por barrear o chão todo dia.

O fogão é semelhante aos outros descritos anteriormente, construído sobre uma base sólida de pedras empilhadas, preenchido com barro vermelho e revestido com barro branco, como se pode observar na Figura 74, de quando nosso almoço do dia estava sendo preparado. Porém, em sua casa o fogão localiza-se em área interna e bastante próxima aos quartos, além do cômodo que serve de cozinha e sala não ser muito amplo. Isso faz com que a fuligem que provém do fogo utilizado para cozinhar se espalhe pela casa, mesmo que a ventilação do local seja favorável à saída da fumaça. Também foi observado um varal colocado em cima do fogão, onde são penduradas algumas carnes e linguiças para serem defumados enquanto outros alimentos são cozidos, algo presente em quase todas as casas visitadas da comunidade. Neste grande cômodo onde é a área de convivência da casa, existem duas portas que levam aos quartos da casa, um onde Elza o esposo dormem e outro para os filhos. Entretanto, na época, os quatro moradores da casa dormiam todos no mesmo quarto, enquanto o outro, da Figura 75, atualmente serve para guardar as flores colhidas na Chapada, e não servem de dormitório.

Quando me mostrou as flores que colheram que estavam empilhadas no quarto, começamos uma conversa a respeito do cotidiano na chapada. Ela relatou que passou quinze dias por lá nessa safra, na lapa de sua mãe, vedada com madeira e palha, o que não tive chance de ver e retratar. Quando o fechamento é feito de forma a vedar bastante o interior, a lapa é mantida arrumada durante todo o ano, inclusive quando não está ocupada, o que não foi uma característica verificada nas lapas que visitei, que apresentavam todas um certo grau de abertura que permitia a entrada ocasional de animais e também se mostravam mais voláteis às intempéries. No caso da lapa da família, no início da safra é necessária apenas uma grande faxina, assim como seria necessário fazer em qualquer casa desocupada por longos períodos de tempo. Por ter filhos pequenos, uma menina de quatro e um menino de sete, Elza faz parte do grupo de mulheres que vai pouco à chapada e quando vai, permanece pouco tempo por lá.

O assunto naturalmente fluiu para as violências sofridas pelo povo da Mata dos Crioulos no cerceamento de seu território. Não apenas nos campos da Chapada, onde foram proibidos de acessar e viveram uma criminalização da atividade que fazem por gerações na comunidade, mas as outras áreas como as roças também foram ameaçadas. As práticas de cultivo da comunidade são parte de seu conhecimento tradicional, passado de geração a geração, e chegou em um ponto que foi considerado como algo danoso ao meio ambiente, assim como a apanha de flores sempre-vivas. Mais uma vez os ambientalistas conservacionistas com a errônea ideia de que a intervenção antrópica não está relacionada à natureza, esta que é compreendida nesse texto como socialmente produzida.

Antes de o almoço ficar pronto, as crianças me levaram para conhecer as outras partes do terreno, como por exemplo, a casa de farinha e depósito da Figura 76. Elas me guiaram e cada uma queria mostrar algo diferente ao mesmo tempo, correndo e gritando, bastante animadas. Além do passeio guiado, a todo momento elas pediam que as fotografasse, o que resultou em um grande álbum de fotos que espero em breve poder compartilhar com eles. Em relação ao animais domésticos da casa, foi possível notar uma maior proximidade das crianças com estes. Apesar de todas as casas terem cachorros e gatos, nas casas com crianças, como é o caso desta, os animais são mais próximos e tratados de maneira carinhosa.

Em alguns minutos, Elza nos chamou anunciando que a comida estava pronta, que poderíamos nos servir e comer. Seu filho mais velho foi na frente: ele estava com mais pressa pois iria para a aula em alguns minutos, na escola da comunidade que está a uma curta distância da casa que ele faz a pé diariamente. A comida era semelhante à de dona Dandara e Michelle, apesar de cada uma ter seu quê de tempero especial que as fazem únicas, e todas indescritíveis. Porém, Elza tem o costume de servir sucos junto com a refeição, sempre natural de algo colhido diretamente de seu pomar: na época os mais comuns eram limão e maracujá. Depois da refeição, a dona da casa passou um café, como de costume. Ficamos mais algum tempo proseando, até a hora que Antônio iria me levar de moto até a casa de Nelson.



Figura 76: Cobertura na área externa, com forno de farinha, engenho e depósito.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 17/04/2018.

4.4 Casa de Nelson e dona Marta

O caminho da região do Algodoeiro até a Bica D'Água é uma estrada de terra que na época apresentava vários buracos devido às chuvas recentes. Eu nunca havia andado de moto em estradas nessas condições, o que me deixou receosa em alguns pontos do trajeto, porém Antônio conduziu o veículo com bastante calma e cuidado, e nenhum problema aconteceu, mesmo estando nós dois e uma mochila grande. Provavelmente um automóvel comum não seria capaz de completar o trajeto até a casa de Nelson. Era notória a mudança nas formas da vegetação e relevo conforme chegávamos mais próximo do destino, principalmente em relação a presença das palmeiras grandes utilizadas para confeccionar a cobertura das casas. Também devido à distância, o tempo na Bica D'Água era bastante diferente do que estava no Algodoeiro, com mais nuvens porém sem chuva, mas segundo os relatos dos moradores, a umidade e o frio são sempre mais acentuados por lá.

Nelson e dona Marta são um casal mais velho que mora no final da estrada ao pé da serra, próximo à divisa com o PEPI, o qual é possível acessar em uma breve caminhada. Essa proximidade é um dos motivos pelo qual eles recebem frequentemente viajantes que fazem a travessia entre o PEPI e o PERP. Os mochileiros passam por lá, nunca sem anunciar previamente por telefone para o casal, que se prepara para recebê-los, e essa é uma das fontes de renda da família. O fim do ano é a época de mais movimento por lá, quando no Natal um grande grupo de jipeiros vai até lá, o que ocorre anualmente. Os filhos do casal são todos mais velhos e moram em Diamantina, e vão visitar os pais com frequência.

Ao chegarmos ao final da estrada, é possível visualizar a casa do casal, como na Figura 77. Antônio já conhecia o lugar pois, há algum tempo, namorou uma filha deles e chegou a frequentar a casa. Buzinamos ao lado de fora da porteira e aguardamos um pouco até algum deles nos responder o vir nos recepcionar. Nelson estava cuidando das criações e dona Marta estava torrando farinha e continuou por um tempo após minha chegada: a atividade exige que se mexa constantemente a farinha, caso contrário ela pode queimar. Ele estava também do lado de fora da porteira, chegou até lá e abriu para que nós entrássemos. Antônio não se demorou muito, pois deveria devolver a moto à Afonso, e não chegou a entrar. Levei minha mochila e entramos na casa, Nelson mostrou-me o quarto onde eu ficaria para deixar lá meus pertences. Fomos depois até a cozinha para tomar um café, enquanto aguardávamos dona Marta terminar a farinha.



Figura 77: Fachada principal da casa de Nelson.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.

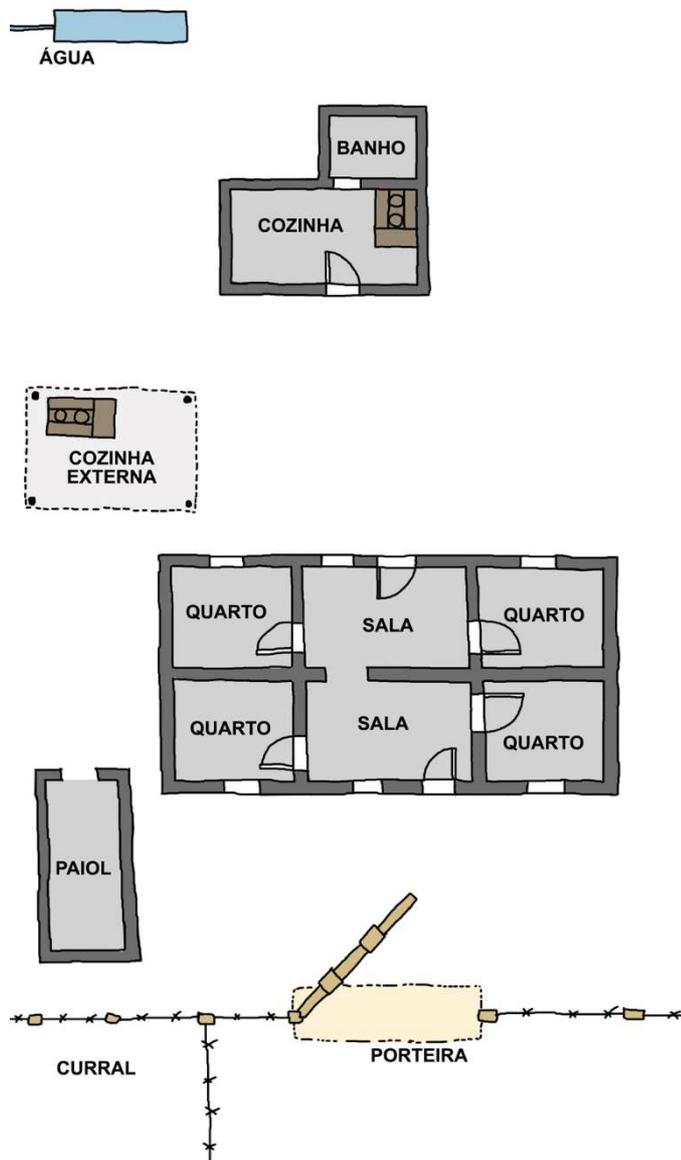


Figura 78: Planta esquemática da casa de Nelson e dona Marta.
Fonte: Elaboração da autora, ago/2018.

Como esquematizado na Figura 78, a casa é composta por mais de uma construção, uma onde estão os quartos e outra onde funciona a cozinha e o banheiro. Nelson foi relatando aos poucos como foi o processo de construção de todos os elementos ali encontrados. A casa principal, a maior do sistema de pau-a-pique que visitei na comunidade, foi construída há aproximadamente trinta e seis anos, na ocasião do casamento dos dois. O início da construção foi realizado por um morador da comunidade que foi pago para isso, e era quem mais apresentava domínio da técnica na época, e foi responsável por colocar os esteios e levantar as paredes externas, enquanto as paredes internas foram feitas pelo casal. Desde então, realizam manutenções constantes que a mantém praticamente intacta, diferente das outras casas do mesmo sistema construtivo da comunidade, que mesmo sendo mais novas, encontram-se em estado de conservação pior. Não foi possível identificar o que leva às casas a chegar àquelas condições, se é devido à manutenção inapropriada ou se a própria forma de construir não leva certos cuidados em consideração. O que é importante ressaltar nesse caso é que as construções de barro não são em si um problema ou deveria ser símbolo de precariedade, como normalmente é considerada – pensamento que foi constatado presente inclusive entre membros da comunidade que as consideram de menor valor do que algo construído com alvenaria convencional, por exemplo.

A casa principal foi construída sobre a estrutura de doze esteios, diferentemente das outras visitadas na comunidade que tinham nove em sua estrutura. Os cômodos eram delimitados pelas linhas dos esteios necessariamente, totalizando quatro quartos e duas salas na área central. As portas de entrada são localizadas nas salas, e todos os cômodos tem janelas. Em outra construção ao lado, retratada na Figura 79, está localizada a cozinha, também construída em pau-a-pique, com um anexo em madeira onde funciona o banheiro. Das casas que fiquei hospedada, essa foi a única que tinha um sistema de chuveiro, e por estar ao lado do fogão a lenha, também havia uma serpentina – na Figura 80 – que garante uma temperatura quente para a água do banho. Não há divisões internas na cozinha, que é construída sobre uma estrutura de oito esteios, de forma semelhante às outras descritas anteriormente, apenas sem o elemento central. Esse cômodo foi construído há aproximadamente vinte anos, quando a família iria dar uma festa, e a estrutura anteriormente servia como paiol. Foi na mesma época que o banheiro foi construído e a serpentina instalada.

Outro aspecto que pode ser notado na Figura 80 é o chão, que havia sido barreado há uma semana na data da fotografia. O barro branco é a base de todos os revestimentos da casa, mas no chão é passada ainda uma camada de estrume de vaca com recuo entre quinze e vinte centímetros da parede, onde o trânsito de pessoas é mais intenso: principalmente a cozinha e

as salas; nos quartos não há necessidade dessa camada extra. A manutenção é feita semanalmente na cozinha, mesmo que apenas Nelson e dona Marta estejam na casa, e a sala recebe as camadas de barro a cada dois meses aproximadamente. Diferentemente das paredes, que as novas camadas de barro são passadas quando são “lavadas”, o chão necessita de uma raspagem do excesso de material algumas vezes por ano. Quando comparamos a Figura 80 com a Figura 81, é possível ver o contraste de cores entre a camada de estrume do chão, que varia de acordo com o tempo que ele foi passado e também com a intensidade de pessoas que passam pelos locais e gastam o revestimento.

As paredes são barreadas com o mesmo material que o chão normalmente, e os intervalos de sua manutenção são mais longos ainda. Além do barro, dona Marta faz também um barreado utilizando corante xadrez misturado na água e um pouco de barro para dar liga, e é feito interna e externamente em todas as paredes de pau-a-pique. Nota-se na Figura 82 a única parede que não é de pau-a-pique na casa, com a vedação de peças de madeira semelhantes à de outras construções, como o paiol da casa. Segundo a família, essa parede foi levantada após a construção do cômodo externo que é hoje utilizado como cozinha, pois anteriormente ali encontrava-se o fogão. Uma diferença observada nesta casa em relação às outras foram os esteios e sua forma de encaixe. A Figura 83 mostra um detalhe de encontro do esteio com o baldrame, que é a peça de madeira que delimita o piso da casa. A presença de uma peça extra cortada de forma a encaixar de modo mais elaborado, o que demonstra um dos aspectos em que essa construção apresenta elementos diferentes que podem ser considerados o motivo pelo qual é uma das mais conservadas considerando a idade dela.

A cobertura foi o elemento construtivo mais destoante em relação às outras casas visitadas neste trabalho de campo. Em uma primeira viagem à Mata dos Crioulos um mês antes, havia observado uma outra casa com a cobertura de palha, semelhante à da casa de Nelson e dona Marta, na região do Covão. Várias famílias confirmaram o fato de que as duas únicas casas com essa cobertura são a de Nelson e essa outra que observei na outra visita, apesar da técnica de trançar a folha da palmeira ser tradicional na comunidade como um todo: outras famílias utilizam esse tipo de cobertura em outros elementos construídos, como por exemplo em algum paiol, forno, etc. O que foi esclarecido com Nelson foi que o material utilizado é a da folha da palmeira grande, e não da pindoba, como eu acreditava que fosse. A pindoba tem as folhas menores que para fazer a cobertura daria mais trabalho, segundo o casal.



Figura 79: Fachada do cômodo da cozinha.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 80: Fornalha com instalação de serpentina.
Chão barrado há uma semana.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 81: Sala da casa, com barrado azul nas paredes e piso delineado com estrume de boi.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 82: Única parede de madeira da casa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 83: Detalhe do encaixe da madeira do esteios.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 84: Cobertura de palha da cozinha vista de dentro, com sinais de fuligem do fogo.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.

O material é cortado das palmeiras ainda verde, e quando feito corretamente dura entre cinco e seis anos. Nesse tempo, a palha seca e começa a “esfarelar” dentro de casa, causando acúmulo de poeira e ocasionalmente goteiras também. Entretanto, na cozinha, justamente devido à fuligem, a cobertura torna-se mais firme e dura alguns anos a mais do que nas construções que não tem esse elemento. A Figura 84 mostra a cobertura da cozinha, que apesar de estar seca já, apresenta manchas escuras da fumaça, o que a mantém por mais tempo.

O trançado da cobertura da casa principal, que é grande e feito no esquema de quatro águas, nomeado por eles de gupiara, é mais elaborado e leva cerca de três dias para ser concluído com a mão de obra de oito pessoas. A cobertura da cozinha, por ser menor e mais simples, com caimento de apenas três águas como é possível ver na Figura 85, é executada em apenas um dia, com duas ou três pessoas trabalhando. Nota-se na mesma fotografia que o banheiro destoa-se do restante da construção em relação ao material de vedação e também à cobertura, que aparenta ser provisória, de madeira com uma lona preta por cima. Em outros elementos encontrados, a cobertura é de duas águas, como no paiol representado na Figura 86, e essa forma construtiva é denominada por eles de capa de cangalha.

O casal tem planos de construir uma nova cozinha, onde atualmente já existe uma fornalha construída, numa cobertura simples sem vedação externa, como visto na Figura 87. Esse fogão é utilizado pela família em ocasião de grandes reuniões, quando recebem visitantes no fim do ano ou em festas de família, pois o fogão da cozinha não consegue suprir a demanda quando há mais gente hospedada ali.

Conforme as histórias contadas por eles, as reuniões familiares são constantes e ocorrem com certa frequência, o que não foi notado nas outras famílias da comunidade. Dentre os relatos, Nelson contou-me que sua avó era uma figura conhecida que eu já havia ouvido falar a respeito anteriormente. Em data anterior à implantação do PERP no território da comunidade, quando o uso das lapas era irrestrito, a lapa onde ela morava na Chapada era conhecida como “Lapa do Forró”, pois em toda safra ela era responsável pelas festividades ocorridas por lá, e apesar do cotidiano na chapada na época da apanha de flores não ser mais o mesmo, essa lapa ainda é uma referência, com suas histórias e personagens que vivenciaram esses momentos.



Figura 85: Cômulo onde é a cozinha, com banheiro anexo de paredes de madeira.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 86: Paiol de madeira com cobertura de palha.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 87: Fogão na área externa, utilizado quando há muitos convidados.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.

Após ouvir algumas dessas histórias, Nelson saiu pois ainda tinha alguns afazeres na propriedade, e dona Marta já iniciava o preparo da janta, e quando me falaram sobre os visitantes que recebiam, citaram a presença de duas pequenas represas que cavaram artificialmente para a pesca, e mesmo não tendo costume de pescar, me pareceu uma boa ideia aproveitar um pouco a tranquilidade do local. Por não ter nenhuma experiência, passei grande parte da tarde sentada na beira do poço e não consegui pegar peixe algum, mas aproveitei o tempo para observar a movimentação dos animais, do gado que pastava na área da frente da casa. Quando o sol começou a se por, voltei para dentro da cozinha. Mesmo sem peixe nenhum, jantamos ao entardecer, comidas parecidas com as que comi nas casas das outras famílias, exceto pela presença de uma folha refogada que não conhecia, chamada por eles de gondó. No terreno deles a planta não era encontrada, era necessária uma caminhada até regiões um pouco mais altas da serra para colhe-la, mas que não é plantada, “dá no mato”, com um sabor excepcional.

O gerador de energia solar da CEMIG da casa de Nelson foi um dos que apresentava melhor funcionamento dentre as casas visitadas. Era possível acender lâmpadas quando o sol se punha, porém apenas por uma ou duas horas, a depender também no índice de insolação no dia. Por ser um dia nublado, a luz acesa às 17h30 se apagou um pouco antes das 19h. Além das lâmpadas, o sistema elétrico era utilizado também para carregar aparelhos eletrônicos, mas os moradores já demonstravam insatisfação com seu funcionamento falho, e a ânsia pela instalação da rede de energia elétrica que se anunciava na comunidade.

Aproveitamos o tempo depois da janta e do banho, já no escuro, para conversar um pouco mais, ao lado do fogão para espantar o frio. Já que a energia elétrica era um assunto recorrente, falamos sobre a exigência posta pela CEMIG para realizar as instalações nas casas, de que as coberturas de palha não poderiam receber as fiações pois apresentam riscos de incêndios em caso de faíscas geradas pela corrente elétrica. Nelson foi visto alguns dias atrás transitando pela comunidade com seu carro, transportando telhas de amianto para sua casa, pois tinha intenções de trocar a cobertura feita com a técnica tradicional pelo material pré-fabricado, para não correr o risco de não receber as instalações.

O material escolhido era, além de ser o mais barato, de mais fácil instalação, mesmo com os danos que causa à saúde, além de ter uma inércia térmica deplorável, o que faz com que o interior dos ambientes cobertos por amianto sejam extremamente quentes durante o dia e frios durante a noite. De acordo com as normas¹⁴ apresentadas pela CEMIG sobre

¹⁴ Norma Brasileira (NBR) 5410: 2004.

instalações elétricas de baixa tensão, classifica as edificações de acordo com seu material de construção, e dispõe que esses podem ser predominantemente combustíveis ou não-combustíveis, que seria o caso de construções e coberturas em madeira ou da palha. Mas não há uma restrição a instalação em nenhum dos casos, apenas são apresentadas as diferenças de cuidados que devem ser tomados. Ao comentar isso com Nelson, levantamos também o problema de que algumas edificações antigas encontradas no centro de Diamantina, por exemplo, tombadas por algum órgão do patrimônio cultural, tem as fiações são instaladas diretamente na madeira. Questionamos porque nesses casos de edificações consideradas historicamente relevantes do período colonial podem receber a energia elétrica, e no caso da comunidade a CEMIG prontamente exigiu a mudança dos materiais, ameaçando os moradores de ficarem sem a energia elétrica que tanto lutaram para conseguir. Além das poucas condições financeiras de trocar a cobertura, isso demonstra uma forma de discriminação tanto daquele povo, quanto de suas casas quanto de seus modos de vida por mais uma instituição.

Além desse assunto, também perguntei a respeito da convivência da família na Chapada. O casal nunca teve o costume de apanhar as flores sempre-vivas como outras famílias da comunidade, que tem essa atividade como uma das principais fontes de renda. Eles, desde seu casamento, passavam mais tempo cuidando das roças e das criações, trabalho feito principalmente por dona Marta. Nelson, além de ajuda-la, também presta serviços como carpinteiro, na maior parte das vezes fora da comunidade, o que faz com que ele se ausente por alguns períodos contínuos. A transumância característica da comunidade não é tão presente na vida deles, e após a implantação do PERP, não voltaram às áreas da chapada que não foram tomadas da comunidade, e anteriormente à esse período, iam apenas em algumas ocasiões, e ficavam na lapa de sua avó mas nunca frequentaram o famoso forró. Há também uma diferença entre eles e as outras famílias que é a renda obtida da hospedagem de visitantes, principalmente mochileiros que fazem a travessia entre os parques. Mesmo que as famílias não participassem da atividade da apanha de flores, a territorialidade provida pela atividade fazia parte de seus modos de vida.

Na manhã seguinte, após uma noite bem dormida com o som do rio que corre próximo à casa, levantei-me depois dos donos da casa, que já me esperavam com o café pronto. Dona Marta estava lavando roupas na “área de serviço”, mostrada na Figura 89, que era semelhante às das outras casas, com peças de madeira que conformam uma grande mesa, e água corrente ininterrupta canalizada por uma mangueira vinda de algum curso d’água próximo em nível mais alto que a casa. Após tomar café, ela me levou para dar uma volta no entorno da casa, para ver as roças, principalmente as de mandioca que eram as mais próximas.



Figura 88: Beiral da cobertura em palha.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 89: Área de serviço.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 18/04/2018.



Figura 90: Palmeira grande nas proximidades da casa de Nelson.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.

Encontramos no percurso algumas palmeiras-grandes do tipo utilizado para fazer a cobertura da casa, e ela esclareceu que essa espécie é chamada por eles de indaiá, e a pindoba – que achei que fosse o nome da planta – é uma espécie menor, e dela cortada é extraído um palmito comestível, o que também acontece com o indaiá. Mas não é sempre que fazem isso, pois o processo é trabalhoso, e há disponibilidade de muitos outros alimentos em suas roças. Quando chegamos ao mandiocal, ela mostrou-me a diferença entre algumas espécies, e pegou alguns para cozinhar, o que fizemos imediatamente quando chegamos em casa, e comi-as com açúcar.

Conversamos sobre as tarefas de casa, as quais ela é a responsável, além dos cuidados com a roça. Ela contou que os serviços domésticos não a agradam, mas tem que ser feitos por alguém, então ela diz que não pode reclamar muito, mas o que gosta mesmo de fazer é cuidar da roça. A manutenção da casa é muito trabalhosa, não apenas por precisar barrear constantemente, mas a principal reclamação dela foi da telha de palha, que quando está seca como estava no momento de minha visita, empoeirava muito chão e os móveis, além de criar pontos de goteiras quando chove. Ela estava na verdade satisfeita com a mudança do material da cobertura, por causa da manutenção, que significaria menos trabalho pra ela. A casa deveria ter sido barreada já há algum tempo, mas ela afirmou que estava adiando a troca de cobertura para não perder o serviço devido aos gotejamentos e infiltrações provenientes da palha.

Durante o dia, Nelson ia e voltava até a casa, e nesses intervalos trocamos algumas palavras também. Ele contou sobre o processo de implantação do PERP, e como ele notou a mudança da vida em comunidade, mesmo que sua atividade principal e seu cotidiano não tenham sido tão prejudicados. O momento em que ele mais sentiu os impactos desses vindos de fora os dizendo a maneira correta de cuidar de seu território foi quando houve uma tentativa de união entre o PERP e o PEPI, com a criação de um corredor que uniria as duas UCs. Ele foi uma das lideranças comunitárias procuradas numa tentativa de legitimação do objetivo que tinham os agentes do IEF-MG, e o relato de Nelson foi de que não foi feito nenhum trabalho de campo de reconhecimento das terras *in loco*, e queriam estabelecer limites para a UC a partir de imagens de satélite. Nessas imagens, era possível identificar algumas casas e áreas de pasto utilizadas por moradores da Mata dos Crioulos, as quais foram totalmente ignoradas pelos agentes, que tentavam a todo custo adulterar as imagens para que as ocupações humanas não aparecessem ali. Foi nesse momento que Nelson percebeu, segundo seu relato, de que o órgão ambiental estava mais preocupado em tirar as pessoas dali do que preservar a natureza ou qualquer outra coisa que alegassem.

As queimadas controladas são técnicas utilizadas por ele e sua esposa, assim como no resto da comunidade, e uma grande queimada que saiu do controle na área do PERP há aproximadamente três anos foi um grande choque para eles. Algumas áreas de mata que nunca haviam pegado fogo antes, queimaram-se completamente, e a causa disso foi atribuída ao longo período de tempo em que o manejo do fogo foi proibido. O fogo era visto por esses agentes externos como um elemento destrutivo, que causa danos à fauna e flora local, ignorando totalmente o fato de que a comunidade lida com o cerrado e com o fogo com maestria e nunca houve problema em relação a isso. O pensamento de que a natureza se reproduz sem a ação humana, provinda de uma matriz de pensamento dos ecologistas preservacionistas, pode ser facilmente desbancada com a breve observação do processo de implantação das UCs no território da Mata dos Crioulos e de outras comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da região meridional da Serra do Espinhaço.

Após as conversas, andei um pouco sozinha pela propriedade para fazer algumas fotografias, enquanto dona Marta terminava o almoço. A comida era semelhante à da noite anterior, novamente com o gondó. Ela preparou também um angu com milho que ralou naquela manhã. Depois do almoço, tomamos um pouco de café e ficamos um tempo descansando. Durante o tempo que passei na represa a tarde, chegou um caminhão vindo da cidade, de um abatedouro, com alguns homens para matar um dos bois de Nelson que ele havia vendido a carne. Não observei o processo, mas era possível ouvir os sons dos machados cortando os ossos do animal. A carne foi quase que toda levada pelos funcionários, exceto pelo fígado, que nos foi servido no jantar, além de um frango caipira.

Depois da janta, como eu já havia me banhado mais cedo, fiquei na cozinha fazendo companhia para os dois, enquanto conversávamos mais a respeito das mudanças nos modos de vida da comunidade percebidas por eles ao longo do tempo. A avó de Nelson, já mencionada, conhecida pela sua Lapa do Forró, também era anfitriã de outras festividades fora do período da safra das sempre-vivas na Chapada, e sua casa na parte baixa da comunidade era tão movimentada quanto sua lapa. Segundo o casal, as festas que aconteciam na comunidade eram organizadas por ela, e ninguém manteve o costume após ela mudar-se para a cidade devido à idade avançada. As datas do aniversário de seu marido, avô de Nelson, em junho, e o feriado de Nossa Senhora Aparecida em outubro eram as datas das principais reuniões. A radiola era companheira inseparável da família, e a todo lugar que iam levavam a animação e a festa. Porém, outro motivo relatado por Nelson para que as festas não fossem mais tão frequentes na comunidade foi de problemas ocorridos pelo consumo de álcool por parte de alguns indivíduos, que perdiam o controle e causavam confusões. Atualmente, quase

todas as famílias da comunidade frequentam igrejas evangélicas, o que faz com o índice de alcoolismo não seja alto entre eles, mas não é inexistente.

Dentre as histórias, Nelson contou também que se lembra da primeira casa na comunidade que substituiu a cobertura de palha por telha de barro, o que aconteceu há aproximadamente quarenta anos, no final da década de 1970. Essa telha era do tipo fabricada a mão, e reutilizada de outra construção mais antiga. O morador de uma casa localizada entre o Covão e a Fazenda Santa Cruz carregou o material até onde a estrada ia, que era próxima da Ponte Acaba Mundo, no início do território da comunidade, e lá até sua construção, a tração animal foi necessária, com alguns burros que tinha disponível. A estrada que leva até a casa de Nelson na Bica D'Água e a outros pontos da comunidade, como o Covão, foi construída há aproximadamente vinte e cinco anos, quinze anos depois. Nelson contou que o responsável pela obra foi um grileiro que na época tinha intenções de tomar também parte do território da comunidade, mas este veio a falecer e as terras foram vendidas por espólio. Observa-se com isso que os conflitos territoriais sempre foram parte do cotidiano das famílias da comunidade, seja com o Estado ou agentes privados. Após a estrada concluída, a Prefeitura de Diamantina manteve a responsabilidade de mantê-la em boas condições de circulação, mesmo que nem toda ela esteja dentro de seu perímetro. A casa de Nelson, especificamente, está localizada no município do Serro, segundo ele mesmo.

Além dos assuntos da comunidade, alguns casos mais foram relatados por dona Marta, a respeito dos costumes e modos de vida dela e de sua família antes de casar-se. O frio era mais intenso alguns anos atrás, e normalmente o fogão da cozinha não era calor suficiente para aquecer toda a família. Colocava-se fogo em um latão no meio da cozinha – este cômodo que sempre foi o principal local das reuniões sociais, e todos sentavam-se ao seu redor a noite, para aproveitar a temperatura antes de dormir. A escuridão é sempre intensa, e há poucas fontes de luz disponíveis, apenas algumas velas e lanternas, além do fogo da fomalha dentro de casa, mas nas áreas externas, a luz da lua cobre vasta área que possibilita a visão, mas a lua estava crescente na época e não tinha grande alcance.

Quando levantei-me no dia seguinte, percebi que o tempo abriu bastante. Ao abrir a janela do quarto onde estava, era possível ver a frente da casa, onde no dia anterior um boi havia sido abatido. Alguns de seus restos foram deixados para trás, e havia uma disputa entre cachorros e urubus para destroçá-los até o fim. Ao sair do quarto, Nelson e dona Marta já estavam de pé, e aproveitei os momentos antes de minha carona chegar para acertar com eles o valor da estadia, que havia sido previamente combinado. Apesar de dona Marta ter passado mais tempo comigo, ao tratar de questões financeiras, apenas Nelson se pronunciava. Antônio

chegou uma hora depois de eu me levantar, e dessa vez entrou na cozinha para tomar um café. Contou que o tempo no Algodoeiro também estava aberto, e que o calor chegava. Como ele foi por um tempo genro de dona Marta e Nelson, já havia uma certa intimidade entre eles. Ao ir embora, dona Marta ainda me presenteou com algumas frutas do pomar, além do telefone deles para entrar em contato para retornar a visitá-los quando possível. Agradei a boa recepção e partimos.

4.5 Casa de dona Ângela

A casa de dona Ângela se encontra na metade do caminho que percorreria com Antônio naquela manhã, de volta para o Algodoeiro. Quando chegamos, seu filho estava cuidando das criações próximo à entrada do terreno ocupado pela família, e nos identificou quando paramos ali. A filha de Ângela, Zezé, estava varrendo a frente da casa, e nos recebeu nesse momento. Perguntei sobre sua mãe, e ela disse que anunciou que voltaria da chapada ainda naquele dia, mas não havia chegado. Me apresentei, expliquei que conheci sua mãe na semana anterior e que ela me recebeu na lapa onde estava, e havia avisado que passaria por lá. Ela nos convidou para entrar e tomar um café, que havia sido feito naquela manhã. A entrada do terreno é localizada em nível mais baixo que a casa, que tem a vista privilegiada, como vemos na Figura 91. A entrada principal da sala é pouco utilizada, e os moradores transitam principalmente pelos fundos, onde há um anexo em construção e onde se acessa a cozinha, cômodo mais movimentado da casa, da Figura 92.

Como é possível observar no esquema da Figura 93, a configuração interna da casa não difere muito de outras encontradas na comunidade, mesmo que o sistema construtivo seja diferente. A alvenaria convencional foi a escolhida para levantar a casa, que segundo Zezé recorda-se, aconteceu há aproximadamente quinze anos, após juntar dinheiro com o trabalho do pai. A casa onde moravam anteriormente “estava molhando muito” segundo ela, que ainda era uma criança na época, e o material foi escolhido devido à suposta estabilidade do uso do concreto. Apesar de não utilizar os esteios de madeira como guias na construção, as paredes que delimitam a sala e os quartos foram construídas em um formato semelhante ao das outras casas, e a cozinha (Figura 94 e Figura 95) e banheiro (Figura 96) são como anexos à essa construção, e nesse caso específico, também uma área de serviço como conhecemos nos ambientes urbanos, construída três meses atrás em alvenaria mas sem revestimento até a data, como vemos na Figura 97.

As fotografias da cozinha já citadas anteriormente, e o detalhe mostrado na Figura 98, mostram que apesar de qualquer diferença notada na construção da casa como um todo, que a cozinha mantém-se do modo tradicional observado em todas as outras moradas da comunidade, tanto na parte de baixo da comunidade quanto na chapada. As paredes e o piso são barreados, apesar do restante da casa ser revestido com tinta a base d'água sobre reboco de cimento. O chão, além do barro branco, tem constantemente uma camada de estrume de boi passada sobre ele para melhor fixação. A fôrnalha é construída sobre jirau com base em tijolos, e passa também diariamente pela lavagem com barro.



Figura 91: Fachada frontal da casa de Ângela.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 92: Vista geral da cozinha de Ângela.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 93: Planta esquemática da casa de dona Ângela.
 Fonte: Elaboração da autora, ago/2018.



Figura 94: Fogão sobre jirau e prateleira de utensílios.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 95: Instalações hidráulicas e revestimento em azulejo.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 96: Instalação sanitária da casa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 97: "Puxadinho" recente em alvenaria convencional.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.



Figura 98: Piso da cozinha, barreado com barro branco e camada delineada de estrume de boi.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.

Constatamos aqui que as cozinhas são o elemento central de todas as formas de morar da comunidade, seja por representar o espaço de convivência familiar e de visitantes, seja pela tradição dos cuidados e manutenções pelos quais passam. A soberania alimentar é uma debate existente dentre os moradores da Mata dos Crioulos, que há gerações produzem a maioria dos alimentos que consomem nas roças fartas que cuidam. Pensar que para além do plantar e colher, o preparo da comida também é central na vida cotidiana da comunidade é também um dos conhecimentos tradicionais passados de mães e pais para filhas e filhos.

Além do café, também nos foi servido muitas laranjas e mexericas, que na época eram fartura em todos os pomares. Apesar de observar a semelhança da cozinha com as outras da comunidade, havia lá também uma pia com torneira, a única observada dentre toda a comunidade, e um fogão a gás, com um botijão conectado a ele, que aparentava estar em funcionamento. Zezé mais tarde confessou que nem sempre têm ânimo para acender o fogão a lenha, principalmente quando a família não está toda em casa, e que o café que tomamos foi passado ali. Ela contou também que não lhe agrada muito as idas para a chapada, e sempre que a família sobe na época da safra das sempre-vivas, ela se prontifica a ser a responsável por cuidar da casa de baixo. Mas sua mãe todo ano sobe para apanhar as flores.

Outras construções existiam no terreno da família além da própria casa, e essas apresentavam também as técnicas construtivas tradicionais, como o paiol de pau-a-pique e um galpão com cobertura de palha, visto na Figura 99. Ou seja, apesar de não morar numa casa construída a base de barro, as técnicas mantêm-se presentes no cotidiano da família, mesmo as que consideram que a alvenaria convencional representa algum tipo de conforto e melhoria de vida.

Outra particularidade na casa da família de Ângela são as instalações sanitárias, que são mais elaboradas que nos outros lugares observados. O encanamento é feito da mesma forma que são feitas as construções convencionais e formais, como é demonstrado na Figura 100, por exemplo. Além disso, foi notada a presença de energia elétrica também na casa, pois o tempo todo que estivemos lá havia um aparelho de televisão ligado, e também uma geladeira em funcionamento. No banheiro, além das instalações sanitárias já citadas, foi encontrado um chuveiro elétrico. Durante a conversa, Zezé ligou para a mãe para saber se ela desceria da Chapada naquele dia mesmo ou depois, para ver qual a possibilidade de eu encontrá-la. O sinal de telefone é quase inexistente na comunidade, mas algumas famílias conseguem acesso ao sinal de uma operadora que funciona em alguns pontos. Ao falar com a mãe, explicou novamente quem eu era, mas a qualidade do sinal não era boa então a conversa não iria render. Ângela iria para casa mais tarde apenas, e avisei que a encontraria no dia seguinte na

reunião. Antônio e eu decidimos então continuar nosso caminho, pois a moto de Afonso precisava ser devolvida também. Agradei novamente a recepção e pedi que transmitissem meu recado à Ângela, de que conversaria com ela no dia seguinte, para tentar combinar alguma outra data para uma visita.



Figura 99: Galpão com cobertura de palha na entrada do terreno.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018



Figura 100: Instalações sanitária na área externa.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 19/04/2018.

4.6 Casa de Marielle

O final do trajeto do Covão até o Algodoeiro de volta foi tranquilo, pois os dias secos haviam melhorado as condições da estrada. Chegamos à casa de Elza, onde havia combinado de esperar pela sua mãe, Marielle, que me buscaria para irmos a pé até sua casa. Afonso não estava em casa, mas chegaria em breve, pois estava prestando algum serviço nos arredores. O almoço estava pronto quando chegamos, e Marielle aguardava uma ligação da filha para avisar quando eu chegasse, para ela descer e me buscar. O filho já havia saído para ir à aula, e a filha saiu com o pai para acompanhá-lo no trabalho.

Enquanto esperávamos, eu e Elza ficamos um tempo conversando. Ela iniciou uma fala sobre o rio do Soberbo, que é comumente chamado de Jequitinhonha Preto, e comentou sobre sua percepção de como o próprio território está integrado à comunidade: o rio que é preto passa justamente na terra dos pretos. O conhecimento que o povo tem de seu território é significante, conhecem cada palmo e preservam os mais diversos saberes relacionados à ele. O exemplo dado por ela nesse momento foram as ervas medicinais, que não são poucas, mas todos os moradores sabem quais são, como reconhecê-las, como e onde encontrá-las, e como utilizá-las. Outro ponto trazido foi a localização dos quintais, hortas e roças em relação às casas. A casa sempre é construída em um nível mais alto que as plantações e roças, e segundo ela isso é feito de forma proposital, pois as plantas “gostam” de receber as “sujeiras” que são varridas da área interna da casa. Entretanto, não são todas as plantas que se comportam dessa forma, como é o caso da cana-de-açúcar por exemplo. Quando localizada muito próxima das portas de casa, elas apresentam um sabor relativamente salgado, e não são boas para o consumo.

Um tempo depois, Marielle chegou com um grande saco carregado de mexericas, que seria entregue mais tarde naquele dia ao motorista que recolhe as frutas que a comunidade vende através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A filha normalmente fica responsável pela entrega, por sua casa ser mais próxima à estrada. Subimos então, eu com a mochila nas costas, mesmo com Marielle oferecendo para me ajudar a carregá-la. Como em outras ocasiões, o ritmo dos passos meus e deles era destoado, pois tive que parar algumas vezes no caminho para tomar um ar e conseguir continuar a subir o morro. Nesse trajeto, apesar da dificuldade que tive, trocamos algumas palavras, principalmente a respeito da relação que ela tinha com serviços domésticos. Ela afirmou que gosta muito do trabalho da roça, mas que cuidar da casa era algo que a cansava muito mais, e muitas vezes não é considerado um serviço, principalmente pelos homens. Durante certo tempo, a família

mudou-se para a cidade para tentar criar melhores condições de os filhos frequentarem a escola, mas ela alegou não ter dado conta, pois trabalhava principalmente como faxineira, e todas as casas que trabalhou eram excessivamente grandes, e demandavam muito tempo de trabalho com proprietários que pagavam pouco e não valorizavam o trabalho feito, e por vezes a tratava de forma desumana. Apesar das dificuldades da vida na roça, ao menos a comida nunca falta. A família decidiu voltar para a comunidade em menos de um ano, e não tem mais vontade de sair de lá.

Chegamos na casa finalmente já no início da tarde, e fomos recebidas pelos seus filhos mais velhos que haviam chegado da escola há pouco tempo, e estavam esquentando o almoço que ela havia deixado no fogão. A rotina das crianças que estudam no ensino fundamental é bastante trabalhosa, pois na comunidade existem três que escolas oferecem aulas de maneira seriada do 1º ao 5º ano. Após esse período, eles devem ir para Diamantina continuar os estudos, e existe a possibilidade de irem com um transporte escolar oferecido pela prefeitura. Porém, para conseguir cumprir os horários das aulas, o veículo circula na estrada a comunidade por volta das quatro da manhã, e algumas crianças devem sair de casa uma hora antes para chegar até o ponto do ônibus, ou seja, o trajeto até a cidade leva entre duas e três horas, e na escola não é oferecida nenhuma refeição. Ao final da aula, o retorno é igualmente sacrificante, o que totaliza um total de quase doze horas entre a ida, o assistir das aulas e a volta, sem se alimentar de forma adequada. Esse é o principal motivo pelo qual várias famílias da comunidade mudam-se para a área urbana de Diamantina, como foi o caso de Marielle, mesmo que eles não tenham vontade de sair da comunidade. O bairro da Palha e seus arredores, na saída da cidade que dá acesso à comunidade é repleto de famílias da comunidade, e eles mantêm estreitas relações com a comunidade, além de irem com certa frequência visitar os parentes que ficaram, mesmo com a dificuldade de acesso.

Marielle tem filhos mais velhos que já saíram de casa e outros mais novos que ainda frequentam a escola na comunidade e em Diamantina, então ainda vivencia os problemas relacionados à educação das crianças ali. Quando resolveu voltar da cidade, obviamente considerou esses fatores, mas ainda assim a vida na comunidade para a família dela foi considerada mais tranquila. A casa em que moram tem a fachada mostrada na Figura 101, foi construída há aproximadamente seis anos, e foi a única com a técnica construtiva do adobe que visitei, e pelo relato dos moradores, este é o método construtivo menos utilizado, por ser mais trabalhoso e demorado que o pau-a-pique, apesar de demonstrar uma durabilidade maior com menos necessidade de manutenção.



Figura 101: Fachada principal da casa.
 Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.

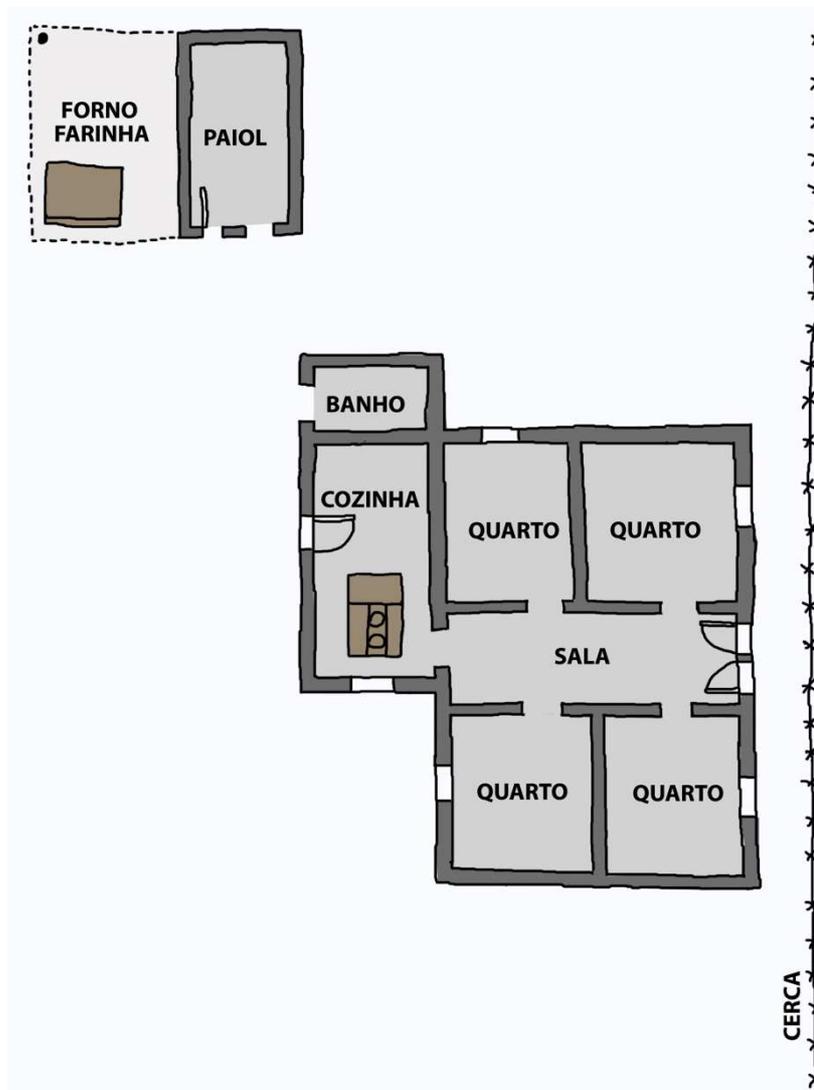


Figura 102: Planta esquemática da casa de Marielle.
 Fonte: Elaboração da autora, ago/2018.

Na planta esquemática da Figura 102 é possível visualizar que a distribuição interna dos cômodos é feita na mesma lógica que as construções com esteios, mesmo que estes não sejam utilizados. A sala é localizada na área central da casa com os quatro quartos distribuídos em suas laterais, e a cozinha e o banheiro como anexos à eles. Apesar da construção ser majoritariamente de barro, as instalações sanitárias, adicionadas em data posterior à da construção, foram feitas de alvenaria convencional, como é possível ver na Figura 103. Os banheiros não são uma parte prioritária da casa como foi notado em minha visita às outras famílias, e quase sempre são feitos em materiais diferentes do restante da construção. Mas isso não significa que eles não queiram ter a comodidade de um banheiro, apenas que não é a prioridade das famílias. Também foi relatado que técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) indicaram aos moradores que prestariam auxílio em relação a isso, com disponibilidade de material e mão-de-obra, mas não foi definida uma data para tal. Os banheiros em alvenaria são mais duradouros, e os que são construídos em madeira podem ser facilmente desmanchados, inclusive para a construção de outro que seja definitivo.

Em relação ao adobe, a casa de farinha localizada aos fundos da casa de Marielle foi construída com a mesma técnica, porém sem o revestimento externo, o que possibilita a visão dos tijolos, como na Figura 104. A construção da casa levou entre três a quatro meses, dentre a fabricação dos tijolos, que é o mais demorado, e posteriormente levantar as paredes. Para fazê-los, utilizam o mesmo barro vermelho da vedação do pau-a-pique, mas a confecção dele passa pelo processo de compactar o material em formas de madeira. A secagem de cada tijolo leva cerca de uma semana, e deve ser feito em períodos de seca para facilitar: a cada dois dias os tijolos devem ser virados para que sequem por igual. A diferença desses tijolos para os da alvenaria convencional é o cozimento do barro, e o adobe é considerado então um barro cru. Marielle demonstrou uma imensa satisfação com a casa em que moram, principalmente em relação à inércia térmica do material, que é baixa e ideal para climas como o da comunidade: ao longo dos dias de sol forte, a área interna da casa mantém-se fresca, e durante a noite o frio não é tão intenso quanto do lado de fora. Isso se dá pela forma com a qual a barro é compactado nos tijolos e o revestimento externo, também de barro, é feito.



Figura 103: Vista da fachada posterior da casa, com anexo em alvenaria convencional.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.



Figura 104: Casa de farinha em adobe aparente.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.

O revestimento apresenta alguns danos, que incomodam a dona da casa. Ela tem intenções de comprar alguns sacos de cimento para revestir a casa inteira, menos a cozinha, com reboco e pintá-la com tinta à base d'água. Apesar de ser um material de maior durabilidade, a característica que ela mais preza na casa vai ser perdida ao criar uma camada externa de revestimento cimentício nos tijolos de adobe. Os pisos da casa já utilizam o material comprado, e são de cimento queimado em todos os cômodos, como na sala mostrada na Figura 105.

A cobertura da casa é de telha cerâmica, e diferentemente das outras encontradas utilizando esse material, é no formato de gupiara, que significa que o caimento é de quatro águas. As outras casas apresentam a cobertura da forma de capa de cangalha, segundo a nomenclatura que eles mesmos dão, que significa caimento de duas águas. A gupiara é bem mais complexa de ser executada, tanto em relação à estrutura de madeira que a suporta quanto na colocação do material, e é uma opção menos utilizada, apesar de todos a considerarem mais bonita e eficiente.

Como nas outras moradas da Mata dos Crioulos, a cozinha era configurada de forma semelhante. A fornalha da Figura 106 em local central, com os utensílios e panelas dispostos de forma a ficarem expostos, porém na casa de Marielle, havia uma grande mesa de madeira com cadeiras, o que nas outras casas não existia, e as refeições eram feitas segurando os pratos nas mãos. Passamos a maior parte do tempo na cozinha, lanchando, preparando a janta e conversando, enquanto as crianças corriam de um lado para outro, trazendo os animais de estimação para me mostrar. Mais tarde após o banho, jantamos quando já havia escurecido, e no fim da noite ficamos apenas eu e Marielle na cozinha aproveitando o calor do fogão.



Figura 105: Sala da casa, piso de cimento queimado e cobertura em telha cerâmica.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.



Figura 106: Fornalha sobre jirau, na hora do almoço.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018

Ela contou-me algumas histórias da época que costumava ir anualmente para a Chapada, quando ainda era possível permanecer lá por mais tempo, por uma maior disponibilidade de lapas que hoje encontram-se cercadas pelo IEF-MG. Ela contou sobre as áreas internas ao PERP, onde encontravam-se as melhores lapas, e a escolha da ocupação de determinada lapa não é feita por acaso. A direção dos ventos é o principal elemento levado em consideração, para que as casas não sejam danificadas pelas intempéries que são sempre intensas por lá. A localização em relação aos cursos d'água também é um dos critérios, mas aquela região é fartamente irrigada (como é típico nos relevos cársticos), o que torna essa escolha mais fácil. O frio é sempre penoso por lá, e uma região que a comunidade não tem mais acesso era chamado de Água Fria, o que remonta a essa característica climática, e lá já foram presenciadas até geadas. Quando era ainda criança e frequentava o local com seus pais e irmãos, ela lembrou-se de que a noite costumavam comer milho cozido e deixavam as barquinhas de palha do lado de fora da lapa, e quando acordavam, tinham as barquinhas de gelo para brincar e comer.

Essas lapas que eram identificadas como as melhores para ocupar estão hoje em local que não tem mais acesso, e as lembranças mostram que as famílias foram expulsas de lá com truculência. Foi ateadado fogo em todas elas, e provavelmente não é possível mais identificar

qualquer vestígio de que ali era ocupado até recentemente por muitas famílias, numa tentativa de apagar a história desse povo. Quando era a época das sempre-vivas florescerem, não apenas as famílias da comunidade subiram para a chapada, mas outras pessoas também iam e criavam um ambiente de convivência tranquila, onde todos podiam exercer sua atividade.

Esse assunto quando tratado com qualquer pessoa da comunidade trás fortes lembranças da repressão que sofreram, e é um assunto bastante pesado, que nem sempre eles tem liberdade para discutir. Todos os relatos demonstraram que as ações do IEF-MG para delimitar e manter as UCs foram de bastante violência, como uma forma de negar aquele território àquele povo que está ali há gerações, de negar a presença humana na natureza, de buscar uma preservação que visa dominar aquele território da forma que bem entenderem, de explorar da forma que melhor lhes convém. Seja para um turismo de viajantes urbanos que buscam um bucolismo de fim de semana ou até exploração mineral, pois a região ainda apresenta potencial em relação à isso. De toda forma, a presença dessas pessoas que eram invisibilizadas historicamente representa um incômodo, principalmente quando eles se organizam e lutam por seus direitos.

Encerrada a conversa, nos recolhemos para dormir enfim. No dia seguinte acordamos todos cedo, e dois de seus quatro filhos saíram para um encontro de estudos da Bíblia que frequentavam todo sábado de manhã. Quando retornaram, ficamos em algum tempo conversando sobre questões religiosas, que é um assunto extremamente delicado a ser tratado na comunidade, que é em sua maioria evangélica. Particularmente não sigo nenhuma religião, mas tive receio que discutir o assunto e possivelmente perder a confiança deles por não acreditar no mesmo que eles, mas foi possível não me posicionar e apenas ouvir o que estavam falando. As crianças, inclusive, leram vários trechos da Bíblia, orgulhosas por conhecerem o livro e também pela habilidade de leitura.

Durante o dia, dona Dandara fez uma breve visita na casa de Marielle, que é sua filha, levando alguns biscoitos de polvilho que havia feito no dia anterior. Ela contou-me que o filho de Michelle, seu neto, estava bravo comigo por ter ido embora. Os filhos de Marielle também aparentaram gostar da minha presença, e me levaram para conhecer a horta, me mostraram as plantas que conheciam e colhemos juntos algumas frutas, inclusive abacaxi, que não encontrei em nenhuma outra casa da comunidade. Quando o partimos, as meninas me ensinaram que não pode tomar água depois de comer o abacaxi, pois causa cortes na língua, e então prometeram me avisar, depois de comermos, quando poderia beber água novamente.

Enquanto o almoço ficava pronto, Marielle falou sobre a presença dos homens na comunidade, que ela percebia eles como menos trabalhadores do que as mulheres, que eram

elas que cuidavam de tudo: casa, filhos, roça, etc. Os homens muitas vezes são responsáveis por ir trabalhar fora, com trabalho remunerado, o que é menos comum entre as mulheres. Ela comparou a condição das mulheres de lá com as de outras comunidades apanhadoras de flores que conhece, e que em maior ou menor grau, elas são sempre as maiores responsáveis pelas casas, além de serem extremamente fortes.

Nesse dia almoçamos cedo, pois iríamos andando até a sede da Associação, que levaria mais de uma hora de caminhada, considerando minha lentidão para andar. Arrumei novamente minha mochila, desta vez para partir para a cidade. No caminho ela relatou que um parente que mora em Diamantina foi visitar a comunidade e a contou que sempre ganhava peso quando ia até lá. Ele disse que a vida na cidade tem outro ritmo, e que quando estava na comunidade, passava sempre o dia inteiro comendo alguma coisa, e que não sabia como conseguiam essa proeza. Marielle contou que não havia percebido essa característica antes dessa reclamação, mas que notou que é de fato verdade. Além das principais refeições diárias, o tempo inteiro há alguma fruta ou quitute disponível e servido nas cozinhas, local mais frequentado das casas. As frutas são tanto dos pomares, que não param de produzir durante o ano, ou dos frutos encontrados no cerrado, que também não ficam sem. A dinâmica do povo da Mata dos Crioulos com os alimentos é de fato peculiar.



Figura 107: Vista do Rio Jequitinhonha Preto ou Soberbo a partir da estrada da comunidade.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.



Figura 108: Vista do Rio Jequitinhonha Preto ou Soberbo a partir da estrada da comunidade.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.



Figura 109: Pôr-do-sol após a reunião.
Fonte: Maria Clara Salim Cerqueira, 20/04/2018.

5. As contraditórias concepções de moradia



*Não, eu não sou do lugar dos esquecidos
Não sou da nação dos condenados
Não sou do sertão dos ofendidos
Você sabe bem, conheço o meu lugar
Belchior*

Não há como negar que a moradia é uma questão fundamental para a vida em sociedade, e ela é amplamente investigada por diversos campos da ciência. Existem diversos estudos que tratam da habitação em diversos contextos espaço-temporais, e o tema parece inesgotável, e necessita revisões constantes conforme as mudanças – ou falta delas – que marcam a sociedade. Entretanto, nota-se que a forma mais comum de abordar questões relacionadas à habitação nas ciências humanas, principalmente as que tratam dos meios rurais, é a que as relaciona com políticas públicas que buscam a garantia desse direito básico e constitucional a todos os brasileiros. Mas num contexto de comunidades tradicionais, uma abordagem desse tipo não aparece como alternativa, pois vemos que o Estado – suposto garantidor de direitos – nega e disputa com as comunidades a territorialidade, quem dirá o que poderia ser provido por meio de políticas públicas em relação a moradia.

Escolhemos nesta pesquisa trabalhar com “concepções” e não com “conceitos”, pois não tratamos necessariamente da disputa acadêmica entre as definições do que vem a ser a moradia, as formas de morar, de construir, etc. As concepções se atrelam às *visões sociais de mundo*, colocadas aqui diretamente relacionadas à ideologia de acordo com Michel Löwy (2002, p. 13): “um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes”. Não nos apropriaremos da diferenciação que o autor faz de ideologias e utopias como visões sociais de mundo, mas nos interessa aqui a definição como conjunto de ideias vinculadas à grupos sociais específicos. Portanto, vemos a questão da moradia como o embate de concepções atreladas à ideologia da natureza, que tem significações distintas em relação ao grupo social que se apropria dele.

É necessário ressaltar que não se busca aqui uma reivindicação de políticas públicas que solucionem a problemática da moradia dos povos tradicionais no Brasil. Usualmente, quando o Estado é o principal agente provedor da moradia¹⁵, diversos aspectos culturais são ignorados

¹⁵ O Estado aparece como provedor de moradia principal através da implementação de políticas públicas de habitação, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na década de 2010, ou como foi do financiamento de unidades habitacionais pelo Banco Nacional de Habitação na década de 1970 durante a ditadura civil-militar. Existe uma infinidade de estudos que analisam esses programas, inclusive no âmbito da habitação rural e a modalidade específica para quilombolas, mas todas pesquisas encontradas apresentam um tendência de posituação das políticas públicas como solução para a questão da moradia (Cf. Silva, 2014). Essa

em prol de construções que utilizam técnicas e materiais padronizados, o que não condiz com a habitação das comunidades tradicionais, que usualmente é realizada a partir de técnicas de construção autóctones com matéria-prima facilmente encontrados no local onde estão instaladas. Isso é mais um demonstrativo que o metabolismo sociedade-natureza nessas comunidades se aparece de formas diferentes do que a reconhecida e legitimada pelo Estado.

Após o trabalho de campo relatado nos capítulos anteriores, retornei à comunidade mais uma vez, na data que estava combinada a reunião de construção do Plano Político Pedagógico (PPP) das escolas. Entretanto, em conversas com outros pesquisadores parceiros da CODECEX ao longo do mês que se passou, foi decidido que aquele momento não era o melhor para isso, pois as famílias estavam há algum tempo sobrecarregadas de receber pesquisadores em seu território, devido a empreitada da produção do dossiê de candidatura da SAT dos apanhadores de flores sempre-vivas ao programa SIPAM da FAO/ONU, citado anteriormente. Então, na data marcada, mantemos a viagem para que os outros pesquisadores envolvidos na elaboração do PPP pudessem conhecer as escolas da comunidade e um pouco do dia a dia escolar, e posteriormente seria dada continuidade ao processo de construção de um projeto de educação quilombola na comunidade.

Essa visita durou apenas um dia, e o reencontro com as famílias que me receberam durante o trabalho de campo foi bastante agradável. Entretanto, um acontecimento específico me chamou atenção nessa ida, que uma das pesquisadoras da educação tinha um posicionamento bastante forte e favorável às construções de barro, ou à *permacultura* como ela as nomeou, termo inclusive que nenhum morador da comunidade conhecia. Nos primeiros momentos, ela falou aos quilombolas como era apaixonada por essas formas de construção, e que sonhava em ter uma casa assim, em uma visão bastante romântica do que aquilo realmente é. Ao pesquisar sobre o termo, é possível observar que permacultura foi originado da junção das palavras *permanent* e *agriculture*, ou seja, “agricultura permanente”, criado por um australiano chamado Bill Mollison no ano de 1976, de acordo com a cartilha do IPOEMA (2016). A definição do termo relaciona a permacultura principalmente à agricultura e à produção de alimentos, mas perpassa por uma “um sistema de planejamento, projeto e design de propriedades (rurais ou urbanas) e de comunidades (bairros, vilas, cidades) sustentáveis e produtivas” (IPOEMA, 2016, p. 15) e pelo “pensamento sistêmico e holístico que somos levados a desenvolver para a implantação e readaptação dos nossos sistemas (residências,

positivação poderia ser exemplificada pela visão de que as políticas públicas são a única forma possível de solucionar o problema da moradia, e a justificativa à essa saída normalmente é feita sem levar em consideração o que seria de fato o problema da moradia, ou seja, não são consideradas as circunstâncias que levaram aquele problema àquela forma específica, a não ser de uma aparência superficial que ignora a totalidade.

propriedades, cidades, biorregiões) na direção da Cultura Permanente” (IPOEMA, 2016, p. 15).

De fato é possível afirmar que as técnicas construtivas que utilizam o barro cru são depreciadas no Brasil, até quando observamos comentários do senso comum de moradores da comunidade. Isso ocorre principalmente devido à indústria do concreto, que estabeleceu sua hegemonia ao longo do século XX no país, de acordo com Roberto Eustáquio Santos e Bernardo Oliveira (2008). Nisso nasceram os mitos de que construções de pau-a-pique são a causa da proliferação de barbeiros que transmitem a doença de Chagas, dentre outras crenças que desvalorizavam essas técnicas construtivas tradicionais. Esse conhecimento tradicional foi se esvaecendo da vida da população brasileira de modo geral através dessa desvalorização. Oliveira (2006, s/p) ainda aponta que “[o concreto] é tido por resultado natural de uma longa evolução: o adobe do período colonial teria sido substituído pela alvenaria de tijolos do século XIX, para se chegar finalmente ao concreto, signo de modernização, progresso e desenvolvimento”. Atualmente, as construções de barro são colocadas como sinônimo de atraso, pobreza. Quando não é assim, são concebidas de forma romântica que parte de uma população predominantemente urbana que busca uma proximidade com a natureza através da permacultura, sem se dar conta da artificialidade disso. É possível perceber que essas posições estão intrínsecas aos modos de ver e perceber o rural e o campo no Brasil, e também à visão de natureza, que Neil Smith (1988) apresenta como o que a ideologia burguesa da natureza consolida como as concepções da natureza como *externa* e *universal*, relação que estabeleceremos aqui.

Ao pensar a natureza como *externa*, ela é tida como algo que não se relaciona de forma alguma com a sociedade ou com a cultura, a natureza aparece como se ela não fosse parte componente da própria sociedade, ela é algo a ser temido, a ser dominado, ela é estática e imutável. Vê-se dessa forma as construções de barro como incompatíveis com o desenvolvimento social, se existem técnicas mais adequadas, para que continuar utilizando algo antigo? Entretanto, muitas vezes são ignorados os fatos de que no Brasil, esses materiais são mais adequados ao clima, devido principalmente à inércia térmica deles. Desconsiderar qual a conjuntura que construiu a caracterização dessas técnicas como inferiores às outras no imaginário da população faz com que seja impossível compreender o conflito existente entre os saberes tradicionais e a hegemonia posta pelos mais diversos agentes do capitalismo. Se, em conversa com outras comunidades quilombolas, foi-me dito em certa ocasião que “casa” era definida apenas pela construção com tijolo cerâmico e cimento e que o restante era

considerado *barracão*, de forma pejorativa, quem dirá o que pensam desse povo que em parte do ano habita cavernas.

Quando a natureza é pensada como *universal*, por sua vez, uma visão romântica é criada em torno da própria natureza, e o ser humano e a sociedade de modo geral são apenas mais um elemento dentre toda a natureza posta. Esse bucolismo também falha ao não perceber a natureza como algo socialmente produzido, e desconsidera o papel das intervenções antrópicas ao meio numa relação dialética, e coloca a sociedade como um mero sujeito que é sujeitado pela natureza, e não a afeta em nada. Dessa forma vemos como pode ser construída uma concepção que exacerba as construções de barro. Assim é a “permacultura” como é chamada em meios urbanos e acadêmicos, que possibilitam a proximidade com a terra e trazem uma suposto bem-estar individual construído sobre o ideal de relação harmônica entre sociedade e natureza.

É possível notar que todas as definições de permacultura citadas acima se relacionam com uma visão de natureza universal, como definido por Smith (1988), em que a sociedade humana é apenas uma das partes de um sistema natural que é supostamente harmônico. Ao notar que a relação entre sociedade e natureza não estava em equilíbrio, um conjunto com outros ativistas ambientais criaram esse termo na tentativa de buscar regular essa relação. Não apenas isso, os que utilizam esse termo ainda se fazem valer de uma valorização de conhecimento ancestral, atribuída justamente das comunidades e povos tradicionais, mas que agora são valorizados por estarem de acordo com esses sujeitos que encontraram uma insatisfação com os modos de vida hegemônicos dos centros urbanos. As técnicas construtivas que utilizam barro são romantizadas como uma forma de retorno à natureza, ao bucolismo – como critica Raymond Willians (1989), à uma harmonia entre o homem e a natureza.

Posto isso, é fundamental compreender como as visões de mundo e concepções de natureza influenciam os modos de vida tradicionais, que ora os valora e ora os desmerece, a depender de qual benefício pode ser tirado disso por determinados grupos sociais. Deve ser questionada qual a legitimidade que permite que alguns sujeitos e alguma forma específica de conhecimento tenha poder sobre outra. O território, considerado um campo de poder (RAFFESTIN, 2015; SOUZA, 2015), é fundamental nessa análise, pois é a partir das disputas de poder e de visões de mundo que os conflitos podem ser percebidos em sua forma material.



Figura 110: 1º Festival dos Apanhadores e Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas.
Fonte: Igor Guelfo do Nascimento, 21/06/2018.



Figura 111: Feira do Festival, no largo do Mercado Velho.
Fonte: Igor Guelfo do Nascimento, 21/06/2018.

Tendo em vista a relevância do território para essas comunidades, podemos perceber que a territorialidade é produzida em múltiplos espaços. O último encontro que tive com as famílias da comunidade da Mata dos Crioulos durante o período da pesquisa aconteceu no centro de Diamantina, no Mercado velho, durante o 1º Festival dos Apanhadores e Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, no mês de junho de 2018, retratado na Figura 110 e Figura 111. Esse momento foi de extrema importância para todas as comunidades apanhadoras de flores, pois foi realizada ali a entrega do dossiê de candidatura ao SIPAM e do PCD aos representantes da FAO/ONU, com a presença de representantes de todas as comunidades e representantes dos poderes públicos estadual e municipal – de Diamantina, Presidente Kubitschek e Buenópolis, que são onde estão localizadas as comunidades incluídas até agora no SAT. O Mercado Velho foi historicamente negado à toda a população pobre da cidade, a quem levantou as pedras que ergueram a cidade que hoje é valorizada pelo seu patrimônio cultural que remete ao período colonial do Brasil e a riqueza trazida pela extração do diamante. Ver esse povo que foi por tantos anos invisibilizado e negado como parte da sociedade diamantinense, em um momento de reconhecimento de sua cultura em uma escala internacional, demonstra o vigor que esse povo tem na luta pela sobrevivência, que mesmo tendo seus direitos negados há tantas gerações, mas que não aceita de braços cruzados as violências que sofreram, e sabe qual seu lugar. Durante o festival foi entregue às comunidades o certificado de reconhecimento da atividade da apanha das sempre-vivas como prática tradicional pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que confere à eles mais um resguardo perante às violências que sofreram, por esse mesmo Estado que nesse momento os qualifica.

A comunidade da Mata dos Crioulos foi uma das primeiras a se levantar e mobilizar ao ver seu território ser invadido, e que foram expulsos por aqueles que diziam querer preservar a natureza que ali encontraram, numa terra que consideraram abandonada. Como seria possível compreender as formas de morar, intrínsecas aos modos de vida tradicionais dos apanhadores de flores sempre-vivas, e buscar um reconhecimento desses conhecimentos tradicionais como legítimos perante o conhecimento ocidental hegemônico? É possível pensar em formas de apreender as técnicas construtivas tradicionais de forma a manter e melhorar a qualidade de vida das famílias?

A transumância é parte fundamental da atividade da “apanha” de flores, e a ampliação do PERP a colocou em risco. A mobilidade das famílias dentro do território é notada não apenas pela transumância em si, mas pelo caráter provisório/incompleto das casas de baixo, feitas em barro, que duram em sua maioria uma ou duas décadas. Porém, ao observar a casa de Nelson, vemos que com a manutenção correta, as construções de pau-a-pique podem durar

mais tempo. Com a instalação da rede de energia elétrica da CEMIG, essa mobilidade será alterada? E se for, quais as consequências reais disso? A demarcação do território da comunidade possibilitará a retomada das lapas e dos campos que hoje são cuidados pelo IEF, e a vida e cotidiano na chapada poderia ser como antes foi?

Atualmente, a comunidade está em meio a um processo de reconhecimento a nível internacional, o que fez com que as poderes executivos municipais, estaduais e federais voltassem uma atenção diferente à eles. Apesar de não ser o tema central tratado na pesquisa, é necessário apontar que agora esses povos não podem mais ser negados como sujeitos de direito, pois agora há a possibilidade de trazerem benefícios, recursos, visibilidade turística, etc. a partir desse reconhecimento. As contradições das ações do Estado representam os interesses econômicos, que se moldam a forma que for necessária para a produção e circulação contínua de capital. Seria possível manter qualquer tradição que fosse dessa forma? Como ela dialoga com a modernidade de modo a se atualizar para sobreviver? O que se transforma e o que permanece a partir do movimento da realidade?

5.1 Os povos tradicionais e a relação com a natureza

Para compreender a realidade das formas de morar e o porquê delas não serem reconhecidas como legítimas, é necessário apresentar algumas reflexões sobre a relação das comunidades e povos tradicionais com a sociedade “regional”, termo utilizado por Brandão (2012) para contrapor esses dois modos de vida. O autor define as comunidades tradicionais como “sociedades que ocupam territórios, socializam restritamente a natureza, relacionam-se com outros grupos tribais, enfim, realizam-se sem, fora da ou à margem da sociedade regional e de sua melhor representante: a cidade” (BRANDÃO, 2012, p. 368).

O distanciamento geográfico das comunidades tradicionais é apenas o primeiro fator a ser considerado nessa diferenciação, mas consideramos necessário compreender como isso é posto numa perspectiva subjetiva, através da *ideologia*. Em divergência com a concepção usualmente atribuída à ideologia como uma invenção falsa, concordamos com a definição de István Mészáros:

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se revelam ao longo da história e se entrelaçam de *modo*

conflituoso manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas de forma nenhuma *independentes*), que exercem forte influência mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004, p. 65, grifos originais).

Como uma “forma específica de consciência social”, a ideologia se faz presente nas relações sociais e exprime em si os valores da sociedade na qual foi criada. Portanto, será a partir dela que colocaremos nossas reflexões a cerca problemática das comunidades tradicionais e suas formas de morar. A ideologia é uma resposta prática à realidade, e entendemos que ela busca em si a transformação da realidade em alguma determinada direção, o que pode significar também a manutenção das relações sociais dominantes. “[O poder da ideologia] afeta tanto os que desejam negar sua existência quanto aqueles que reconhecem abertamente os interesses e valores intrínsecos das várias ideologias” (MÉSZÁROS, 2004, p. 64), então, pode-se afirmar que ela é incompatível com a neutralidade.

Portanto, quando concordamos com Marx e Engels a respeito do conhecimento que “na realidade, e para o *materialista prático* (...), trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado” (MARX, ENGELS, 2007, p. 30), a ideologia é totalmente compatível com a prática científica, pois ambas apresentam a mesma finalidade: a transformação (ou manutenção) da realidade. Nas teses a respeito de Feuerbach, Marx e Engels (2007) constroem uma crítica sobre o materialismo existente até então na ciência. Apesar de considerar essas teses de suma importância, apontamos neste momento apenas a tese onze, na qual afirma-se que “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (p. 539). Não apresentamos esta tese aqui desconectada das outras com o intuito de positiva-la, como normalmente é notado em pesquisas que se afirmam materialistas. O fato é que, se pensarmos na crítica feita por Marx e Engels neste texto, compreendemos que a própria ação de interpretar o mundo se configura como uma forma de transformação, mas apenas essa não basta. Entretanto, não há uso para uma práxis cega que tem como finalidade a transformação do mundo sem compreendê-lo.

Mészáros ainda coloca que

[u]ma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições, de um lado, como *'totalizadoras'* em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. (MÉSZÁROS, 2004, p. 23)

Ou seja, a ideologia dominante cumpre um papel determinante na visão da sociedade sobre qualquer aspecto de sua existência, o que buscamos aprofundar a respeito da questão da moradia. Qualquer forma de morar que não se encaixa na lógica da propriedade privada ou da produção arquitetônica hegemônica não é considerada como moradia digna, e dessa forma não pode ser reconhecida pelo Estado.

Friedrich Engels (2016, p. 99), ao tratar da questão da moradia, define o Estado como “nada mais [...] que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores”. Concordamos em parte com essa definição, pois ao mesmo tempo que ele é a totalidade do poder dominante organizado, através dele também são alcançadas algumas conquistas dos movimentos sociais, como por exemplo as formas de reconhecimento das comunidades tradicionais que já mencionamos. Por enquanto, vemos o Estado como uma instituição contraditória, mas em que ele se sustenta? Ele não tem como objetivo resolver os problemas sociais, mas discipliná-los e organizá-los. O que Marx tira como lição geral da política inglesa em suas *Glosas críticas marginais* em relação ao pauperismo – o problema social basilar – é que ele “foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de *discipliná-lo e eternizá-lo*” (p. 54, grifo nosso). O Estado atua como braço do capital, de forma a manter uma estabilidade social que permita que sua produção, circulação e acumulação permaneçam possíveis.

Mészáros (2011), em outra obra, propõe que não nos esqueçamos de que o sistema capitalista no passado foi capaz de conceder ganhos para a “causa socialista” pois era possível absorver esses impactos dentro do seu próprio sistema de reprodução. Entretanto, hoje isso não é mais possível, então “o sistema de capital global *é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95, grifos originais). Devemos reconhecer que na segunda metade do século vinte, em um período marcado pela recuperação da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial, a conjuntura econômica, política e cultural permitiu que se propagasse o debate de uma relevância desses povos tradicionais, pois era possível então ceder à esses povos suas reivindicações, o que se consolidou até o início do século vinte e um, com o reconhecimento de terras quilombolas e outras questões que obtiveram avanço significativo na conquista de direitos. Entretanto, a conjuntura atual de crise econômica global não mais é

capaz de absorver as “perdas” que provém da dessa “concessão” de direitos, o que torna-se explícito no momento político em que se encontram as disputas de reconhecimento e sobrevivência desses povos¹⁶.

Essas observações nos permitem compreender mais profundamente o que Harvey (2016) chamou de unidade entre capital e natureza, ou metabolismo entre capital e natureza. De forma alguma pretende-se aqui “humanizar” o capital, tratá-lo também como apenas mais um agente nos processos de produção da natureza, mas estamos considerando-o como essa *forma incontrolável de controle sociometabólico* que Mészáros (2011) aponta. Nessas condições, mesmo que de certa forma os povos e comunidades tradicionais que reproduzem a vida em formas não-capitalistas, elas estão de alguma forma submetidas às vontades do capital, como debatemos em Cerqueira (2018a, 2018 b).

Em nome da razão, do bom senso e da “política real” somos convidados a nos resignar com o atual estado das coisas, não importa quão destrutivos sejam seus antagonismos, pois dentro dos parâmetros da ordem estabelecida – eternizada como a estrutura racional do essencialmente inalterável “mundo real”, com a “natureza humana” e sua correspondente instrumentalidade reprodutiva ideal: o “mecanismo de mercado” etc. – não é possível enxergar-se solução alguma para as contradições onipresentes. [...] Assim, espera-se que finjamos para nós mesmos que as classes e contradições de classe já não existem ou não mais importam. Da mesma forma, pressupõe-se que o único rumo viável da ação no assim postulado “mundo real” seria ignorar ou “oferecer explicações que neguem” as evidências da instabilidade estrutural proporcionada por nossos próprios olhos, varrendo pressurosamente para baixo de um tapete imaginário os problemas crônicos e os sintomas da crise (ambos de gravidade cada vez maior) que diariamente a ordem social vigente coloca diante de nós. (MÉSZÁROS, 2011, p. 38-9)

Devemos então ficar atentos para não cair nas armadilhas da ideologia que busca firmar a ordem vigente, de ignorar ou buscar a negação da crise existente, estas que se dão principalmente a partir dos discursos de ruptura, que forjam mudanças na materialidade com a finalidade de criar mais um obstáculo a ser vencido para que se chegue ao cerne das questões fundamentais.

Colocamos aqui com uma definição simples do que são dos povos e comunidades tradicionais, trazido por Valter do Carmo Cruz (2012) no Dicionário de Educação do Campo. O primeiro ponto levando por ele é que essa nomenclatura não é apenas uma categoria de análise, mas um instrumento político utilizado pelas comunidades para garantir seus direitos.

Se buscarmos a genealogia da emergência dos termos “povos e comunidades tradicionais” no léxico político e teórico brasileiro, podemos localizar como momento decisivo o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Porém, é sobretudo no início dos anos 1990, com a consolidação da questão ambiental, que

¹⁶ A recente eleição do presidente Jair Bolsonaro no ano de 2019, candidato que em toda sua vida política não demonstrou nada além de desprezo por esses povos, é fator sintomático da falta de reconhecimento da legitimidade dessas formas de vida que não se encaixam no padrão da sociedade urbana ocidental. Cf. JUSTIFICANDO, 2017.

esses termos popularizam-se e, aos poucos, vão sendo apropriados por um conjunto mais amplo de grupos sociais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), pela mídia, pela academia e pelo próprio Estado, que institucionalizou essas categorias na forma de legislação, direitos e políticas públicas. (CRUZ, 2012, p. 597)

Vemos então que a consolidação e reconhecimento da existência dos povos e comunidades tradicionais está *diretamente* relacionado à consolidação dos movimentos socioambientais que buscam a preservação/conservação¹⁷ da natureza. Então não é nenhuma surpresa que o ideal utilizado para definir as comunidades tradicionais esteja relacionado de forma direta à concepção de natureza de determinados grupos sociais.

Ao aprofundar na definição do termo, Cruz (2012)¹⁸ traz alguns elementos que diferenciam as comunidades tradicionais do restante da sociedade. São os seguintes: a relação com a natureza, a relação com o território e com a territorialidade, a racionalidade econômico-produtiva e a inter-relação com outros grupos da região. Aprofundemo-nos na definição que ele traz sobre o que é essa suposta relação com a natureza:

essas comunidades tem uma relação profunda com a natureza; os seus modos de vida estão diretamente ligados à dinâmica dos ciclos naturais; e suas práticas produtivas, e o uso dos recursos naturais, são de base familiar, comunitária ou coletiva. Esses grupos possuem extraordinária gama de saberes sobre os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais como um todo. Esse acervo de conhecimento está materializado no conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais, adaptado às condições do ambiente em que vivem. (CRUZ, 2012, p. 598)

É notável que a principal diferença na relação que esses grupos estabelecem com a natureza é que uma maior proximidade com a mesma. Por se reproduzirem economicamente de uma forma supostamente não-capitalista, algumas das mazelas desse modo de produção não são visíveis superficialmente em sua relação com a natureza. Entretanto, é sugerido que essas comunidades estejam mais “próximas” de fato da natureza do que a civilização ocidental urbana, então, mesmo que não intencionalmente, é reproduzido um discurso que trata como natureza externa. E se considerarmos que “toda produção é apropriação da natureza por parte de um indivíduo no interior de e através de uma forma específica de sociedade” como Foster (2014, p. 238) parafraseia de Marx nos *Grundrisse*, as definições

¹⁷ Não iremos nos ater neste texto à diferenciação entre preservação e conservação, pois normalmente são atribuídos significações dúbias em relação ao patrimônio cultural e natural. Esse extenso debate não apresenta consensos na comunidade científica, e essa diferenciação não nos auxilia, neste momento, na elaboração do debate sobre a natureza que propomos.

¹⁸ É primordial nesse ponto compreender que a crítica feita aos elementos que caracterizam as comunidades tradicionais não devem ser consideradas como uma crítica direta ao autor citado, pois o texto em questão se propõe a resumir as formas com que as comunidades tradicionais são tratadas por acadêmicos e por militantes. Ainda seria necessário aprofundar sobre a questão da natureza na ciência para consubstanciar a crítica proposta, mas os apontamentos preliminares aqui contidos nos auxiliam a dar continuidade ao argumento.

utilizadas por Cruz (2012) no Dicionário de Educação no Campo para caracterizar as comunidades tradicionais, que relaciona o conhecimento da natureza com a aplicação das técnicas e meios de sobrevivência, apresenta um caráter generalizado, e poderia ser utilizada para definir qualquer forma de sociedade de forma mais ampla.

Outra questão importante a ser marcada é o próprio termo “tradicional”, que remete principalmente a uma oposição ao “moderno”. Cruz (2012) ressalta que a utilização desse termo busca uma ressemantização da tradição e do tradicional. Ele associa o contraste com o moderno ou novo à uma conotação negativa, posicionando o “novo” e o “velho” de forma dicotômica, associando-os respectivamente a “bom” e “ruim”. Então, supostamente, o termo comunidades tradicionais traz em si um sentido pejorativo pois opõe-se às principais características da sociedade capitalista, como por exemplo a urbanização, industrialização, etc, o que também foi levado por Brandão (2012). Devemos ponderar também que

“[...] a invocação da ‘tradição’, devido à sua própria natureza, envolve uma dimensão de seletividade, conduzindo assim a uma escolha, quase que imperceptivelmente emocional, mas ainda assim prática, de uma identidade particular (ou da rejeição de tal identidade), em uma situação específica” (FRENCH, 2003, p. 62).

É importante ressaltar que as definições dos povos tradicionais remetem à ancestralidade, eles são sempre conectados a um passado histórico, que aparenta não ter sido superado. Isso reafirma que a suposta conexão e proximidade da natureza, própria de povos primitivos, apresenta ideologicamente concepções que colocam as comunidades em posição desprivilegiada, mesmo que haja um enaltecimento do contato com a natureza a partir de uma ideologia burguesa urbana que se vê separada desta realidade. Mesmo que as comunidades tradicionais representem em parte essa proximidade com a natureza almejada pela sociedade urbana, elas são vistas ao mesmo tempo como atrasadas, então consequentemente busca-se a superação das mesmas através do “progresso” e “desenvolvimento”. Ao mesmo tempo que elas representam o atrasado, representam a solução para o atraso. A saída para os problemas ambientais estariam então em uma volta aos modos de vida mais simples, bucólicos, como diria Raymond Williams (1989)?

É comum que se considere os povos e comunidades tradicionais como representantes de uma vida do passado, quase que engessados em um modo de reprodução de vida específico, e qualquer alteração nessa configuração pode descaracterizar a comunidade ou até deslegitimar sua essência. José Arruti (1997) coloca que:

Uma solução classificatória sustentada por uma narrativa bem delimitada (ainda que implícita), que fala do destino daqueles grupos em termos de um processo evolutivo: do estado de ‘bom selvagem’, puro, natural, até o de civilizado, ou, caso não fossem submetidos à tutela que devia orientar e regular essa transição, ao estatuto de

degradado, que perde sua cultura e não consegue ser inteiramente absorvido pela civilização, passando a ocupar um espaço dedicado aos excluídos e desajustados (ARRUTI, 1997, p. 21).

As comunidades remanescentes, quando reconhecidas como sujeitos, ou são vistas como uma parcela “atrasada” da sociedade ou então como os subalternos que não se ajustam totalmente ao modo de vida esperado. Para existirem no futuro, eles devem permanecer como passado. Assim, “trata-se de reconhecer naqueles grupos, até então marginais, um valor cultural absolutamente novo que, por ter origem em um outro quadro de referências [...], era até então desconhecido deles mesmos” (ARRUTI, 1997, p. 22).

Essas comunidades “articulam antigos costumes e formas de relacionamento social com as novas regras a que estão submetidas” (ARRUTI, 1997, p. 26), ou seja, seus modos de existência e sua identidade são reformulados constantemente, não como algo dado, mas como um produto social, assim como na sociedade de modo geral. A dificuldade em perceber isso reside, em parte, na concepção dicotômica da sociedade e da natureza, que não entende a natureza como socialmente produzida como aqui estamos defendendo de acordo com Neil Smith (1988). Pensamos, então, que essa diferenciação inevitável das comunidades tradicionais em relação à civilização ocidental aparece de modo fenomênico na relação da cultura com a natureza. Porém, relacionar essa problemática com a questão da natureza é apenas a ponta do *iceberg*.

Ao perceber os desafios que as comunidades tradicionais e quilombolas enfrentam para serem reconhecidas perante à sociedade, e a condição de submissão ao Estado em relação à sua identificação, existem ainda muitos imbróglis acerca desse processo. Vemos que apesar de muitas vitórias e direitos terem sido conquistados pelos movimentos, ainda trata-se de um assunto pantanoso que requer muito debate e luta. É inevitável que quando passamos a discutir assuntos relacionados à luta pelo território, sejam igualmente encontradas muitas contradições. Ao tratar das formas de morar de um povo que encontra-se inserido em um denso conflito territorial, também nos deparamos com contradições que se fazem a partir desse movimento da realidade.

5.2 As técnicas construtivas tradicionais

A partir desses apontamentos sobre a relação entre sociedade e natureza nas concepções dos povos e comunidades tradicionais e das reflexões feitas em campo, apontamos a que depreciação contínua das técnicas construtivas tradicionais como um dos problemas que

invalida as formas de morar das famílias da Mata dos Crioulos perante o olhar da sociedade e do Estado.

Apesar dessas técnicas serem reproduzidas principalmente nas casas localizadas na parte “de baixo” da comunidade, essa depreciação também se aplica ao contexto das lapas, na parcela do território que foi subtraída da Mata dos Crioulos pela ampliação do PERP. Todos os abrigos das famílias da comunidade são construídos utilizando matéria-prima encontrada em abundância no local, com técnicas de simples execução, que são comumente utilizados em no campo.

Fernanda Monteiro (2011), que trata diretamente da questão dos apanhadores de flores, coloca que

a materialização histórica do “culto ao silvestre” através da criação de parques dá-se principalmente em ex-colônias européias tropicais, em áreas rurais frequentemente ocupadas por indígenas e comunidades tradicionais camponesas. Tais grupos são portadores de outros mitos e signos relativos à natureza, que sustentam outras visões sociais de mundo e outras formas de com ela se relacionar, não se reconhecendo na dicotomia sociedade/natureza. (MONTEIRO, 2011, p. 78)

É possível relacionar esse chamado “culto ao silvestre”, ou a romantização da natureza, apenas como parte de uma dicotomia entre sociedade e natureza, com as contradições das concepções de natureza externa e universal que apresentamos de acordo com Smith (1988). Essas definições, necessariamente, provêm de indivíduos externos à comunidade, daqueles que buscam analisar a realidade posta ali como algo estático, algo que não pode ser enquadrado nas formas hegemônicas de sociedade. Então, o fato de que as comunidades não se reconhecem nessa dicotomia os coloca em um lugar desconhecido, a ser desvelado e dominado, perante o pensamento hegemônico.

Se para a sociedade burguesa, em certo ponto, a natureza era considerada hostil, agora ela se encontra “[d]omesticada, higienizada, estendida sobre mesas de café, a natureza era um pertence, da mesma forma como o gato da família” (SMITH, 1988, p. 38), totalmente controlada pelo homem, subserviente à ele. Mas Smith (1988, p. 39) também afirma que “da mesma forma que a visão de uma natureza hostil tinha sua função social – a de legitimar o ataque à natureza – o mesmo ocorria com relação à visão de uma natureza virtuosa”. Cada uma dessas concepções tem uma função social bem específica.

A natureza virtuosa, essa que pode ser cultuada pela sociedade, fomenta a visão nostálgica, que reforça o ideal daquele suposto “retorno” à natureza que legitima o pensamento burguês urbano de “preservação” da natureza (WILLIAMS, 1989). Quando pensamos de maneira geral no caso das comunidades tradicionais, elas são vistas ao mesmo tempo como hostis, o selvagem a ser dominado, e como amigas, que representam o contato

direto com a natureza, que servem como exemplo a ser seguido para a resolução dos problemas ambientais. E quando pensamos a respeito de suas formas de morar, essas concepções são semelhantes: as lapas e casas de barro são consideradas como algo atrasado e obsoleto, que deve se transformar para dar lugar ao tecnológico e moderno, que seria atualmente a alvenaria e o concreto. Mas quando essas técnicas são apropriadas por uma classe média urbana que busca o anteriormente citado “retorno” à natureza, as construções em barro são enaltecidas e tidas como algo desejável para a vida urbana, que supostamente não consegue mais se “conectar à natureza”, como se esta fosse uma entidade universal da qual os humanos são apenas parte da totalidade. O mesmo vale para as lapas, que podem servir de abrigo à mochileiros que passam seus finais de semana nos referidos Parques, mas não podem abrigar as famílias que as ocupam há gerações.

Smith (1988) continua: “[a] exterioridade é substituída pela universalidade, pelo menos no fim de semana” (SMITH, 1988, p. 44), então a natureza se transforma em uma viagem de férias, algo temporário, que cada um escolhe quando poderá se “reconectar” à ela. Em estrutura social desigual consolidada pelo sistema capitalista, isso implica no acesso desigual à natureza e suas concepções por grupos sociais distintos. Essas duas concepções estão relacionadas e são contraditórias entre si. “A concepção exterior é um resultado direto da objetivação da natureza no processo de produção” (SMITH, 1988, p. 44). É possível então afirmar que ambas as concepções apresentam uma função social e política: a ideologia da natureza burguesa.

Mas é importante entender que o argumento da natureza-humana se destrói se, por qualquer razão, a exterioridade da natureza for negada. Para a “natureza humana” desempenhar sua função ideológica, deve haver uma natureza separada com seus próprios poderes invioláveis, pois é nesta natureza que o argumento da natureza-humana tem sua base de sustentação. Agora, para manter esse poderoso conceito ideológico com toda a sua frágil contradição, há uma omissão singular e reveladora do conceito de natureza. Por definição, a natureza exterior exclui a atividade humana, mas a natureza universal também exclui a atividade humana, exceto no sentido mais abstrato de que o trabalho é necessário e dignificado (SMITH, 1988, p. 46).

Se ambas as concepções excluem a presença e a atividade humana – considerada por Neil Smith como “trabalho” em geral – da natureza, como são consideradas essas formas de morar dentro dessas concepções? No caso das lapas, elas podem servir aos viajantes como abrigo temporário, ou são apreciadas como simples sítio arqueológico, pois essa forma de morar apenas era aceitável quando a espécie humana “não era evoluída”, e apenas pode ser reconhecida como peça de museu, simbolizando parte da evolução humana, intocável. Para os apanhadores de flores, que utilizavam dessas lapas como abrigo no século XXI, como forma

de auxiliar e otimizar sua atividade nos campos de flores, o direito de uso das lapas foi negado pelo Estado, pois essas não podem ser moradas *de fato* dentro dessas concepções de natureza que excluem a atividade humana de sua essência, fato que buscamos contrapor a partir da unidade entre sociedade e natureza.

Quando pensamos nas casas de barro, as técnicas construtivas utilizadas são comumente atreladas ao atraso, frente às tecnologias já desenvolvidas na construção civil. Um dos indícios disso pode ser encontrado no ensino de arquitetura e urbanismo, os profissionais que supostamente são responsáveis pela técnica das construções. Há um exacerbado prestígio das construções de alvenaria e concreto, o que Roberto Eustáquio Santos e Bernardo Oliveira (2008) chamam de “A armação do concreto no Brasil”, enquanto as técnicas tradicionais, como o pau-a-pique e adobe, apenas são citados na maioria dos currículos do curso pelo país em uma disciplina denominada Técnicas Retrospectivas, que apesar de cada escola dar uma abordagem diferente à elas, as construções de barro são mencionadas à título de curiosidade, como um breve registro de uma técnica que se perde no tempo por não se encaixar mais no modelo de sociedade que temos atualmente. Quando vemos situações em que comparamos a casa de Nelson, construída com pau-a-pique há trinta e seis anos, e todas as outras casas que utilizam a mesma técnica na Mata dos Crioulos, que apresentam nível de degradação bem maior mesmo tendo sido construídas há menos tempo, vemos que há um desconhecimento generalizado a respeito das formas de manutenção desse sistema construtivo. Não é possível cuidar das casas de barro da mesma forma com que trata-se uma casa de alvenaria e cimento, pois são materiais distintos que exigem tratamentos diferentes.

Entretanto, existem aqueles já citados entusiastas da permacultura, que na sua busca cega pelo contato com a natureza, aprendem essas técnicas ligadas à ancestralidade e conseguem, pela maior disponibilidade de tempo e melhores condições socioeconômicas, realizar as construções de maneira mais durável do que, por exemplo, algumas famílias da Mata dos Crioulos que moram nessas casas por não terem condições financeiras de realizar uma construção com materiais convencionais. Normalmente, esses fazem parte de uma população urbana insatisfeita com as condições encontradas na cidade que partem em busca de um ideal bucólico de natureza harmoniosa encontrada no campo. Esses sujeitos são capazes de manter essas formas de morar e ainda manter um estilo de vida urbano, pois não encontram-se à mercê de sua cultuada natureza, eles a controlam de acordo com suas vontades.

Outra questão que deve ser levada em consideração sobre as técnicas construtivas tradicionais são as formas de manutenção e disposição dos resíduos não utilizados após as

construções, ou até quando as casas ou lapas se tornam inutilizáveis e torna-se necessário construir outros abrigos. De acordo com dados do IPEA (2012), no Brasil são gerados aproximadamente 31 milhões de toneladas de resíduos de construção civil por ano, o que seria equivalente a 450 quilogramas por habitante, volume menor do que outros países, como Japão, Estados Unidos, Itália e Alemanha. Entretanto, apesar de produzir uma quantidade proporcionalmente menor de resíduos em relação aos outros países, isso não minimiza o problema ambiental gerado por esse volume, principalmente se levamos em consideração a escala global de produção desses resíduos. O problema dos resíduos sólidos da construção civil baseada nos modos de construir de alvenaria é notável mundialmente, sendo necessárias várias medidas para controle do mesmo, então qual o sentido em crucificar um modo de morar baseado em construções de terra, que não geram resíduos? E por que justamente os órgãos ambientais são os principais antagonistas das narrativas das comunidades em sua luta pelo território?

5.3 A dialética do desenvolvimento e da tradição

John Bellamy Foster (2014), em seu debate sobre a questão da ecologia na obra de Marx, apresenta o conceito de metabolismo (*stoffwechsel*) para definir o processo do trabalho que acontece entre o homem e a natureza, metabolismo esse que é regulado e mediado pelo próprio homem. Mas, segundo autor, surgiu uma falha (*rift*) nesse metabolismo devido às relações da produção capitalista, que se materializa a no antagonismo entre a cidade e o campo. Essa referida falha metabólica pode ser identificada em todas escalas da relação entre a sociedade e a natureza.

Para Marx, a falha metabólica associada no nível social com a divisão antagônica entre cidade e campo também era evidente em nível mais global: colônias inteiras se viam roubadas da sua terra, recursos e solo para sustentar a industrialização dos países colonizadores. (FOSTER, 2014, p. 230)

As concepção da natureza como externa ou como universal/humana são, inclusive, fruto dessa falha, resultado dos modos de produção moldados pela sociedade capitalista que reificam as relações sociais. Mas no caso dos povos e comunidades tradicionais, essa falha se materializa modos diferentes da sociedade urbana, pois eles mantêm uma relação mais próxima de sua atividade material, que como parte da definição dos seus modos de vida não configura em si uma relação de estranhamento. Para essas comunidades, o discurso de retorno à natureza e romantização da mesma não faz sentido, pois sua relação com ela está ainda

diretamente ligada ao *trabalho*¹⁹. Consideramos então que “a natureza não é nada se ela não for social” (SMITH, 1988, p. 64), mas apenas isso não basta, mas deve-se buscar pela “relação concreta pela qual a natureza assume essa prioridade social” (SMITH, 1988, p. 64), o que é mais fácil perceber no caso das comunidades tradicionais em relação à sociedade em geral. Os modos de viver e as atividades realizadas por esses povos pressupõe uma unidade entre o social e o natural. “É a atividade humana produtiva, não como um conceito geral mas com um ato histórico concreto destinado a criar os meios de subsistência, que diferencia os seres humanos dos animais” (SMITH, 1988, p. 74).

“O desenvolvimento social arrebenta o equilíbrio harmonioso da natureza” (SMITH, 1988, p. 76) a partir do excedente da produção, e nesse contexto formou-se o processo de produção do capital que configura a sociedade de classes. Esse excedente produzido na verdade funciona como uma forma da sociedade se emancipar da natureza, também serve às diferenciações internas da própria sociedade. Uma das primeiras divisões do trabalho distinguidas entre si é a da agricultura e do comércio, ou seja, entre produção e troca, o que nos induz ao antagonismo entre cidade e campo também. Portanto, nota-se que o “acesso” à natureza seja diferente para cada classe social, dentre os povos do campo, os trabalhadores urbanos e a burguesia urbana.

Compreendemos que a relação entre sociedade e natureza é constituída pelo processo de *produção social da natureza*, que pode ser percebido em diversas escalas. Mas em meio a um bombardeio de discursos que buscam a preservação da natureza que a humanidade não seja extinta, nos encontramos em um beco sem saída entre a salvação da natureza externa e a salvação da natureza humana. Ao pensar no papel dos conflitos que existem entre o modo de produção capitalista e uma crise ambiental, e no papel exercido pela ideologia da natureza, buscamos tratá-los de maneira diferente de como eles são tratados normalmente na ciência geográfica, acordo com Elias Lima (2015): uma descrição dos fenômenos e de como eles ocorrem na natureza, e como último fator, é introduzida a ação humana, normalmente desencadeador do problema, como uma intervenção na natureza. A concepção de “‘consciência ambiental’ é sintomática do mais complexo quadro de alienação acerca da produção social da natureza” (LIMA, 2015, p. 110), que perpetua a dicotomia sociedade/natureza.

¹⁹ Aqui estamos considerando a definição de trabalho como atividades humanas produtivas mediadas pela consciência, ou seja, o que efetiva e idealiza a transição entre objetividade e subjetividade, em concordância com José Chasin (2009) que segue na esteira de György Lukács.

David Harvey (2016) argumenta que a questão ambiental tornou-se um grande negócio, uma mercadoria em si, uma estratégia de acumulação, o que é identificado na venda da permacultura como sistema sustentável de reprodução de vida. Não é raro ver propagandas e anúncios exibindo grandes empresas com ‘selos verdes’, ou até a “adoção” de espaços públicos por empresas privadas. O capital se apropria do discurso ecológico como responsabilidade das empresas e assim consegue mascarar cada vez mais profundamente as contradições entre capital e natureza. Além de uma oportunidade de negócios, a natureza também serve como disfarce para algumas das falhas no sistema de circulação e produção do capital. Quando podem ser apropriados pelo mercado, as visitas aos Parques e estadias temporárias nas lapas, assim como as construções de barro, são valorizadas, mas apenas em um contexto em que é utilizado pela sociedade urbana com ideais burgueses.

Outro apontamento realizado pelo autor é que o capital não é impedido de circular em caso de catástrofe ambiental, e isso inclusive pode ser aproveitado como um impulso. Com auxílio principalmente dos mecanismos do Estado, os processos de acumulação do capital não se veem detidos de manter sua circulação em ocasiões de calamidade. Harvey (2016) comenta que existe uma classe rentista que age como “dona da natureza”, e faz com que ela seja utilizada com propósitos de acumulação. Se compreendemos o Estado como aparato da sociedade burguesa para manutenção da ordem vigente, é mais do que esperado que os órgãos ambientais adotem essas visões seletivas de proteção e preservação da natureza. Percebemos esses processos como produto da ideologia da natureza.

Um dos últimos apontamentos em relação ao movimento ecológico que Harvey (2016) faz é o fato de que se existe de fato uma busca pela solução para os problemas ambientais, os movimentos devem necessariamente apresentar uma luta anticapitalista. Por isso, é imprescindível ver além da ideologia.

Completamos que os “[c]onflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2002, p. 91), e, portanto, não podem ser lidos como algo que acontece de forma externa à sociedade, e nem de uma forma simplista que trata a sociedade como apenas mais um agente natural. Dessa forma, fica evidente que os conflitos ambientais e de classe se materializam como conflitos territoriais, e na Mata dos Crioulos vemos as formas de morar dos apanhadores de flores postas em xeque.

A concepção da sociedade como um “dado universalista”, nos termos de Lima (2015), é na verdade uma forma de não reconhecer nenhum agente social nos chamados “impactos ambientais”. Quando todos tem culpa, ninguém é o culpado real. Deve ser ressaltado que

Ao se colocar “todos” como responsáveis pela “crise ambiental e por sua reversão”, com base num “futuro em comum”, cria-se no imaginário coletivo a ideia de que todos participam de uma comunidade global. Universalizam-se responsabilidades, sem diferenciar as forças e formas de consumo da natureza. A questão ambiental passa a ser descolada da relação sociedade/natureza mediada pelas técnicas e toma-se a causa pelo efeito sem se questionar necessariamente a produção da crise e as desigualdades e contradições que dela fazem parte. (MONTEIRO, 2011, p. 94)

A ideologia da natureza, aqui, atua nesse processo de dissolução da “culpa” pela crise ambiental a toda a sociedade a partir da negação da atividade prática: ao mesmo tempo que ela é apresentada com um agente, parte da natureza que a destrói (universal), ela está do lado de fora (externa), observando sua própria atuação, e nenhuma solução viável é apresentada. Quando todos são responsáveis ou culpados, não é possível identificar quem ou o que é o verdadeiro responsável. Entendemos que isso

parte de uma concepção abstrata de igualdade em que todos são supostamente iguais perante o passivo ambiental produzido, como se todos tivessem o mesmo grau de responsabilidade diante dos problemas gerados, esquecendo-se que somos desiguais mediante o ativo econômico produzido (LIMA, 2015, p. 111)

No caso dos quilombolas e apanhadores de flores, ao contrário, a culpa pelos problemas ambientais não é atribuída à sociedade de modo geral. O sujeito que supostamente danifica a natureza é muito bem identificado, culpabilizado e até criminalizado. Não apenas pelas violências físicas e verbais sofridas relatadas pelos moradores, mas a falta de reconhecimento de suas formas de morar pode ser considerada uma violência institucional. Se considerarmos, além dessas questões levantadas, a divisão territorial do trabalho mundial, podemos refletir mais profundamente sobre o caso brasileiro.

As colônias foram exploradas em razão de seus recursos, sem nenhum respeito pelo bem-estar das populações locais (geralmente indígenas). A mineração e a exploração de energia e recursos florestais costumam seguir uma lógica semelhante. Mas os efeitos ambientais são localizados: deixam para trás uma paisagem geográfica desigual de cidades mineiras abandonadas, solos esgotados, depósitos de lixo tóxico e valores patrimoniais desvalorizados. *Os benefícios ambientais situam-se em outro lugar* (HARVEY, 2016, p. 238, grifos da autora)

Conseguimos observar como a ideologia segue reafirmando, a partir da concepção dicotômica da sociedade e da natureza, a desigualdade social nas mais diversas escalas. Como Mézáros (2004) bem observa: “A ideologia dominante tende a produzir uma estrutura categorial que *atenua* os conflitos vigentes e *eternaliza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido” (MÉSZÁROS, 2004, p. 69, grifos originais). Então, quando a responsabilidade sobre a crise ambiental recai sobre toda a população de maneira generalizada, isso é propriamente uma negação de que as classes consomem, se apropriam e produzem a natureza de modos diferentes, e encaminha mais uma vez a resolução dos problemas para um beco sem saída.

Para melhor definir, Mészáros coloca que as ideologias são determinadas pela época de duas maneiras: 1) “a consciência social prática de todas essas sociedades não pode deixar de ser ideológica - isto é, idêntica à ideologia - em decorrência do caráter insuperavelmente antagônico de suas estruturas sociais.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 67); 2) questionamentos que surgem em relação a viabilidade daquela ordem vigente ser realmente a melhor maneira de “satisfação das exigências do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 2004, p. 67). Em outras palavras, a ideologia pode reafirmar a ordem vigente ou questioná-la. No caso da natureza, a ideologia burguesa tem interesse em mantê-la dentro da concepção dicotômica com a sociedade, por isso tem um potencial de impulsionar a circulação e reprodução do capital.

O autor coloca, por exemplo, que o uso do termo “modernidade” é um dos maiores exemplos de posição ideológica da atualidade, que busca representar uma superação da antiguidade. Dessa forma, apresenta-se uma realidade supostamente descolada do seu tempo passado, com promessas de avanço e desenvolvimento. Ele completa:

Assim, de forma não dialética, o momento da *descontinuidade* e da *"ruptura"* tende a ser exagerado tendenciosamente até se tornar irreconhecível, à custa de algumas continuidades de importância essencial - como, por exemplo, o caráter insuperavelmente *classista* e *explorador* da sociedade capitalista, por mais "moderna" e "avançada" que seja -, de modo a propiciar a visão de "universalidades" imaginárias e das correspondentes "soluções" fictícias para problemas dolorosamente reais, que, na prática, só poderiam ser resolvidos através do confronto concreto das principais classes da sociedade. (MÉSZÁROS, 2004, p. 70, grifos originais)

Ou seja, estas rupturas são aparatos ideológicos que ajudam a manter a ordem vigente por afirmar que ela encontra-se em mudança. Enquanto as contradições vão tomando forma mais aguda, existe um discurso que prega que estas já foram superadas, e “novas crises” surgem com base nas construções ideológicas na tentativa de construir um novo discurso apaziguador das contradições. E é isso que acontece também com as crises ambientais, a cada catástrofe ou previsão catastrófica, uma nova preocupação coletiva surge, e cumpre o papel de apaziguamento do conflito entre as classes.

O que nos interessa no presente contexto é a verdadeira natureza do relacionamento entre o complexo historicamente específico das necessidades sociais e as várias manifestações cultural-ideológicas que emergem de sua base. As determinações de tal relacionamento não são unilateralmente mecânicas, mas dialético-recíprocas. Em seu âmbito, as práticas cultural-ideológicas concorrentes da época respondem *ativamente* e ajudam a articular as necessidades que proliferam na sociedade. Através de tal papel, elas intervêm *crítica* ou *apologeticamente*, com maior ou menor eficácia, no decorrer dos desenvolvimentos históricos e colaborando para a *realização* de algumas *potencialidades* de preferência a outras. (MÉSZÁROS, 2004, p. 105, grifos originais)

Desta forma, podemos identificar os chamados “momentos preponderantes” de determinada situação com auxílio da compreensão do aparato ideológico que mantém a ordem vigente ou

busca superá-la. Mas consideramos também que

Uma chamada “crise ideológica” não é *jamaiz* apenas ideológica – no sentido de que poderia ser resolvida através de discussões e esclarecimentos ideológico-teóricos -, como poderemos observar em mais de uma ocasião no decurso do presente estudo. Uma vez que a ideologia é a consciência prática das sociedades de classe, a solução dos problemas gerados nos confrontos ideológicos não é inteligível em a identificação de sua dimensão prática, material e culturalmente eficaz.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 115, grifos originais)

Ou seja, apesar de identificarmos o papel da ideologia nos conflitos sociais como demasiado importante para sua compreensão dentro de uma totalidade, ela é apenas uma das faces em que a materialidade se mostra, e faz-se mister a investigação de sua dimensão prática.

Afirmamos também a relevância que a população urbana apresenta na consolidação dessa ideologia. O cotidiano do cidadão (o que habita a cidade) comum normalmente consiste em uma separação entre o espaço e tempo de lazer, o espaço e tempo de trabalho, dentre outras obrigações e atividades. Ressaltamos então a necessidade do capital de atuar no ambiente construído: David Harvey (1982) coloca que é conformada uma dicotomia entre o viver e o trabalhar, a sociedade e o indivíduo, entre a cidade e o campo, divisões estas que são artificiais e impostas por este sistema. Se para esse cidadão é “natural” o tratamento dicotômico entre sociedade e natureza, espera-se que não haja estranheza no caso da implantação das UCs nos territórios das comunidades quilombolas:

O apoio dos moradores urbanos à criação de parques também diz respeito ao sentido que essa palavra ocasiona. Parque aciona, no imaginário coletivo, o lúdico, o lazer, a diversão, constituindo inclusive argumento para o definir, em detrimento de outras categorias de UCs, dado o seu apelo turístico (MONTEIRO, 2011, p. 81)

5.4 As casas e a propriedade

Um dos fatores que devem ser levados em consideração para compreensão das formas de morar da comunidade é a propriedade privada e o reconhecimento do Estado em relação a outras formas de uso da terra. As famílias da comunidade da Mata dos Crioulos tem uma forte relação social e cultural com seu território, em uma lógica distinta da propriedade privada. Como foi observado através do trabalho de campo, as andanças deles pelo território se dão não apenas devido às atividades como a “panha” de flores, mas a mudança das famílias e construção de novas casas acontece de forma recorrente e constante. A mobilidade e circulação pelas terras da comunidade é uma característica marcante percebida nos modos de morar da Mata dos Crioulos, e a partir dela é possível evidenciar algumas das contradições da questão da moradia dos povos e comunidades tradicionais.

Em um contexto mais geral sobre a questão quilombola, de acordo com Alfredo Wagner Almeida (2002), as estatísticas cadastrais do Incra presumem que a estrutura agrária brasileira pode ser definida segundo duas categorias: estabelecimento (censitária) e imóvel rural (tributária). Mas na situação de definir o Cadastro de Glebas, no ano de 1985 com base no Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (Decreto no. 91.766 de 10-10-1985), houve impasses com o movimento camponês em uma categoria que não se encaixava em nenhuma das duas citadas, e que posteriormente foi denominada de *ocupação especial*. Essa categoria engloba as terras de uso comum, atribuídas normalmente às comunidades tradicionais (terras de preto, terras de índio, dentre outras) que são diferentes de coletivas ou comunais.

O mesmo autor, porém em outra ocasião – Almeida (1989) – ao discutir mais profundamente a definição destas terras de preto, terras de índio e outras que também são fonte de conflitos territoriais, faz um apontamento interessante, de que a existência das terras de uso comum, ou ocupações especiais, não contrapõe de modo algum a propriedade privada. Apesar da lógica da propriedade ser outra, dos usos e da apropriação social da terra ser distinta, a existência dessas comunidades mostra-se importante para a própria reprodução do capital. A expansão do capital não busca levar os seus modos de produção para todos os cantos do planeta e para todas as formas de vida de social indiscriminadamente. Seu interesse é a princípio a acumulação, e a partir do momento que a existência de outras formas de produção possibilitam, em outras instâncias, a acumulação própria, ela pode manter-se como parte da engrenagem, em concordância com Ariovaldo Oliveira (2001). Não se trata de uma negação da propriedade privada ou de um posicionamento anticapitalista, e sim de uma outra forma de existência da mesma fortemente “marcada por laços de reciprocidade” (ALMEIDA, 1989, p. 187).

Outra questão ponderada pelo autor é o fato de que aparentemente o quilombo, em âmbito institucional, “desencarnou-se dos geografismos” (ALMEIDA, 2002, p. 60), pois quando eram escravos fugitivos, o conflito principal era a recuperação dos escravos fugitivos de volta para o domínio dos senhores, e atualmente, as comunidades ocupam grandes propriedades e buscam seus direitos de permanecer em seus territórios, são negadas ao direito de ocupação e a intenção é usualmente de tirá-las de lá. Os territórios quilombolas de maneira geral no Brasil não foram constantes ao longo do seu processo de formação, estes passaram por várias mudanças para preservar a própria sobrevivência, e isso rompe o parâmetro ‘arqueológico’ dos quilombos, ou seja, a identificação a partir de um marco temporal que pressupõe que a mesma terra deve ser ocupada desde o tempo em que a escravidão era

legalizada no país. Nesse sentido, completamos que “[...] o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele” (LITTLE, 2002, p. 5), e o marco temporal não é um parâmetro adequado para definir o que é ou não é um quilombo.

A definição jurídica dos quilombos não corresponde à uma limitada definição dada pela legislação. Grande parte da história desses povos não é documentada e suas trajetórias foram fragmentadas e distintas, portanto, exigir esse histórico completo e determinado em conformidade em uma história contínua se configura como uma grande injustiça social. Almeida (idem) sugere que “a situação de quilombo existe onde há autonomia, onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo” (p. 60). Dessa forma, a definição de quilombo, seja ela jurídica ou não, está intimamente ligada ao conceito de território, pois significa um espaço onde um povo tradicional pode exercer sua autonomia e poder sobre a terra que ocupa, o que é possível identificar no caso da Mata dos Crioulos.

Existe outro fator de igual relevância para este debate, que é o fato de que “[p]ara os legisladores coloniais, quilombo é diferente de guerra. Não haveria exército em jogo nem identidades nacionais” (ALMEIDA, 2002, p. 64). A luta dos quilombolas não buscava nos tempos coloniais e nem busca por hoje por movimento separatistas que propõe uma independência do Estado, ou nem um questionamento a respeito da identidade nacional – outra ideia também diretamente ligada ao território como definição jurídica. O reconhecimento desses povos não é um questionamento do Estado em si, mas sim um questionamento sobre as ações deste perante este grupo de indivíduos que anteriormente era invisibilizado, e agora busca o respeito através dessa instituição que historicamente os negou. Isso não é uma proposta de que a luta das comunidades tradicionais deva questionar a existência do Estado ou uma diminuição da pauta nesses termos, mas é uma demonstração de que a negação de direitos a esses povos é descabida e injusta por mais esse viés.

Apesar de reconhecermos que a identificação destas comunidades teve um ponto de arranque externo à elas, um dos fatores que mais importa na questão dessa identidade coletiva quilombola e tradicional é como eles próprios se reconhecem, e não como foi criado o produto de seu reconhecimento por agentes externos. “O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos” (ALMEIDA, 2002, p. 74), ou seja, são as relações sociais que definem a diferenciação desses grupos, e não as definições rasas que

embasam um tratamento diferente à eles com base em sua *relação com a natureza*. A percepção da sociedade urbana e do Estado de que nessas denominadas terras de preto, nota-se uma maior “preservação” da natureza (ALMEIDA, 2002, p. 76) é apenas um pressuposto utilizado para justificar uma injustiça social e territorial à qual esse povo está historicamente submetido.

No quilombo dos apanhadores de flores da Mata dos Crioulos, prevalece uma memória ancestral ligada principalmente à liberdade, o que nos leva a pensar que há muitas gerações já não houve trabalho escravo dentre eles, mas isso não os exclui de uma lógica de exploração da força de trabalho por outros externos. A comunidade se reconhece a partir dessas identificações e, a partir delas, reivindica seus direitos perante um Estado que foi por tanto tempo omissivo em relação à elas. A implantação das UCs no território historicamente ocupado por essas pessoas, que é fonte inclusive de seu sustento, foi uma ação que demonstrou mais uma vez que o Estado é um mediador de conflitos e representante dos interesses das classes dominantes, e não uma via que pode promover algum tipo de transformação social de fato que supere as relações políticas. Isso nos leva a entender que

as UCs de proteção integral configuram uma injustiça ambiental, pois expropriam camponeses de seus territórios (materiais e imateriais), restringem-lhes o acesso a recursos vitais à sua sobrevivência e negam-lhes direitos civis, numa relação desigual de poder, que concorre para uma distribuição espacial desigual dos recursos naturais marcada por relações sociais de classe e raça (MONTEIRO, 2011, p. 112)

Parte do não reconhecimento dessas formas de morar como legítimas passa pelo aspecto da propriedade privada, lógica não seguida pelas ocupações e abrigos das famílias da Mata dos Crioulos. A implantação das UCs em parte do território que era ativamente utilizado por eles, ocupado em parte do ano, é sinal de não reconhecimento do Estado desses modos de vida e da forma que a comunidade se configura. As andanças, a transumância, as lapas, as casas de barro, as formas de construir, os cuidados com as estradas: tudo isso é essenciais aos seus modos de vida, e formas de exercer sua territorialidade.

5.5 O que a moradia significa, afinal?

A moradia, em sua definição mais básica, significa abrigo. Não iremos adentrar todos os debates acadêmicos sobre o termo, pois as elaborações colocadas até aqui nos permitem entender que essas diferentes moradas – as lapas e as casas de barro – podem ser consideradas como a única morada das famílias da comunidade da Mata dos Crioulos, que se consolida em mais de uma territorialidade e temporalidade, nos termos de Saquet (2015). Devemos refletir

então sobre quais as formas adequadas de estudar a moradia desses povos. Os apontamentos de Engels (2015) sobre a questão da habitação nos traz reflexões importantes acerca da relação do Estado como uma estrutura da burguesia. Ele não tem interesse em suprimir ou solucionar a escassez de moradia, problema comum nos grande centros urbanos, portanto, o que resta como solução é a cooperação mútua entre os trabalhadores e a busca pelo auxílio do Estado. No caso dos povos do campo, os problemas mais comuns são os de acesso à terra para poder estabelecer sua moradia. Mas o Estado não age de forma diferente com os povos da cidade e os povos do campo, ele ministra os problemas sociais de forma a discipliná-los.

Na comunidade da Mata dos Crioulos, os agentes do Estado, principalmente através dos órgãos ambientais, desconsideram suas formas de morar como legítimas, então, aos quilombolas o que resta é cooperação para preservar sua territorialidade. Apesar do fato de que no presente momento político as comunidades alcançaram certo reconhecimento, é necessário compreender suas articulações internas e relacioná-las às outras escalas pelas quais o conflito territorial perpassa, principalmente ao se tratar da questão da moradia.

Consideramos que, a partir do fenômeno da transumância e da efemeridade das casas construídas em barro, o próprio território em si configura uma única a moradia das famílias, com diferenças em termos de territorialidade e temporalidade. A restrição de uso das lapas na Chapada ao povo da Mata dos Crioulos a partir da implantação das UCs configura-se, então, em uma negação do Estado ao direito à moradia. Se avaliarmos ainda que essa moradia é essencial para sua principal atividade da “apanha” de flores, concebemos que o Estado por meio dessas ações nega à atividade prática, e portanto, a natureza e a própria existência desse povo. Quando contemplamos as razões forjadas a essas ações, encontramos justificativas que colocam as atividades da comunidade como causadoras diretas de parte da crise ambiental e da extinção de algumas espécies de flores sempre-vivas.

Na antropologia, de acordo com Paul Elliot Little (2002), considera-se que todo grupo humano apresenta uma conduta territorial, e a territorialidade seria “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p. 3), e consideramos que isso é certo no caso das formas de morar da Mata dos Crioulos, sobretudo no relacionamento destas com os poderes hegemônicos locais, o Estado (em diferentes escalas) e suas políticas ambientais e territoriais.

Saquet (2015) resume:

Nossa sociabilidade contém nossa animalidade e vice-versa. Há uma história social e natural, na qual a natureza é inseparável da vida do homem. A história do homem faz parte da história da natureza [...]. O homem está em unidade com suas naturezas

orgânica, inorgânica e social; é a grande síntese como sujeito das territorialidades, das temporalidades [...] (SAQUET, 2015, p. 33).

Se refletirmos sobre o processo de expansão dos modos de produção capitalista sobre o campo brasileiro, o que afeta diretamente a territorialidade dos apanhadores de flores, ressaltamos a colaboração a partir dos apontamentos de Massimo Quaini (2002). O autor considera que, a partir de seus estudos da obra de Marx, “a acumulação primitiva²⁰ deve ser entendida como uma dissolução das sociedades naturais, como reviravolta das velhas relações entre homem e natureza” (QUAINI, 2002, p. 125). Consideramos que o capital tem uma função civilizadora, e busca apropriar-se da realidade com a finalidade da acumulação, o que influencia ideologicamente nas concepções do que é legítimo ou não em relação aos modos de morar e as territorialidades.

Ainda segundo Quaini (2002), a reflexão encontrada na obra marxiana

não separa as contradições da natureza-território das contradições da sociedade-força de trabalho, isto é, não vê na destruição da natureza um cómodo anteparo para não ver a devastação e a enfermidade da força de trabalho, mas também não esconde atrás da gravidade das contradições sociais as contradições territoriais e a destruição da natureza, como tendem a fazer alguns crítica de esquerda da ecologia (QUAINI, 2002, p. 131).

Deve-se então buscar identificar em meio aos discursos de preservação e busca do contato com a natureza alguns aspectos que buscam mascarar uma opressão cada vez mais maior às classes subalternas, o que é evidente quando analisamos o caso da comunidade da Mata dos Crioulos. A população se vê em uma situação de negação de seus direitos e de seu território em prol da suposta preservação da natureza, a qual eles cuidaram por tantas gerações. Suas moradias não são levadas em considerações na situação de ampliação de uma UC de uso restrito, e suas territorialidades são então consideradas danosas frente à esse discurso.

Quando discutimos as comunidades tradicionais nesse contexto, é dado que há uma harmonia na relação destas com a natureza, assim como é identificado nas sociedades primitivas, como uma espontaneidade natural. A natureza vista como nostálgica, nessa constante busca por esse “retorno” a ela é fruto do que Quaini (2002) chama de “moderna consciência ecológica burguesa”, e “fica claro que as contradições ecológicas e territoriais devem ser reconduzidas aos mais profundos antagonismos sociais do modo de produção capitalista” (QUAINI, 2002, p. 134) e não é possível compreendê-las fora desse contexto.

²⁰ O debate de Karl Marx a respeito da acumulação primitiva em sua obra *O Capital* (2017) se refere ao que pode ser chamado de “o pecado original” do capitalismo, ou como tudo começou. Não entraremos no mérito do debate sobre a acumulação do capital por espoliação por exemplo, ser uma forma de produção semelhante à dos primórdios do sistema capitalista, mas estamos considerando para a análise de que a acumulação primitiva foi um momento específico do capital, e não uma constante universal do mesmo.

Retornamos à Mézáros para afirmar que

[a]ntes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é [...] um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifos originais)

A reprodução dos modos de vida dos apanhadores de flores deve ser pensada em meio à essa estrutura totalizadora. Sua aparente incompatibilidade com os modos de vida “modernos” são considerados por nós como instrumentos ideológicos que tentam eliminar tudo aquilo que não prioriza a circulação e reprodução do capital. A territorialidade notada nas formas de morar da comunidade tem como objetivo principal a reprodução da própria vida, mas está em certo grau submetida aos modos de reprodução capitalista, o que é visível quando vemos as relações destes com os de fora.

Apresentamos ainda algumas reflexões a respeito da produção material dessas casas através das elaborações de arquitetos. De acordo com o que Sérgio Ferro (2006) aponta a respeito do modo de construção da moradia da grande parcela da população brasileira, entendemos que as técnicas utilizadas provém do conhecimento popular, provavelmente herdadas de seus antepassados. Independentemente do uso ou não de técnicas construtivas tradicionais, como foi notado na casa de dona Ângela, permanecem naquela construção as relações sociais materializadas pela territorialidade. Quanto ao uso dessas casas pelas famílias, este “não é envolvido por qualquer fetiche (...) A casa é feita para servi-lo e serve-se naturalmente dela” (FERRO, 2006, p. 63). Apesar de o autor estar referindo-se às casas populares do espaço urbano brasileiro, das periferias, fazemos aqui um paralelo por ambos os casos se tratarem das casas das classes dominadas. Ressalta-se que nesse caso, diferentemente das construções das residências dos trabalhadores urbanos ou até de outras comunidades quilombolas, não se trata de uma miniatura frustrante do lar burguês, com separação excêntrica entre as áreas sociais e íntima, mas estas casas apresentam uma outra lógica de sociabilidade, intimamente ligada à seus modos de vida e as atividades práticas realizadas pelas famílias, fundamentais para sua territorialidade.

A importância do espaço da cozinha reflete bem essa característica: tanto nas lapas quanto nas casas de barro, a cozinha é construída de maneira semelhante, e é o principal espaço de sociabilidade das famílias. É ali que as visitas são recebidas, onde o tempo de ócio

é aproveitado, e as refeições são feitas e servidas. O fato de que as cozinhas são construídas de forma quase que padronizada indica a relevância daquele espaço para a territorialidade das famílias dos apanhadores de flores: ali estão depositados materialmente os conhecimentos passados entre gerações. Além disso, os materiais utilizados nas construções são escolhidos não por questões de “gosto, higiene, estabilidade ou conforto”, são necessariamente ‘o que dá pra fazer’ nas condições que são apresentadas pelo meio onde a comunidade encontra-se. A construção está primordialmente vinculada ao valor de uso, pois não é vista como um bem temporário, ela está ligada à ancestralidade e a identidade daquele povo também. Para colocar nos termos de Lina Bo Bardi (2009): “a casa surge ligada profundamente à terra, as suas proporções são datadas por uma constante: a medida do homem; e ininterruptamente, (...) ali flui sua vida” (p. 48).

Além da simples escolha dos materiais utilizados nas construções, pensemos que “[p]or baixo dos revestimentos a obra revela densa cooperação entre necessidade, racionalidade, trabalho em pureza despreocupada” (FERRO, 2006, p. 80). É primordial compreender que as relações entre as famílias se dão em tom de cooperação, em contraposição às hostilidades pelas quais o Estado as trata.

Ainda acerca da ideologia, há uma ideologia burguesa da natureza, na qual ela é concebida como externa ou universal, e nunca em uma unidade dialética com a sociedade. As formas de morar são igualmente influenciadas por essas ideologias, nas visões que conformam a legitimidade ou não daquelas casas perante o olhar da sociedade.

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 2004, p. 472).

Não é de se espantar que, por vezes, os próprios moradores das comunidades reproduzem valores que endossam o desenvolvimento através de materiais de construção considerados mais avançados em um âmbito tecnológico em detrimento das formas de construir tradicionais. A mistificação como um privilégio da ideologia dominante permite que seja construído o discurso que desvaloriza esses modos de morar enquanto necessários à reprodução dos modos de vida de uma comunidade historicamente subalterna, mas que pode ser dignificado através do discurso bucólico de contato com a natureza.

Essas *inversões práticas*, como Mézáros (2004) denomina, são constantemente reproduzidas em nosso sistema socioeconômico apresentam uma profunda afinidade estrutural

com as inversões ideológicas e intelectuais, e podem dessa forma “tornar inteligível o impacto maciço da ideologia dominante sobre a vida social” (MÉSZÁROS, 2004, p. 475). É evidente que a desvalorização desses modos de construir fazem parte do estabelecimento de umas das mais notórias indústrias brasileiras, a do concreto (SANTOS, OLIVEIRA, 2008), e com essa reflexão, é possível compreender que a afinidade estrutural que considera apenas as construções de alvenaria ou concreto como moradas dignas, esquecendo-se de que a função principal dessa é a de abrigo, e que não importa o material utilizado nas construções, a finalidade dessas moradas é a de reprodução de um determinado modo de vida. Em termos dialéticos, um interesse particular é colocado como universal, e este se forja a partir das relações sociais fetichizadas.

Entretanto, “se as causas identificáveis de mistificação ideológica fossem primariamente ideológicas, elas poderiam ser contrapostas e revertidas na esfera da própria ideologia” (MÉSZÁROS, 2004, p. 479). Mas a materialização da mistificação ideológica se dá numa prática cotidiana, em que as famílias que moram em casas de pau-a-pique não se importam com a manutenção da mesma por considerarem aquela casa como efêmera. A condição de efemeridade em si não é um problema, pois as famílias convivem dessa forma há gerações, mas o ideal das construções de alvenaria também relaciona-se à fixidez, à estabilidade que pode ser provida por esse material construtivo mais desenvolvido do que a matéria-prima utilizada como encontrada em seu território.

As formas de morar, que no caso da Mata dos Crioulos deve ser considerada com o fenômeno da transumância como intrínseco – nas lapas e nas construções “cruas” – não são consideradas dignas pela sociedade de modo geral e pelos agentes estatais pois não correspondem com a forma de morar hegemônica da sociedade ocidental capitalista. Seja pela incompatibilidade das próprias construções, dos ideias de natureza ou da lógica da propriedade privada, as formas de morar dos apanhadores de flores da Mata dos Crioulos são tidas como algo que não é legítimo por não se adequarem ao sistema de produção e reprodução do capital, pois priorizam a reprodução dos modos de vida dessas famílias. O reconhecimento da legitimidade das lapas e das casas de barro passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos quilombolas e apanhadores de flores como sujeitos de direito, pela sua territorialidade.

6. Considerações Finais



Após o intenso trabalho de campo e reunião das reflexões teóricas feitas ao longo do tempo da pesquisa, tentaremos traçar as linhas gerais do que acumulamos a respeito do debate proposto. Em sequência do extenso relato empírico de um caso particular, aqui nos atemos à uma contribuição deste fragmento da realidade para a compreensão da totalidade do mundo. A situação das comunidades tradicionais no Brasil é marcada por lutas e embates no âmbito do Estado, e a trajetória da conquista de direitos parece caminhada bastante lenta, porém constante. Não foi coincidência que as pautas desses grupos sociais tomaram maiores proporções ao mesmo tempo em que uma emergência ambiental arrefece o mundo, com ameaças de esgotamento dos recursos naturais do planeta.

A natureza, as formas de conhecê-la, dominá-la, etc. são uma das principais e mais antigas questões que remetem ao pensamento ocidental, e podemos afirmar que ela segue como um mistério aos olhos de muitos. As contribuições de Neil Smith (1988) a respeito de como foi construída uma ideologia burguesa da natureza – ou seja, um ideal do que é natureza a partir de uma classe social dominante – nos permitiu traçar alguns paralelos para sustentar que a forma com que o Estado lida com a questão da moradia – a implantação de políticas públicas sendo sua principal ação – no campo brasileiro estão atreladas às concepções de natureza externa e universal.

Porém, foi necessária muita reflexão acerca do método de pesquisa, os quais buscamos apresentar a partir das formulações de José Chasin, filósofo mineiro que se debruçou sobre os aspectos ontológicos da obra de Karl Marx, na esteira de György Lukács. A busca pela construção de uma ciência a partir da realidade material nos é fundamental, pois podemos considerar que seja consenso que existam problemas sociais e que a ciência pode ser um caminho para construir um mundo diferente, porém, apenas isso não é suficiente. Como Lukács (1967) coloca, o pensamento burguês em crise tem o fetiche como inerente às manifestações ideológicas, o que significa que “as relações humanas [...] se mantêm na maior parte dos casos por intermédio dos objetos” (p. 28), e essa reificação das relações humanas tem um efeito sobre o pensamento que dificulta a percepção da dialética, a qual consideramos essencial para compreender o mundo e, necessariamente, qualquer fragmento deste.

Nos atentamos para as formas na qual o pensamento burguês se manifesta na ciência: no sentido da apologética e da decadência, de acordo com Lukács (2010). No caso da apologética, são notadas as contradições contidas nas relações sociais permeadas pela forma de produção capitalista, entretanto, a tentativa de resolução destas não é uma crítica real, mas acaba por criar novas formas de apologia ao capital. Vemos isso em diversos estudos sobre as comunidades tradicionais, que se atém apenas aos fenômenos que aparecem na superfície dos

problemas sociais. As relações sociais conflitantes características dos modos de produção capitalistas são colocadas como desvios das sociedades, e são escolhidos alguns agentes específicos para serem responsabilizados pelos problemas, e assim o sistema em si aparece como estável. Por outro lado, Lukács (2010) caracteriza a tendência geral da decadência da ideologia burguesa como “[e]ssa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses no sentido de compreender as forças motrizes da sociedade”, numa interpretação superficial da história, “deformada em sentido subjetivista e místico” (p. 53). É no *ecletismo* que esse espírito pequeno burguês se manifesta, negando as contradições da realidade e Tanto em uma apologética vulgar quanto no pensamento característico da decadência ideológica, não é possível atingir uma crítica aos problemas postos, mesmo que estes sejam identificados. “[E]ste ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais se mascara de ‘crítico’ e ‘revolucionário’, tanto maior é o perigo que representa [...]” (LUKÁCS, 2010, p. 60).

Dessa forma, lidamos nesta pesquisa com o desafio de apreender parte da realidade em um exercício da crítica, em um situação de conflito, de tentar entender como as coisas funcionam, suas relações, suas propriedades, etc. Acreditamos não ser necessário dizer que a tarefa de apreender a realidade em sua totalidade é impossível, buscamos aqui relacionar a particularidade das formas de morar da comunidade da Mata dos Crioulos com a universalidade do sistema produtivo econômico regido pelo capital. Não seria possível, neste curto espaço de tempo, esgotar o tema, mas tratar a questão da moradia a partir de reflexões sobre a natureza foi a chave que encontramos para explicar as contradições que nos deparamos ao longo da pesquisa.

O trabalho de campo, é por vezes definido como uma certa essência da ciência geográfica, e ele de fato foi parte fundamental da pesquisa, e a partir dele surgiram elementos relacionados às formas de morar que nos permitiram as elaborações teóricas colocadas aqui. A relação como pesquisadora com as família da Mata dos Crioulos teve alguns facilitadores, mas foi um grande desafio. A escolha pela exposição como relato etnográfico foi fundamental para trazer elementos cotidianos, os quais buscamos relacionar ao longo do texto com questões mais amplas, e demonstrar o transito entre escalas que perpassa as contradições da realidade. As casas visitadas apresentaram aspectos diferentes, e cada um deles foi fundamental para expor de maneira íntegra esse documento que registra parte da história das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas. As formas de construir utilizando matérias-primas encontradas no local, a integração das casas com o relevo cárstico na área da Chapada, e a convivência com elementos da “natureza selvagem” nos permitiu compreender

que os problemas relacionados à questão da moradia e a falta de reconhecimento institucional das moradas, da dinâmica das andanças, não pode ser reduzido apenas à condição de dominados ou subalternos (sic) destes sujeitos. Apenas é possível compreender os problemas vividos pelas famílias das comunidades tradicionais do Espinhaço meridional se os considerarmos como partes de um sistema global que é controlado pelo processo de produção do capital.

Não é através da romanização das comunidades ou da tentativa de exaltação dos modos de vida denominados tradicionais que será possível a transformação da condição desses grupos sociais. Como vimos no caso da Mata dos Crioulos, a indiferença do Estado para com os problemas da comunidade não se originaram há pouco tempo. A condição anterior de escravidão dos remanescentes de quilombolas deixou a população negra no Brasil nos escombros de uma pátria construída a partir da exploração da terra, e as comunidades mais isoladas permaneceram por muito tempo sem acesso aos direitos básicos como cidadãos brasileiros. O reconhecimento dos remanescentes é nada mais que uma tentativa de corrigir uma dívida histórica, algo extremamente necessário, porém, não nem mesmo isso garante à essa população uma condição digna de existência. A tentativa de coerção da atividade da “apanha” de flores nos campos como não ocorreram simplesmente pelo fato de uma classe dominante diamantinense ou uma classe média urbana acredita que determinados sujeitos devam ser submissos à eles. Isso ocorre devido à uma construção histórica de relações sociais fetichizadas, que colocam as relações entre pessoas como relações entre coisas. Então, as relações de dominação não são consequência de uma consciência específica da classe dominante para com os dominados, mas ela acontece dessa forma pois é a única possível que permite a acumulação de capital. Se não levarmos em consideração que as relações sociais são pautadas e cada vez mais aprofundadas nessa lógica, não será possível superar a lógica da sociedade de classes.

Portanto, não podemos considerar que a falta de legitimidade dada às formas de morar em casas com técnicas construtivas de barro cru ou da moradia em lapas é consequência direta da condição de “exclusão” da sociedade desse grupo social específico. Esse fenômeno tratado aqui, permeado por diversas contradições, é resultado de uma construção histórica que envolve diversos sujeitos ao longo do tempo. Não é possível afirmar que apenas a ideologia construída a partir das concepções de natureza é o motivo pelo qual essas formas de morar não são reconhecidas, mas essa ideologia certamente nos auxilia a desvelar o fato de que existem inúmeros fatores que contribuem para essa realidade. Isso demonstra como a busca

pela transformação da realidade não é uma tarefa fácil, e é fundamental termos em vista a construção da *crítica* da realidade.

Não seria possível tecer os problemas apresentados neste texto sem que tentássemos construir uma crítica à realidade, e essa crítica deve ser construída com um rigor metodológico árduo e constante. Como Daniel Bensaïd (2013, p. 157) nos alerta: “não é mais questão de se contentar com uma ciência que dissipe de uma vez por todas a falsa consciência e garanta a soberania lúcida do indivíduo racional”, pois esse fetichismo não é produto da mente, ele está nas relações sociais. Portanto, trata-se de contribuir com mais um tijolo – ou um adobe, para mantermos a condecoração das construções em barro cru – da construção do conhecimento que permita à outros a possibilidade de construir a crítica à realidade.

Finalizamos dessa forma com o incentivo à empreitada, ainda com os termos de Bensaïd (2013, p. 157): “para a crítica, portanto, nenhum repouso”.

7. Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. P. 43-82 Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. *Cadernos do NAEA*, nº 10. p. 163-196. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, out. 1997
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso 16 abr. 2019.

BARROS, Manoel. [1996] *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro, Editora Record: 2006.

BEAUD, Stéphane. WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2007.

BELCHIOR, Antônio Carlos. Conheço o meu lugar. *Era uma Vez um Homem e Seu Tempo*. LP Vinil. São Paulo: BMG Ariola, 1988.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, manual de instruções*. Tradução: Nair Fonseca. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 11-74

BO BARDI, Lina. Arquitetura e natureza: a casa na paisagem. In: RUBINO, S. GRINOVER, M. *Lina por escrito – Textos escolhidos de Lina Bo Bardi*. p. 47-55. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A. OLIVEIRA, C. L. [Org.] *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios. Belo Horizonte: FAPEMIG. Montes Claros: Unimontes, 2012. 385 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

BRASIL. *Lei Federal no 9.985*, de 18 de junho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providencias. Brasília, DF. 2000.

BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 1962.

BULHÕES, Tainá Gonçalves. *O território da Mata Dos Crioulos e demandas territoriais Distintas: contradições entre Comunidades Quilombolas e Unidades de Conservação*. Dissertação (mestrado) UFMG/IGC. Belo Horizonte, 2016.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. Apontamentos sobre os modos de produção não-capitalistas nos quilombos brasileiros. XIX Encontro Nacional dos Geógrafos(as). *Anais*. João Pessoa/PB, 2018a.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. Estudos de povos tradicionais: uma análise dos apanhadores de flores sempre-vivas e quilombolas. XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. *Anais*. Dourados/MS, 2018b.

CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

- CHAYANOV, Aleksander V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (org.) *Chayanov e o campesinato*. p. 99-137. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. p. 596-602. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FABRI, Fabiana. AUGUNSTIN, Cristina Helena Ribeiro Rocha. AULER, AUGUSTO SARREIRO. Relevo cárstico em rochas siliciclásticas: uma revisão com base na literatura. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, São Paulo, v.15, n.3, (Jul-Set) p.339-351, 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v15i3.302>>. Acesso em 28 dez. 2019.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FOOT-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. p. 77-86. Tradução de Claudia Menezes. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro: 1980.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Teresa Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FRENCH, Jan. H. Os quilombos e seus direitos hoje: entre a construção das identidades e a história. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 45-68, dec. 2003. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18965>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- GÓES, Carlos. *Histórias da Terra Mineira*. 4 ed. Belo Horizonte: Garnier, 2001.
- GUEDES, André Duman. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: ACSELRAD, H. (org) *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- HARDT, Rubens. PINTO, Sérgio dos Anjos Ferreira. Carste em litologias não carbonáticas. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. São Paulo, v. 10, no 2. p. 99-105, 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v10i2.134>>. Acesso em 28 dez. 2019.
- HARVEY, David. A relação do capital com a natureza. In: _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução Rogério Bettoni. 1ªed, p. 229-243 São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas In: *Revista espaço e debates* no. 6, 1982. Disponível em: < <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf> > Acesso 3 jun. 2017.
- HARVEY, David. Responsabilidades perante a natureza e perante a natureza humana. In: _____. *Espaços de Esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, p. 279-304. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XXV Volume. Jurandyr Pires Ferreira (Orientação e planejamento). Rio de Janeiro, IBGE: 1959.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Construção Civil*: relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_construcao_civil.pdf>. Acesso em 27 jan. 2018.

IPOEMA (Instituto de Permacultura). *Introdução à permacultura*: seja responsável por sua própria existência. Cartilha do curso de capacitação. Brasília, 2016. Disponível em <https://materiais.ipoema.org.br/download-e-book-permacultura?utm_campaign=24-11-18_entregaagradecimento_e-book_introducao_a_permacultura&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em 27 jan. 2018.

LIMA, Elias Lopes. O mito do “fator antrópico” no discurso ambiental geográfico. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n.3, 2015, p. 109-122.

LITTLE. Paul Elliot Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LITTLE. Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2002.

LÖWY, Michael (1985). *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUKÁCS, György. *Existencialismo ou Marxismo?* Trad. José Carlos Bruni. São Paulo, Editora Senzala, 1967.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez. Relação sociedade e natureza e a relação sujeito e objeto: retomando a contenta. In: MARQUES, M. I. M. (org.) *Perspectivas da natureza*: epistemologias, negócios da natureza e América Latina. São Paulo: Annablume, 2018.

MARX, Karl. [1844] *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular: 2011. 80 p.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I – O processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDAGLIA, Juliana e SILVEIRA, Carlos Eduardo (Org.). *Conhecer para respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina*. Diamantina: Projeto de Extensão do Curco de Turismo da UFVJM, 2012. 106 p.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 2004.

MINAS GERAIS. *Decreto 39.399* de 21 de janeiro de 1998. Cria a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes. Belo Horizonte, Minas Gerais. 1998b.

MINAS GERAIS. *Decreto no 35.611*, de 01 de junho de 1994. Cria o Parque Estadual do Rio Preto, no Município de São Gonçalo do Rio Preto. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1994

MINAS GERAIS. *Decreto no 39.398*, de 21 de janeiro de 1998. Cria o Parque Estadual do Pico do Itambé, e dá outras providências. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998.

MONTEIRO, Fernanda Testa. et al. Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. In: EIDT, Jane Simoni. UDRY, Consolacion (editoras técnicas). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil*. 1ª ed. Brasília, DF : Embrapa, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o parque nacional das sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. Dissertação (mestrado) UFMG/IGC. Belo Horizonte, 2011.

NBR. 5410 - Instalações elétricas baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

O'DWYER. Eliane Cantarino. Introdução. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. P. 43-82 Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Américo. SILVA, Filomeno. Transumância: Uma forma de pastoreio em vias de extinção. In: *Revista Millenium RE*. No 13. Instituto Politécnico de Viseu, 1999. Disponível em <http://www.ipv.pt/millenium/pers13_1.htm>. Acesso em 22 fev. 2018.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez., 2001.

PAÇO CUNHA, Elcemir. Engels, marxólogo: dialética e política. *Verinotio revista on-line* – n. 20. Ano X, out./2015. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.6967125914029.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2017.

SAADI, Allauoa. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. *Revista Geonomos*. Vol 3. No. 1. p. 41-63. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 1995. Disponível em <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_41_63_Saadi.pdf>. Acesso em 18 fev. 2018.

SACK, Robert. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C. FERRARI, M. (org.) *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis, Insular: 2ª. Ed. 2013.

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. A cultura do concreto armado no Brasil: educação e deseducação dos produtores do espaço construído. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: Universidade Católica de Goiânia, 2006.

SANTOS. Roberto Eustáquio dos. OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. de. A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. V. 15. N. 16. 1º sem. 2008. Belo Horizonte: PUC-Minas. p. 48-59.

SAQUET, Marco Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada pra a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Cecília Milanez Graziano. *Habitação rural: uma luta por cidadania*. 152 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. pp. 77-116. Rio de Janeiro :Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Beto & Ricardo, Fany. [editores gerais]. *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Downloads>> Acesso em 29 jul. 2018.

WEIMAR, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Notícias

ESTADO DE MINAS. *Serra do Espinhaço, lar das tribos pré-históricas de Minas*”. 29 abril 2018. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/29/interna_gerais,954912/serra-do-espinhaco-lar-das-tribos-pre-historicas-de-minas.shtml>. Acesso em 05 jan. 2019.

JUSTIFICANDO. *‘Nem um centímetro para quilombola ou reserva indígena’, diz Bolsonaro*. Publicada originalmente em De Olho nos Ruralistas. 2017. Disponível em <<http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>> Acesso em 24 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO-ONU). *Agricultura tradicional dos apanhadores de flores sempre-vivas pode ser o primeiro patrimônio agrícola mundial brasileiro*. 21 jun. 2018. Disponível em <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1142103/>>. Acesso em 03 jan. 2020.

Apêndices

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²¹

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**Andanças e territorialidades: as contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos**”. Nesta pesquisa pretendemos investigar e compreender os processos de envolvimento dos participantes com o espaço da comunidade e, especialmente, de suas moradias. O motivo que nos leva a estudar **o seguinte tema são os questionamentos feitos a partir dos conflitos territoriais pelos quais a comunidade passa, em que a implementação de Unidades de Conservação em seu território não levam em consideração as formas de morar das famílias da comunidade, concepções essas que devem ser investigadas e compreendidas a partir de um pensamento formatado por uma ideologia dominante.**

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O Sr. (a) **possivelmente receberá a pesquisadora em seu domicílio por um período de no máximo dois dias, nos quais ela fará perguntas sobre as formas de construir e utilizar as casas de barro e as lapas na Chapada.** Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em **ter sua identidade revelada de alguma forma pela participação na pesquisa.** A pesquisa contribuirá para **fortalecer os argumentos acerca da legitimidade da ocupação do território da comunidade, que passou por conflitos devido à sobreposição das Unidades de Conservação com suas terras.**

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento foi gravado em formato de áudio e os arquivos que comprovam encontram-se arquivadas pelo pesquisador responsável. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**Andanças e territorialidades: as contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

²¹ Modelo apresentado e lido para os moradores participantes da pesquisa, com autorização concedida por meio de áudio.

Anexos

Anexo A: Ata da reunião entre Comunidades e representantes do Governo do Estado de Minas Gerais.



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 07 dias do mês de julho de 2016, às 13h00, no auditório da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina, realizou-se reunião objetivando a busca de um acordo entre as partes envolvidas no conflito socioambiental da região do Vale do Jequitinhonha, que se prolonga há mais de 20 anos, resultante da sobreposição territorial dos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé e as populações tradicionais residentes em seus entornos, especificamente a Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, com suas práticas ancestrais de extrativismo. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”, discutiu-se e deliberou-se sobre este conflito por meio de Câmara Setorial da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente do Estado de Minas Gerais, instituída pelo Decreto NE nº 203 de 1º de julho de 2015.

A reunião foi coordenada pela representante da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAG) na Mesa de Diálogo, Lígia Maria Alves Pereira, que abriu os trabalhos propondo uma rodada de apresentação dos participantes, seguida da explicação sobre o funcionamento da Mesa. Após essa introdução, a coordenadora da Mesa, antes de passar a palavra para os moradores do território denominado Mata dos Crioulos, fez um breve relato da última reunião ocorrida no Centro Administrativo em Belo Horizonte no dia 31 de maio de 2016. A primeira moradora a se manifestar foi Dona Maria Jovita Gomes. Iniciou sua fala dizendo que teve o acesso a seu território fechado e as populações que habitam esse território ancestralmente não foram ouvidas e nem houve negociação com eles. Para ela isso foi um verdadeiro absurdo, pois perderam seus locais de moradia temporária nas lapas que utilizavam ancestralmente, por vários meses, para coleta de produtos importantes para a manutenção de seu modo de vida e costumes, sendo que as lapas possuíam seus donos dentro da comunidade. Declarou que sua comunidade sempre preservou estas áreas e nunca as utilizaram de forma destrutiva, tanto que estão preservadas até hoje. Atualmente, muitas famílias (mais de cem) estão passando uma situação muito difícil, sem o acesso a esses recursos que tinham antes. Clamou que a questão seja resolvida logo para que a comunidade volte a ter liberdade na utilização de seu território. Após sua fala, o Sr. Lorico Lotérico Correia continuou no mesmo sentido de relatar a falta de liberdade de ir e vir dentro de seu território ancestral demonstrando os mesmos sentimentos de indignação diante da proibição de livre acesso ao mesmo. Fica indignado com os vigias dos parques que os proíbem de utilizar as áreas protegidas, inclusive relatando ações de perseguição de agentes do lado de fora da Unidade de Conservação. Não podem deixar a atividade de coleta, pois precisam dela para sua sobrevivência. Outra moradora Salete relatou que além das sempre vivas várias atividades eram realizadas nas áreas que hoje viraram parque (chapada). Lavavam roupa e alimentavam as criações. Hoje não



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

tem mais dinheiro para sustentar os filhos e até as ervas que utilizavam como remédios hoje não podem mais colher. Em seguida, teve a palavra o Dr. Helder Magno da Silva, Procurador da República do Ministério Público Federal. Disse que o MPF está acompanhando o processo de regularização fundiária, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, do território da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos. Esclareceu que este conflito se deu no momento em que o Estado implantou nesse território, parques de proteção integral e acredita que existam irregularidades no processo de criação destas unidades uma vez que teriam sido criadas sem as devidas oitivas às comunidades que já viviam no local. Do ponto de vista da Constituição Federal e de Acordos Internacionais que o Brasil é signatário, assim como do próprio Sistema Nacional de Unidade de Conservação/SNUC esta não seria a forma adequada de criação de parques. Sobretudo quando estas unidades trazem impacto na vida de comunidades tradicionais que sempre praticaram o extrativismo sem prejudicar o meio ambiente. O MPF está aguardando o término do processo de regularização a ser apresentado pelo INCRA, constituído pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA/RTID. De qualquer modo, os estudos já concluídos apontam para a existência de comunidade quilombola que teriam seus direitos garantidos, conforme reza o art. 68 da Constituição Federal, ainda que tenha havido implantação de Unidade de Conservação. Por esse motivo, acredita que tem que se buscar a harmonização dos interesses entre conservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais, que a seu ver, sofrem um processo de invisibilidade por parte dos governos, que precisa ser combatido. Estas comunidades são geralmente expulsas de sua terra ou espoliadas do seu modo tradicional de vida e costumes. Defendeu a ideia da compatibilidade da preservação das espécies de sempre vivas e da atividade extrativista destas comunidades, sendo mais adequado se pensar numa Reserva Extrativista para a área. Após essa fala, Rosana dos Santos, antropóloga do INCRA, tomou a palavra explicando que o processo para a demarcação fundiária é longo. Nesse processo do RTID, que seria composto pelo Relatório Antropológico, Levantamento Fundiário, Cadastro das Famílias, Planta e Memorial Descritivo e Pareceres Técnico e Jurídico, o único que já estaria pronto e aprovado era o Relatório Antropológico. Somente após a elaboração e aprovação das demais peças do RTID, é que há a publicação do mesmo, sendo feita a notificação, com o envio de todas as peças do Relatório a todos os envolvidos, caso haja sobreposição de territórios. Em seguida, afirmando que já se teria um perímetro identificado do território da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, apresentou um mapa, demonstrando algumas sobreposições com áreas de Unidades de Conservação (um pequeno trecho de sobreposição com o Parque Estadual Pico do Itambé, com a Área de Proteção Ambiental/APA Estadual Águas das Vertentes e duas APA's municipais, do



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Felício e de Couto de Magalhães). Citou, então, como exemplo, o local denominado Chapada do Couto, muito utilizado pelas famílias dessa comunidade tradicional. Fez também um resumo do Relatório Antropológico, que demonstra que a Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos se origina de casamentos realizados entre quatro grandes famílias que foram se espalhando por várias localidades às margens do Rio Jequitinhonha (Santa Cruz, Covão, Bica D'água, Serra da Bicha, Capa Preta/Congonhas, Cardoso, Acaba Mundo, Algodoeiro, Pindaibas, Chapada do Couto e Mata do Isidoro), atualmente perfazendo um número aproximado de 106 famílias. Disse que, embora o território já esteja identificado, falta fazer a delimitação do mesmo com o levantamento fundiário de propriedades particulares que possam estar dentro desse território. Foi, então, passada a palavra para o Sr. Claudenir Fávero, pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – NAC/UFVJM. Iniciou dizendo que a Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos possui raízes históricas muito fortes e nos remete à memória de uma personagem importante que é o Negro Isidoro, fundador do primeiro quilombo localizado nas proximidades de Diamantina, conhecido como Mata do Isidoro. Acredita que os moradores dessas comunidades sejam descendentes diretos desse grupo o qual pertencia o Negro Isidoro. A região de Mata dos Crioulos possui aspectos muito interessantes tanto geográficos quanto geopolíticos. Geograficamente se apresenta na Bacia do Córrego Soberbo, antes denominado Jequitinhonha Branco. Geopoliticamente, está localizada na área de abrangência de vários municípios (Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Serra Azul de Minas, Itambé do Mato Dentro, Rio Vermelho e Serro). Até a construção da ponte do Acaba Mundo, que atravessa o Rio Jequitinhonha, não havia como acessar as partes altas do território Mata dos Crioulos com veículo automotor. Reclamou da ausência do poder público que é notória em toda a Comunidade. Disse que o território possui hoje três escolas que têm até a quinta série, sendo que em uma delas só se chega a cavalo ou a pé. Que as crianças têm que acordar de madrugada e viajar muito para chegar às escolas. Disse, também, que não há energia elétrica nas residências da comunidade e nem transporte coletivo para atender os moradores, a não ser o transporte escolar. Continuou dizendo que essa comunidade apresenta uma característica específica: as residências se encontram espreiadas pelo território, não havendo concentração de moradias. Relatou que esse território já sofreu, ao longo dos anos, várias tentativas de expropriação citando, como exemplo mais recente, o projeto de ligação dos parques estaduais por meio de um corredor ecológico. Segundo ele, esse projeto de expansão só não aconteceu graças à atuação da Fundação Palmares que, solicitou que o Ministério Público entrasse com ação visando à suspensão do projeto. Finalizou dizendo que o Estado tem uma dívida histórica



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

com esse povo que tem que ser reparada. Após essa fala, o Diretor do Instituto Estadual de Florestas/IEF, Sr. João Paulo Sarmento, iniciou explicando a posição do Instituto responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Estado de MG. O processo de criação dos parques, ou outras unidades de conservação, é feito num âmbito legislativo, onde é levada em conta a vontade da população para a conservação dos recursos e paisagens naturais relevantes. Disse que o IEF, embora não tenha o desejo de retirar nenhum direito, possui atribuições legais que, se não forem cumpridas, implicarão em responsabilização de seus agentes. Nesse sentido, explicou que não se pode proceder à colocação de animais em ambientes legalmente denominados de proteção integral. Não obstante a criação do parque não ter tido a metodologia mais adequada, não se pode ignorar a existência do mesmo, assim como o IEF também não ignora a existência desse conflito. Questionou o evento relatado pela D. Jovita sobre interpelação de um suposto guarda parque em que teriam ocorrido constrangimentos a alguns moradores da comunidade e disse que nenhum agente está autorizado a agir dessa forma. As motos utilizadas pelos agentes não correspondem à descrição que foi feita e qualquer fato desse tipo deve ser imediatamente comunicado à gerência da unidade. Um fator positivo é que os parques possuem hoje várias pessoas das comunidades empregadas ou realizando alguma atividade remunerada pelo IEF. Em sua opinião, essa política adotada já há algum tempo pelo Instituto, ajuda muito para a construção de um relacionamento mais harmonioso entre o órgão e as comunidades que habitam no entorno dessas unidades. Informou que atualmente estão sendo feitos vários estudos sobre as atividades relacionadas às comunidades quilombolas existentes no entorno dos parques. O IEF respeitará estes estudos e poderá entrar com processo de recategorização das unidades, se assim apontarem. No momento têm atuado no sentido de conciliar a convivência harmoniosa com os moradores e o cumprimento das obrigações institucionais do IEF, no tocante à preservação ambiental das áreas dos parques e controle da APA. Torce para que haja a devida segurança jurídica, por meio de uma regulamentação que permita outra forma de atuação do Instituto, fundamentada pelos órgãos envolvidos na questão, como o INCRA e o MPF. Em sua opinião, as pessoas não deveriam depender somente do extrativismo e é preciso pensar na sustentabilidade dessa atividade ao longo do tempo. Outra questão é o preço dos produtos coletados. Quanto mais flores forem coletadas, mais o preço cairá na comercialização das mesmas. Outro ponto que merece estudo é a possibilidade de se cultivar essas espécies por quem hoje faz a “apanha” natural. Por último, lembrou que o Estado precisa se fazer mais presente junto a essa comunidade, levando uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, com escolas, postos de saúde, luz elétrica, saneamento básico, melhoria de acesso e emprego etc. Todos esses fatores precisam ser



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

discutidos. Propôs a criação de um grupo de trabalho, composto de pessoas já envolvidas nessa temática, com a finalidade de aprofundar o assunto e buscar uma saída para o conflito. Finalizou sua fala comunicando a realização do Plano de Manejo da APA Águas das Vertentes, processo em que as comunidades inseridas estão sendo mais envolvidas, uma vez que elas têm que ser parceiras da conservação e não inimigas. Agradeceu a oportunidade para esta discussão dizendo que o IEF está aberto para a busca da solução mais adequada para esta questão. Em seguida, o Dr. Helder Magno do MPF contrapôs o significado de desenvolvimento sugerido pela fala anterior, dizendo que nem sempre ele é positivo para as pessoas. Lembrou que, recentemente, a comunidade enfrentou problemas com uma empresa que tentou implantar uma atividade minerária em seu território e que, o que a princípio pode parecer oferta de emprego, na verdade trás perdas irreparáveis para a comunidade. Acredita também que o Estado não pode barganhar a liberdade das pessoas da comunidade em troca de alguns empregos. Questionou a forma e a necessidade real de criação dos parques. Ressaltou que, se hoje temos um conflito de caráter tão complexo, foi exatamente devido à displicência no processo de criação dessas unidades, que não levou em conta o modo de vida de toda uma população, que depende daquela área para a sua subsistência. Disse que isto ocorre também em outras localidades, sobretudo na Região Norte de Minas Gerais, como acontece com os Geraizeiros, que é uma população que vive da atividade extrativista conjugada com pequenas criações. No seu entender, não se pode determinar, para esta população, qual será o seu modo de vida sustentável, porque a própria comunidade é que tem que encontrar essa fórmula, dentro de seu modo de vida tradicional. Acrescentou que, antes de anteciparmos quais seriam as necessidades reais dessa comunidade, muitas vezes baseados em nossas próprias demandas, precisamos ouvi-los. O Diretor do IEF, então esclareceu que todo o processo de melhoria de qualidade de vida para esta população que foi mencionado como necessidade, tem que ser pensado dentro do seu padrão cultural de forma participativa e não impositiva. Explicou também que quando se referiu em pensar num modo mais sustentável para a atividade extrativista, seria em virtude do aumento crescente do número de pessoas nessa atividade, e por outro lado, a diminuição das áreas de coleta e das próprias espécies coletadas, o que, no longo prazo, acarretaria em colapso. Disse também que o IEF não concedeu anuência para a atividade minerária que pretendia se instalar na APA Águas das Vertentes. Após o posicionamento do Diretor do IEF, foi dada a palavra para Zaira Moutinho, consultora da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas/CODECEX. Esta solicitou ao representante do IEF que, já que ele estava preocupado com a qualidade de vida dessas pessoas, que mandasse retirar as cercas e guaritas dos parques e que os agentes fossem desarmados, uma vez que acredita que a maior



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

qualidade de vida que poderíamos dar a essa população é o retorno de sua tranquilidade e de sua paz, perdida com a criação dos parques. Esta seria a forma mais correta de reconhecimento dessa população que inclusive se relaciona por gerações com o meio ambiente sendo que o manteve preservado até hoje. Afirmou que os atos de perseguição e constrangimento acontecem, em sua maioria, fora da área protegida do parque. Como exemplo, relatou que em reunião ocorrida na CODECEX houve a presença de um agente do parque que constrangeu e ameaçou o Sr. Lorico. Acha que todas as normas tem que ser seguidas, entre elas as dos direitos humanos, que a seu ver, têm sido esquecidas. Acha que vários problemas têm sido causados pelos órgãos públicos, como no caso do INCRA que, por falta de recursos, até agora não conseguiu emitir a titulação do território quilombola Mata dos Crioulos. Por sua vez, em sua opinião, as atitudes equivocadas do IEF desde a criação do parque, têm afastado essa comunidade, cada vez mais, dificultando o diálogo. Explicou que para esta população, o território é seu bem mais precioso dando sentido a sua existência, independentemente da atividade de coleta de sempre vivas. Apela para que o Estado resolva uma situação que ele mesmo criou. Neste momento, a Coordenadora da Mesa de Diálogo e Negociação, Lígia Alves, interrompeu a fala de Zaira, dizendo que o sentido desta reunião da Mesa era de se tentar a construção de um acordo entre as partes, não cabendo nesse âmbito, imposição de medidas que poderiam constranger a negociação. No que diz respeito às denúncias de atos arbitrários por parte de agentes ou policiais, estas devem ser apuradas e os responsáveis punidos. Disse que, em relação à falta de infraestrutura, o Estado verificará a possibilidade de se realizar melhorias, inclusive de ligação de energia elétrica, caso quisessem. Finalizou sua intervenção dizendo que vias dessa ata serão encaminhadas para Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Saúde, para dar ciência a estas pastas sobre a situação precária na comunidade. Após isto, o Sr. Antônio Miranda, da Ouvidoria Agrária do INCRA (Núcleo de Conflitos Agrários e Direitos Humanos) iniciou sua fala confirmando que alguns trabalhos realizados pelo seu Instituto estão prejudicados pela falta de recursos, entretanto o Território Mata dos Crioulos é considerado prioritário. Ressaltou que o Estado de Minas Gerais possui um número gigantesco de conflitos fundiários envolvendo territórios quilombolas e acha que essa questão tem sido negligenciada, sobretudo num estado que sofre muita influência e pressão da atividade minerária. Apesar do grande número de comunidades quilombolas, o Estado de Minas Gerais ainda não possui um escritório regional da Fundação Cultural Palmares, que é o órgão de representatividade legal dessas comunidades. Acha que o Estado deve avançar no sentido de atuar paralelamente ao INCRA, fazendo o levantamento de suas terras devolutas, pois grande parte dessas terras possui quilombos instalados. Afirmou também que, além do governo federal, tanto o



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

município quanto o estado possuem atribuições para reconhecimento de territórios quilombolas, portanto não haveria necessidade de somente o INCRA fazer isso. Enxerga, para este conflito alguns caminhos possíveis: a celebração de um acordo para convivência pacífica entre o IEF e as pessoas da comunidade regularizando, por meio de algum instrumento, as atividades exercidas pelos quilombolas dentro das áreas dos parques e o arquivamento do projeto de ampliação ou de ligação entre os dois parques, dentro do território quilombola; também é necessário que se faça pelo Estado, o levantamento fundiário das áreas de sobreposição dos parques e do território quilombola. Em seguida, João Carlos Pio, representante da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania /SEDPAC, tomou a palavra lembrando que, nessa temática, o Estado de Minas Gerais possui um marco legal que deve embasar as ações nestas questões que é a Lei Estadual 21.147/2014 que estabelece as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além dos órgãos estaduais que atuam especificamente nessa questão. Relatou a instituição recente de uma Câmara Técnica para tratar especificamente dos conflitos atinentes entre as Unidades de Conservação e os territórios de comunidades e povos tradicionais no Estado de Minas Gerais. Após ler alguns artigos da referida lei, lamentou a ausência de representante do poder municipal, sobretudo no que se refere às pastas da educação, saúde, segurança pública e infraestrutura. Acha também que é importante se avançar da suspensão para o arquivamento definitivo do projeto de ampliação dos parques dentro do território quilombola. Por último, propôs a criação de uma agenda propositiva para a construção do acordo entre as partes visando à utilização do território de uma forma pacífica, que é o principal objetivo dessa reunião. Esta construção tem que ser trabalhada com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e na Lei Estadual já citada anteriormente, dentro do âmbito de um grupo de trabalho que seria criado visando à regularização fundiária, delimitação e uso do território, levantamento da legislação pertinente e levantamento do conjunto de saberes e costumes tradicionais desta comunidade. Dhiancesar Lopes da SEDPAC tomou a palavra indagando ao Diretor do IEF se no processo de elaboração do Plano de Manejo da APA Águas das Vertentes está prevista oitiva à população afetada para a construção conjunta com essa população como determina a Convenção 169. Outra questão que gostaria de ser esclarecida é em relação às denúncias de abuso de autoridade, relatadas nesta reunião, pois, na sua visão, este tipo de ocorrência fragiliza um possível acordo, se não for devidamente apurada. Antes da resposta do IEF, Naiara da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social/SEDESE, disse que é importante, primeiro, ouvir a comunidade para construção de propostas mais adequadas às suas necessidades. Mencionou que o Programa de Combate à Pobreza Rural, lançado recentemente



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

pelo Governo do Estado, iniciará suas ações justamente pelo Vale do Jequitinhonha. Já foram entregues veículos às prefeituras para dar suporte a estas ações. Este programa é intersetorial, envolvendo áreas ligadas a políticas públicas para o melhor atendimento às populações que vivem no campo. Mencionou também um programa específico, com fulcro na Lei Estadual 21.147/2014, voltado para os povos e comunidades tradicionais que já estaria sendo executado na Região do Baixo Jequitinhonha. Disse que, em relação à Comunidade Mata dos Crioulos, já houve um agendamento de uma primeira reunião a se realizar na primeira semana de agosto, visando à construção de um plano específico para a região, junto à SEDESE. Disse também que é preciso fortalecer o cadastramento das pessoas dessa comunidade no CAD Único (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) envolvendo o Município de Diamantina nessa questão. Finalizou sua fala lamentando a ausência de representante do município. A Coordenadora da Mesa de Diálogo, Lígia Alves, respondeu que o Município de Diamantina foi convidado à reunião, mas não enviou representante. Em seguida, foi dada a palavra ao Tenente Coronel Marcos Iomag, responsável pelo Comando Militar na região. Afirmou ter bastante experiência na mediação de conflitos e por isto está tranquilo em relação às denúncias de abuso de poder que foram relatadas, porque, segundo ele, os policiais do meio ambiente são os mais bem educados do Comando. Orientou aos comunitários, para que, em situação de abordagem policial não enfrentassem, mantendo a voz baixa e a calma. Disse que todos os policiais são devidamente treinados, apresentando sua identificação visível no uniforme. Reafirmou a importância do cadastramento das pessoas da comunidade. Após a fala do militar, o procurador da república voltou a questionar o representante do IEF a respeito do projeto de expansão dos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé, apresentando um laudo técnico elaborado por profissionais das áreas de turismo e biologia em que criticou a falta de participação de profissionais das áreas de antropologia e sociologia. Criticou também o fato do laudo técnico não haver mencionado, em nenhum momento, a existência de comunidade quilombola nesse território pretendido para expansão dos parques. Da mesma forma, a atividade extrativista exercida por esta comunidade só é apresentada no capítulo referente aos impactos antrópicos sofridos na área, sendo essas atividades apontadas como criminosas pelo estudo. Disse, mais uma vez, que é preciso acabar com a invisibilidade das comunidades quilombolas, sobretudo quando esta invisibilidade é promovida institucionalmente, como era o caso desse laudo técnico elaborado pelo estado. Disse que todas as esferas públicas (federal, estadual e municipal) são responsáveis neste processo. Conclamou o Governo do Estado de Minas Gerais para que seguisse o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, onde o Instituto Estadual de Terras e Cartografia/ITERJ tem feito o levantamento fundiário dos territórios de povos e



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

comunidades tradicionais, em parceria com o INCRA. Finalizou sua fala sugerindo que os presentes focassem no objetivo principal desta reunião que era a construção de um acordo entre a comunidade e o IEF para a convivência pacífica entre as partes. Depois teve a palavra o Sr. Henrique Moreira, analista ambiental do Ministério Público Estadual/MPMG, que estava ali representando o Coordenador Regional e também a promotora de meio ambiente da Comarca de Diamantina, que infelizmente não puderam comparecer à reunião. Disse que o MPMG já vem a algum tempo acompanhando esse conflito tendo inclusive solicitado ao IEF que suspendesse o processo de ampliação das unidades até que fosse devidamente apurado o agravamento dos impactos sociais provenientes dessa expansão. Entende que vários elementos que compõem o conflito já foram elencados e propôs que as demandas levantadas até ali fossem relacionadas de forma mais pontual e direcionadas a cada órgão específico. Fez um apelo às partes conflitantes para que mantenham sempre a capacidade de dialogar e não perdessem o acordo de vista, sabendo que não há direitos sem deveres. Citou que fez parte de outro grupo de trabalho para a regulamentação da atividade extrativista no estado e acha que estas são questões paralelas. Novamente teve a fala o Sr. Claudenir, pesquisador da UFVJM. Disse enxergar dois caminhos possíveis para a melhora da convivência entre as partes: o primeiro seria uma mudança de postura do órgão ambiental, que passaria a ser menos defensivo em relação à comunidade; outro caminho é se buscar a legalidade para utilização do território pela comunidade quilombola, por meio de um instrumento legal, como um acordo ou termo registrado em cartório e acredita que esta construção é possível. Naiara retomou sua fala questionando ao MPF se havia a possibilidade de se tentar uma liminar judicial que resguardasse os direitos dessas populações de ter acesso a seu território para a sua subsistência. O procurador da república respondeu que o Novo Código Civil prevê exatamente o processo de negociação e diálogo antes de uma sentença judicial. Acha que é possível se chegar a uma solução no âmbito administrativo e participativo e nesse sentido, não faltariam leis favoráveis. Disse que a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68, reconheceu o direito de acesso de povos e comunidades tradicionais a seu território e o próprio Estado pode reconhecer esse direito independentemente do Governo Federal. O Diretor do IEF ao responder as questões que foram levantadas, primeiro parabenizou a Mesa de Diálogo pela iniciativa da negociação. Respondeu que, em relação à retirada de cercas dos parques, só pode fazer isso com determinação judicial. Explicou que, em se tratando de unidades de conservação, segundo a legislação ambiental, a afetação do território dos parques não contempla a posse e sim a restrição de uso, baseado no direito difuso. Em relação ao estudo citado pelo procurador, explicou que na realização dos estudos ambientais visando à afetação de uma determinada área que será



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

destinada à conservação, são considerados, primeiro, todos os aspectos ambientalmente relevantes para a criação desta unidade. Que nesse primeiro momento, de levantamento dos dados ambientais, os outros aspectos (sociais, por exemplo) não são considerados, uma vez que o que determinará a relevância da área para a afetação ambiental é a caracterização técnica de seu aspecto ambiental, ou seja, se esta área não passar no primeiro quesito da relevância ambiental, nem será considerada para justificar a criação da unidade. Nesse sentido, o estudo citado pelo procurador não teria sido inadequado, visto que estavam no processo inicial que justificaria esse embasamento na relevância puramente ambiental do território. Após esse primeiro passo, do reconhecimento da relevância ambiental da área em questão é que se realizará uma abordagem na comunidade envolvida, dando voz, por meio de consultas públicas, a estas comunidades, sobretudo como prevê a metodologia atual de criação de unidades de conservação, e este é o momento de se conhecer seus moradores procedendo aos estudos na área social. Disse que não há desconsideração da questão social e humana por parte do IEF e acredita que o relacionamento harmonioso entre as comunidades e as unidades de conservação é extremamente importante para ambos os lados. Reconhece que a atuação humana na área, até então, não foi prejudicial à conservação ambiental, tanto que a região se encontra preservada, entretanto, externou sua preocupação quanto à sustentabilidade da atividade extrativista ao longo do tempo. Em relação à postura indevida dos guarda parques não irá admitir agressão a nenhum morador. Nesse sentido conversará com os gerentes dos parques para averiguar se houve ações dessa natureza, e em caso positivo, serão punidos. Mais uma vez deixou claro que a proposta de expansão dos parques está completamente descartada pela direção atual do instituto. Comunicou que está sendo feito o processo licitatório para contratação da empresa que irá elaborar o Plano de Manejo para a APA Águas das Vertentes e que este terá a participação da comunidade para a sua construção, inaugurando um novo paradigma na instituição. Ressaltou que as ações de fiscalização que se fizerem necessárias serão feitas com todo o cuidado para não melindrar o novo relacionamento que precisa ser construído. Finalizou sua fala dizendo que quer retomar a proposta da constituição de um Grupo de Trabalho, com a participação de moradores e apanhadores de flor, para discutir a questão da coleta das sempre vivas. Lembrou que, para que a comercialização dos produtos resultantes desta atividade seja legalizada, inclusive visando o desembaraço aduaneiro para exportação, é necessária a emissão de certificado ambiental. Portanto, esta questão deve ser pensada em toda sua cadeia produtiva, que poderá ter seus métodos atuais desenvolvidos, por meio de estudos adequados.

Encaminhamentos:



ATA Nº 030/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

- Fica a cargo da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas/CODECEX fazer o levantamento das demandas dos moradores da Comunidade Mata dos Crioulos em relação à utilização das áreas consideradas pertencentes a seu território ancestral, além de outras demandas que forem apuradas de âmbito do governo;
- A Advocacia-Geral do Estado/AGE fará reuniões com o Instituto Estadual de Florestas/IEF para análise da legislação quanto a possibilidade de liberação do uso das áreas protegidas para a Comunidade Mata dos Crioulos;
- A Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania /SEDPAC, a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social/SEDESE e a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social/CIMUS do Ministério Público Estadual de Minas Gerais farão um levantamento de todas as políticas públicas atinentes à questão dos povos e comunidades tradicionais visando sua aplicabilidade neste conflito;
- A Secretaria de Desenvolvimento Agrário/SEDA prestará apoio ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA no que se refere ao levantamento fundiário das áreas inseridas dentro do território apontado pelo Relatório Antropológico do INCRA como pertencentes à Comunidade Mata dos Crioulos visando sua regularização;
- Fica a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania /SEDPAC a convocação de representantes da Fundação Cultural Palmares e do órgão federal responsável pela promoção da igualdade racial, antiga SEPIR, para participar da próxima reunião desta Câmara;
- Fica a cargo do Ministério Público Federal a formalização do pedido de arquivamento definitivo do antigo projeto de expansão dos parques junto ao Instituto Estadual de Florestas/IEF;
- Fica a cargo da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo e Negociação, buscar o modelo de gestão de unidade de conservação no Estado de Tocantins, citado na reunião, onde é feita a coleta da espécie Capim Dourado, de forma apaziguada e enviar cópia desta ata às Secretarias de Estado da Saúde e da Educação;
- Fica agendada uma próxima reunião da Câmara Setorial Mesa de Diálogo para o dia 23 de agosto de 2016 às 09:00, no município de Diamantina.

Diamantina, 07 de julho de 2016.

